

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO  
DOUTORADO EM ADMINISTRAÇÃO**

**Priscilla Borgonhoni Chagas**

**DESENVOLVIMENTO E DEPENDÊNCIA NO BRASIL: reflexos do  
Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no município do Rio  
Grande (RS)**

**Porto Alegre**

**2014**

**Priscilla Borgonhoni Chagas**

**DESENVOLVIMENTO E DEPENDÊNCIA NO BRASIL: reflexos do  
Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no município do Rio  
Grande (RS)**

**Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em  
Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul,  
como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em  
Administração.**

**Área de Concentração: Estudos Organizacionais**

**Orientadora: Profa. Dra. Cristina Amélia Pereira de Carvalho**

**Porto Alegre**

**2014**

## CIP - Catalogação na Publicação

Chagas, Priscilla Borgonhoni

Desenvolvimento e dependência no Brasil: reflexos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no município do Rio Grande (RS) / Priscilla Borgonhoni Chagas. -- 2014.

244 f.

Orientadora: Cristina Amélia Pereira de Carvalho.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Administração, Programa de Pós-Graduação em Administração, Porto Alegre, BR-RS, 2014.

1. Programa de Aceleração do Crescimento. 2. Desenvolvimento. 3. Teoria marxista da dependência. 4. Coerência estruturada. 5. Padrão de reprodução do capital. I. Carvalho, Cristina Amélia Pereira de, orient. II. Título.

Priscilla Borgonhoni Chagas

**DESENVOLVIMENTO E DEPENDÊNCIA NO BRASIL: reflexos do  
Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no município do Rio  
Grande (RS)**

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA:

---

Professora Dra. Cristina Amélia Pereira de Carvalho – Presidente  
Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA)/  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

---

Professora Dra. Sueli Maria Goulart Silva  
Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA)/  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

---

Professor Dr. Guilherme Francisco Waterloo Radomsky  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) e Programa de Pós-Graduação em  
Desenvolvimento Rural (PGDR)/Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

---

Professor Dr. Carlos Roberto da Silva Machado  
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental/  
Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

*Com todo o meu amor, dedico  
esta tese ao meu esposo Neimar e ao meu filho Lucas.  
Pelas marcantes presenças nas minhas ausências.*

## AGRADECIMENTOS

Fé e gratidão. Duas palavras que expressam meus sentimentos nesse momento em que materializo nessa tese o resultado de quatro anos e meio de muito trabalho e dedicação. Fé em Deus por acreditar que Nele posso conquistar meus sonhos e trilhar caminhos melhores. Gratidão por saber que Ele sempre está ao meu lado e coloca pessoas que me ajudam quando preciso. Por isso, as lembranças ao longo do doutorado serão sempre recordadas com alegria, de um tempo que foi muito importante para mim. Tempo de aprendizado e crescimento, de renúncias e conquistas, de construções e reconstruções, de questionamentos e amadurecimento, de reflexões e mudança de visão de mundo. Desse tempo, algumas pessoas foram fundamentais e nesse momento quero agradecer profundamente:

Ao meu esposo Neimar por estar ao meu lado em todos os momentos, em dias felizes e em outros nem tanto. Suas palavras, ações e orações me ajudaram a seguir em frente mesmo nos momentos mais difíceis. Ao meu lindo filho Lucas, meu maior e melhor presente que ganhei nesse período, que despertou em mim sentimentos que eu nunca pensei que pudesse sentir e que iluminou os meus dias com o seu lindo sorriso.

Aos meus pais, Wilson e Irene, que sempre me incentivaram na busca do conhecimento e me apoiaram em todos os sentidos para iniciar e finalizar o doutorado. À minha irmã Jaqueline pelo suporte e compreensão.

À minha orientadora, Professora Cristina Carvalho, pelo apoio, dedicação e o compartilhamento de conhecimentos e experiências que foram essenciais nesses anos de aprendizado. Muito obrigada por me incentivar a pensar criticamente e me levar a não aceitar as primeiras impressões das leituras e das pesquisas de campo.

Aos amigos que o doutorado me deu oportunidade de conhecer ou fortalecer os laços de amizade, em especial a Josiane Silva de Oliveira, Danielle Regina Ullrich, Daniele dos Santos Fontoura, Monize Sâmara Visentini, Juliana Previatto Baldini, Leonardo Tonon, Larisse Kupski, Kenny Basso, Fábio Marquesan e Gabriela Cordioli Coto. Os momentos de comunhão, de estudos e as conversas com todos vocês foram muito importantes nessa caminhada acadêmica.

Aos amigos da Congregação Encontros de Fé – Zona Sul, em especial ao Pastor Alex e Heloísa, Marcel e Karol, Marcos e Mari, Massao e Lea, Jackson e Suelen, Jeferson e Antonella, Fran e Vanice. As orações e o acolhimento para com nossa família foram essenciais no período em que moramos em Porto Alegre. Senti o amor de Cristo transbordando na vida de vocês e jamais me esquecerei disso.

Aos amigos Dayane e Diogo e sua família, pela amizade e por toda a ajuda que nos ofereceram quando precisamos.

À minha amiga e orientadora do mestrado, Elisa Yoshie Ichikawa, pelo apoio e incentivo na realização do doutorado.

Aos meus amigos de Maringá que venciam a distância e me incentivavam com mensagens, correspondências eletrônicas e ligações, em especial minha querida amiga Roberta, sempre ao meu lado em momentos decisivos.

À Professora Sueli Maria Goulart Silva pela participação e valiosas contribuições no exame de qualificação, na banca de qualificação do projeto e pela participação na defesa da tese.

Aos Professores Marlene Ribeiro e Carlos Roberto Sanchez Milani, pelas respectivas contribuições no exame de qualificação (ensaio) e projeto de tese.

Ao Professor Carlos Roberto da Silva Machado por ter aceitado o convite para compor a banca de defesa da tese e por compartilhar os resultados de suas pesquisas.

Ao Professor Guilherme Francisco Waterloo Radomsky por ter aceitado o convite para participar da banca de defesa da tese.

Aos professores do PPGA/UFRGS, em especial da área de Concentração Estudos Organizacionais, pelos conhecimentos repassados e pelo incentivo de ver e analisar a realidade de uma forma diferente.

Aos entrevistados que aceitaram em contribuir com a pesquisa, compartilhando suas ideias, impressões e experiências. Um agradecimento especial a Ronaldo e Cristina que me deram valiosas informações sobre Rio Grande.

À Universidade Estadual de Maringá, em especial aos colegas do Departamento de Administração, que possibilitaram o meu afastamento para cursar o doutorado.

Aos funcionários da secretaria do PPGA/UFRGS pela presteza e competência em suas atividades.

A todas essas pessoas e aquelas que participaram direta e indiretamente na construção desta tese e aqui não foram mencionadas, meu muito obrigada!

*“Para a mentalidade ingênua a nação é coisa que ‘já existe’, e precisamente existe enquanto coisa. Está feita, sua realidade é completa, ainda que admitindo-se que sofra modificações ao longo da história. [...] Ora, o que a consciência crítica desvendará é justamente o oposto: é a minha atividade que torna possível a existência da nação. A nação não existe como fato, mas como projeto. Não é o que no presente a comunidade é, mas o que pretende ser, entendendo-se a palavra ‘pretende’ em sentido literal, como ‘pré-tender’, tender antecipado para um estado real. [...] A comunidade constitui a nação ao pretender ser, porque é assim que a constitui no projeto de onde deriva a atividade criadora, o trabalho. A nação resulta, pois, de um projeto da comunidade, posto em execução sob a forma de trabalho”.*

*Álvaro Vieira Pinto  
Consciência e realidade nacional, 1960*

*“Posso todas as coisas naquele que me fortalece”.*  
*Fil. 4, 13.*



## RESUMO

O objetivo desta tese foi compreender como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a partir dos investimentos no Polo Naval, solapa a coerência estruturada no município do Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul. O estudo foi fundamentado na teoria marxista da dependência, especialmente nas discussões de Marini (2005) e mais recentemente de Osorio (2012a; 2012b), acerca da inserção subordinada das economias periféricas no mercado internacional, articulada com os mecanismos de acumulação do capital e de exploração do trabalho e na teoria da ordenação espaço-temporal de Harvey (2004) que permite a compreensão de como o capital produz espaço por meio do solapamento das estruturas que permitem a sua produção e reprodução. Sendo assim, a tese defendida neste trabalho é que o Programa de Aceleração do Crescimento, fundamentado em uma política neodesenvolvimentista, consolida o novo padrão de especialização produtiva no Brasil e altera a coerência estruturada das regiões que recebem investimentos por meio da criação de espaços dinâmicos de acumulação do capital e reafirma a dependência do país no sistema econômico mundial. Foi utilizada a abordagem dialético-materialista e a coleta de dados envolveu pesquisa documental, observação livre e entrevistas semiestruturadas com 34 pessoas pertencentes ao poder público, a sindicatos, a associações comunitárias e à comunidade em geral. A análise dos períodos econômico-produtivos pelos quais Rio Grande passou revela que a acumulação do capital na região é alicerçada na dependência externa e na segregação social. Em todos os períodos é evidente a presença do capital exógeno à cidade, fruto de ordenações espaço-temporais sistêmicas atraídas fundamentalmente pelo porto existente e de intervenções estatais na economia local. Esses processos geraram ciclos de imigração na cidade, uma vez que o capital necessita de força de trabalho para criar uma nova capacidade produtiva. Em todos os períodos também é notável a constatação de que os produtos produzidos no município eram destinados fundamentalmente para a exportação, o que o deixou ainda mais vulnerável a crises internacionais e causaram enormes prejuízos sociais quando entraram em declínio. Essas condições também são reproduzidas no último período econômico-produtivo analisado: a implementação do Polo Naval a partir dos investimentos do PAC. Este Programa, ao mesmo tempo em que norteia os planos estratégicos de desenvolvimento conduzidos pelo Governo Federal, é provocador do novo padrão exportador de especialização produtiva no Brasil e revisita sob uma nova roupagem os sinais da lógica da dependência, ao dar forma a uma contraditória composição entre autonomia nacional para o enfrentamento das desigualdades, com adequações ao sistema econômico mundial. Essas contradições, originadas nas disputas pelo projeto de nação, desenham as ações e prioridades de investimentos inscritos no Programa e evidenciam o modo de inserção do Brasil no sistema econômico mundial. Por estas razões, a teoria marxista da dependência mostra sua potência para interpretar uma política pública, configurada pelas leis de funcionamento do capital e pelo papel subsidiário que nele é destinado aos países periféricos da América Latina, e que o novo desenvolvimentismo não altera.

**Palavras-chave:** Programa de Aceleração do Crescimento. Desenvolvimento. Dependência. Teoria Marxista da Dependência. Padrão de reprodução do capital. Coerência estruturada. Novo desenvolvimentismo.

## ABSTRACT

The aim of this thesis was to understand how the Growth Acceleration Program (PAC) from investments in Naval Pole, undermines the structured coherence in the city of Rio Grande, in Rio Grande do Sul. The study was based on marxist theory of dependency especially in discussions of Marini (2005) and more recently Osorio (2012a, 2012b), about the subordinate position of peripheral economies in the international market, combined with the mechanisms of accumulation of capital and labor exploitation and the theory of spatial-temporal ordering of Harvey (2004) that allows the understanding of how capital produces space through undermining the structures that enable its production and reproduction. Therefore, the argument of this thesis is that the Growth Acceleration Program, based on a new developmentalism policy, consolidates the new pattern of productive specialization in Brazil and alters the structured coherence of the regions that receive investments by creating dynamic spaces of capital accumulation and reaffirms the country's dependence on the world economic system. The dialectical-materialist approach were used and data collection involved documental research, free observation and semi-structured interviews with 34 people belonging to the government, labor unions, the community associations and the community in general. The analysis of the economic-productive periods for which Rio Grande went reveals that the accumulation of capital in the region is rooted in external dependence and social segregation. In all periods it is evident the presence of exogenous capital to the city, the result of ordinations spatiotemporal systemic attracted primarily by the existing port and government intervention on the local economy. These processes generate cycles of immigration in the city, once the capital needs of the workforce to create a new productive capacity. In all periods is also noteworthy to observe that the products produced in the city were intended primarily for export, which made him even more vulnerable to international crises and caused enormous social damage when went into decline. These conditions also reproduced in the final economic-productive period analyzed: the implementation of Naval Pole from the PAC investments. This program, while guiding the strategic development plans conducted by the Federal Government, is the provocative newcomer pattern of productive specialization in Brazil and revisits under a new guise signs of logical dependence, to form a composition contradictory between national autonomy for addressing inequalities, with adaptations to the world economic system. These contradictions, disputes arising in the project of nation, drawing the actions and priorities of investments included in the program and show the way of Brazil's insertion in the global economic system. For these reasons, the marxist theory of dependency shows its power to interpret a policy configured for the proper functioning of capital and the subsidiary role it is intended that the peripheral countries of Latin America, and the new developmentalism does not change.

**Key-words:** Growth Acceleration Program. Development. Dependency. Marxist theory of dependency. Pattern of reproduction of capital. Structured coherence. New developmentalism.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fórmula dos três ciclos integrados do capital.....	66
Figura 2 – Fórmula do ciclo do capital-dinheiro .....	67
Figura 3 - Localização geográfica da cidade do Rio Grande no Brasil .....	123
Figura 4 - Localização e as estruturas portuárias públicas e privadas atualmente instaladas no município do Rio Grande .....	159
Figura 5 - Áreas portuárias ocupadas por moradores e de interesse da Superintendência do Porto do Rio Grande para novos investimentos .....	168
Figura 6 – Ilustração de Carlos Latuff referente aos impactos do Superporto nas populações costeiras de Rio Grande/São José do Norte.....	172

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Análises a serem realizadas nas fases do ciclo do capital-dinheiro .....	67
Quadro 2 - Padrões de reprodução do capital dominantes na América Latina (séculos XIX a XXI) .....	70
Quadro 3 - Diferenças fundamentais entre o velho e o novo desenvolvimento .....	74
Quadro 4 – Projetos por eixo no Rio Grande do Sul .....	98
Quadro 5 – Detalhamento dos projetos do Eixo Energia no Rio Grande do Sul .....	99
Quadro 6 – Obras do PAC em Rio Grande/RS .....	101
Quadro 7 - Categorias de análise, definições constitutivas e elementos analisados .....	120
Quadro 8 – Empreendimentos imobiliários em Rio Grande .....	178

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Exportações de bens primários em sete economias sul-americanas (percentuais sobre as exportações totais).....	77
Tabela 2 - Previsão de investimentos do PAC em 2007 e 2009 (em R\$ bilhões).....	92
Tabela 3 – Previsão de investimentos do PAC2 no Brasil 2011-2014 (em R\$ bilhões) .....	93
Tabela 4 – Brasil: exportação de petróleo entre os anos 2000 a 2010.....	95
Tabela 5 – Previsão de investimentos do PAC2 no Rio Grande do Sul (em R\$ bilhões).....	98
Tabela 6 – Produção de pescado no Rio Grande do Sul e toneladas (t) e representatividade percentual de produção em relação à produção nacional (1972-1989).....	147
Tabela 7 – Crescimento da população do município de Rio Grande (1900 – 1980).....	150
Tabela 8 – Evolução da estrutura de emprego na cidade do Rio Grande (número de pessoas empregadas) (1930-1980) .....	150
Tabela 9 – Evolução do PIB município de Rio Grande no período de 2000 a 2011 .....	160
Tabela 10 – Estatísticas do cadastro geral de empresas de Rio Grande (2006-2012) .....	160
Tabela 11 – Rio Grande: obras de infraestrutura constantes no PAC 2 (Eixos Transportes e Energia) .....	164
Tabela 12 – Crescimento da população do município de Rio Grande (1991 – 2010).....	185
Tabela 13 - Rio Grande: população residente por lugar de nascimento (Censo Demográfico 2010) .....	186
Tabela 14 – Índices de Desenvolvimento Humano dos municípios de Rio Grande e Porto Alegre nos anos 1991, 2000 e 2010.....	197
Tabela 15 – Evolução do orçamento público do município do Rio Grande (2007 – 2011) ..	199
Tabela 16 – Número de conflitos na cidade do Rio Grande em 2011 e 2012.....	205

## LISTA DE FOTOS

Foto 1 – Construção da Plataforma P-55 no Polo Naval de Rio Grande .....	156
Foto 2 – Localização dos Molhes da Barra do Rio Grande .....	167
Foto 3 - Vista geral dos Molhes da Barra do Rio Grande .....	167
Foto 4 – Exemplo de anúncio de cursos de capacitação para cargos no Polo Naval .....	183
Foto 5 – Construção da Plataforma P-66 no Estaleiro Rio Grande (ERG1) – vista frontal...	194
Foto 6 – Construção da Plataforma P-66 no Estaleiro Rio Grande (ERG1) – vista lateral ...	195
Foto 7 – Cartaz na manifestação de 20 de junho de 2013 em Rio Grande .....	196
Foto 8 – Cartaz na manifestação de 20 de junho de 2013 em Rio Grande .....	196
Foto 9 – Manifestação sobre o transporte coletivo em Rio Grande em 20 de junho de 2013	203
Foto 10 – Manifestação sobre o transporte coletivo em Rio Grande em 20 de junho de 2013 .....	203

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Percentual de exportações de produtos manufaturados e primários segundo sua participação no total das exportações entre os anos 2005 a 2011 .....	104
Gráfico 2 - Evolução dos preços dos imóveis à venda na cidade do Rio Grande no período de 2000 a 2012 .....	177
Gráfico 3 – Posse e tráfico de entorpecentes em Rio Grande entre 2002 a 2013 (em número de apreensões) .....	193

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABENAV – Associação Brasileira das Empresas do Setor Naval e *Offshore*
- AEIS – Áreas de Especial Interesse Social
- AGDI – Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento
- ANP – Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
- APL – Arranjo Produtivo Local
- BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
- BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social
- CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
- CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
- CIDEC-Sul – Centro Integrado de Desenvolvimento e Estudos Costeiros
- COMPERJ – Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro
- COPPE – Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia
- CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
- CSP-Conlutas – Central Sindical e Popular
- DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
- EIA – Estudo de Impacto Ambiental
- EPE – Empresa de Pesquisa Energética
- FEE – Fundação de Economia e Estatística
- FEPAM – Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler
- FIERGS – Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul
- FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos
- FURG – Universidade Federal do Rio Grande
- IBESP – Instituto Brasileiro de Estudos Sociais e Políticos
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IEA – *International Energy Agency*
- IIRSA – Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana
- IFSul – Instituto Federal Sul-Rio-grandense
- IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
- IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas
- IPTU – Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana
- ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros
- ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza



ITBI – Imposto de Tramitação de Bens Imóveis  
MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia  
MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação  
MME – Ministério de Minas e Energia  
MPT – Ministério Público do Trabalho  
MT – Ministério dos Transportes  
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego  
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento  
PAC2 – Programa de Aceleração do Crescimento2  
PDZ – Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto Organizado do Rio Grande  
PIB – Produto Interno Bruto  
PLAM – Plano Ambiental Municipal  
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
PROMEF – Programa de Modernização e Expansão da Frota  
PROMINP – Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural  
PSB – Partido Socialista Brasileiro  
PT – Partido dos Trabalhadores  
RIMA – Relatório de Impacto Ambiental  
SEBRAE – Serviço Nacional de Apoio às Micro e Pequenas Empresas  
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial  
SINAVAL – Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e *Offshore*  
SINDALIRG – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias, Cooperativas, Agroindústrias da Alimentação do Rio Grande  
STIMMERG – Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e de Material Elétrico de Rio Grande e São José do Norte  
SUDEPE – Superintendência para o Desenvolvimento da Pesca  
SUPRG – Superintendência do Porto do Rio Grande  
TCU – Tribunal de Contas da União  
TMD – Teoria Marxista da Dependência  
UCPel – Universidade Católica de Pelotas  
UFPEL – Universidade Federal de Pelotas  
ZEEM – Zoneamento Ecológico-Econômico do Município

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>18</b>
<b>2</b>	<b>DEBATES SOBRE DESENVOLVIMENTO E DEPENDÊNCIA.....</b>	<b>28</b>
2.1	O DESENVOLVIMENTO COMO UM <i>CONTINUUM</i> EVOLUTIVO.....	29
2.2	AS RELAÇÕES CENTRO-PERIFERIA: A CEPAL E O NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO.....	36
2.3	A DEPENDÊNCIA COMO UM COMPONENTE ESTRUTURAL DO CAPITALISMO.....	42
2.4	TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA.....	48
<b>2.4.1</b>	<b>A revolução científico-técnica como promotora de uma nova forma de divisão internacional do trabalho.....</b>	<b>49</b>
<b>2.4.2</b>	<b>A superexploração da força de trabalho como essência da dependência latino-americana.....</b>	<b>53</b>
2.5	A CATEGORIA DO PADRÃO DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL E O NOVO PADRÃO EXPORTADOR DE ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA.....	63
2.6	O NOVO DESENVOLVIMENTISMO.....	72
2.7	DESENVOLVIMENTO E CONTRADIÇÃO: O CONCEITO DE COERÊNCIA ESTRUTURADA.....	80
<b>3</b>	<b>O PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO.....</b>	<b>89</b>
3.1	OS ANTECEDENTES DO PAC.....	89
3.2	PAC: PRIORIDADES E VALORES INVESTIDOS.....	91
<b>4</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>107</b>
4.1	FUNDAMENTOS DA PESQUISA.....	107
4.2	COLETA DOS DADOS.....	112
4.3	ANÁLISE DOS DADOS.....	118
<b>5</b>	<b>O ONTEM E O HOJE EM RIO GRANDE: PERCORRENDO A HISTÓRIA PARA COMPREENDER A ATUAL COERÊNCIA ESTRUTURADA.....</b>	<b>122</b>
5.1	LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE.....	122
5.2	OS PERÍODOS ECONÔMICO-PRODUTIVOS DE RIO GRANDE.....	124
<b>5.2.1</b>	<b>A fundação: Rio Grande como um baluarte militar.....</b>	<b>124</b>
<b>5.2.2</b>	<b>Período da conquista: da pecuária ao charque.....</b>	<b>126</b>
<b>5.2.3</b>	<b>Período da posse consolidada: o intercâmbio comercial.....</b>	<b>127</b>
<b>5.2.4</b>	<b>Período do Comércio de Importação e Exportação.....</b>	<b>129</b>
<b>5.2.5</b>	<b>Período da Industrialização.....</b>	<b>134</b>
<b>5.2.6</b>	<b>Período da Modernização Industrial.....</b>	<b>138</b>
<b>5.2.7</b>	<b>A indústria pesqueira em Rio Grande.....</b>	<b>143</b>
<b>5.2.8</b>	<b>Período do Superporto e Distrito Industrial.....</b>	<b>147</b>

5.3 O POLO NAVAL E SEUS EFEITOS NA ATUAL COERÊNCIA ESTRUTURADA DO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE .....	154
5.3.1 Formas e tecnologias de produção .....	157
5.3.2 A criação de infraestruturas físicas para o atendimento do Polo Naval.....	163
5.3.3 Padrões de demanda e oferta de mão de obra .....	181
5.3.4 Quantidades e qualidades de consumo .....	188
5.3.5 Infraestruturas sociais .....	206
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	213
REFERÊNCIAS .....	220
ANEXOS .....	239

## 1 INTRODUÇÃO

Nas discussões acerca das vias para o desenvolvimento dos países latino-americanos é recorrente o atrelamento da situação socioeconômica desses países a um problema de direção nacional. Nessa perspectiva, a análise se restringe ao contexto interno e coloca em segundo plano o exame em relação ao modo e à posição pela qual cada economia está engajada na conjuntura econômica mundial. O desenvolvimento seria, assim, acessível a todos os países, que deveriam se esforçar para superar o atraso socioeconômico. Por este raciocínio considera-se que as estratégias políticas e econômicas de uma nação não interferem negativamente no processo de desenvolvimento de outras.

Nas décadas de 1940-50 os intelectuais vinculados à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) refletiram sobre os problemas da América Latina a partir de uma crítica histórica às relações coloniais impostas pelo centro da economia capitalista e teceram contribuições importantes referentes ao desenvolvimento das economias da região. Partindo da constatação de que o subdesenvolvimento não era uma etapa anterior no rumo ao desenvolvimento, e não se limitava a questões quantitativas, mas estava relacionada a aspectos históricos e estruturais (FURTADO, 1968), os cepalinos buscaram teorias próprias para explicar e tentar modificar as condições de subdesenvolvimento. Nessa perspectiva, o conceito “centro-periferia” foi utilizado para descrever o processo de difusão do progresso técnico na economia mundial e para explicar a forma pela qual os seus ganhos são distribuídos, sendo desvendados os efeitos do comércio internacional sobre os países subdesenvolvidos.

Na teoria cepalina, a dominância do setor primário-exportador reproduz o baixo progresso técnico, a deterioração dos termos de troca e a condição periférica. Em busca de mecanismos de desenvolvimento econômico que reduzissem ou destruíssem os obstáculos para a absorção dos frutos do progresso técnico nos países subdesenvolvidos, os teóricos da referida organização passaram a defender o processo de industrialização por substituição de importações como forma de eliminar a transferência de valor, promovendo um desenvolvimento endógeno e autônomo (FURTADO, 2008). Nessa concepção, o Estado deveria assumir uma postura ativa e planejadora, restringindo a entrada de capital internacional e investindo em infraestrutura para o parque industrial nacional.

No entanto, apesar dos países latino-americanos intensificarem o processo de industrialização com o incentivo estatal, não se estabeleceram as bases de um capitalismo autônomo na região. O novo contexto histórico marcado pela instauração de ditaduras militares na América Latina a partir de 1964 fez com que o regime do capital se consolidasse na região como um capitalismo dependente e fosse cristalizada definitivamente “a dupla articulação – dependência externa e segregação social – como alicerce fundamental da acumulação de capital na região” (SAMPAIO JUNIOR, 2012, p. 676).

A partir da década de 1950 emergiu na América Latina uma grande efervescência teórica no sentido de encontrar explicações para a existência de desenvolvimento e subdesenvolvimento dentro de um mesmo processo: a lógica de acumulação do sistema capitalista. Mesmo após o golpe militar no Brasil, pensadores brasileiros, em conjunto com outros latino-americanos, se dedicaram a pensar as especificidades da economia da região e as relações com os países centrais durante o exílio imposto pelo regime vigente a partir de 1964. Dentre eles destacaram-se os brasileiros Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra, que refletiram o processo de formação socioeconômica da América Latina a partir de uma leitura marxista, traduzida na Teoria Marxista da Dependência (TMD).

Essa reflexão teórica esquadrinhou a lógica da integração subordinada do continente à economia capitalista mundial e superou os limites interpretativos do desenvolvimentismo formulado pela CEPAL (FERREIRA e LUCE, 2012) ao identificar que as bases da economia latino-americana apresentam peculiaridades e, portanto, não podem ser desenvolvidas nos mesmos parâmetros das economias capitalistas centrais. Tem-se na região um “capitalismo *sui generis*, que só adquire sentido se o contemplarmos na perspectiva do sistema em seu conjunto, tanto em nível nacional, quanto, e principalmente, em nível internacional” (MARINI, 2005, p. 138).

Esse arcabouço teórico desvendou que o desenvolvimento das nações latino-americanas estabelece sua indissociabilidade da relação de dependência e, por isso, “a tarefa fundamental da teoria marxista da dependência consiste em determinar a legalidade específica pela qual se rege a economia dependente” (MARINI, 2005, p. 193). Para esse autor, enquanto nos países centrais a acumulação de capital ocorre com base na capacidade produtiva do trabalho, na América Latina a acumulação é baseada na superexploração do trabalhador e “é nessa contradição que se radica a essência da dependência latino-americana” (MARINI, 2005, p. 162).

Devido ao longo período de ditadura civil-militar no Brasil, somente em meados da década dos 1980 ressurgiu a possibilidade de debater publicamente as ideias acerca e para o país. No entanto, esse debate ocorreu simultaneamente à avalanche neoliberal que descartou a ação do Estado na condução dos rumos da nação e na elaboração de planos de desenvolvimento. Nesse período, o capital estrangeiro assumiu um papel privilegiado na reestruturação do mundo subdesenvolvido e dependente, tendo o investimento externo direto aumentado consideravelmente nesses países, conformando um novo padrão de reprodução do capital – caracterizado como padrão exportador de especialização produtiva (OSORIO, 2012a; 2012b). Esse novo padrão apresenta similitudes em relação ao padrão agromineiro exportador que prevaleceu na região a partir de meados do século XIX até o início do século XX, devido à relevante participação dos bens agromineiros no total das exportações. A diferença substancial entre eles se caracteriza pela incorporação de bens provenientes de atividades básicas de montagem (automotor e eletrônica), todas com débil incorporação tecnológica (OSORIO, 2012b).

No entanto, desde o final dos anos 1990 e o início do século XXI, o neoliberalismo começou a mostrar “sinais de esgotamento no plano econômico, com a persistência dos desequilíbrios macroeconômicos, a redução dos direitos sociais e o aumento do desemprego estrutural e do pauperismo relativo” (CASTELO, 2010, p. 193), o que contribuiu para causar mudanças significativas no contexto político da América do Sul. Governos progressistas são eleitos com maciço apoio popular na maioria dos países do continente, prometendo a implantação de novas agendas políticas.

No final de 2002 a formação de um “governo popular” prometia se concretizar no Brasil com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), do Partido dos Trabalhadores (PT). As forças políticas emergentes buscavam canalizar as aspirações de mudança que se avolumavam no seio da sociedade civil, fruto de um processo acelerado de politização que reclamava a inclusão de novos atores sociais, para uma efetiva participação social. O novo arranjo político que emergia defendia a liderança política do Estado, para a consolidação de um modelo de desenvolvimento inclusivo e dotado da capacidade de transformar o Brasil em uma potência econômica. Nesse contexto, outro cenário sócio-político e econômico parecia despontar no País.

O primeiro mandato de Lula, de 2003 a 2006, transcorreu sob a crítica da falta de um projeto para o país e do continuísmo na política econômica (MAGALHÃES, 2010; COUTO e COUTO, 2010), apesar dos programas de erradicação da miséria por transferência de renda.

Foi somente no segundo mandato, iniciado em 2007, que o governo apresentou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o constituiu seu principal instrumento de política econômica e orientação para a promoção dos ajustes estruturais necessários para a sua estratégia de desenvolvimento do Brasil. O PAC foi apresentado como “o maior programa estratégico de investimentos do Brasil nas últimas quatro décadas” (BRASIL, 2007a, p. 03) e propagado pelo governo como um programa, de âmbito nacional, que objetivava promover a aceleração do crescimento econômico; o aumento do emprego e a melhoria das condições de vida da população brasileira (BRASIL, 2007b).

Para isto, o PAC se propõe a alavancar o crescimento de indicadores econômicos por meio de investimentos em setores estratégicos da economia que incluem o setor energético e o da construção civil. Este, intensivo em mão de obra, permite também atacar o problema da geração de emprego e, ao mesmo tempo, a escassez de moradia popular. Nesse sentido, no PAC são concretizadas as opções estratégicas de desenvolvimento, por meio de programas de investimento, que pautaram fortemente a ação política do segundo governo de Lula, e, por conseguinte, de sua sucessora pertencente ao mesmo partido político - Dilma Rousseff, cujo mandato iniciou-se em 2011.

A análise dos investimentos realizados pelo referido Programa até 2014 revela alta concentração de recursos na ampliação da infraestrutura logística, produtiva e energética, com ênfase no aumento da capacidade de exploração de combustíveis fósseis. Ou seja, os incentivos do PAC aumentam a importância atribuída aos produtos primários - nomeadamente o petróleo - na pauta das exportações, reforçam o papel negativo das *commodities* e agravam a especialização retrógrada em curso que se realiza por meio da reprimarização das exportações nas economias periféricas, como apontam Filgueiras e Gonçalves (2007). Têm-se, assim, os elementos necessários para a consolidação do novo padrão de especialização produtiva identificado por Osorio (2012a; 2012b).

No cenário da geopolítica internacional, o PAC constitui a contribuição brasileira para uma estratégia comum de projetos de integração para a América Latina, reunida na Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), um programa dos doze países sul-americanos, lançado em 2000. A macrorreestruturação da geografia econômica da região é condição necessária para a efetividade do padrão de acumulação em curso no Brasil e na América Latina, fundamentado na reprimarização da economia (LEHER, 2007). Ao lançar seus investimentos prioritariamente em infraestrutura, Verdum (2008) defende que o PAC integra uma estratégia dos setores dominantes da economia, que orientam o processo de

expansão e modernização econômica brasileira para as regiões do território nacional ainda não perfeitamente integradas ao sistema econômico capitalista, mas também na direção dos outros países do continente. Assim, a análise do mapa desenhado pelo imperialismo, como afirma Leher (2007), envolve a compreensão dos interesses das frações locais da burguesia, em inter-relação com as frações internacionalizadas, e da forma como manejam as políticas de Estado.

Dessa forma, ao mesmo tempo em que o PAC representa a adesão do governo quanto a um projeto de desenvolvimento para o Brasil, o mesmo remete ao que Gudynas (2009, p. 188) chama de “novo extrativismo progressista” nos países da América do Sul. Sob este extrativismo mantém-se um modelo de desenvolvimento baseado na apropriação da natureza, que alimenta uma rede produtiva muito pouco diversificada e fortemente dependente da inserção internacional como fornecedora de matérias-primas. Ao ativar desta forma a economia, o Estado aparenta desempenhar um papel mais autônomo na condução da economia, além de obter maior legitimidade pela redistribuição de uma parte do excedente gerado por esse extrativismo nas políticas sociais compensatórias.

No Brasil, o fundamento da política econômica a partir de 2003 encontrou refúgio nas premissas do chamado novo desenvolvimentismo, uma tentativa de conciliar os aspectos “positivos” do neoliberalismo com os aspectos “positivos” do velho desenvolvimentismo (SAMPAIO JUNIOR, 2012). O principal objetivo da conciliação de determinados aspectos de estratégias de desenvolvimento opostas, na crítica de Castelo (2010, p. 194) é “delinear um projeto nacional de crescimento econômico combinado com uma melhora substancial nos padrões distributivos do país” e por isso é necessário determinado padrão de intervenção do Estado na economia e na questão social. Assim é que o PAC alimenta a possibilidade de um modelo de desenvolvimento nacional que, ao se articular com políticas sociais compensatórias, promete criar um estado social-democrático e de bem-estar no Brasil (MOTA, AMARAL e PERUZZO, 2012).

No entanto, a construção e implementação de projetos constantes na alçada do PAC trazem impactos às regiões que recebem os investimentos, podendo gerar crescimento, mas também desigualdade regional (DOMINGUES, MAGALHÃES e FARIA, 2009). Os investimentos em infraestrutura e projetos de longo prazo, característicos do referido Programa, também são oportunidades para o capital produzir espaços, por meio de processos de deslocamentos temporais e espaciais dos excedentes de capital e força de trabalho, ao postergar as crises de sobreacumulação (HARVEY, 2005). Esses processos, porém, solapam o



conjunto de estruturas que permitem a produção e reprodução do capital, a coerência estruturada de uma região, gerando e ampliando contradições (HARVEY, 2005; 2012).

Atualmente estão sendo executados 2.551 empreendimentos pelo PAC no Rio Grande do Sul (BRASIL, 2014), com um investimento total de R\$ 26,31 bilhões no período compreendido entre 2011 e 2014 e R\$ 6,29 bilhões pós 2014 (BRASIL, 2013a). Desse total, R\$ 16,31 bilhões são destinados ao eixo Energia, dos quais R\$ 8,85 bilhões são voltados para projetos que objetivam promover pesquisas exploratórias, construir plataformas de prospecção de petróleo e melhorar a produção desta matéria-prima. Visto como estratégico do ponto de vista do capital e do atual modelo de desenvolvimento em vigor no país em função de sua localização geográfica e das condições naturais privilegiadas, o município do Rio Grande, localizado no sul do Estado, vem recebendo um grande aporte de recursos do PAC, especialmente destinados à construção de plataformas de exploração de petróleo para a Petrobras, o que ocasionou a implementação de um Polo Naval.

A cidade passou por diferentes fases em seu processo de desenvolvimento econômico desde o final do século XIX, quando foi um dos municípios mais importantes do Rio Grande do Sul devido a sua industrialização pioneira, a indústria da pesca e dos investimentos que deram origem a implementação do Superporto, do Distrito Industrial e dos Corredores de Exportação do Estado. No entanto, entre o final do século XX e o início dos anos 2000 a cidade, assim como a região sul do Estado, enfrentou pouco crescimento econômico, situação alterada em meados de 2006, quando houve uma retomada do crescimento a partir do estabelecimento do Polo Naval na cidade. Devido, em grande parte, a esses investimentos, Rio Grande teve um aumento significativo em seu PIB (Produto Interno Bruto) e passou de sétima cidade mais rica do Estado em 2007, para a quarta em 2008<sup>1</sup>, posição que se manteve até 2011 (últimos dados disponíveis), segundo a Fundação de Economia e Estatística (2014).

A implementação do Polo Naval na cidade trouxe consigo a necessidade do provimento de infraestrutura física, ocasionando modificações na área portuária e alterando a dinâmica de comunidades residentes nessa região, onde casos de remoções e mudanças forçadas começaram a ocorrer. A massiva importação de mão de obra qualificada para o

---

<sup>1</sup> Segundo a Fundação de Economia e Estatística (FEE, 2014), o PIB do município de Rio Grande foi de R\$ 4.442.147.349,00 em 2007 e de R\$ 6.302.581.400,00 em 2008, o que representou um aumento de aproximadamente 42% entre os dois anos.

trabalho na indústria naval e nos setores direta ou indiretamente ligados a ele, a demanda por imóveis, as perspectivas futuras de que o Polo Naval se consolide ainda mais no decorrer por próximos anos, aliados à flexibilidade do Plano Diretor em vigência no município atraíram a atenção de muitos especuladores na cidade, que viram uma oportunidade para aplicação do capital em empreendimentos imobiliários. Problemas históricos existentes na cidade (especialmente nas áreas de saúde, habitação, educação, segurança e mobilidade) tiveram suas demandas agravadas em função do grande número de imigrantes que a cidade recebeu para o trabalho no setor naval. Esses e outros processos em andamento vem solapando as estruturas políticas, econômicas e sociais do município, sua coerência estruturada.

Uma vez apontadas tais reflexões, o problema que se coloca para o desenvolvimento desta pesquisa é:

*Como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a partir dos investimentos no Polo Naval, solapa a coerência estruturada no município do Rio Grande/RS?*

Tendo por base a pergunta de pesquisa exposta anteriormente, o presente trabalho tem por **objetivo geral**: Compreender como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a partir dos investimentos no Polo Naval, solapa a coerência estruturada no município do Rio Grande/RS. Para tanto, foram formulados alguns **objetivos específicos** para orientar a investigação:

- Analisar o Programa de Aceleração do Crescimento no que diz respeito às suas prioridades de investimentos em nível nacional e no Estado do Rio Grande do Sul;
- Descrever os períodos econômico-produtivos pelos quais passou o município do Rio Grande/RS desde a sua fundação aos dias atuais;
- Compreender o solapamento da coerência estruturada no município do Rio Grande/RS a partir dos investimentos no Polo Naval alavancados pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

A partir de uma aproximação teórica entre a Teoria Marxista da Dependência, sobretudo nos escritos de Ruy Mauro Marini e mais recentemente de Jaime Osorio (2012a; 2012b), e as contribuições de David Harvey a respeito dos processos de ordenações espaço-temporais, compreender-se-á o solapamento da coerência estruturada do atual período econômico-produtivo, mas também como esse processo ocorreu nos outros períodos pelos quais passou o município do Rio Grande.

O desenvolvimento dos objetivos de pesquisa aqui propostos são embasados pelo seguinte argumento: **O Programa de Aceleração do Crescimento, fundamentado em uma política neodesenvolvimentista, consolida o novo padrão de especialização produtiva no Brasil e altera a coerência estruturada das regiões que recebem investimentos por meio da criação de espaços dinâmicos de acumulação do capital e reafirma a dependência do país no sistema econômico mundial.**

O desenvolvimento deste argumento pretende contribuir para uma aproximação prospectiva aos Estudos Organizacionais, ao apontar a possibilidade de um outro olhar acerca da gestão na sociedade contemporânea, fugindo da colonialidade epistêmica que prevalece na América Latina, como a sua tendência para a falsificação e imitação dos conhecimentos gerados no Centro (IBARRA-COLADO, 2006) e advogando a preocupação dos Estudos Organizacionais com um olhar macro societal, possibilitado pela Teoria Marxista da Dependência. Este arcabouço teórico torna evidente o papel destinado aos países periféricos em termos da divisão internacional do trabalho, o que permite uma melhor compreensão do contexto mais amplo de estratégias de desenvolvimento (MISOCZKY, 2011). Assim, desde o *locus* de anúncio do Sul (MIGNOLO, 2003a) ou ainda, desde a “pluriversalidade do conhecimento em oposição ao universalismo eurocêntrico” (WANDERLEY e FARIA, 2012, p. 2), a Teoria Marxista da Dependência permite analisar a problemática brasileira a partir de uma lente do Sul que pretende refletir sobre sua própria realidade.

Embora alguns estudos recentes contribuam para a compreensão de realidades locais a partir de perspectivas que diferem do *mainstream* (trabalhos como de IMAS e WESTON, 2012; ISLAM, 2012; SRINIVAS, 2012; UI-HAQ e WESTWOOD, 2012), ainda há muito a ser aprendido sobre a gestão no Sul, uma vez que grande parte dos estudos desse cunho seguem uma perspectiva ocidental que pode limitar a compreensão dessas realidades ou porque alguns aspectos interessantes de práticas organizacionais do Sul foram simplesmente ignorados (JACKSON, 2012). Ao fazer referência ao “Sul” em oposição ao “Norte”, é necessário destacar que essa divisão “não é mais uma mera questão de países, mas uma realidade entrelaçada em diferentes localizações geográficas” e os países pertencentes ao Sul “compõem um grupo heterogêneo, com diferentes problemas e agendas” (ALCADIPANI et al., 2012, p. 140).

Ao articular a TMD com as contribuições de David Harvey acerca dos deslocamentos do capital e como esses movimentos solapam o conjunto de estruturas que permitem a produção e reprodução do capital de uma determinada região, é possível desvendar as

contradições geradas ou ampliadas na implementação de grandes projetos inseridos nas agendas de programas nacionais de crescimento, como é o caso do PAC.

Metodologicamente, espera-se que o presente trabalho também dê suas contribuições ao utilizar-se da abordagem dialético-materialista. Tendo como base os três pressupostos fundamentais dessa abordagem, a totalidade, a contradição e a historicidade dos fenômenos humanos, foi possível contemplar, analisar e compreender o solapamento da coerência estruturada de Rio Grande a partir dos grandes investimentos do PAC.

No que se refere às contribuições empíricas, nas análises sobre as alterações da coerência estruturada em Rio Grande foi possível compreender as contradições geradas com a implementação de um grande projeto de desenvolvimento e as disputas envolvendo concepções distintas de cidade, onde de um lado têm-se os detentores do capital e de outro os trabalhadores. É exatamente essa relação entre capital e trabalho e os processos conflituosos e contraditórios que dela resultam, que a configuração específica de Rio Grande é formada.

Para o desenvolvimento do argumento, a tese está organizada em cinco capítulos, além desta introdução. O capítulo seguinte é dedicado às discussões teóricas, onde estão contidos os debates sobre desenvolvimento e dependência na América Latina e no Brasil e, para isso, retoma formulações teóricas e político-ideológicas que trataram o tema desde o término da Segunda Guerra Mundial até os dias atuais. A teoria marxista da dependência é tratada com profundidade, especialmente no pensamento dos autores brasileiros Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra que esquadriharam as peculiaridades do capitalismo latino-americano e suas relações com as economias centrais. Também neste capítulo é tratada a noção de *padrão de reprodução do capital* desenvolvida por Jaime Osorio, que auxilia a compreensão das formas pelas quais o capital se reproduz em períodos históricos específicos e em espaços geoterritoriais determinados. Por fim, é debatida a formulação teórica de David Harvey que, ao explicar a mobilidade do capital e a atuação do Estado pelo território com vistas à acumulação capitalista e à acumulação do poder político, possibilita a compreensão de representações dinâmicas de como as contradições se manifestam em uma determinada região.

O terceiro capítulo é dedicado à apresentação e análise do Programa de Aceleração do Crescimento. São apresentados os investimentos desse Programa do Estado do Rio Grande do Sul e na cidade do Rio Grande e descritos os eixos e prioridades dos recursos alocados.

Também é realizada uma análise crítica do PAC no que se refere a suas premissas e fundamentos e uma contextualização do PAC no contexto da IIRSA.

Os procedimentos metodológicos utilizados na condução da pesquisa são discutidos e detalhados no quarto capítulo. Primeiramente são apresentados os fundamentos da pesquisa, seguido dos procedimentos de coleta e análise dos dados utilizados para o alcance dos objetivos propostos nesta tese. São explicitadas as categorias que foram utilizadas para a compreensão da configuração específica de Rio Grande, as características da atual coerência estruturada do município, a formação e transformação das estruturas políticas, sociais e econômicas da cidade com a implementação do Polo Naval enquanto resultado de uma política pública.

O quinto capítulo é dedicado às análises e discussões dos dados. Inicialmente são apresentadas as origens históricas e a localização geográfica do município do Rio Grande, com o objetivo de contextualizar o lócus da coleta de dados. Na sequência são descritos e analisados os períodos históricos pelos quais a cidade passou, intencionando demonstrar a configuração específica de Rio Grande como resultado de ordenações espaço-temporais sistêmicas e como esses processos criaram e destruíram coerências estruturadas ao longo da história do município em tela. Logo após é analisada a atual coerência estruturada da cidade, e os reflexos do Polo Naval na dinâmica socioeconômica local.

No capítulo seis são apresentadas, finalmente, as considerações finais da tese.

## 2 DEBATES SOBRE DESENVOLVIMENTO E DEPENDÊNCIA

Este capítulo tem por objetivo apresentar debates sobre desenvolvimento e dependência na América Latina e no Brasil e, para isso, retoma formulações teóricas e político-ideológicas que trataram o tema desde o término da Segunda Guerra Mundial até os dias atuais. Tal retomada é importante devido ao fato da intensificação do debate acerca do novo desenvolvimentismo como recente formulação teórica no País, principalmente após a ascensão de Lula à Presidência da República, em 2003.

Nesse sentido, primeiramente é apresentada a teoria do desenvolvimento e as premissas de seu maior expoente - Walt Whitman Rostow (1961), bem como as limitações dessa teoria ao analisar as economias latino-americanas. Essa abordagem, juntamente com a teoria da modernização, legitimou a tese de que o atraso econômico dos países pobres era relacionado em grande medida as suas práticas administrativas deformadas. Desde então a gestão tornou-se um importante instrumento na tentativa dos países categorizados como pertencentes ao Terceiro Mundo alcançarem modernização e desenvolvimento.

Em seguida, é discutida a formulação teórica da CEPAL, que serviu como fundamento para a ideologia do nacional-desenvolvimentismo e são apontadas as razões de sua incapacidade em responder à situação em que se encontravam as economias periféricas. Logo após, são apresentadas as vertentes da teoria da dependência, na versão do capitalismo dependente-associado representada por Cardoso e Faletto (1970) e a vertente marxista representada em seus primórdios pelos autores brasileiros Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra e Ruy Mauro Marini. Este último, ao desvendar as especificidades do ciclo do capital nos países dependentes, abriu um amplo debate acerca da forma pela qual o capital se reproduz nessas economias.

Em seguida, é apresentada a categoria do padrão de reprodução do capital, formulada por Jaime Osorio, discípulo de Marini, que periodiza a lógica que guia os movimentos do capital, sua dinâmica interna, e suas inter-relações dentro do sistema-mundial capitalista. Osorio (2012a, 2012b) identifica que os países da América Latina vivenciam atualmente um novo padrão de reprodução do capital, denominado de padrão exportador de especialização produtiva.

Esse novo padrão encontra-se no bojo de um novo ciclo de políticas de desenvolvimento presente na América Latina, em especial na América do Sul, desde o final

dos anos 1990 e o início do século XXI. A emergência de novos governos de esquerda e centro-esquerda no continente prometia a redefinição de prioridades da agenda pública e uma nova forma de governar os países da região de forma a reduzir as desigualdades sociais. Especificamente no Brasil, esse contexto propiciou a emergência de debates sobre o novo desenvolvimentismo, que é discutido no item 2.6.

Por fim, é debatida a formulação teórica de David Harvey que, ao explicar a mobilidade do capital e a atuação do Estado pelo território com vistas à acumulação capitalista e à acumulação do poder político, possibilita a compreensão de representações dinâmicas de como as contradições se manifestam em uma determinada região. Essa formulação teórica serviu de base para a compreensão das alterações das estruturas de produção e reprodução do capital no Rio Grande a partir dos investimentos no Polo Naval alavancados pelo PAC.

## 2.1 O DESENVOLVIMENTO COMO UM *CONTINUUM* EVOLUTIVO

A crise do colonialismo, acentuada após a II Guerra Mundial, pôs em discussão algumas interpretações vigentes nas Ciências Sociais que explicavam a Revolução Industrial e o surgimento da civilização ocidental como um grande processo social criador da modernidade. Esta, alçada à categoria de fenômeno universal, correspondia a um estágio social que todas as sociedades deveriam almejar atingir, pois representaria o pleno desenvolvimento da sociedade democrática (DOS SANTOS, 2000). A categorização das nações de acordo com o seu nível de “desenvolvimento” (Primeiro, Segundo e Terceiro Mundos) emergiu como um conceito no processo de redefinição do Ocidente e o Oriente e reorganizou o arranjo do poder no mundo (ESCOBAR, 1988). Embora essa classificação não esteja mais em vigência nos dias atuais, ela ainda é útil porque torna evidente a construção hierárquica que posiciona alguns lugares como universalmente “melhores” do que outros (ALCADIPANI et al., 2012).

A visão de que os países pertencentes ao Terceiro Mundo seriam “piores” do que os de Primeiro Mundo tornou-se naturalizada e ganhou destaque na medida em que os países desenvolvidos se posicionaram não apenas como modelo a ser seguido pelos países menos desenvolvidos, mas também como guias para orientá-los a saírem do subdesenvolvimento. Nesse momento emergiu a necessidade de criar no resto do mundo sociedades equipadas com

material adequado e institucional para rapidamente alcançarem o estilo de vida dos países industrializados (ALCADIPANI, et al., 2012).

É neste contexto que emergiu uma vasta literatura dedicada à análise destes temas sob o título geral de “teoria do desenvolvimento” cuja principal característica era a de conceber o desenvolvimento como a adoção de normas de comportamento, atitudes e valores identificados com a racionalidade econômica moderna (DOS SANTOS, 2000), ou seja, a busca da produtividade máxima, a geração de poupança e de investimentos para a acumulação permanente de riqueza pelos indivíduos e pelas nações dominantes.

Formulada, assim, a partir da observação da constituição das economias dos países capitalistas centrais, a teoria do desenvolvimento tradicional conduziu, de certa forma, o desenvolvimento econômico da região latino-americana durante longo período (DOS SANTOS, 2000). Inspirada primeiramente na lei das vantagens comparativas<sup>2</sup>, cuja premissa fundamental era de que cada país, especializando-se num tipo de produção de acordo com suas “vocações naturais”, conseguiria obter condições comparativamente mais favoráveis no comércio internacional. No entanto, esse modelo de desenvolvimento deixava à mostra seu conteúdo e propósito a cada crise no comércio internacional, ao ser responsável por aprofundar os desequilíbrios das economias dos países periféricos.

A teoria do desenvolvimento alcançou seu auge entre as décadas de 1950 e 1960 com a publicação das obras de Walt Whitman Rostow que apresentou um esquema histórico composto por fases do desenvolvimento econômico em *Processo de crescimento econômico* (1952) e o conceito de “decolagem” em seu artigo *A decolagem para o crescimento autossustentado* (1956). Em 1955, Norman Buchanan e Howard S. Ellis lançaram a obra *Approaches to economic development*, cujo objetivo principal era ajudar a definir uma política norte-americana para reformar os países do terceiro mundo, empurrando-os para o caminho do progresso (MORAES, 2005). Assim surgiria aquilo que se convencionou chamar de Teoria da Modernização, complemento necessário da economia do desenvolvimento, que segundo Moraes (2005, p. 18-19) era caracterizada como:

---

<sup>2</sup> A teoria das vantagens comparativas formulada por David Ricardo defendia que o fenômeno da economia internacional podia ser entendido como um fator externo e apenas complementar à lógica da economia nacional. Nesse sentido, cada país deveria se especializar naqueles setores em que obtinha maior produtividade e importar os produtos em que conseguissem menor produtividade, mesmo que os preços destes produtos no exterior não fossem mais baratos que os nacionais. A diretriz básica é, sem dúvida alguma, o livre-comércio (DOS SANTOS, 2000; GONÇALVES, 2012b).



Um extraordinário montante de reflexões que buscavam caracterizar o estado de subdesenvolvimento e os modos de superá-lo, administrar o difícil e perigoso período de “transição” entre o tradicional e o moderno, delicado intervalo, em que os determinantes da velha ordem já se desintegraram e os que garantiriam a nova ordem ainda não se consolidaram. [...] A modernização desmancha o desenho da velha ordem com o simultâneo engendramento de um novo quadro – novas relações e laços sociais, novos costumes, valores, sentimentos, ideias e imagens de mundo. Sem esta substituição, correr-se-ia o risco de que o vazio fosse ocupado pela versão degenerada do “moderno”, tal como essa figura aparece em muitos autores desse campo: o comunismo. A teoria da Modernização nasceu assim. E redundou, desse modo, em uma produção notada e deliberadamente normativa, no aconselhamento de reformas estruturais que deveriam ser introduzidas – por diferentes maneiras, aquelas que fossem possíveis – no terceiro mundo.

O discurso inaugural do presidente norte-americano Harry S. Truman, em 1949, considerado um marco delimitador da categorização dos países entre desenvolvidos e subdesenvolvidos (FAÉ, 2009), deixava claro que a motivação explícita do plano de ajuda aos países pobres estava relacionada a evitar que esses países adotassem comportamentos políticos inconvenientes, perigosos. Em outras palavras, “a adoção de regimes comunistas ou criptocomunistas” (MORAES, 2005, p. 5).

A tese implícita que perpassava a teoria do desenvolvimento era de que o atraso econômico dos países pobres era relacionado em grande medida a suas práticas administrativas deformadas (normalmente reportadas como ineficientes, associadas a uma lógica social distinta da racional econômica) e portanto, a mudança era possível por meio da modernização. Essa tese estava presente em grande parte da assistência econômica e técnica aos países em desenvolvimento, legitimada sob o marco teórico da teoria da modernização e do projeto global de desenvolvimento (ALCADIPANI et al., 2012) e institucionalizada nas agências de cooperação internacional para o desenvolvimento até os dias atuais. Essas instituições exerceram um papel fundamental “na construção de uma ortodoxia do desenvolvimento e da cooperação, segundo a qual haveria lugares em que recursos (naturais, humanos, sociais e políticos) teriam sido explorados de maneira insuficiente ou inadequada” (MILANI e LOUREIRO, 2013, p. 237).

Essas premissas estavam presentes na obra *Etapas do desenvolvimento econômico*, escrita por Rostow em 1961 e que se tornou referência na concepção desenvolvimentista ligada ao crescimento. Nela o referido autor detalhou uma escala evolutiva composta por cinco etapas de desenvolvimento econômico que toda e qualquer economia poderia alcançar desde que reunisse algumas condições. Essas eram definidas como a sociedade tradicional, as condições para o arranco (*take-off*, também traduzido como decolagem), o arranco, a marcha para a maturidade e a era do consumo em massa. As cinco etapas são pensadas na

dicotomia tradicional *versus* moderno, e a inclusão de três estágios intermediários constitui uma “transição”, entre dois tipos polares, a velha ordem e a nova, aquela que se pretende construir” (MORAES, 2005, p. 37).

A primeira etapa, a sociedade tradicional, foi caracterizada por Rostow (1961) como uma sociedade em que a estrutura se expande dentro de funções de produção limitadas e que as potencialidades concernentes à ciência e à tecnologia modernas não estarem ainda disponíveis ou não serem regular e sistematicamente aplicadas, o que ocasiona um teto no nível alcançável do volume de produção *per capita*. Devido à limitação de produtividade, uma proporção elevada dos recursos era dedicada à agricultura, o que originava uma estrutura social hierarquizada e reduzida mobilidade social. Em função disso, o sistema de valores dessas sociedades estava sincronizado com o “fatalismo a longo prazo” em que as possibilidades abertas para gerações futuras eram similares às das gerações anteriores, embora fosse lícito e possível, a curto prazo, uma melhoria da qualidade de vida a partir do esforço do indivíduo (ROSTOW, 1961, p. 17).

Já a segunda etapa do desenvolvimento envolve as sociedades em processo de transição da etapa tradicional para o arranco. Durante esse processo de progresso econômico, outras dimensões são transformadas, tais como a ampliação e modificação da educação com a finalidade de atender às necessidades surgidas pela modernização da atividade econômica; o surgimento de bancos e instituições financeiras e de “novos tipos de homens de empresa”; o crescimento dos investimentos em transportes, comunicações, matérias-primas e do comércio e o aparecimento da moderna empresa industrial (ROSTOW, 1961, p. 19). No entanto, alterações no aspecto político eram decisivas nessa fase,

[...] a formação de um Estado nacional centralizado eficaz – baseada em coligações matizadas pelo novo nacionalismo, em oposição aos tradicionais interesses regionais agrários, à potência colonialista ou a ambos – foi um aspecto decisivo do período das precondições. Isso também foi, quase universalmente, uma condição necessária para o arranco (ROSTOW, 1961, p. 19).

Na terceira etapa do desenvolvimento, denominada arranco, novas indústrias se expandem e grande parte dos lucros resultantes dessas atividades é reinvestida em novas instalações. Devido à necessidade crescente de serviços e operários, surgem novas áreas urbanas e métodos de produção e recursos naturais até então não aproveitados são explorados. O processo de expansão no setor moderno produz um aumento de renda e a sua concentração nas mãos dos envolvidos nas atividades industriais e naqueles que investem a taxas mais elevadas. A produção agrícola também sofre um aumento significativo na medida em que

novas técnicas são difundidas. Em uma ou duas décadas, “a estrutura social e política da sociedade se transformam de maneira tal que, a partir daí, pode ser mantido um ritmo constante de desenvolvimento” (ROSTOW, 1961, p. 21).

Na etapa da maturidade, alcançada aproximadamente 60 anos após o início do arranco, “a economia demonstra que possui aptidões técnicas e organizacionais para produzir não tudo, mas qualquer coisa que decida produzir” (ROSTOW, 1961, p. 23). As indústrias se utilizam de processos mais complexos e aplicam seus recursos de forma mais ampla e eficaz. Novos setores líderes ascendem, envolvidos com a tecnologia utilizada, mas também determinados com a natureza dos recursos de que o país está dotado; pelo caráter do arranco e das forças postas em movimento por este, podendo ser moldados pela orientação dos governos.

Por fim, na etapa da sociedade de consumo em massa, as indústrias de bens de consumo duráveis e o setor de serviços assumem preponderância na estrutura setorial da economia nacional. Rostow (1961) defendeu que nessa etapa ocorre o aumento da renda real per capita e o conseqüente aumento do consumo para além das necessidades mínimas de alimentação, habitação e vestuário. Ocorre também a modificação na estrutura da força do trabalho, com funcionários cada vez mais especializados. Para além das transformações econômicas, Rostow (1961, p. 24) identificou outras,

A sociedade deixou de aceitar a ulterior expansão da tecnologia moderna como objetivo supremo. É nessa etapa pós-maturidade, por exemplo, que as sociedades ocidentais, mediante processos políticos, decidiram atribuir recursos cada vez maiores à assistência social. O surto do Estado do Bem-Estar (*welfare state*) é uma manifestação de uma sociedade que marcha para além da maturidade técnica; mas também é nessa etapa que os recursos tendem cada vez mais a ser dirigidos para a produção de artigos de consumo durável e à difusão dos serviços em massa, caso predomine a soberania dos consumidores.

Neste panorama, “a questão do desenvolvimento passou a ser, assim, um modelo ideal de ações econômicas, sociais e políticas interligadas que ocorreriam em determinados países, sempre que se dessem as condições ideais à sua ‘decolagem’” (DOS SANTOS, 2000, p. 17). A sociedade de consumo em massa passou a ser considerada o auge do desenvolvimento e a meta que as sociedades deveriam almejar. O desenvolvimento tinha um único caminho possível, composto por etapas em sequência, tudo previamente determinado. Ainda para Dos Santos (2000, p. 16),

A teoria do desenvolvimento buscou localizar os obstáculos à plena implantação da modernidade e definir os instrumentos de intervenção, capazes de alcançar os resultados desejados no sentido de aproximar cada sociedade existente desta sociedade ideal. Por mais que estas construções teóricas pretendam ser construções

neutras em termos de valores, era impossível esconder a evidência de que se considerava a sociedade moderna, que nascera na Europa e se afirmava nos Estados Unidos da América, como um ideal a alcançar e uma meta sócio-política a conquistar. Era mais ou menos evidente também uma aceitação tácita de que a instalação desta sociedade era uma necessidade histórica incontestável.

Três aspectos principais a respeito da teoria do desenvolvimento são destacados por Marini (1994). O primeiro, que é a tese central desta teoria, é que o desenvolvimento econômico é um *continuum*, onde o subdesenvolvimento é uma etapa anterior ao pleno desenvolvimento. Os países centrais se encontrariam nos extremos superiores, caracterizados pelo pleno desenvolvimento do aparelho produtivo, enquanto as nações periféricas se encontrariam em um estágio inferior de desenvolvimento, com baixa expressão em termos do desdobramento de seu aparelho produtivo, em decorrência de sua incipiente industrialização. Assim, o desenvolvimento representaria algo acessível a todos os países, que deveriam se esforçar para reunir as condições adequadas para o feito.

Um segundo aspecto da teoria do desenvolvimento criticado por Marini (1994) é a ênfase de que o desenvolvimento econômico de um país envolve a modernização das condições econômicas, sociais, institucionais e ideológicas, a modernização correspondendo, em última análise, ao ajustamento dessas condições aos padrões vigentes dos países capitalistas centrais. O processo de modernização, além de trazer consigo a possibilidade de tensões e crises, se manifestaria por algum tempo por uma situação de dualidade estrutural, em que um setor moderno se oporia ao setor tradicional da sociedade em questão.

Finalmente, um terceiro aspecto a considerar na teoria do desenvolvimento, segundo Marini (1994), é a sua projeção no plano metodológico. Na medida em que o desenvolvimento e o subdesenvolvimento eram, no fundo, a mesma coisa, isto é, etapas constitutivas de um mesmo processo, só poderiam ser diferenciadas por critérios quantitativos. Assim, o subdesenvolvimento seria definido por meio de uma série de indicadores, tais como o produto real, o grau de industrialização, renda per capita, taxas de alfabetização e escolaridade, taxas de mortalidade e expectativa de vida, entre outros, destinados a classificar as economias do sistema mundial e registrar o seu avanço no caminho do desenvolvimento.

Nas etapas elencadas por Rostow (1961) os conflitos são inexistentes e o processo de desenvolvimento capitalista é harmônico, uma vez que as estratégias de uma economia não interferem negativamente no processo de desenvolvimento de outras. Isso é um reflexo da ausência de uma análise estrutural no pensamento do autor, uma vez que não há um exame em

relação ao modo e à posição que cada economia está engajada na conjuntura econômica mundial (SILVA, 2011).

Apesar dessas limitações, “essa obra se transformaria, no início dos anos 1960, na mais completa síntese do projeto norte-americano de modernização do Terceiro Mundo, uma espécie de fórmula mundialmente válida, pronta para orientar a ação de todos os planejadores competentes” (NERY, 2011, p. 38). Guiados por uma perspectiva evolucionista, esses estudos legitimaram a realização de lucrativos empréstimos pelos setores financeiros que aprofundaram a condição capitalista dependente dos países periféricos perante o núcleo hegemônico do capitalismo. Com o auxílio de teóricos e do Banco Mundial, “o desenvolvimento tornou-se um domínio disciplinar que rapidamente se difundiu para as universidades como um novo campo de estudos econômicos e sociais” (LEHER, 2012, p. 11).

A gestão, assim, tornou-se um importante instrumento na tentativa dos países pertencentes ao Terceiro Mundo alcançarem modernização e desenvolvimento. O estilo de gestão norte-americano tornou-se a maneira correta de administrar e pensar sobre a gestão e foi naturalizado no discurso e nas práticas de desenvolvimento (ALCADIPANI e ROSA, 2011).

No entanto, devido às diferenças existentes entre “o mundo desenvolvido e o subdesenvolvido, [...] começou-se a questionar a utilidade desses paradigmas dominantes para explicar as causas e a persistência do subdesenvolvimento” (NERY, 2011, p. 33), fomentando o surgimento de teorias que fossem capazes de superar o atraso socioeconômico dos países menos desenvolvidos uma vez que,

Na maioria dos países do Terceiro Mundo, parcela considerável da população vivia no meio rural, as instituições financeiras quase não existiam, a infraestrutura era precária e os sistemas de saúde e educação eram insuficientes para atender a maior parte das pessoas, como se podia depreender, por exemplo, do alto grau de analfabetismo. Devido a essa realidade tão diferente era de esperar que os mercados de capital e trabalho, da mesma forma que o mecanismo de preços, operassem de maneira bem distinta no Sul agrário e no Norte industrializado. [...] Fazia-se necessária uma teoria econômica que fosse aplicável a uma realidade diferente daquela dos países desenvolvidos, capaz de apreender a especificidade dos países periféricos, a partir da percepção de que somente novas teorias poderiam explicar estruturas e dinâmicas distintas (NERY, 2011, p. 32-33).

Nesse contexto, nas décadas de 1940-50 os intelectuais vinculados à CEPAL (organização criada pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas<sup>3</sup>) refletiram sobre os problemas regionais a partir de uma crítica histórica às relações coloniais impostas pelo centro da economia capitalista e teceram contribuições importantes referentes ao desenvolvimento das economias da América Latina, como será visto no item a seguir.

## 2.2 AS RELAÇÕES CENTRO-PERIFERIA: A CEPAL E O NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO

Partindo da constatação de que o subdesenvolvimento não era uma etapa anterior no rumo ao desenvolvimento, e não se limitava a questões quantitativas, mas estava relacionada a aspectos históricos e estruturais (FURTADO, 1968), os cepalinos buscaram teorias próprias para explicar e tentar modificar as condições de subdesenvolvimento. O pensamento elaborado no âmbito CEPAL, que tinha Celso Furtado como um dos seus principais formuladores, trouxe um fundamento de análise econômica, embasamento empírico e apoio institucional à busca de bases autônomas de desenvolvimento, fundamentalmente por intermédio da afirmação da industrialização como elemento aglutinador e articulador do desenvolvimento, progresso, modernidade, civilização e democracia política (DOS SANTOS, 2000). Nessa perspectiva, o conceito de “subdesenvolvimento” passou a ser uma nova categoria para pensar os países latino-americanos.

Na teoria cepalina uma “dupla articulação” passou a ser colocada em questão: a dependência e a desigualdade entre as classes sociais (SAMPAIO JUNIOR, 2012, p. 674),

Tendo como eixo articulador a preocupação em integrar industrialização e formação da economia nacional, o desenvolvimentismo relaciona a especificidade do capitalismo na América Latina à perpetuação de uma dupla articulação que compromete a capacidade de a sociedade nacional controlar os fins e os meios de desenvolvimento – a situação de dependência externa e a extrema desigualdade entre as classes sociais. A subordinação da vida econômica nacional à lógica ultraespeculativa do capital internacional e à reprodução de estruturas sociais típicas de regimes de segregação social distorcem irremediavelmente as propriedades construtivas da concorrência econômica e da luta de classes — molas propulsoras do desenvolvimento capitalista autodeterminado. A superexploração do trabalho, a

---

<sup>3</sup> A CEPAL foi criada em 1948 em caráter experimental de três anos e tornou-se entidade permanente da ONU em 1951 (MORAES, 1995). Nery (2011) traz uma discussão interessante a respeito da oposição à criação da Comissão, sobretudo pelos Estados Unidos, uma vez que as concepções dos membros da organização se opunham às do governo daquele país no que diz respeito às condições internacionais para o processo de desenvolvimento.

irracionalidade do processo de incorporação de progresso técnico, a instabilidade econômica e financeira, o espectro da estagnação e as crises cíclicas de reversão estrutural tornam-se características inerentes ao capitalismo na periferia latino-americana da economia mundial.

O núcleo básico da teoria cepalina foi formulado com a chegada de Raúl Prebisch<sup>4</sup> ao escritório da CEPAL em Santiago (Chile) e tinha o “centro-periferia” como conceito central. Foi utilizado para descrever o processo de difusão do progresso técnico na economia mundial e para explicar a forma pela qual os seus ganhos são distribuídos. A partir desse conceito central, os autores cepalinos apontaram quatro efeitos do comércio internacional sobre os países subdesenvolvidos que as teorias do livre comércio não reconheciam: 1) a deteriorização dos termos de troca; 2) desemprego, resultado da demanda inelástica dos produtos primários pelos países centrais associada à incapacidade das atividades exportadoras em absorver o excedente de mão de obra; 3) desequilíbrio estrutural do balanço de pagamentos, consequência das exigências de importação de economias em processo de industrialização que se especializaram em poucas atividades voltadas para o comércio externo e, 4) vulnerabilidade a ciclos econômicos, resultante da especialização em atividades exportadoras (BIELSCHOWSKY, 2000).

A noção fundamental da deteriorização dos termos de troca, um mecanismo de transferência de valor da periferia para o centro a partir das trocas desiguais entre a exportação de *commodities* e produtos de baixo valor agregado e a importação de produtos de alto valor agregado, permite compreender o núcleo básico da teoria cepalina e suas duas proposições básicas:

(1) As economias latino-americanas teriam desenvolvido estruturas pouco diversificadas e pouco integradas com um setor primário-exportador dinâmico, mas incapaz de difundir progresso técnico para o resto da economia, de empregar produtivamente o conjunto da mão de obra e de permitir o crescimento sustentado dos salários reais. Ao contrário do que pregava a doutrina do livre-comércio, esses efeitos negativos se reproduziriam ao longo do tempo na ausência de uma indústria dinâmica, entendida por Prebisch como a principal responsável pela absorção de mão de obra e pela geração e difusão do progresso técnico, pelo menos desde a Revolução Industrial britânica; (2) o ritmo de incorporação do progresso técnico e o aumento de produtividade seriam significativamente maiores nas economias industriais (centro) do que nas economias especializadas em produtos primários (periferia), o que levaria por si só a uma diferenciação secular da renda favorável às primeiras. Além disso, os preços de exportação dos produtos primários tenderiam a apresentar uma evolução desfavorável frente à dos bens manufaturados produzidos pelos países industrializados. Como resultado, haveria uma tendência à deterioração dos termos de troca que afetaria negativamente os países latino-americanos através

---

<sup>4</sup> Economista argentino que ocupou o principal cargo da CEPAL entre os anos de 1949 a 1963.

da transferência dos ganhos de produtividade no setor primário-exportador para os países industrializados (COLISTETE, 2001, p. 23).

Assim, na teoria cepalina, a dominância do setor primário-exportador reproduz o baixo progresso técnico, a deterioração dos termos de troca e a condição periférica. Inicialmente o pensamento de Raúl Prebisch, o mais influente presidente da CEPAL, estava orientado para a busca de mecanismos de desenvolvimento econômico que reduzissem ou destruíssem os obstáculos para a absorção dos frutos do progresso técnico nos países subdesenvolvidos<sup>5</sup> (DOS SANTOS, 2000). Em decorrência disso, os teóricos da referida organização passaram a defender o processo de industrialização por substituição de importações como forma de eliminar a transferência de valor, promovendo um desenvolvimento endógeno e autônomo (FURTADO, 2008).

Nessa concepção, o Estado deveria assumir uma postura ativa e planejadora, restringindo a entrada de capital internacional e investindo em infraestrutura para o parque industrial nacional. A expectativa era de que o aumento da produção e dos empregos gerasse uma distribuição de renda mais equitativa, alimentando um mercado interno capaz de absorver a produção nacional, formando um círculo virtuoso e autônomo no qual mais consumo levaria a mais produção, mais empregos e mais renda (FURTADO, 2008).

A proposta de industrialização da CEPAL não desconsiderava a base exportadora de produtos primários, pois era exatamente essa base que permitiria que a industrialização não se defrontasse com problemas agudos de desequilíbrio externo, uma vez que as importações necessárias de bens de capital seriam conseguidas através da exportação de produtos primários (NERY, 2011).

A teoria cepalina atingiu o auge nos anos 1950 e 1960 quando esteve no centro dos debates políticos e econômicos nos países da América Latina. No Brasil, suas teses influenciaram não somente os formuladores de políticas, mas também setores do empresariado nacional e, ao longo do tempo, o meio acadêmico. Especificamente no Brasil, o projeto nacional-desenvolvimentista, que se formaria a partir destes questionamentos, encontrou no Instituto Brasileiro de Estudos Sociais e Políticos (IBESP), criado em 1952 e

---

<sup>5</sup> Essa perspectiva, porém, se mostrou limitada anos mais tarde, quando Raúl Prebisch reconheceu a necessidade da criação de instrumentos de defesa dos preços dos produtos primários dos quais dependiam os países exportadores (DOS SANTOS, 2000).



que, mais tarde, se desdobraria no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB<sup>6</sup>), seu principal campo de formulação (MUNTEAL, VENTAPANE e FREIXO, 2006). O nacional-desenvolvimentismo gozou de enorme prestígio intelectual e político na América Latina até aproximadamente 1960 e era considerado o pensamento hegemônico da época, uma vez que “convergia, no plano ideal, com o projeto político das burguesias industriais da região” (CASTELO, 2010, p. 193).

Na visão de Oliveira (1998), a teoria elaborada no âmbito da CEPAL superou os preceitos apontados por Rostow (1961) nas etapas do desenvolvimento econômico, uma vez que pensaram a especificidade das economias latino-americanas:

[...] nossos clássicos, de Mariátegui a Caio Prado Jr., de Raúl Prebisch a Celso Furtado, para citar uns poucos, ao elaborarem as teorias de nossa especificidade, nunca pensaram que a mesma tivesse sido produzida em função exclusiva das contradições internas, mas exatamente no cruzamento com o capitalismo mundial. É nisto que consiste tanto a especificidade quanto a singularidade do desenvolvimento como a negação do desenvolvimento linear (OLIVEIRA, 1998, p. 208-209).

Nessa mesma perspectiva, Nery (2011, p. 70) defende que a primeira década de trabalho da CEPAL, entre 1948 e 1959, “significou o nascimento da primeira escola de pensamento não só da América Latina, mas de todo o Terceiro Mundo”. Os estudos dessa instituição marcaram todos aqueles que se aventuraram na compreensão dos problemas sociais do continente, sendo referência para a elaboração das políticas de desenvolvimento de numerosos países da região (MORAES, 1995).

No entanto, apesar dos países latino-americanos intensificarem o processo de industrialização com o incentivo estatal, não se estabeleceram as bases de um capitalismo autônomo na região. O novo contexto histórico marcado pela instauração de ditaduras militares na América Latina a partir de 1964 fez com que o regime do capital se consolidasse na região como um capitalismo dependente e fosse cristalizada definitivamente “a dupla

---

<sup>6</sup> Motta (2010, p. 86) descreve que o ISEB foi criado no ano de 1955 durante o governo de Café Filho e tinha como objetivo a produção de conhecimento nas áreas de Ciências Sociais, Economia, Filosofia e História. Era um instituto autônomo, desvinculado das universidades brasileiras, e inicialmente despontou no cenário intelectual pela ênfase dada ao desenvolvimentismo oriundo da CEPAL e, posteriormente, nos anos 1960, pela defesa do nacionalismo revolucionário e apoio às reformas de base do governo João Goulart. O ISEB sofreu forte oposição tanto dos intelectuais e dos periódicos conservadores, como também de grande parte de intelectuais progressistas vinculados à USP (Universidade de São Paulo). Seus principais intelectuais, na sua fase inicial, eram Guerreiro Ramos, Álvaro Vieira Pinto, Nelson Werneck Sodré, Hélio Jaguaribe, Roland Corbisier, Cândido Mendes e Ignácio Rangel. Em 1960, houve o ingresso nos quadros do ISEB de jovens intelectuais como Wanderley Guilherme dos Santos, Carlos Estevam Martins, Herbert de Souza, Joel Rufino dos Santos, Pedro Celso Uchoa Cavalcanti e Rubens César Fernandes. O ISEB foi extinto pelo governo militar em abril de 1964.

articulação – dependência externa e segregação social – como alicerce fundamental da acumulação de capital na região” (SAMPAIO JUNIOR, 2012, p. 676).

Dessa forma, as aspirações a um desenvolvimento nacional independente, como consequência do desenvolvimento industrial latino-americano, foram frustradas pelo aprofundamento da dependência da região para com o capital estrangeiro (DOS SANTOS, 2000). O processo de industrialização foi liderado pelas empresas multinacionais que dominaram as tecnologias e não as transferiam senão sob a forma do investimento direto que permitia controlar a produção dos países onde investiam.

Sobre a passagem de uma industrialização internalizada e autônoma para uma integrada ao capital estrangeiro na América Latina, Osorio (2012a, p. 83) possui uma explicação integrada aos acontecimentos nos países centrais:

Essa subdivisão remete ao papel significativo dos Estados latino-americanos no impulso à industrialização e no fortalecimento de setores burgueses locais, os quais possuem um papel fundamental diante da retração que os efeitos da guerra provocaram no mundo central. Tal situação sofre mudanças radicais nos anos 1950, quando, diante da necessidade de passar a novas fases na industrialização (criação de máquinas e ferramentas), os Estados e o capital industrial latino-americanos optam por se associar ao capital estrangeiro, permitindo que equipamentos obsoletos na economia estadunidense, principalmente, resolvessem as necessidades anteriores, para o que abriram as portas do setor secundário ao capital estrangeiro. Isso provoca uma guinada significativa no curso da industrialização latino-americana, com uma acelerada monopolização e mudanças na conformação do mercado interno, uma vez que, se no mundo central a maquinaria importada podia fazer parte da produção de bens necessários, no mundo dependente ela emerge como suporte à produção de bens suntuários (automóveis, produtos elétricos: geladeiras, rádios, televisores etc), propiciando fissuras e polarizações que terminarão por se aprofundar posteriormente.

No ensaio *A crise do desenvolvimentismo*, Marini (1994) buscou na resposta à pergunta “o que é a CEPAL?” alguns indícios para apontar falhas na concepção de desenvolvimento da Comissão. Segundo o autor, tratava-se de uma agência responsável pela disseminação da teoria do desenvolvimento formulada nos Estados Unidos e na Europa, no término da Segunda Guerra Mundial. No entanto, Marini (1994) destacou uma diferença da CEPAL em comparação com outras agências similares. Esta, ao constituir-se, ligou-se à realidade interna da América Latina e expressou as contradições de classe que caracterizavam a região, incluindo as contradições inter-burguesas. Mais do que isso, a CEPAL foi instrumentalizada pela burguesia industrial, tanto em termos de lutas sociais e políticas internas, como nos conflitos estabelecidos ao nível da economia mundial. Desta forma, a referida Comissão, partindo da teoria do desenvolvimento, nos termos que havia sido formulada nos grandes centros, introduziu mudanças que representaram sua contribuição

própria, original, e possibilitou o tratamento do desenvolvimentismo latino-americano como um produto em si, e não apenas uma cópia da teoria do desenvolvimento.

Sendo assim, Marini (1994) defendeu que a teoria do desenvolvimento formulada pela CEPAL possuía um propósito definido: responder à insatisfação dos elementos nacionalistas das nações que emergiam dos processos de descolonização, em razão das enormes desigualdades que caracterizavam as relações econômicas internacionais. Para isso, foi fundamental construir um conceito de desenvolvimento econômico a partir da ideia de que este correspondesse ao desdobramento do aparelho produtivo nos setores primário, secundário e terciário. Para explicar porque os países avançados eram aqueles nos quais esse desdobramento se realizou plenamente, o processo de desenvolvimento econômico que ocorreu nesses países foi considerado como um fenômeno de ordem geral e sustentado que a posição que ocupavam no contexto internacional correspondia ao estágio superior de um *continuum* evolutivo. As diversas economias que integravam o sistema internacional se localizariam em estágios inferiores do mesmo processo, enquadradas em um esquema dual: desenvolvimento e subdesenvolvimento.

Nessa perspectiva, o conceito de subdesenvolvimento é idêntico à situação pré-industrial. Subdesenvolvimento seria uma etapa anterior ao desenvolvimento econômico pleno (quando já foi realizado completamente o desdobramento setorial), existindo entre ambos os momentos a chamada “decolagem” (linguagem em voga na época), no qual a economia em questão reuniria as condições para iniciar um desenvolvimento autossustentado (MARINI, 1994).

É por este cenário que Dos Santos (2000) aponta a incapacidade da teoria do desenvolvimento e mesmo as propostas do nacional-desenvolvimento em responder à situação na qual se encontravam os países da América Latina e a necessidade de buscar novos rumos teóricos, uma vez que:

O “atraso” dos países subdesenvolvidos era explicado pelos obstáculos que neles existiam ao seu pleno desenvolvimento ou modernização. No entanto, no início da década de 60 estas teorias perdem sua relevância e força pela incapacidade do capitalismo de reproduzir experiências bem-sucedidas de desenvolvimento em suas ex-colônias, que estão, em sua maioria, em processo de independência desde a Segunda Guerra Mundial. Mesmo países que apresentavam taxas de crescimento econômico bastante elevadas, tais como os latino-americanos, cuja independência política tinha sido alcançada no princípio do século XIX, estavam limitados pela profundidade da sua dependência econômica e política da economia internacional. Seu crescimento econômico parecia destinado a acumular miséria, analfabetismo e uma distribuição de renda desastrosa (DOS SANTOS, 2000, p. 21).

Nesse contexto, foi elaborada a teoria da dependência para explicar, de outra forma, o desenvolvimento socioeconômico na região, em especial a partir de sua fase de industrialização, iniciada entre as décadas de 1930 e 1940. Essa explicação é explorada nos dois itens seguintes, onde primeiramente é apresentada a vertente do capitalismo dependente-associado, representada sobretudo por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto. O item posterior explora a teoria marxista da dependência nas concepções de Theotônio dos Santos, que dedicou-se a explicar a revolução científico-técnica como promotora de uma nova forma de divisão internacional do trabalho e a abordagem de Ruy Mauro Marini, que analisou o ciclo do capital nas economias dependentes e identificou a superexploração da força de trabalho como a essência da dependência latino-americana.

### 2.3 A DEPENDÊNCIA COMO UM COMPONENTE ESTRUTURAL DO CAPITALISMO

O arcabouço teórico denominado amplamente como “teoria da dependência” buscava “compreender as limitações de um desenvolvimento iniciado em um período em que a economia mundial já estava constituída sob a hegemonia de enormes grupos econômicos e forças imperialistas, mesmo quando uma parte deles entrava em crise e abria oportunidade para o processo de descolonização” (DOS SANTOS, 2000, p. 26). Tratava-se, assim, de compreender a maneira como ocorria a reprodução do sistema capitalista nos países periféricos, e identificar os traços fundamentais do desenvolvimento dependente que já havia se implantado neles, uma vez que a economia das nações da região era condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outras nações.

Dos Santos (2000, p. 26), citando os economistas suecos Magnus Blomstrom e Bjorn Hettne (1984), considerados historiadores da teoria da dependência, aponta dois antecedentes imediatos para o enfoque da dependência:

- a) A criação de tradição crítica ao eurocentrismo implícito na teoria do desenvolvimento, incluindo as críticas nacionalistas ao imperialismo euro-norte-americano e a crítica à economia neo-clássica de Raúl Prebisch e da CEPAL;
- b) O debate latino-americano sobre o subdesenvolvimento, que tem como primeiro antecedente o debate entre o marxismo clássico e o neo-marxismo, no qual se destacaram Paul Baran e Paul Sweezy.

Ainda citando Blomstrom e Hettne (1984), Dos Santos (2000, p. 27) aponta quatro pontos nos quais as ideias centrais da escola da dependência (em suas vertentes) podem ser agrupadas:

- 1) O subdesenvolvimento está conectado de maneira estreita com a expansão dos países industrializados;
- 2) O desenvolvimento e o subdesenvolvimento são aspectos diferentes do mesmo processo universal;
- 3) O subdesenvolvimento não pode ser considerado como a condição primeira para um processo evolucionista;
- 4) A dependência, contudo, não é só um fenômeno externo, mas ela se manifesta também sob diferentes formas na estrutura interna (social, ideológica e política).

A teoria da dependência surgiu no meio da tensão entre o legado do pensamento da escola estruturalista latino-americana (estruturalismo cepalino), e o marxismo heterodoxo. Assim, nasceu num contexto conceitual contestado, no qual a disputa principal dizia respeito à fonte da “situação concreta de dependência”. Essa disputa deu origem a dois grupos: os dependentistas reformistas, que defendiam a possibilidade de reforma do capitalismo e os dependentistas marxistas-revolucionários, que defendiam uma mudança social radical (KAY, 1989; BEIGEL, 2010).

Entre os principais autores dependentistas reformistas encontram-se Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto<sup>7</sup>, para os quais a dependência manifestava-se por meio da conexão entre componentes estruturais internos e externos, ou seja, na conjunção dos fatores históricos e sociais. A concepção teórica desses autores é conhecida como versão weberiana da dependência, como também versão da interdependência, ou ainda como versão do capitalismo dependente-associado. Originou-se do fracasso do processo de substituição de importações e do projeto de desenvolvimento nacional autônomo, ideia defendida pela CEPAL nas décadas de 1940 e 1950 e interrompida abruptamente pelos golpes militares instaurados na América Latina a partir de 1964.

---

<sup>7</sup> Além de Cardoso e Faletto, Kay (1989) aponta Osvaldo Sunkel, Celso Furtado, Hélio Jaguaribe, Aldo Ferrer e Aníbal Pinto como sendo os principais autores da corrente dependentista reformista.

Esse novo contexto exigiu uma revisão radical das bases teóricas do estruturalismo desenvolvimentista e o trabalho de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, *Dependência e desenvolvimento na América Latina* (1970) “foi pioneiro no movimento teórico de harmonização das contradições provocadas pela situação de dependência” (SAMPAIO JUNIOR, 2012, p. 677). Para Cardoso e Faletto (1970), as transformações no sistema produtivo ocasionadas pelo processo de substituição de importações por meio da intervenção do Estado na economia não seriam capazes de remover os problemas sociais dos países periféricos e de promover a constituição de uma sociedade possuidora de autonomia política e econômica.

Para Cardoso e Faletto (1970), a compreensão da dependência envolvia a necessidade de considerar a integração das economias nacionais ao mercado internacional, bem como a integração social das classes e grupos nacionais com o capital internacional. O desenvolvimento seria, assim, o resultado da interação entre grupos e classes sociais que têm um modo de relação que lhes é próprio, com interesses materiais e valores distintos, e na medida em que esses diferentes grupos e classes conseguissem impor seus interesses e dominação sobre o restante da sociedade, a estrutura social e política sofreria modificações. Na concepção dos autores, as transformações históricas significativas do processo de desenvolvimento latino-americano sempre foram acompanhadas, se não de uma mudança radical na estrutura de dominação, pelo menos pela adoção de novas formas de relações, e portanto de conflito, entre as classes e grupos (CARDOSO e FALETTO, 1970). E é exatamente do conflito existente no interior dessas classes e de sua organização que se dá a expansão ou diminuição da dependência da periferia em relação ao centro:

A dependência da situação de subdesenvolvimento implica socialmente uma forma de dominação que se manifesta por uma série de características no modo de atuação e na orientação dos grupos que no sistema econômico aparecem como produtores ou como consumidores. Essa situação supõe nos casos extremos que as decisões que afetam a produção ou o consumo de uma economia dada são tomadas em função da dinâmica e dos interesses das economias desenvolvidas (CARDOSO e FALETTO, 2000, p. 508).

Dessa maneira, “o desenvolvimento é em si mesmo um processo social, mesmo seus aspectos puramente econômicos deixam transparecer a trama de relações sociais subjacentes” (CARDOSO e FALETTO, 2000, p. 497). A análise global do desenvolvimento deveria envolver não somente os condicionantes estruturais e os fatores sociais, mas a interpretação de ambos em suas relações de determinações recíprocas. Nesse sentido, é fundamental à interpretação do desenvolvimento a compreensão da forma como se deu a vinculação das

economias subdesenvolvidas ao mercado mundial, bem como o entendimento de como se constituíram os grupos sociais internos, uma vez que o tipo de vinculação estabelecido entre as economias nacionais e o mercado mundial afetaria diretamente as alianças estabelecidas entre os grupos sociais internos e destes com grupos externos.

A dependência, assim, é em si um componente estrutural do capitalismo, em especial na forma como este se desenvolve na periferia do sistema. A integração centro-periferia traz em seu bojo um conjunto de relações entre grupos sociais internos e externos, e na medida em que existe uma relação de dominação entre ambos, a imposição dos interesses de uma classe dominante sobre o conjunto da sociedade acabaria por expressar os interesses de grupos externos. É nesse conjunto de relações que se estabelece a dependência na periferia.

Em uma pesquisa realizada com grandes empresários brasileiros, Cardoso (1970) demonstrou que o modo como suas empresas estavam vinculadas ao mercado internacional (fosse mediante o pagamento de gastos tecnológicos – *royalties*, patentes, *know-how* –, ou em função de receber financiamentos por meio de fontes bancárias estrangeiras e internacionais ou ainda pela proporção das empresas ou pessoas radicadas no exterior que tem participação no capital) interferia em alguns aspectos da ideologia desses empresários. Como era de se esperar, Cardoso (1970) demonstrou uma clara relação entre dependência estrutural e orientação ideológica, uma vez que quanto mais vinculações as empresas possuíam com o exterior, menos favoráveis eram os empresários às alianças com os trabalhadores.

A esfera política assumiria, assim, um importante papel quanto ao desenvolvimento das regiões periféricas, uma vez que seria apenas por meio da organização das relações político-sociais dos grupos internos, e da articulação destes à dinâmica dos centros hegemônicos, que seria possível a construção de políticas que permitissem novas possibilidades de desenvolvimento econômico. Essas possibilidades residiam na articulação entre capital nacional privado, capital internacional e capital do Estado, uma vez que,

O Estado surge como um instrumento não só de regulação do sistema industrial, mas também como instrumento direto de sua constituição, através da criação de empresas públicas, autárquicas ou paraestatais. E o que é ainda mais marcante, não apenas os ramos tradicionais das indústrias básicas foram fomentados e inclusive criados pelo poder público, mas até indústrias de bens de consumo permanente, como a automotriz e as indústrias de bens intermediários, encontraram no Estado, durante as fases iniciais da instalação desses ramos industriais, seu protetor direto... Em certo sentido, as influências políticas prevaleceram sobre as econômicas na definição do processo de industrialização por parte dos grupos que subiram ao poder depois de 1930. A preocupação de formar um mercado interno capaz de estimular o desenvolvimento e de conduzi-lo posteriormente para uma expansão autossustentada não surgiu nem se transformou em política efetiva a partir dos setores empresariais (CARDOSO e FALETTO, 1970, p. 103-104).

Nesse sentido, o desenvolvimento não poderia ocorrer apenas por meio da industrialização, mas deveria ter um caráter associado. Nesse processo, a burguesia nacional assumiria um papel subordinado, associando-se com o capital externo e transferindo os setores estratégicos ou dinâmicos da economia (setores produtores de bens de capital e de consumo duráveis) para o capital externo, ficando sob seu controle os setores mais subordinados (setores produtores de bens primários e de consumo não-duráveis). Segundo Cardoso e Faletto (1970), esse processo de associação seria o único capaz de dinamizar as economias periféricas e garantir algum nível de acumulação de capital e crescimento econômico, ainda que de forma concentradora e excludente.

Nessa concepção foi dissolvida a dupla articulação – dependência externa e segregação social - problema fundamental da sociedade latino-americana, e “o capital internacional deixou de ser visto como empecilho ao desenvolvimento para se converter em condição *sine qua non* do próprio desenvolvimento” (SAMPAIO JUNIOR, 2012, p. 677). Ainda segundo o autor,

Primeiro, diluiu-se a contradição entre imperialismo e desenvolvimento. [...] Logo em seguida foi diluída a contradição entre pobreza e desenvolvimento capitalista autodeterminado. A integração social deixou de ser vista como obstáculo à incorporação de progresso técnico – pré-requisito do próprio desenvolvimento - para se converter em resíduo colonial sem maiores consequências para o dinamismo capitalista (SAMPAIO JUNIOR, 2012, p. 677).

Ao analisar a vertente do capitalismo dependente-associado defendida por Cardoso e Faletto (1970), Dos Santos (2000) afirma que já na década de 1970 tais autores aceitaram a irreversibilidade do desenvolvimento dependente e a possibilidade de compatibilizá-lo com a democracia representativa. Nessa perspectiva, os inimigos da democracia seriam o corporativismo e uma burguesia burocrática e conservadora que limitou a capacidade de negociação internacional do país e não o capitalismo internacional e sua política monopolista, captadora e expropriadora dos recursos gerados nos países dependentes. Assim, para estes autores existe um caráter positivo no desenvolvimento capitalista o que desmerece qualquer debate acerca de sua superação ou da construção do socialismo.

Nessa mesma linha, Bambirra (2013<sup>8</sup>[1970]) destaca quatro críticas fundamentais à obra de Cardoso e Faletto (1970) no que diz respeito aos seguintes aspectos: à aplicação da

---

<sup>8</sup> A obra *O capitalismo dependente latino-americano* foi originalmente escrita em 1970 durante o primeiro exílio de Vânia Bambirra no Chile e publicado nesse país em 1972. A obra foi traduzida para o português e publicada no Brasil apenas em 2013, portanto, mais de 40 anos após ter sido escrita.



metodologia, à incongruência com os fatos históricos, à classificação dos países e ao caráter insuficiente da análise do período posterior a 1945. Segundo a autora, a análise realizada por esses autores é prioritariamente sociológica, enquanto que o âmbito econômico é considerado apenas como um marco estrutural em sentido genérico o que “não permite revelar, em toda sua complexidade, a gama intrincada da ação dos diversos grupos e classes sociais que atuam em função de interesses econômicos objetivos, cuja imposição exige a luta pela hegemonia política” (BAMBIRRA, 2013[1970], p. 49). A autora também aponta a falta de uma discussão mais ampla sobre o processo de mudanças estruturais ocorridas nas sociedades dependentes latino-americanas a partir da segunda metade do século XIX e início do século XX em função das profundas mudanças vividas nos países capitalistas centrais, e assim, a análise não capta os condicionantes estruturais da dependência latino-americana.

Para Amaral (2006), a concepção teórica de Cardoso e Faletto (1970) nega algumas características intrínsecas à situação de dependência, que são tendências constitutivas e irreversíveis dessa situação:

A deterioração dos termos de troca, as remessas de excedentes das regiões dependentes às dominantes, a necessidade de que se recorra à superexploração da força de trabalho no intuito de compensar tais transferências de valores, a conseqüente distribuição regressiva da renda e uma marginalidade crescente, temas estes basilares na abordagem da vertente marxista da dependência. Ao rejeitarem estas tendências, acreditam que, mesmo numa condição dependente, é possível que os países da periferia cresçam sem superexploração do trabalho, garantindo certo grau de absorção da força de trabalho nas fases de crescimento do ciclo, o que viria combinado com a instituição de políticas compensatórias para aqueles que não fossem absorvidos, tudo isto num contexto de consolidação da estratégia do desenvolvimento capitalista associado (AMARAL, 2006, p. 29-30).

A vertente marxista da Teoria da Dependência, por sua vez, investe na análise de situações específicas de dependência e no estudo da reprodução do capital em regiões e países. Desde seu início, a TMD apresenta uma interpretação consistente para contestar a ideia de que subdesenvolvimento significa falta de desenvolvimento. Demonstra que o modo de produção capitalista é intrinsecamente desigual e excludente e que desenvolvimento e subdesenvolvimento tratam de situações distintas dentro de uma mesma lógica de acumulação que possui características que produzem o desenvolvimento de determinadas economias na mesma medida em que produzem o subdesenvolvimento de outras. Assim sendo, as duas seções seguintes dedicam-se a explorar a vertente marxista da teoria da dependência, cujos principais expoentes brasileiros no início de sua formulação foram Ruy Mauro Marini,

Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra<sup>9</sup> e mais recentemente vem sendo resgatada por pesquisadores das mais diversas áreas das Ciências Sociais.

## 2.4 TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA

A partir da década de 1950 emergiu na América Latina uma grande efervescência teórica no sentido de encontrar explicações para a existência de desenvolvimento e subdesenvolvimento dentro de um mesmo processo: a acumulação do capital. No Brasil, mesmo após o golpe militar, pensadores brasileiros em conjunto com outros latino-americanos, se dedicaram a pensar as especificidades da economia da região e as relações com os países centrais.

O elemento radicalmente novo trazido pela teoria marxista da dependência, para Dos Santos (2002), foi mostrar que era impossível refazer o caminho do desenvolvimento econômico que havia sido realizado pelas nações européias, pelos Estados Unidos e pelo Japão, uma vez que a conformação do subdesenvolvimento nas economias latino-americanas, asiáticas e africanas não era simplesmente um resultado de conservação de economias pré-capitalistas, mas sim produto da forma como essas economias foram integradas na economia mundial.

Nessa mesma perspectiva, Martins (2012) afirma que a teoria marxista da dependência foi capaz de analisar criativamente o processo de reprodução do capitalismo em situação de dependência, mas também de recolocar as análises sobre a acumulação de capital nos próprios centros. Isso porque articulou centro e periferia em uma totalidade mais ampla do que contemplava o pensamento eurocêntrico, o qual via o mundo como um espaço externo de conquista a ser ocupado e transformado por meio do imperialismo para tornar universal a civilização européia e suas formas de existência.

---

<sup>9</sup> Além desses três autores, Kay (1989) aponta outros dependentistas marxistas-revolucionários: André Gunder Frank, Oscar Braun, Aníbal Quijano, Edelberto Torres-Rivas, Tomás Amadeo Vasconi, Alonso García e Antonio García.

#### **2.4.1 A revolução científico-técnica como promotora de uma nova forma de divisão internacional do trabalho**

Theotônio dos Santos desvendou o processo de formação socioeconômica na América Latina a partir de sua integração subordinada à economia capitalista mundial, valorizando a revolução científico-técnica como promotora de uma nova forma de divisão internacional do trabalho. Sua obra foi toda dedicada à formação e à natureza da dependência econômica latino-americana, realizando um balanço das relações entre as economias centrais e o mundo da periferia (MUNTEAL; VENTAPANE; FREIXO, 2006).

Pensar criticamente o surgimento e o desenrolar da política social na América Latina exige retomar a acumulação capitalista mundial, uma vez que “nossos países se formam como tais dentro da situação de dependência e, portanto, dentro do processo de expansão mundial do capitalismo” (DOS SANTOS, 1978, p. 303). Assim, as economias nacionais não podem ser analisadas como uma realidade em si mesma, uma vez que a problemática do subdesenvolvimento e do desenvolvimento tem de ser analisada no processo de evolução do sistema econômico mundial. Nessa perspectiva, Dos Santos (1978; 2000) revelou as limitações teóricas e políticas das teorias do desenvolvimento e cunhou o conceito de dependência e sua aplicação dialética ao contexto latino-americano:

A dependência é uma situação na qual um certo grupo de países tem sua economia condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra economia a qual está submetida. A relação de interdependência entre duas ou mais economias, e entre estas e o comércio mundial, assume a forma de dependência quando alguns países (os dominantes) podem expandir-se e autoimpulsionar-se, enquanto outros países (os dependentes) só podem fazê-lo como reflexo desta expansão, que pode atuar positiva e/ou negativamente sobre seu desenvolvimento imediato. De qualquer forma, a situação de dependência conduz a uma situação global dos países dependentes que os situa em atraso e sob a exploração dos países dominantes (DOS SANTOS, 1978, p. 305).

Assim, Dos Santos (2002, p. 5) argumenta que o comércio mundial precedeu as modernas economias nacionais, sendo mesmo um dos seus elementos constitutivos e, assim, a economia nacional não pode ser pensada interna e independentemente desse comércio mundial. O autor destaca que o fenômeno colonial também foi uma parte essencial das unidades nacionais de países que se tornaram centros de acumulação de capital na Europa, como Portugal, Espanha, Holanda, Bélgica, Inglaterra e França.

O conceito de economia mundial, para Dos Santos (2002), permite visualizar o funcionamento de um conjunto de regiões integradas entre si, um conjunto de setores produtivos e econômicos, interdependentes entre si, formando uma divisão internacional do trabalho e famílias de produção dentro de cada um desses setores. A divisão internacional do trabalho é assim caracterizada pelo autor:

Os setores mais dinâmicos da acumulação de capital se encontram no centro do sistema, enquanto os setores dependentes da demanda e do avanço tecnológico dos setores mais avançados se submetem aos seus mercados, aos seus capitais, alimentando a formação do seu excedente econômico e da sua capacidade de organizar e determinar essa economia mundial. Essa concepção afirma também o papel da economia monopólica na formação das relações econômicas em escala mundial, bem como a presença dos Estados nacionais no processo de integração dessa economia mundial, enfatizando a evolução do sistema empresarial, desde as companhias comerciais do século XVI ao XVIII até a formação dos *trusts* e cartéis do século XIX e começo do século XX. Por fim, há a formação das empresas multinacionais depois da Segunda Guerra Mundial, que evoluem para empresas transnacionais, sendo que hoje parte delas já são empresas globais (DOS SANTOS, 2008, p. 36-37)

Esse sistema empresarial forma a célula dessa economia mundial, operando segundo princípios oligopólicos e monopólicos, aliando-se estreitamente aos Estados nacionais e coloniais para a sua acumulação de capital (DOS SANTOS, 2002). Até a Segunda Guerra Mundial, contudo, os processos de produção tinham uma base essencialmente local ou nacional. No entanto, a partir de 1945 emergiu um forte processo de integração dos sistemas produtivos mundiais. A revolução científico-técnica surgida durante a Segunda Guerra Mundial<sup>10</sup> e implantada progressivamente durante a ascensão econômica do pós-guerra, foi incorporada no processo de produção depois de 1967, quando começou a decair a capacidade de crescimento da economia mundial.

Nesse mesmo período, a revolução científico-técnica começou a ser assimilada ao setor de serviços, e na década de 1980 estendeu-se para o setor de produção industrial através da automação maciça. Essa revolução foi responsável por uma nova forma de relação assalariada, uma vez que esta vai se separando das atividades diretamente produtivas para converter-se num pagamento dos meios necessários para a sobrevivência dos mais distintos setores da população, dedicados uma parte a atividades diretamente produtivas, mas em sua grande maioria já separados dessas atividades. O salário passa a ser cada vez mais visto como

---

<sup>10</sup> Quando surgiram ramos de produção totalmente dependentes do conhecimento científico, como energia nuclear, petroquímica, informática e eletrônica (DOS SANTOS, 1995).

atendimento das necessidades da população e não mais como o pagamento de uma mão de obra utilizada pelo capital (DOS SANTOS, 2002).

Assim, com a revolução técnico-científica surgiu uma nova etapa histórica do desenvolvimento das forças produtivas. Para Dos Santos (1995), suas leis essenciais estão fundadas nos seguintes movimentos: 1) automatização do trabalho baseada na informatização (que substitui o trabalho humano na direção e orientação da produção), na gestão sistêmica do processo produtivo global e na introdução dos robôs na produção; 2) a concentração e centralização da produção tendem a assumir formas mais globais e planetárias, dando origem a complexos produtivos nos planos internacional, transnacional, planetário e até espacial; 3) aparecimento e crescimento de um tempo de trabalho excedente (não diretamente produtivo) e do tempo livre na sociedade, permitindo a formação de novos quadros científicos e a introdução de mudanças frequentes na base das forças produtivas; 4) predomínio da ciência pura ou básica sobre a ciência aplicada em função da submissão da produção ao conhecimento científico; 5) surgimento de novos ramos derivados diretamente da aplicação dos conhecimentos científicos revolucionários; 6) alteração da estrutura de empregos; 7) redução da jornada de trabalho ou do número de trabalhadores no setor diretamente produtivo; 8) emergência de uma nova estrutura definidora da divisão internacional do trabalho, de forma que os países mais desenvolvidos se dedicam às novas atividades e que os países de desenvolvimento médio assumem a produção industrial, que exige mão de obra com baixo custo e degrada o meio-ambiente.

Neste contexto, os países de menor desenvolvimento tendem a se isolar e se marginalizar nesse sistema, sofrendo concorrências desiguais com os produtos dos países que possuem alta densidade tecnológica (DOS SANTOS, 1995). Por meio da teoria da revolução científico-técnica, defende o autor, é possível analisar as condições do mercado de trabalho latino-americano em sua fase de industrialização, marcado pela adoção de novas tecnologias altamente sofisticadas cuja capacidade de geração de emprego já se anunciava extremamente limitada. Segundo o autor (2002, p. 31), “esta nova fase do desenvolvimento econômico, caracterizada pela nova dependência, levava, portanto, ao subemprego e à marginalidade, que passava a acompanhar o avanço de uma economia industrial moderna na América Latina, e nos países dependentes em geral”.

Sobre a obra de Theotônio dos Santos, Faé (2009, p. 124-125) afirma que sua ação discursiva,

Atribuiu ênfase ao processo de construção da economia mundial a partir do mercantilismo, já que esse último teria fornecido as condições para a constituição das diversas nações de forma vinculada ao comércio mundial. Salientou, ainda, a produção de posições de controle do sistema econômico a partir dos países que estabeleceram em seus territórios setores mais dinâmicos, em relação à acumulação internacional de capital. No período pós-guerra tais posições se caracterizaram pelo domínio de atividades ligadas aos setores tecnológicos e de serviços, principalmente naqueles ligados ao conhecimento e a comunicação. Às nações periféricas, em contraponto, foram destinadas atividades diretamente produtivas, principalmente, com o objetivo de baixar o valor do trabalho e de reduzir, nos países centrais, atividades que degradam o meio-ambiente.

Dos Santos (2000) que afirma que TMD caminha em direção a uma teoria do sistema mundial com o objetivo de reinterpretar a formação e o desenvolvimento do capitalismo moderno. Arrighi (1998), por sua vez, considera a teoria do sistema mundo como herdeira da teoria da dependência. No entanto, outros autores não concordam com as similaridades entre essas teorias. Valencia (2005, p. 2, tradução nossa) defende que a teoria marxista da dependência e a teoria do sistema-mundo são “totalmente diferentes em seus princípios e abordagens epistemológicas” e que ambas “marcham com seus próprios meios e caminhos, encontrando-se em alguns espaços, mas sem fundir-se” (VALENCIA, 2005, p. 9, tradução nossa). Ainda segundo o autor,

A teoria do sistema mundial fornece elementos muito valiosos ao conhecimento da economia mundial e dos países latino-americanos, sobretudo com sua retrospectiva histórica dos ciclos longos – de cem ou duzentos anos –, assim como aportes ao conhecimento do capitalismo mundial cuja divisão internacional do trabalho reproduz e aprofunda a relação dialética entre centros, periferias e semiperiferias. Mas dada a sua natureza epistemológica, esta teoria não pode de maneira alguma se fundir com a TMD. Mas sim, a partir de relações de intercâmbio, de debate e de aportes ao conhecimento da fenomenologia contemporânea do capitalismo entre ambas, ao meu modo de ver, a teoria da dependência tem de seguir sua própria trajetória cognoscitiva como uma importante corrente de pensamento teórica e crítica latino-americana que tem muitíssimos elementos para aportar (VALENCIA, 2005, p. 8-9, tradução nossa).

A TMD diverge da abordagem do sistema-mundo que sobrevaloriza o “fator mundial” em detrimento dos fatores nacionais e locais (VALENCIA, 2005). Ao desenvolver a teoria do sistema-mundo<sup>11</sup>, Wallerstein (2000) identifica o sistema internacional como uma estrutura integrada a partir da lógica da acumulação capitalista e por isso considera como unidade de análise o sistema-mundo e não os Estados:

---

<sup>11</sup> A teoria do sistema-mundo começou a ser desenvolvida por Immanuel Wallerstein, no primeiro volume de *O Sistema Mundial Moderno*, publicado em 1974, tendo outros dois volumes publicados respectivamente em 1980 e 1989. Nesta obra Wallerstein desenvolve toda a tradição de Fernand Braudel, ícone da segunda geração da Escola de Annales.

Um sistema-mundo não é o sistema do mundo, mas um sistema que é um mundo e que pode ser, e frequentemente tem sido, localizado numa área menor que o globo inteiro. A análise de sistemas-mundiais argumenta que as unidades da realidade social dentro das quais nós operamos, cujas regras nos restringem, são na maioria sistemas-mundos (WALLERSTEIN, 2004, p. 98-99, tradução nossa).

Para Valencia (2005), Wallerstein possui uma visão do capitalismo que postula que para compreender qualquer fenômeno histórico passado ou presente (que tenha ocorrido no período dos séculos XVI a XXI), é necessário primeiramente se referir e se conectar organicamente com a dinâmica e estrutura semiplanetária e planetária do sistema mundial global. Em decorrência disso, a dinâmica mais universal do sistema-mundo exerce uma influência determinante no surgimento, no curso e nos resultados de acontecimentos macroregionais.

Por fim, Valencia (2005) afirma que essas teorias contêm interpretações opostas sobre a situação estrutural do capitalismo contemporâneo. Enquanto a teoria do sistema-mundo possui uma atitude otimista em relação ao ciclo histórico da evolução do capitalismo e das lutas sociais, a TMD adverte que essas lutas serão travadas dentro de um processo capitalista cada vez mais parasitário, com fortes tendências recessivas para a estagnação, decomposição social e guerra.

#### **2.4.2 A superexploração da força de trabalho como essência da dependência latino-americana**

Na obra *Dialética da Dependência*, publicada pela primeira vez no México em 1973, Marini discute a forma de inserção das economias periféricas no mercado internacional, ao mesmo tempo em que assinala os mecanismos de acumulação privada de capital e exploração do trabalho na periferia do sistema-mundo. A obra de Marini constitui o ponto mais alto na explicação das particularidades da reprodução do capitalismo dependente (OSORIO, 2009).

A originalidade da obra, segundo o próprio Marini (2005), deve-se, primeiro, à rejeição da análise tradicional do subdesenvolvimento e, por conseguinte, à abertura do estudo da subalternidade da realidade latino-americana a partir da perspectiva marxista. Sobre a obra de Marini, Faé (2009, p. 119) escreve que,

Ao direcionar sua atividade discursiva para a análise da formação da dinâmica político-econômica que caracterizava a América Latina, [Marini] trouxe à tona uma forma de olhar que se contrapôs às vertentes que justificam o crescimento econômico sob premissas mundiais. Desvelou de forma enfática a forma como a

dependência dos países satélites era legitimada pelo discurso hegemônico e, principalmente, a exploração inerente a essa dinâmica; pois é com base no suporte em termos de matéria-prima e trabalho, assim como por meio da apropriação do lucro originado nos satélites, que as metrópoles mantêm as condições econômicas e a legitimidade de suas posições.

Já nas primeiras páginas de *Dialética da Dependência*, Marini (2005) alerta que as bases da economia latino-americana apresentam peculiaridades que implicam uma recorrência sistemática à noção de “pré-capitalismo”. Argumenta o autor que, ainda quando se trate, realmente, de um desenvolvimento insuficiente das relações capitalistas, essa noção se refere a aspectos de uma realidade que, por sua estrutura e funcionamento, não poderá desenvolver-se nos mesmos parâmetros das economias capitalistas centrais. Marini (2005, p. 138) destaca que “mais do que um pré-capitalismo, o que se tem é um capitalismo *sui generis*, que só adquire sentido se o contemplarmos na perspectiva do sistema em seu conjunto, tanto em nível nacional, quanto, e principalmente, em nível internacional”.

Os países latino-americanos contribuíram com a criação da grande indústria moderna, afirma Marini (2005) na medida em que a região se desenvolveu em estreita consonância com a dinâmica do capitalismo internacional. Como produtora de metais preciosos e gêneros exóticos contribuiu, em um primeiro momento, com o aumento do fluxo de mercadorias e a expansão dos meios de pagamento, o que permitiu o desenvolvimento do capital comercial e bancário, bem como a sustentação do sistema manufatureiro europeu já maduro, enquanto o latino-americano sequer tinha expressão nas economias locais. Assim se constituiu a dependência colonial, a primeira forma histórica da dependência, que assentava na exportação de produtos *in natura* e na qual o capital comercial e financeiro, em aliança com as potências coloniais, dominava as relações entre a Europa e as colônias (AMARAL, 2006).

A Revolução Industrial, que correspondeu, na América Latina, à independência política nas primeiras décadas do século XIX, provocou nas relações comerciais construídas sob o pacto colonial, uma perversa articulação internacional que passava pela produção e exportação de bens primários em troca de produtos manufaturados de maior valor agregado. Foi este processo que, paulatinamente, cristalizou o desequilíbrio das balanças comerciais e alimentou o crescimento das dívidas soberanas desses novos Estados (MARINI, 2005).

É a partir desse momento que as relações da América Latina com os centros capitalistas europeus se inserem em uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho, que determinará o sentido do desenvolvimento posterior da região. Em outros termos, é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou



recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência (MARINI, 2005, p. 140, grifo nosso).

Assim, o surgimento da grande indústria estabeleceu as bases sólidas para a divisão internacional do trabalho, pois “a criação da grande indústria moderna seria fortemente obstaculizada se não houvesse contado com os países dependentes, e tido que se realizar sobre uma base estritamente nacional” (MARINI, 2005, p. 142). A condição primordial para que a América Latina se inserisse na economia internacional esteve relacionada com sua grande disponibilidade de produtos agrícolas, ou seja, sua capacidade para criar uma oferta mundial de alimentos, permitindo que os países industriais se especializassem como produtores mundiais de manufaturas aprofundando, com isso, a divisão internacional do trabalho. Posteriormente, a região contribuiu para a formação de um mercado de matérias-primas industriais, cuja importância crescia em função do próprio desenvolvimento industrial.

Para além de ser mola propulsora do crescimento industrial europeu, a América Latina, afirma Marini (2005), contribuiu para que o mecanismo de acumulação na economia industrial dos países centrais se deslocasse da produção de mais-valia absoluta<sup>12</sup> para a produção de mais-valia relativa, ao ser alterada a base da acumulação, da exploração do trabalhador para o aumento da produtividade física do trabalho. Entretanto, o desenvolvimento produtivo latino-americano, coerente com o desenvolvimento dependente e coadjuvante de sua economia, percorreu sentido contrário ao apoiar-se na superexploração da mão de obra. Esse momento marcou a segunda forma histórica da dependência, que Amaral (2006) denomina de dependência “financeiro-industrial” que se consolidou ao final do século XIX, caracterizada pela dominação do grande capital nos centros hegemônicos, cuja expansão se deu por meio de investimentos na produção de matérias-primas e produtos agrícolas para seu próprio consumo. Como consequência, a produção nos países dependentes passou a ser destinada à exportação, determinada, assim, pela demanda por parte dos centros hegemônicos.

A expansão desse modelo nas ex-colônias acarretou abundância na oferta mundial de alimentos e outros bens primários, com a consequente queda dos preços internacionais, cuja consequência foi a inevitável desigualdade das balanças comerciais que perdura até hoje. Com isso, escreve Marini (2005, p. 147), “mediante a incorporação ao mercado mundial de bens-

---

<sup>12</sup> Para Marx (2013), mais-valia é a forma peculiar de existência do trabalho excedente no modo de produção capitalista. Existem dois modos pelos quais os capitalistas podem aumentar a taxa de mais-valia: a mais valia absoluta, que se expressa no prolongamento da jornada de trabalho, mantendo os salários constantes e a mais valia relativa, que consiste em ampliar a produtividade física do trabalho pela via da mecanização.

salário, a América Latina desempenha um papel significativo no aumento da mais-valia nos países industriais”. Ao manterem-se relativamente estáveis os preços dos produtos industriais, a depreciação dos bens primários refletiu-se na deterioração dos termos de troca. Essa deterioração se tornou a expressão da realização de um intercâmbio desigual de mercadorias entre nações industriais e periféricas. Para tanto, diferentes mecanismos permitiram realizar transferências de valor e se expressaram na forma como se fixavam os preços de mercado e os preços de produção da mercadoria.

A partir da transferência de valor da periferia para o centro, a teoria marxista da dependência argumenta que as nações desfavorecidas pela troca desigual não buscaram tanto corrigir os desequilíbrios entre os preços e o valor de suas mercadorias exportadas, mas sim compensar as perdas no comércio internacional por meio da superexploração do trabalhador. Assim, enquanto nos países centrais a acumulação de capital ocorre com base na capacidade produtiva do trabalho, na América Latina a acumulação é baseada na superexploração do trabalhador e “é nessa contradição que se radica a essência da dependência latino-americana” (MARINI, 2005, p. 162).

Na obra *En torno a dialectica de la dependencia* (1991), Marini reforça que a menor taxa de lucro nos países dependentes, como contrapartida da elevação da composição orgânica do capital, é compensada pelos processos de superexploração do trabalho, para além das circunstâncias peculiares que favorecem, nas economias agrícolas e de mineração, a alta rentabilidade do capital variável. Em consequência, a economia dependente expande suas exportações a preços sempre menores do que os países industrializados e, simultaneamente, mantém a sua atratividade para o capital estrangeiro, o que permite a perpetuação do processo.

Desta feita, a superexploração do trabalho nos países dependentes é uma questão estrutural e explica o mecanismo pelo qual as condições de vida dos trabalhadores dessas regiões serem muito abaixo da média dos países centrais, conforme destaca Schmidt (2013, p. 11),

A superexploração, por um lado, ao não possibilitar a existência de uma sociedade de consumo de massas, restringe o mercado nacional e, portanto, o crescimento econômico de longo prazo; por outro lado, não se manifesta só na relação mais direta entre o patronato e os trabalhadores, mas também no espaço ocupado pelos gastos públicos em bem-estar social. Todas estas questões tendem a limitar a mudança qualitativa nas condições de vida dos trabalhadores. Salários baixos não pressionam o capital para ganhos de produtividade, limitam a produção, os ganhos de escala etc.; ao que se acrescenta a dependência que limita a apropriação do valor

criado pelos capitais nacionais, que, [...] respondem mantendo num baixo nível o valor da força de trabalho local.

Assim, compreender a especificidade do capital na economia dependente latino-americana significa iluminar o fundamento de sua dependência em relação à economia capitalista mundial. Ao analisar em conjunto as fases do ciclo do capital nas economias dependentes, Marini (2012<sup>13</sup>) retoma algumas ideias principais de *Dialética da dependência* e aponta as peculiaridades presentes em todas as fases do ciclo representado pela fórmula  $D - M \dots P \dots M' - D'$ , onde D (dinheiro), M (mercadorias), P (capital produtivo), M' (mercadorias valorizadas) e D' (capital-dinheiro). Esse ciclo é composto por três fases: (1) a primeira fase da circulação, (2) a fase de acumulação e produção e (3) a segunda fase da circulação.

No que se refere à primeira fase da circulação, a identificação da origem do capital dinheiro é de fundamental importância pelo fato de seu potencial em impactar as duas fases posteriores do ciclo. Identificar se o capital é privado interno (ou investimento privado interno), se é investimento público ou capital estrangeiro (direto ou indireto) desvela consequências e tendências que ocorrem nas economias dependentes e que muito se diferem em relação às economias avançadas. Dentre essas fontes, Marini (2012) destaca a importância do papel do Estado no ciclo, uma vez que suas fontes de investimento são diversas, gerando gastos produtivos e até improdutos (que são aqueles destinados à manutenção do sistema em que se opera a valorização).

Parte do gasto estatal é produtivo, uma vez que se destina à acumulação de capital, seja pelos investimentos realizados pelo próprio Estado ou pelas transferências de mais-valia para o capital privado para alimentar o investimento privado. Estas últimas podem ocorrer quando são realizados gastos para tornar mais rentável o investimento privado (por exemplo, a construção de infraestruturas), pelas subvenções diretas ou indiretas (isenções de impostos). Assim, “a capacidade de transferir para si parte da mais-valia gerada pelo capital privado, a de produzir ele próprio mais-valia e, finalmente, a de captar parte do capital variável dos salários pagos à força de trabalho” (MARINI, 2012, p. 24) fazem do Estado um destacado ator na primeira fase da circulação.

---

<sup>13</sup> Publicado originalmente em 1979 no México, o texto *O ciclo do capital na economia dependente* foi posteriormente republicado em 2012 no livro **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**, de Carla Ferreira, Jaime Osorio e Mathias Luce, conforme referência constante no final deste trabalho.

A identificação do tipo do capital estrangeiro, se direto ou indireto, também é fundamental, uma vez que esse capital contribui para o desenvolvimento da economia dependente ao ter um papel complementar ao investimento interno (MARINI, 2012). Como investimento direto, o capitalista apropria-se da mais-valia gerada nos países dependentes proporcionalmente ao valor do capital produtivo investido (se total ou parcial). Por sua vez, o capital estrangeiro indireto se caracteriza pelos empréstimos e financiamentos realizados por capitalistas internos (nacionais ou estrangeiros) ou pelo próprio Estado, cobrando, para isso, amortizações e juros que são deduzidos da mais-valia gerada pelo investimento produtivo para o qual ele contribuiu, embora não assuma os riscos da produção e realização dessa mais-valia. Sobre a participação desses capitais na economia dependente, Marini (2012) desvela:

Sendo evidente que o capital estrangeiro se integra *ao* e determina *o* ciclo do capital da economia dependente e, por conseguinte, seu processo de desenvolvimento capitalista, não se deve perder de vista que ele representa uma restituição de capital em relação ao que drenou anteriormente da economia dependente; restituição que é, além do mais, parcial. [...] podemos afirmar que o ciclo econômico da economia dependente, as distintas fases de expansão e recessão que esta atravessa, encontra-se diretamente articulado com o exterior e é suscetível em ampla medida a ser influenciado pelo Estado (MARINI, 2012, p. 25-26, grifos do autor).

A transferência para o exterior de parte da mais-valia gerada internamente não é a única consequência da participação do capital estrangeiro nas economias dependentes. Deve-se ressaltar que a indústria manufatureira dessas economias está baseada fundamentalmente na aquisição dos bens de produção necessários no mercado mundial. Essa dependência não se reflete apenas em termos materiais (equipamentos e maquinarias), mas também tecnologicamente, na medida em que se importa também os conhecimentos para operar e fabricar os meios de produção. Nesse sentido, outros mecanismos de transferência de mais-valia se estabelecem com o exterior, desta vez em forma de pagamentos de *royalties* ou assistência técnica (MARINI, 2012).

A segunda fase do ciclo do capital, a fase de acumulação e produção, também é diferenciada nas economias dependentes. As empresas estrangeiras ou mistas que nelas operam tendem a ter um maior acesso às novas tecnologias nos meios de produção, o que as permitem reduzir o custo de produção e obter sistematicamente uma mais-valia extraordinária se comparadas às empresas de capital estritamente nacional. Essas últimas tendem a recompor a taxa de lucro por meio da elevação da taxa de mais-valia, onde a força de trabalho é remunerada abaixo do seu valor, ocorrendo a superexploração dos trabalhadores.

Além dessas duas características, a criação de um exército industrial de reserva também é destacada por Marini (2012) como um dos fatores que marcam a fase de produção

nas economias dependentes. Esse excedente de trabalhadores tende a crescer na medida em que novas técnicas de produção oriundas das economias mais avançadas são introduzidas nos países periféricos e reduzem a capacidade reivindicativa da classe operária, propiciando a superexploração dos trabalhadores.

A utilização de capitais estrangeiros na primeira fase da circulação nas economias dependentes traz impactos também na fase de produção. Esses capitais são aplicados em setores produtivos voltados para a produção de bens que podem não responder às necessidades das massas consumidoras e menos ainda às da classe operária. Ademais, esses setores produtivos trazem consigo a necessidade de inovações e técnicas, que, mais uma vez, não surgiram do desdobramento do aparato produtivo existente, mas que foram impostos à economia dependente (MARINI, 2012).

A segunda fase da circulação, marcada pela entrada no mercado das mercadorias produzidas na fase anterior, também apresenta especificidades nas economias dependentes, oriundas das fases anteriores do ciclo do capital. A superexploração dos trabalhadores, que implica na remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor, acarreta a redução da capacidade de consumo dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que parte dos lucros advindos da mais-valia que ficam no país é voltada para a aquisição de bens para o consumo individual dos capitalistas ou outros setores de classe a eles vinculados.

Assim, o ponto-chave para entendimento da economia latino-americana é a separação dos dois momentos fundamentais do ciclo do capital – a produção e a circulação de mercadorias. Enquanto nos países industriais o consumo individual dos trabalhadores representa um elemento decisivo na criação de demanda para mercadorias produzidas, na América Latina a circulação se separa da produção e se efetua basicamente no âmbito do mercado externo por meio do sacrifício do consumo individual dos trabalhadores. A separação entre o consumo individual fundado no salário e o consumo individual engendrado pela mais-valia deu origem a uma estratificação do mercado interno: de um lado a esfera “baixa” (trabalhadores) e de outro a esfera “alta” de circulação (não-trabalhadores). Esta última se relaciona com a produção externa, por meio do comércio de importação (MARINI, 2005).

A citação abaixo, apesar de longa, desvela as características que marcam o ciclo do capital nas economias dependentes:

Resumindo, poderíamos dizer que o ciclo do capital na economia dependente se caracteriza por um conjunto de particularidades. Entre elas, o papel que joga o

capital estrangeiro na primeira fase da circulação, tanto sob a forma de dinheiro como sob a de mercadoria, assim como o fato de que a produção determina transferências de mais-valia (que se farão visíveis na segunda fase da circulação), fixa a mais-valia extraordinária e se desenvolve sobre a base da superexploração do trabalho. Esses fatos levam à concentração do capital e à monopolização precoce, ao mesmo tempo em que divorciam a estrutura de produção das necessidades de consumo das massas. A distorção na distribuição da renda que daí se origina dinamiza, na segunda fase da circulação, o setor do mercado capaz de sustentar o desenvolvimento dos ramos de produção suntuária, forçando o agravamento dessa distorção à medida que tais ramos aumentam sua produção e demandam mais mercado. Os limites com que se choca essa segunda fase da circulação, tanto pela transferência de mais-valia ao exterior como pela deformação da estrutura da renda interna, empurram-na em direção ao exterior, levando-a a buscar a realização de partes das mercadorias no mercado mundial, com o que se fecha o círculo da dependência do ciclo do capital com relação ao exterior (MARINI, 2012, p. 35).

Ao analisar o processo de industrialização ocorrido no Brasil no século XX, Marini (2005) revela que a contradição que caracterizou o ciclo do capital na América Latina e seus efeitos sobre a exploração do trabalho explica grande parte dos problemas e tendências desse processo. O crescimento industrial brasileiro somente ocorria quando fatores externos fechavam parcialmente o acesso da esfera alta de consumo para o comércio de importação. Isto porque a industrialização latino-americana não criou sua própria demanda, mas nasceu para atender uma demanda preexistente e se estruturou em função das exigências de mercado dos países centrais. A crise que acometeu a economia capitalista internacional (no período compreendido entre a Primeira e Segunda Guerra Mundiais) foi um desses “fatores externos”, pois limitou a acumulação baseada na produção para o mercado externo e o eixo da acumulação se deslocou para a indústria, o que deu origem à moderna economia industrial<sup>14</sup>.

Logo, ao contrário da Europa dos idos de 1750, no Brasil do século XX não houve a substituição de uma indústria artesanal já estabelecida, especializada e com organização política e administrativa definida, por uma de tipo fabril-industrial, pelo fato da primeira nunca ter, de fato, se estabelecido. Um século depois, em meados dos anos 1960, no Brasil, ainda se consolidava a migração de um tipo de produção essencialmente doméstica dos bens de primeira necessidade, para outro de caráter industrial-comercial, isto é, massificado. Este processo está estreitamente vinculado, também, à migração campo-cidade que explodiu naquele período, pois foi na transição entre as décadas de 1960 e 1970 que a população urbana superou, pela primeira vez, a população rural. A indústria nacional voltou-se, então, ao

---

<sup>14</sup> Nesse momento, Marini (2005, p. 167) destaca que parecia que o capitalismo dependente orientava-se no sentido de uma configuração similar à dos países industriais clássicos (com a alta esfera da produção deslocando seu centro de gravidade para a produção interna, coincidindo, grosso modo, com a esfera baixa). Foi sobre essa base que prosperaram na década de 1950 as diferentes correntes chamadas desenvolvimentistas.

atendimento de um mercado destinado às massas assalariadas que se agrupavam nos centros urbanos, e ampliavam seu consumo ao abandonar a pequena produção familiar de subsistência – ou seja, um contingente que, lentamente, se acostumava a pautar sua organização social no valor de troca dos bens e serviços.

A situação decorrente da Grande Depressão e das duas Guerras Mundiais provocou uma grande redução na demanda de matérias-primas tradicionais no mercado internacional e também, como afirma Marini (2005), afetou a regularidade do fluxo de produtos manufaturados para o Brasil. Assim, tanto o desequilíbrio da balança de pagamentos, como a escassez de produtos manufaturados importados foram fatores que desencadearam o processo de industrialização por substituição de importações, orientado para a produção de mercadorias de baixa intensidade tecnológica. Assim ocorreu, segundo Marini (2005), a inserção do Brasil no mapa da industrialização assentada nas bases criadas pela economia de exportação. Este cenário representa a que é considerada a terceira forma histórica da dependência, a tecnológico-industrial, baseada nas corporações multinacionais que investiram na indústria voltada para o mercado interno dos países periféricos (AMARAL, 2006).

Por mais significativa que tivesse sido a industrialização<sup>15</sup> no seio da economia exportadora da região, ela nunca chegou a conformar uma verdadeira economia industrial que, ao definir o caráter e o sentido da acumulação de capital, pudesse acarretar uma mudança qualitativa no desenvolvimento econômico dos países latino-americanos. Para Marini (2005, p. 166) “ao contrário, a indústria continuou sendo ali uma atividade subordinada à produção e exportação de bens primários, que constituíam, estes sim, o centro vital do processo de acumulação” e, assim, a América Latina ingressou na etapa da industrialização a partir das bases criadas pela economia de exportação.

Assim, a industrialização latino-americana correspondeu a uma “nova divisão internacional do trabalho” porque, como defende Marini (2005), por volta de 1950, a crise que afetara o capitalismo internacional no período do pós-guerra havia sido superada e a economia reorganizada sob a égide dos Estados Unidos. Nesse contexto, os países centrais contavam com importantes fluxos de capital e buscavam mercados externos para a sua aplicação. Aliado

---

<sup>15</sup> Buscando melhor explicar seu argumento, Marini (2005, p. 169) afirma que emprega o termo “industrialização” para “salientar o processo pelo qual a indústria, empreendendo a mudança qualitativa global da velha sociedade, caminha no sentido de se converter em eixo da acumulação de capital”. É por isso que considera que não ocorreu um processo de industrialização no seio da economia exportadora, mesmo que fosse possível observar atividades industriais nessa economia.

a isso, durante o período de recessão foram desenvolvidas bases industriais periféricas, que ofereciam – graças à superexploração do trabalho – possibilidades atrativas de lucro. Paralelamente, ocorreu um grande desenvolvimento do setor de bens de capital nas economias centrais que incentivava a aplicação, dos cada vez mais sofisticados equipamentos produzidos, no setor secundário dos países periféricos. Surgiu então, nas economias centrais, a necessidade de impulsionar o processo de industrialização na periferia, com o propósito de criar mercados para a sua indústria pesada. Por outro lado, na medida em que o ritmo do progresso técnico nos países centrais reduzia drasticamente o prazo de reposição do capital fixo, impunha-se a necessidade de exportar para a periferia equipamentos e maquinários já obsoletos, antes de sua total amortização.

A persistência na superexploração da força de trabalho, aliada à dependência nas esferas tecnológica e financeira fazem com que se mantenha a subordinação dos países dependentes à divisão internacional do trabalho (FERREIRA e LUCE, 2012). A dependência financeira também é destacada por Amaral (2006) ao assinalar que, num período mais recente (final do século XX e início do século XXI), tem se firmado uma nova fase do capitalismo caracterizada, principalmente, pela transferência de recursos dos países dependentes para os países centrais através do pagamento de juros e amortizações em razão de endividamentos externos crescentes. Essa fase representa uma nova forma histórica da dependência – a quarta forma histórica – em que ocorre a valorização do capital fictício, que se desdobra tendo como base o capital portador de juros, financiador do investimento produtivo nos países dependentes.

As formas históricas da dependência mostram que a TMD continua atual e evidenciam o papel reservado aos países periféricos na divisão internacional do trabalho. No entanto, essas formas e seus respectivos períodos históricos remetem a uma lógica pós-determinada, na qual se tenta entender as mudanças, identificando os traços predominantes de cada período, mas sem possibilitar a compreensão profunda do que as provocou. É neste ponto que a contribuição de Osorio (2012a) mostra seu valor ao propôr a categoria do *padrão de reprodução do capital* com o objetivo de desvendar e periodizar a lógica que guia os movimentos do capital, sua dinâmica interna, e suas inter-relações dentro do sistema-mundial capitalista.

Nesse sentido, Osorio (2012a) dá seguimento ao pensamento de Marini e expõe o estudo das formas de produção, acumulação, circulação e distribuição/apropriação de valor em formações histórico-concretas e propõe um programa de pesquisa em torno da categoria



do *padrão de reprodução do capital*. Segundo Osorio (2012a), essa fundamentação teórica é importante, uma vez que no seio da teoria marxista a dimensão teórica dessa noção ainda não foi preenchida. Dada a relevância teórica dessa abordagem, o item seguinte explora a noção do *padrão de reprodução do capital* e sua potencialidade para explicar as formações sociais concretas.

## 2.5 A CATEGORIA DO PADRÃO DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL E O NOVO PADRÃO EXPORTADOR DE ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA

A categoria do *padrão de reprodução do capital* resgata as contribuições da TMD, sua vigência e urgência para o exame crítico do capitalismo contemporâneo e constitui-se como um verdadeiro programa de pesquisa, articulando contribuições de Marx com formulações do marxismo latino-americano, em especial de autores dependentistas (FERREIRA; LUCE, 2012). Essa categoria surgiu para compreender as formas pelas quais o capital se reproduz em períodos históricos específicos e em espaços geoterritoriais determinados e considera as características da metamorfose do capital na passagem pelas esferas da produção e circulação, integra o processo de valorização e sua encarnação em valores de uso específicos (OSORIO, 2012a).

O padrão de reprodução do capital é uma categoria<sup>16</sup> de análise de suma importância para compreender a estruturação do capitalismo mundial. Ferreira e Luce (2012, p. 17-19) definem essa categoria como:

A condensação de um conjunto de regularidades do movimento do capital no tempo histórico e em espaços geoterritoriais definidos, no contexto da economia e do sistema político mundiais e como nível de abstração intermediário entre as formações sociais e o sistema mundial. [...] Tal como todas as categorias marxianas, o padrão de reprodução do capital não corresponde apenas a uma construção mental, mas existe materialmente na realidade. Dessa forma, se ele emana da leitura dos esquemas de reprodução e do estudo dos ciclos do capital em Marx, por outro lado se nutre da trajetória particular de desenvolvimento do capitalismo latino-americano para encontrar sua especificidade em padrões históricos [...]. Com isso, a categoria do *padrão* restabelece o vínculo entre valor e valor de uso, recompondo uma unidade fundamental da análise marxista (FERREIRA; LUCE, 2012, p. 19).

---

<sup>16</sup> Ferreira e Luce (2012, p. 17) destacam que “no pensamento marxista, as categorias exprimem o concreto-síntese ou concreto com múltiplas determinações e, por isso, representam um patamar de reflexão mais elevado que o de simples noções”.

Assim, a abordagem do *padrão* possibilita historicizar a reprodução do capital em formações sociais concretas e estabelece mediações entre os níveis mais gerais de análise (o modo de produção capitalista e o sistema mundial) e os níveis menos abstratos ou histórico-concretos do marxismo (a formação econômico-social e a conjuntura). Assim, primeiramente é preciso compreender o *modo de produção*, ou seja, as relações sociais estabelecidas pelos homens para resolver a produção e reprodução econômico-política da vida em comum e os elementos essenciais do modo de produção capitalista, sendo eles a geração da mais-valia e o desenfreado desenvolvimento produtivo em prol do lucro extraordinário e de não sucumbir na concorrência (OSORIO, 2012a).

No nível de análise *sistema mundial capitalista*, concernem aspectos como mercado mundial, a divisão internacional do trabalho, o imperialismo, a dependência, o intercâmbio desigual e os movimentos cíclicos do capital (suas ondas longas e suas fases de ascenso e descenso). Osorio (2012a) destaca que o capitalismo como sistema mundial se estrutura de maneira heterogênea entre centros, semiperiferias e periferias, ou no atual estágio de maturidade da economia capitalista como economias imperialistas (como Estados Unidos e Alemanha), semiperiféricas imperialistas (como Espanha) subimperialismos dependentes (como o Brasil), economias dependentes (Peru e Chile) e periferias (países da África).

No nível de análise *formação econômico-social* torna-se possível a determinação do lugar das unidades político-econômicas no sistema mundial e a compreensão das determinações nas quais operam e se desenvolvem. Osorio (2012a, p. 40) assim define os níveis menos abstratos ou histórico-concretos (formação econômico-social e conjuntura):

A noção de *formação econômico-social* nos remete à constituição do capitalismo em unidades político-econômicas e territoriais limitadas. [...] Deve considerar as relações econômico-políticas existentes nessas unidades e nos agrupamentos humanos que tais relações constituem, assim como os processos que o capital teve e tem de levar a cabo para estabelecer sua ordem, as soluções alcançadas e os conflitos abertos. [...] A noção de *conjuntura* remete a unidades político-temporais em que se produzem modificações significativas na correlação de forças entre os agrupamentos humanos em conflito e os projetos que encabeçam, tanto no seio de formações econômico-sociais como no do capitalismo como sistema mundial.

Para Osorio (2012a), o *padrão de reprodução do capital* é mais um nível de abstração específico da teoria marxista. O potencial explicativo dessa categoria, segundo o autor, reside na possibilidade de historicizar a reprodução do capital e dessa forma compreender os padrões declinantes ou emergentes:

A reprodução do capital assume formas diversas em diferentes momentos históricos, devendo se readequar às mudanças produzidas no sistema mundial e na divisão

internacional do trabalho, reorganizando a produção sobre novos eixos de acumulação e/ou sobre novos valores de uso. Isso permite historicizar a reprodução do capital e diferenciar os padrões que se estabelecem. Historicizar a reprodução do capital implica compreender as condições que tornam possível o ascenso e o auge de um padrão, assim como seu declínio e crise, ao mesmo tempo em que se consideram os momentos de transição, nos quais um antigo padrão não termina de desaparecer ou constitui-se em padrão subordinado e outro novo não termina de amadurecer ou converter-se em padrão dominante (OSORIO, 2012a, p. 41).

A compreensão da categoria do padrão de reprodução do capital envolve o entendimento do processo de metamorfose do capital em seu ciclo de valorização, assumindo as formas de dinheiro (D e D') (capital-dinheiro), mercadorias (M) – força de trabalho (Ft) e meios de produção (Mp) - , capital produtivo (P) e mercadorias valorizadas (M') (capital mercadoria). Para o autor, em situações históricas específicas, ainda que o capital assuma essas formas por ramos e/ou setores produtivos diferenciados, “não se deve perder de vista que são alguns setores e ramos que atraem os maiores e mais importantes investimentos à medida que se constituem em eixos da acumulação e da reprodução do capital” (OSORIO, 2012a, p. 41-42). Assim, considerando o tempo histórico, o capital não privilegia os mesmos setores ou ramos como motores de seu processo de valorização. Ainda para Osorio (2012a, p. 42),

A passagem do capital pelas distintas formas em seu ciclo vai deixando marcas na produção e na circulação. Tais pegadas se convertem em trilhas quando são vários os capitais que se lançam ao investimento em determinados ramos e setores-eixo e que, com diferentes ritmos mas em tempos determinados, vão realizando o ciclo ou processo de metamorfose. Perseguir essas pegadas e as trilhas que vão sendo criadas nos dá pistas de análises a fim de desvendar como o capital se reproduz em determinados momentos históricos. Definitivamente, o capital vai estabelecendo padrões de conduta em sua reprodução em períodos históricos determinados, seja porque privilegia certos ramos ou setores para investimento, seja porque utiliza tecnologias e meios de produção específicos, explora de maneiras diferentes ou reproduz – redefinindo – o que fez na matéria em outros momentos, produz determinados valores de uso e os destina para mercados – internos ou externos – adequado às suas necessidades, tudo o que, visto em seu conjunto, difere de como, em momentos distintos, realiza esses passos ou se reproduz.

Para realizar seu ciclo, o capital deve passar pelas esferas da produção e da circulação, assumindo as formas de capital-dinheiro, capital-produtivo (produção, mas também reprodução de mais-valia) e capital-mercadoria (valorização não desprendida do valor de uso das mercadorias). Cada uma dessas formas apresenta seu próprio ciclo, sendo que o que caracteriza a produção capitalista é a unidade desses ciclos e a passagem do capital social de maneira simultânea por cada um deles. Utilizando as categorias já desenvolvidas por Marx em *O capital*, Osorio (2012a) apresenta a fórmula dos três ciclos integrados, conforme abaixo:

**Figura 1 – Fórmula dos três ciclos integrados do capital**

	I	II
	Ft	Ft
D – M	....P....M' – D' – M	....P....M' – D'.....
	Mp	Mp
		III

Fonte: Osorio (2012a, p. 45).

Onde:

D = dinheiro

M = mercadoria

Ft = força de trabalho

Mp = meios de produção

P = produção

M' = mercadoria com um novo valor

D' = dinheiro aumentado ou mais dinheiro

A chave I (D – D') representa o ciclo do capital-dinheiro, que destaca a essência do dinheiro que funciona como capital (valorização). A chave II (P...P) representa o ciclo do capital-produtivo (permite ver a reprodução periódica da mais-valia) e a chave III (M' – M') representa o ciclo do capital-mercadoria (valorização, porém não desprendida do valor de uso das mercadorias) (OSORIO, 2012a).

A análise do *padrão de reprodução do capital* considera todos esses ciclos, historicizando-os em uma dupla dimensão: 1) respondendo às razões para que o capital se valorize e assuma determinadas encarnações em valores de uso específicos em momentos determinados, o que gera formas capitalistas diversas e, 2) compreendendo os processos que exigem a emergência, o auge e o declínio de determinado padrão de reprodução do capital, assim como as condições para a emergência e o amadurecimento de um novo, com seu ciclo de auge e posterior declínio e crise. Ainda segundo Osorio (2012a, p. 46), “essa dupla historicização da reprodução do capital nos permite contar com melhores ferramentas para

compreender a dinâmica dominante, econômica e política, em termos específicos, e o terreno em que se desenvolvem os conflitos classistas”.

Especificamente no ciclo do capital-dinheiro (chave I), tem-se três fases: a 1ª fase circulação, a fase da produção e a 2ª fase da circulação, conforme abaixo:

**Figura 2 – Fórmula do ciclo do capital-dinheiro**

$F_t$		
$D - M$	$\dots P \dots$	$M' - D'$
$M_p$		
1ª fase circulação	fase produção	2ª fase circulação

Fonte: Osorio (2012a, p. 47).

Para que a reprodução do capital seja compreendida, é necessário analisar algumas questões em cada uma dessas fases. O Quadro 1, a seguir, especifica as fases do ciclo do capital-dinheiro e as respectivas análises que devem ser realizadas em cada uma delas.

**Quadro 1 - Análises a serem realizadas nas fases do ciclo do capital-dinheiro**

Fase do ciclo do capital	Dimensão	Análises a serem realizadas
Primeira fase da circulação	D (dinheiro)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- quem investe (capital privado – nacional ou estrangeiro e/ou capital estatal e suas proporções);</li> <li>- quanto investe (montante dos investimentos);</li> <li>- em que investe (os ramos e segmentos da produção que em determinados momentos estão ocupando um lugar central na acumulação e na reprodução do capital);</li> <li>- qual é o valor de uso produzido pelas indústrias que concentram os investimentos;</li> <li>- qual é a natureza das economias e mercados para os quais a produção dessas indústrias se destina;</li> <li>- qual é o peso do capital financeiro especulativo e sua “volatilidade”.</li> </ul>
	D – Mp (dinheiro – meio de produção)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- em quais mercados são adquiridos os equipamentos, o maquinário e as tecnologias tanto dos meios de produção quanto dos meios de consumo (se na economia interna ou em mercados externos).</li> </ul>
	D-Ft (dinheiro – força de trabalho)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- qual é o valor diário da força de trabalho;</li> <li>- qual é o valor total da força de trabalho (tempo total de vida útil de trabalhador);</li> <li>- quais são os setores, ramos e indústrias que demandam força de trabalho em determinados momentos históricos;</li> <li>- quais as características diferenciadas da força de trabalho;</li> <li>- quais as condições em que se estabelece a demanda da força de trabalho;</li> <li>- qual é a localização territorial da força de trabalho;</li> <li>- qual é o montante dos trabalhadores contratados;</li> <li>- qual é a qualificação dos trabalhadores;</li> <li>- quais os tipos de contratos que prevalecem na compra-venda da força de trabalho.</li> </ul>

Fase do capital produtivo	...P... (produção)	- como o capital consome a força de trabalho; - qual é a forma predominante da organização do trabalho.
Segunda fase da circulação	M' – D' (mercadoria com um novo valor - dinheiro aumentado)	- quais mercados as mercadorias se dirigem predominantemente; - quais são o tipo e a quantidade dos valores de uso lançados ao mercado.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Osorio (2012a).

Um padrão de reprodução do capital em vigência pode se manter até mesmo em tempos de crise, uma vez que o capitalismo gera condições para se reproduzir, no entanto, com a condição de reproduzir de maneira ampliada suas contradições. Para Osorio (2012a, p. 63), “as crises servem como estopim para restabelecer novas condições para a rentabilidade do capital, para voltar a propiciar a renovação de seu ciclo de reprodução e de suas contradições econômicas e sociais em novos estágios” e ainda,

As crises [...] podem propiciar o esgotamento de um padrão de reprodução, com o que se criam as condições para o surgimento de um novo período que pode ser precedido por uma etapa de transição, na qual o antigo não termina de morrer ou de subordinar-se e o novo, de se impor e prevalecer. Quando um novo padrão prevalece, é porque o capital encontrou novas condições para se reproduzir, provocando mudanças nos setores ou ramos que desempenharão o papel de eixos de acumulação, na organização do trabalho, nas condições técnicas, nas mercadorias produzidas, nos mercados aos quais dirigirá sua produção, nos agentes que farão investimentos, no tipo de associação com o capital estrangeiro, enfim, no conjunto ou em alguns dos principais estágios que marcam o rumo do ciclo do capital (OSORIO, 2012a, p. 70).

Imbricado nas razões econômicas, Osorio (2012a) desvela que o caráter político se faz presente na emergência, no auge e no declínio de determinado padrão de reprodução de capital, assim como nas condições para a emergência, o amadurecimento, o ciclo de auge e o posterior declínio de um novo. Segundo o autor, em todos esses processos estão em luta projetos de classes de setores do capital, sendo que alguns deles se convertem em eixo de acumulação, enquanto que projetos de classe de outros setores do capital ocupam lugares subordinados ou perdem. Esses embates geram consequências nas classes dominadas e em suas formas de existência:

Existem projetos de reprodução do capital menos agressivos ao mundo do trabalho, ou em relação a alguns estratos específicos de tal mundo. Outros, no entanto, constituem projetos que agudizam a exploração e a exploração redobrada, gerando formas de capitalismo em que a barbárie tende a imperar acima da dimensão civilizatória que encarna (OSORIO, 2012a, p. 46).

Além de todas as análises elencadas no Quadro 1, a compreensão da reprodução do capital envolve o entendimento da política econômica da formação econômico-social em

questão, uma vez que são necessárias intervenções estatais na economia para que a reprodução do capital efetivamente se firme como um padrão. A política econômica está imbricada com elementos políticos, não podendo esses dois aspectos ser tratados de forma isolada. No aspecto econômico porque distintos padrões de reprodução do capital requerem políticas econômicas diferentes e na política devido ao fato “de que as exigências dos setores do capital que se convertem em eixos de determinado padrão tendem a buscar as maiores cotas de poder estatal para, dessa forma, lograr a aplicação das políticas econômicas que melhor se ajustem a suas necessidades de reprodução” (OSORIO, 2012a, p. 72). O autor ainda coloca,

O campo de ação da política econômica é extenso e cobre praticamente todos os terrenos que o capital percorre em seu ciclo e em sua reprodução. Isso significa que por meio dos instrumentos de política econômica é possível ajudar o capital para que seu trânsito pelo ciclo seja mais fluido e favorável a suas necessidades. Para tanto, o capital deverá zelar para que seus interesses prevaleçam no aparato do Estado, a fim de que este impulsione políticas econômicas favoráveis a seus projetos de reprodução. Assim se manifesta a imbricação do econômico e do político na política econômica. [...] No nível de análise de um padrão de reprodução, é necessário distinguir frações do capital e setores. [...] Tais diferenciações são importantes porque a política econômica não pode resolver da mesma maneira as necessidades de reprodução de todas as frações e setores. Isso significa, da perspectiva do campo da política, que no nível do Estado os setores mais favorecidos contam com maiores cotas de poder e as fazem sentir na aplicação de políticas econômicas que melhor propiciem seu desenvolvimento ou sua reprodução particular (OSORIO, 2012a, p. 72).

Outro aspecto que apresenta especificidades com relação ao padrão de reprodução do capital é o uso do espaço geográfico, uma vez que “o capital intervém no território de maneiras diversas segundo as necessidades particulares que sua metamorfose exige” (OSORIO, 2012a, p. 73), podendo demandar o uso intensivo ou extensivo do território e/ou a construção de infraestruturas que permitam a mobilidade dos recursos naturais extraídos em localizações afastadas ou da mão de obra que trabalhará na extração e transformação desses recursos.

Finalmente, Osorio (2012a) argumenta a necessidade de se compreender os ciclos no movimento da taxa média de lucro (conhecidas como ondas longas), uma vez que são processos que ocorrem em regiões e economias que se encontram inter-relacionadas e integradas com outras, já que o capitalismo funciona como um sistema mundial.

Enfim, Osorio (2012a) advoga a necessidade de se estudar a categoria do *padrão de reprodução do capital* com o objetivo de desvendar e periodizar a lógica que guia os movimentos do capital, sua dinâmica interna e suas inter-relações dentro do sistema mundial capitalista. Ao estudar os padrões de reprodução do capital na América Latina, Osorio (2012a)

identificou aqueles que foram dominantes em períodos históricos específicos e as etapas de transição, conforme pode ser visto no Quadro 2, a seguir.

**Quadro 2 - Padrões de reprodução do capital dominantes na América Latina (séculos XIX a XXI)**

<b>Padrão de reprodução dominante</b>	<b>Período que abrange</b>
a) Padrão agromineiro exportador	Até a segunda década do século XX
b) Padrão de transição	Primeira metade dos anos 1930
c) Padrão industrial	Segunda metade dos anos 1930
Etapa internalizada e autônoma	Até os anos 1940
Etapa de integração ao capital estrangeiro	Desde os anos 1950
d) Etapa de transição	De meados dos anos 1970 aos anos 1980
e) Padrão exportador de especialização produtiva	De meados dos anos 1980 até o presente

Fonte: Osorio (2012a, p. 78).

Assim, Osorio (2012a; 2012b) defende que desde os anos 1980 a América Latina vivencia um novo padrão de reprodução do capital, denominado *padrão exportador de especialização produtiva*. A partir dos anos 1980, o capital estrangeiro assumiu um papel privilegiado na reestruturação do mundo subdesenvolvido e dependente (OSORIO, 2012b), tendo o investimento externo direto aumentado consideravelmente nesses países. Segundo o autor, a América Latina constituiu a região onde esses investimentos mais cresceram, relativamente, nos anos 1990, o que mostra o peso do capital estrangeiro na conformação do *novo padrão exportador de especialização produtiva*. As principais características desse novo padrão são o regresso a produções seletivas, tanto de bens secundários e/ou primários<sup>17</sup>, quanto de realocização de segmentos produtivos e conforma novas organizações da produção (toyotismo), flexibilidade laboral e precariedade, drásticas reduções e segmentação do mercado interno, fortes polarizações sociais, aumento da exploração e da superexploração e níveis elevados de pobreza e indignância, com a produção destinada preferencialmente ao exterior. Ainda sobre este novo padrão, Osorio (2012b, p. 113) destaca:

A especialização produtiva exportadora encontra-se associada a uma espécie de reedição, sob novas condições, de novos enclaves, à medida em que um número reduzido de atividades, geralmente muito limitadas e que concentram o dinamismo da produção, operam sem estabelecer relações orgânicas com o restante da estrutura produtiva local, ao demandar prioritariamente do exterior equipamentos, bens intermediários e, em alguns casos, até matérias-primas para não falar da tecnologia e do *design*, sendo os salários e impostos o aporte fundamental à dinâmica da economia local.

<sup>17</sup> Principalmente agrícolas, mineiros, industriais ou de serviços, sobre os quais as diversas economias regionais contam com vantagens naturais ou comparativas na produção e no comércio internacional.



O novo padrão de especialização produtiva identificado por Osorio (2012a; 2012b) encontra-se no bojo de um novo ciclo de políticas de desenvolvimento presente na América Latina, em especial na América do Sul, desde o final dos anos 1990 e o início do século XXI. Neste período, foram intensificados os sinais de esgotamento do neoliberalismo com a “persistência dos desequilíbrios macroeconômicos, a redução dos direitos sociais e o aumento do desemprego estrutural e do pauperismo relativo” (CASTELO, 2010, p. 193), causando mudanças significativas no contexto político da região:

As reações populares não tardam a acontecer e a América do Sul vivencia um novo contexto histórico, caminhando em direção contrária do resto do mundo. Um a um, os países sul-americanos dão uma guinada à esquerda; antigos dirigentes dos projetos neoliberais locais são defenestrados do poder e novos governantes são eleitos com maciço apoio popular. Temos assim, uma janela histórica que abre possibilidades de movimentos políticos e ideológicos contestatórios ao neoliberalismo (CASTELO, 2010, p. 193).

A emergência dos novos governos “deflagrou um debate em torno da necessidade de redefinição de prioridades da agenda pública para além da estabilização e da rigidez fiscal”. (DINIZ, 2011, p. 502). Assim, temas antes deixados num segundo plano foram trazidos à tona, dentre eles a redução da exclusão social, o inconformismo diante de uma posição periférica na ordem internacional, a aspiração por transformações na geopolítica mundial, pela busca de autonomia e pelo reforço da integração regional, pela diversificação de parcerias e alianças, pela revitalização do debate sobre as reformas sociais, ou, ainda, pela defesa de novas formas de inserção no mercado internacional (DINIZ, 2011).

No Brasil, esse contexto propiciou a emergência de debates sobre o novo desenvolvimentismo<sup>18</sup> (também chamado de neodesenvolvimentismo por alguns autores), impulsionados pela eleição de Luís Inácio Lula da Silva, em 2002. Para Sampaio Junior (2012) essa expressão teórica ganhou força no segundo mandato de Lula, a partir de 2007, quando se observou uma modesta retomada do crescimento econômico após anos de estagnação, a lenta recuperação do poder aquisitivo do salário, a ligeira melhoria na distribuição pessoal da renda, aumento do consumo financiado pelo endividamento das famílias e a aparente blindagem do Brasil perante a crise econômica mundial. A compreensão do PAC envolve o entendimento dessa proposta de política econômica no país e por isso são apresentadas no item a seguir as premissas e críticas ao novo desenvolvimentismo.

---

<sup>18</sup> Morais e Saad-Filho (2011, p. 509) explicitam que o termo “novo-desenvolvimentismo”, denominando um conjunto de políticas econômicas alternativas às políticas neoliberais (especialmente pós-Consenso de Washington), foi introduzido por Bresser-Pereira no livro *Desenvolvimento e crise no Brasil: História, Economia e Política de Getúlio Vargas a Lula*; 5ª edição revisada. São Paulo: Editora 34, 2003.

## 2.6 O NOVO DESENVOLVIMENTISMO

O novo desenvolvimentismo é uma corrente contemporânea do pensamento brasileiro que tem suas bases de fundamentação, embora sobre outras determinações, no chamado nacional-desenvolvimentismo, ideologia formulada pela Cepal e consagrada nos trabalhos de intelectuais brasileiros, tais como Celso Furtado, no período de 1940 até meados de 1970 (CASTELO, 2010; MOTA, AMARAL e PERUZZO, 2012). Como já tratado no item 2.2 desta tese, o nacional-desenvolvimentismo foi uma ideologia econômica em que a superação do subdesenvolvimento se daria por meio da industrialização com a participação fundamental do Estado, que deveria planejar e restringir a entrada de capital internacional no país. Na visão de seus principais defensores, o novo desenvolvimentismo, “embora tenha suas origens no ‘velho desenvolvimentismo’, ainda que com um olhar crítico em alguns aspectos desta estratégia, busca adequar a estratégia desenvolvimentista aos novos tempos e à realidade brasileira atual” (SICSÛ, PAULA E MICHEL, 2007, p. 515).

A implementação das reformas neoliberais na América Latina, a partir dos anos 1990, provocou aumento das desigualdades, acentuação das restrições ao crescimento e maiores instabilidades e crises econômicas na região (CARCANHOLO, 2010). Nesse novo contexto, o debate sobre o desenvolvimento foi revisto no âmbito da CEPAL, que elaborou a agenda da Transformação Produtiva com Equidade ou “reforma das reformas” (CARCANHOLO, 2010; NERY, 2011). A nova proposta da CEPAL não é de reversão das reformas, mas sim o gerenciamento e direcionamento dos efeitos da abertura comercial e da liberalização financeira externa, com o propósito de “canalizar o capital externo para atividades produtivas voltadas preferencialmente para as exportações, ao mesmo tempo que se procura a equidade social”, muito embora as políticas para esse objetivo sejam “muito mais de caráter compensatório do que de reversão de estratégia de desenvolvimento propriamente dita” (CARCANHOLO, 2010, p. 138). Enquanto que o neoliberalismo defendia a abertura das economias periféricas e o Estado mínimo, a nova concepção da CEPAL defende:

A abertura da economia como forma de obter uma competitividade não espúria, através de baixos salários, mas pela via do mercado, com incentivo à concorrência externa e estímulo ao aumento da produtividade interna, aliada a um Estado que possuíse um papel ativo, regulando os mercados e priorizando as decisões privadas. [...] A ideia é aproveitar as oportunidades oferecidas hoje dentro da maior competitividade internacional. O que se tem aqui é uma espécie de pragmatismo conservador. Como a economia mundial vive uma fase em que os países implementam reformas pró-mercado, em especial de aberturas de suas economias

diante da concorrência internacional, não se deve retroceder nas reformas, muito menos rechaçá-las. Deve-se tomá-las como um dado e, a partir disso, buscar elementos de política para aproveitar as oportunidades e minimizar as mazelas sociais (CARCANHOLO, 2010, p. 123-124).

Assim, nesse período, as discussões sobre o desenvolvimento econômico e social são orientadas pelas reformas estruturais na economia, principalmente na privatização dos serviços públicos, na reforma do Estado e focalização de programas sociais para os segmentos mais vulneráveis da sociedade (MOTA, AMARAL e PERUZZO, 2012). Este cenário propiciou o surgimento do chamado novo desenvolvimentismo, caracterizado por autores como Castelo (2010) e Sampaio Junior (2012) como uma Terceira Via, uma estratégia de desenvolvimento alternativo aos modelos até então em vigência na América do Sul:

Os economistas que reivindicam o novo desenvolvimentismo compartilham um denominador comum: procuram uma terceira via que evite o que consideram o grave problema do neoliberalismo – a cumplicidade com o rentismo – e o que atribuem como as inaceitáveis perversidades do velho desenvolvimentismo – o nacionalismo anacrônico, a complacência com a inflação e o populismo fiscal. O desafio do neodesenvolvimentismo consiste, portanto, em conciliar os aspectos “positivos” do neoliberalismo – compromisso incondicional com a estabilidade da moeda, austeridade fiscal, busca de competitividade internacional, ausência de qualquer tipo de discriminação contra o capital internacional – com os aspectos “positivos” do velho desenvolvimentismo – comprometimento com o crescimento econômico, industrialização, papel regulador do Estado, sensibilidade social (SAMPAIO JUNIOR, 2012, p. 679).

O principal objetivo da conciliação de determinados aspectos de estratégias de desenvolvimento opostas, na crítica de Castelo (2010, p. 194) é “delinear um projeto nacional de crescimento econômico combinado com uma melhora substancial nos padrões distributivos do país” e por isso é necessário determinado padrão de intervenção do Estado na economia e na questão social. Assim, a intervenção do Estado ocorreria duplamente: nos âmbitos político e social, funções expostas nas palavras de Mota, Amaral e Peruzzo (2012, p. 157) “invoca-se, pois, o papel do Estado para dinamizar o setor produtivo e para cumprir as funções de provisão de bens públicos e de proteção social de caráter universalista e redistributivista”.

No Brasil, as principais sínteses teóricas sobre o novo desenvolvimentismo enquanto um projeto nacional de desenvolvimento com equidade social foram apresentadas nas obras de Bresser-Pereira (2003) e Sicsú, Paula e Michel (2005). O primeiro autor critica a ortodoxia convencional, em especial as políticas de juros altos e metas de inflação e questiona o chamado populismo cambial. Em obras posteriores, defendeu um papel relevante ao Estado no investimento e na política industrial, porém distinguiu o novo desenvolvimentismo do

nacional-desenvolvimentismo (BRESSER-PEREIRA, 2007; BRESSER-PEREIRA e GALA, 2013), como pode ser visto no Quadro 3, a seguir.

**Quadro 3 - Diferenças fundamentais entre o velho e o novo desenvolvimento**

<b>Velho desenvolvimentismo</b>	<b>Novo desenvolvimentismo</b>
Industrialização orientada pelo Estado e baseada na substituição de exportações	Industrialização orientada para as exportações, combinada com o consumo de massas no mercado interno
Papel central do Estado em obter poupança forçada e realizar investimentos	Cabe ao Estado criar oportunidades de investimento e reduzir a desigualdade econômica
A política industrial é central	Política industrial subsidiária, mas estratégica
Ambiguidade em relação aos déficits público e em conta corrente	Rejeição aos dois déficits
Relativa complacência em relação à inflação	Nenhuma complacência em relação à inflação

Fonte: Bresser-Pereira e Gala (2013, p. 48).

O Quadro 3 apresenta as competências do Estado em oferecer, estimular e criar condições, por meio da política econômica, para que o investimento privado global seja afetado positivamente. Essa premissa é discutida detalhadamente por Sicsú, Paula e Michel (2005) que apontam que a constituição de um programa alternativo ao projeto monetarista neoliberal precisa contar necessariamente com um Estado forte, capaz de regular a economia, e que estimule a constituição de um mercado também forte. É exatamente por meio do fortalecimento dessas duas instituições, conjugado com a implementação de políticas macroeconômicas adequadas, que seria possível o crescimento sustentado a taxas elevadas. A continuidade desse crescimento implicaria, junto com outras medidas, na redução da desigualdade social:

Somente o crescimento econômico a taxas elevadas e continuadas pode minorar o problema da desigualdade na economia brasileira. Contudo, ela é condição necessária, mas não é suficiente. É óbvio que seus autores compreendem a importância das políticas sociais e educacionais – entendidas como fundamentais para a inclusão econômica formal de segmentos da população com baixíssimos rendimentos e para a melhora na distribuição de renda – como elementos também centrais no enfrentamento da questão das exageradas desigualdades presentes no País. Todavia, qualificação sem crescimento produzirá, por exemplo, uma gama de trabalhadores bem educados subempregados ou desempregados. Políticas sociais também isoladas da retomada do crescimento podem se revelar incapazes de garantir uma maior igualdade e, talvez mais grave, podem se transformar em políticas assistencialistas, com todos os riscos políticos inerentes a estes processos (SICSÚ, PAULA e MICHEL, 2005, p. L).

Nessa concepção, o Estado deve ser forte para permitir ao governo a implementação de políticas macroeconômicas defensivas (que reduzem a sensibilidade do país a crises cambiais) ou expansionistas (medidas de promoção do pleno emprego mesmo em contextos recessivos). Compete ainda ao governo a elaboração de medidas para estimular a competitividade da indústria e melhorar a inserção do país no comércio internacional por

meio de políticas industriais e de comércio exterior, bem como a implantação de um sistema tributário progressivo para reduzir as desigualdades de renda e de riqueza, mesmo que desigualdades menores permaneçam (SICSÛ, PAULA e MICHEL, 2007).

Em síntese, Mota (2012, p. 34) aponta que duas ideias centrais embasam a ideologia do novo desenvolvimentismo: a) a de que o enfrentamento ao neoliberalismo se faz com crescimento econômico mediado pela intervenção do Estado; b) a de que o crescimento econômico leva inexoravelmente ao desenvolvimento social. Assim, no novo desenvolvimentismo o Estado assume a função de atuar no incentivo ao direcionamento dos ativos financeiros privados para o investimento produtivo, sendo este o principal criador de renda e emprego para a população em geral (CASTELO, 2010).

Para Gonçalves (2012b), o novo desenvolvimentismo coloca ênfase especial nas políticas macroeconômicas, em especial na taxa moderada de juro, taxa competitiva de câmbio, e política fiscal responsável. Na visão do autor, a ênfase no câmbio competitivo diferencia o novo desenvolvimentismo do nacional-desenvolvimentismo, uma vez que enquanto nesse último o câmbio é usado para manter a competitividade internacional dos produtos nacionais, na ideologia atual o câmbio é uma variável que pode ser usada para diferentes objetivos (estímulo à acumulação de capital, combate à inflação, ajuste das contas externas etc.).

Ao focar nas políticas macroeconômicas, o novo desenvolvimentismo desconsidera questões estruturais fundamentais, como apontadas por Gonçalves (2012b, p. 660): mudanças na estrutura de propriedade; estrutura tributária e distribuição de riqueza; vulnerabilidade externa estrutural nas esferas comercial, produtiva e tecnológica; influência de setores dominantes (agronegócio, mineração e bancos); e viés no deslocamento da fronteira de produção na direção do setor primário. Sampaio Junior (2012, p. 679-680) critica essa visão imediatista da ideologia neodesenvolvimentista ao afirmar,

As vagas formulações dos economistas que disputam a hegemonia do novo desenvolvimentismo partem do suposto de que o crescimento constitui a chave para o enfrentamento das desigualdades sociais. Nessa perspectiva, desenvolvimento e crescimento confundem-se como fenômenos indiferenciados. As controvérsias dizem respeito às formas de superar os aspectos “negativos” e ao modo de combinar os aspectos “positivos”. O debate gira em torno dos instrumentos que devem ser mobilizados pela política econômica para superar os entraves ao crescimento e conciliar as exigências do equilíbrio macroeconômico com os objetivos da política industrial e as necessidades orçamentárias da política social. Não se coloca em questão a dupla articulação – dependência externa e segregação social – responsável pela continuidade do capitalismo selvagem. O impacto devastador da ordem global sobre o processo de formação da economia brasileira não é considerado. Tampouco são examinados a fundo os efeitos de longo prazo da crise econômica mundial sobre

a posição do Brasil na divisão internacional do trabalho. A discussão não ultrapassa o horizonte da conjuntura imediata.

A concepção de um Estado “dominador e autônomo que defende interesses coletivos, é complementar ao mercado que promove o bem-estar social” (GONÇALVES, 2012b, p. 661), o que dá a aparência de uma possível conciliação entre crescimento econômico e desenvolvimento social. Mota, Amaral e Peruzzo (2012, p. 160) desvendam que essa conciliação, em outros termos, significa a “valorização do capital e equidade social, pares conceituais incompatíveis na lógica do capital”.

Os defensores do novo desenvolvimentismo, afirma Castelo (2010), não colocam em debate a natureza do poder do Estado capitalista, nem a sua estrutura classista, mas sim sua forma de atuação em favor dos rentistas. Nessa ideologia, o Estado deve operar em consonância aos interesses tanto da burguesia industrial quanto dos trabalhadores, pois, supostamente, “ambos teriam a ganhar sob o signo da acumulação capitalista em base produtiva” (CASTELO, 2010, p. 199). Nesta concepção, ainda segundo o autor, o Estado agiria como “um agente da mudança social em nome dos interesses da vontade coletiva”, negligenciando, assim, a influência das classes e setores dominantes e dos conflitos entre classes, grupos e setores da sociedade.

No Brasil, formulado no segundo mandato do Presidente Lula e por isso inserido nesse contexto “neodesenvolvimentista”, o PAC consolidou o modelo de desenvolvimento dos últimos anos e pavimentou as decisões dos investimentos públicos. A análise dos investimentos realizados pelo Programa revela a sua concentração em projetos de ampliação da infraestrutura logística, produtiva e energética, assim como investimentos em moradia popular e políticas sociais. Assim é que o PAC alimenta a possibilidade de um modelo de desenvolvimento nacional que, ao se articular com políticas sociais compensatórias, promete criar um estado social-democrático e de bem-estar no Brasil.

No entanto, o que se apresenta nessa concepção de desenvolvimento “é o fato de que o discurso dos estados nacionais autônomos sucumbe às investidas das empresas transnacionais que executam projetos de desenvolvimento nas regiões do continente”, ampliando a exploração do meio ambiente e comercializando os recursos naturais, com enormes prejuízos sociais e ambientais (MOTA, AMARAL e PERUZZO, 2012, p. 161). Para Harvey (2004; 2012) este novo ciclo de desenvolvimento é o reflexo do capitalismo em sua fase atual, em que a incapacidade de acumulação por meio da reprodução expandida em bases sustentáveis tem sido paralela à ascensão de tentativas de acumulação mediante despossessão.

Na concepção de Gudynas (2009, p. 188) está em curso um “novo extrativismo progressista” na América do Sul, que se caracteriza pelo incentivo a atividades que removem grandes volumes de recursos naturais que não são processados (ou o são limitadamente) antes de serem exportados. Tal extrativismo tem uma longa trajetória na América Latina, no entanto, algumas diferenças podem ser verificadas quando essas atividades são realizadas pelos governos progressistas. A principal delas diz respeito à ação do Estado, “que deixa de ser um mero expectador e passa a se constituir em um ator chave [...], com intervenções tanto diretas como indiretas, sobre os setores extrativistas” (GUDYNAS, 2009, p. 193-194).

Esses governos, afirma o autor, têm como característica comum a atribuição de importância fundamental aos setores extrativistas, tornando-os pilares de suas estratégias de desenvolvimento. Para tanto, promovem novos ramos extrativistas e implementam programas para aprofundar a exploração de setores econômicos convencionais, além de ampliar as áreas de extração de produtos primários. A valorização das exportações de matérias-primas revela-se uma marca desses governos, como mostra a Tabela 1, que ilustra a participação das exportações de produtos primários no total das exportações de sete economias sul-americanas nos anos de 2000, 2005 e 2011 e o principal produto primário exportado em 2011 por cada uma.

**Tabela 1 - Exportações de bens primários em sete economias sul-americanas (percentuais sobre as exportações totais)**

País	2000	2005	2011	Principal produto exportado (%)
Bolívia	72,3%	89,4%	95,5%	gás natural (42,3%)
Brasil	42,0%	47,3%	66,2%	minério de ferro (16,3%) <sup>19</sup>
Chile	84,0%	89,0%	89,2%	cobre refinado (32,7%)
Colômbia	65,9%	65,3%	82,5%	petróleo cru (40,4%)
Equador	89,9%	91,0%	92,0%	petróleo cru (52,9%)
Peru	83,1%	85,3%	89,3%	ouro (21,7%)
Venezuela	90,9%	90,6%	95,5%	petróleo cru (79,2%)

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados da CEPAL (2012).

Revela-se assim a generalizada tendência para o crescimento das exportações dos produtos primários nos sete países. Os valores de uso exportados diferem muito em cada economia, mas é importante destacar que entre todos eles o Brasil apresenta a gama de valores de uso mais equilibrada, uma vez que nenhum produto primário ultrapassa os 20% do total de exportações, porém, demonstra uma inserção dependente crescente no mercado internacional como fornecedor de bens primários. Também pode ser observado que

<sup>19</sup> O segundo principal produto primário de exportação brasileiro é o petróleo cru (8,4%), que junto com os produtos derivados do petróleo correspondem a 12,1% do total de exportações (CEPAL, 2012).

Venezuela, Equador, Colômbia, Chile e Bolívia apresentam uma grande dependência de um determinado tipo de exportação, ultrapassando 30% do total de exportações de produtos primários. Estes dados vêm reforçar o argumento de Osorio (2012b) de que está em vigor nos países da América Latina um novo padrão exportador que se apóia basicamente sobre matérias-primas, sejam elas agrícolas, minerais ou de energia, além de manufaturas baseadas em recursos naturais, que não passam de frágeis intervenções nesses recursos. Também reforça a posição de Gudynas (2009) de que está em vigência nesses países um “novo extrativismo” impellido por políticas de governos progressistas.

Os dados da Tabela 1 também indicam que a teoria marxista da dependência ainda continua atual para explicar o contexto atual brasileiro e latino-americano como um todo. Atualmente está ocorrendo uma continuidade da política de incentivo à reprimarização da pauta de exportações do país e, por outro lado, um crescente processo de desindustrialização, como será apresentado no Capítulo 3.

Entretanto, a compreensão da dependência envolve não apenas o desigual universo das trocas mercantis, ou a construção industrial assimétrica, mas também o totalitarismo epistêmico (MIGNOLO, 2003b), que produz um uni-versalismo que, por sua vez, aponta um único caminho a trilhar para a modernidade, traçado por um conhecimento vinculado à colonialidade. Para Mignolo (2003b, p. 632), “[...] se o ‘colonialismo’ pode ser tomado como uma relíquia do passado, a ‘colonialidade’ está bem viva”. Como destaca Misoczky (2011, p. 347), colonialidade e colonialismo são conceitos interligados, mas que possuem várias diferenças importantes, pois enquanto o último se refere a políticas em que a soberania de um grupo de pessoas é ditada pelo poder de outro grupo ou nação, a colonialidade refere-se a um padrão de força que surgiu como um resultado da colonização, mas não está limitado a um conjunto formal de políticas.

Quijano (1991; 2005) introduziu o conceito de colonialidade do poder para referir-se às estruturas de controle e hegemonia que emergiram do colonialismo. Para ele, a perspectiva epistêmica hegemônica do conhecimento, o eurocentrismo, implica um modo de controlar a subjetividade, o imaginário, a memória e o modo de produção do conhecimento. Por isso, o totalitarismo científico é hoje, de fato, um aspecto da ‘colonialidade global’, isto é, das formas que o ‘colonialismo antigo e territorial’ está a assumir hoje [...]” (MIGNOLO, 2003b, p. 632).



A conquista de identidades através do conhecimento, que constitui a colonialidade epistêmica, o processo de institucionalização do conhecimento como conhecimento científico, permitiu a integração das elites nativas na ideologia anglo-eurocêntrica dominante da modernidade (IBARRA-COLADO, 2006). Ao desenvolver a ideia de “pensamento abissal”, Santos (2010, p. 33) também assigna a essa forma dominante de conhecimento, o “monopólio da distinção universal entre o verdadeiro e o falso, em detrimento dos conhecimentos alternativos[...]” e, por isso, caracteriza-o pela impossibilidade de “ver” desde uma pluri-versalidade. O que está fora do universo que produz a razão moderna, não existe.

Mesmo após o término do período colonial, ações sob a égide dos Estados Unidos foram realizadas com objetivo de desenvolver e modernizar as nações do Terceiro Mundo, seguindo uma lógica que se assemelhava à colonização (ALCADIPANI et al., 2012). Inserida no contexto da ideologia do desenvolvimento, a gestão desempenhou um papel crucial na tentativa de modernizar e desenvolver o Terceiro Mundo. Como consequência, “a gestão norte-americana assumiu uma fachada uni-dimensional sendo uma disciplina sob a colonialidade epistêmica dos Estados Unidos” (ALCADIPANI et al., 2012, p. 133).

Assim, se a gestão e a perspectiva estratégica são “produtos” desse uni-versalismo que deriva do enfoque epistêmico unilateral e da hegemonia da razão moderna, a Teoria Marxista da Dependência pode oferecer o contraponto pluri-versal, e desafiar a hegemonia da gestão e organização do Ocidente/Norte (JACKSON, 2012). A TMD ao explicar as especificidades do ciclo do capital nas economias dependentes e desvendar os processos que conformam a superexploração do trabalho, tem seu foco voltado a uma escala macro-societal e é economicamente orientada, o que permite uma melhor compreensão do contexto mais amplo de estratégias de desenvolvimento (MISOCZKY, 2011). Assim, essa teoria revela contradições inerentes do sistema capitalista numa economia tendo como categoria central da análise a divisão internacional do trabalho (CARLEIAL, 2012).

A Teoria Marxista da Dependência contribui, assim, para a construção de um conhecimento organizacional desde a perspectiva da “alteridade”, como destaca Ibarra-Colado (2006). Segundo ele, as realidades organizacionais da América Latina devem ser analisadas a partir do ponto de vista da história específica de sua formação econômica, política e de seu vasto patrimônio cultural. Sendo assim, a lógica uni-versalista do *management*, aliada utilitariamente a um restrito enfoque micro da gestão – pois às corporações interessava exclusivamente a eficiência econômica e, para isso, o protecionismo do Estado (IBARRA-COLADO, 2006) – nada tem de original, e é mera tradução dos

interesses das nações centrais (do Ocidente ou, ainda, do Norte), e alienada das questões nacionais.

Ao analisar o desenvolvimento como um processo que não segue uma lógica evolutiva e linear, David Harvey (2004; 2005; 2012) contribui com essas discussões ao também possuir uma perspectiva macro de análise e argumentar que o desenvolvimento de uma região deve ser compreendido tendo em vista os mecanismos de acumulação e os processos de deslocamentos do capital e as contradições geradas ou ampliadas por eles. Dessa feita, ao analisar profundamente o processo de circulação do capital, Harvey propôs a *teoria da ordenação espaço-temporal* que permite a compreensão de como o capital produz espaço por meio do solapamento das estruturas que permitem sua a produção e reprodução, conduzindo a um desenvolvimento geográfico desigual (HARVEY, 2004).

Por meio dos processos de deslocamentos espaço-temporais do capital, Harvey (2004; 2005; 2012) explica a prolongada sobrevivência do capitalismo mesmo enfrentando crises e reorganizações e auxilia o esclarecimento do novo ciclo de políticas de desenvolvimento presente em toda a América Latina. Essa discussão teórica serviu de base para a compreensão das alterações das estruturas que permitem a produção e reprodução do capital no município do Rio Grande a partir dos investimentos no Polo Naval alavancados pelo PAC.

## 2.7 DESENVOLVIMENTO E CONTRADIÇÃO: O CONCEITO DE COERÊNCIA ESTRUTURADA

A teoria da ordenação espaço-temporal se fundamenta no processo de circulação do capital, embora Harvey (2005) advirta que não se pode reduzir tudo o que ocorre sob o capitalismo a uma manifestação direta ou mesmo indireta da circulação do capital. O entendimento do processo de circulação é importante uma vez que a sobrevivência do capitalismo se funda na vitalidade permanente desse processo (que tem a busca do lucro como objetivo direto e socialmente aceito).

Para que a circulação do capital possa ser iniciada e sustentada, é necessária a produção, mobilização e absorção dos excedentes de capital e da força de trabalho, principais elementos do desenvolvimento capitalista (HARVEY, 2005). Paradoxalmente, é da tensão entre a necessidade de produzir esses dois excedentes e da necessidade de absorvê-los que emerge a possibilidade de crise, inevitável no sistema capitalista. Em condições normais,

destaca Harvey (2005), a tendência capitalista à acumulação absorve esses excedentes, embora com grandes ritmos cíclicos e com descontinuidades, mas em duas circunstâncias isso não ocorre: 1) quando há grandes desproporcionalidades na razão entre excedentes de capital e força de trabalho, podendo deixar um ou outro desvalorizado e 2) durante as crises, quando ambos os excedentes não podem ser absorvidos, e ambos são desvalorizados, ocorrendo as crises de superacumulação. Assim, o argumento da teoria da ordenação espaço-temporal encontra-se imbricado à crônica tendência do capitalismo de produzir crises, sendo que caso se pretenda evitar as desvalorizações (tanto de capital quanto de força de trabalho) é necessário encontrar formas de absorver esses excedentes.

Por intermédio de mudanças e reestruturações geográficas existem possibilidades para protelar as crises, sustentar a acumulação e modificar a luta de classes (HARVEY, 2005). Os excedentes de capital e de força de trabalho podem ser absorvidos através de deslocamentos espaciais e temporais, postergando, assim, a desvalorização de um ou ambos e alterando a forma como se manifestam as crises, provocando, no entanto, conseqüências dramáticas para a dinâmica da acumulação. Isso porque as crises se tornam globais em seu escopo, enquanto os conflitos geopolíticos se tornam parte dos processos de formação e solução da crise. Por meio dos processos de *ordenações espaço-temporais*, é possível a alteração do ritmo, da extensão espacial e da forma de manifestação das crises geradas pelas contradições internas da acumulação do capital:

A ideia básica de uma ordenação espaço-temporal é bem simples. A sobreacumulação num dado sistema territorial representa uma condição de excedentes de trabalho (desemprego em elevação) e excedentes de capital (registrado como um acúmulo de mercadorias no mercado que não pode ser dissolvido sem uma perda, como capacidade produtiva ociosa e/ou como excedentes de capital monetário a que faltam oportunidades de investimento produtivo e lucrativo). Esses excedentes podem ser potencialmente absorvidos pelos seguintes fatores: (a) o *deslocamento temporal* mediante o investimento em projetos de capital de longo prazo ou gastos sociais (como a educação e a pesquisa) que adiam a futura reentrada em circulação de valores de capital; (b) *deslocamentos espaciais* por meio da abertura de novos mercados, novas capacidades produtivas e novas possibilidades de recursos, sociais e de trabalho, em outros lugares; ou (c) alguma combinação de (a) e (b) (HARVEY, 2012, p. 93-94, grifo nosso).

A ordenação espaço-temporal é, assim, um tipo particular de solução de crises capitalistas por meio do adiamento do tempo e da expansão geográfica (HARVEY, 2004; 2005; 2012). O deslocamento temporal implica a utilização dos excedentes para acelerar o tempo de giro dos capitais e/ou deslocamento dessas quantias em investimentos de longo prazo e projetos com expectativas de ganhos futuros. A circulação do capital precisa ser

concluída no “tempo de rotação socialmente necessário”, sendo este “o tempo médio necessário para girar certa quantidade de capital em relação à taxa média de lucro sob condições normais de produção e de circulação” (HARVEY, 2005, p. 134). Porém, a pressão da competição impulsiona a aceleração do tempo de rotação a partir das mudanças tecnológicas e organizacionais, o que gera excedentes tanto de capital como de força de trabalho. No entanto, necessariamente algum capital circula em ritmo mais lento e são normalmente associados à produção de ciência e tecnologia, ao provimento de infraestruturas sociais de educação, saúde, serviços sociais, justiça, administração pública, execução da lei e defesa militar (todos esses são investimentos de longo prazo em infraestrutura física e social que necessitam ser desenvolvidos para sustentar a circulação do capital e reproduzir a vida cotidiana efetivamente). Em todos esses projetos, o tempo de gestação é longo e o retorno dos investimentos demora muitos anos e dependem da criação prévia de excedentes tanto de capital como de força de trabalho em relação às necessidades correntes de consumo. Esses projetos desaceleram a circulação do capital para promover tempos de rotação acelerados para a parte restante (HARVEY, 2005).

Além da criação de investimentos de longo prazo em infraestrutura física e social, o deslocamento temporal também pode ocorrer por meio da criação de crédito e capital fictício (debêntures, hipotecas, ações, dívidas públicas etc). Neste caso, é possível fazer o capital fluir de uma esfera a outra, sendo muito utilizado quando a realocação da força de trabalho é muito lenta, enquanto que a realocação de capital excedente (moeda, mercadoria ou capacidade produtiva) também é problemática. Por meio da utilização do capital fictício e do crédito, os capitais tornam-se instantaneamente conversíveis, com estímulo para que mudem do uso presente para o uso futuro. A utilização desses mecanismos, porém, é uma “mistura volátil, capaz de combustão quase instantânea na fogueira da formação da crise” (HARVEY, 2005, p. 137), uma vez que quanto maior é a quantidade de capital fictício, mais longamente as crises são adiadas, maior é o problema da superacumulação e mais profunda a crise derradeira.

Por sua vez, o deslocamento espacial é outra possibilidade de absorver os excedentes de capital e força de trabalho por meio da expansão geográfica, seja pela conquista, organização e criação de espaços novos. Assim, essa produção do espaço pode-se dar pela “criação de complexos de recursos novos e mais baratos, de novas regiões como espaços dinâmicos de acumulação do capital e a penetração de formações sociais preexistentes por relações sociais e arranjos institucionais capitalistas” (HARVEY, 2012, p. 99).

O espaço possui propriedades mais complexas e específicas que o tempo, argumenta Harvey (2005), e que a despeito da análise das dinâmicas capitalistas utilizando a dimensão geográfica e espacial ser utilizada por diversas abordagens teóricas com diferentes enfoques, ela foi desprezada por pensadores como Marx, Weber e Durkheim que valorizaram o tempo e a história na análise do capitalismo. A importância de valorizar o espaço na análise das dinâmicas capitalistas encontra força em Harvey (2005) na teoria geral das relações espaciais e do desenvolvimento geográfico sob o capitalismo. Segundo o autor, essa teoria deve explicar, entre outras coisas:

[...] a importância e a evolução das funções do Estado (locais, regionais, nacionais e supranacionais), do desenvolvimento geográfico desigual, das desigualdades inter-regionais, do imperialismo, do progresso e das formas de urbanização, etc. Apenas desse modo podemos entender como as configurações territoriais e as alianças de classes são formadas e reformadas; como os territórios perdem ou ganham poder econômico, político e militar; quais são os limites externos à autonomia interna do Estado (incluindo a transição para o socialismo); ou como o poder do Estado, depois de constituído, pode, em si, tornar-se uma barreira para a acumulação livre de capital ou um centro estratégico em que pode ser travada a luta de classes ou as lutas interimperialistas (HARVEY, 2005, p. 142).

Assim, na concepção de Harvey, o Estado não assume um papel de agente passivo com relação aos processos moleculares de acumulação de determinada região. Pelo contrário, atua de forma expressiva na supressão das barreiras espaciais e na aceleração das taxas de giro do capital, viabilizando novas oportunidades lucrativas para o capital. A combinação dos deslocamentos temporal e espacial é importante quando se focaliza o capital fixo de tipo independente aportado no ambiente construído, uma vez que provê a infraestrutura física necessária para que a produção e o consumo se mantenham no espaço e no tempo (como é o caso de portos e aeroportos, parques industriais, sistemas de transporte e comunicação, entre outros). A viabilização dessas infraestruturas absorve e/ou realoca maciços montantes de capital e de trabalho particularmente sob condições de rápida expansão e intensificação geográfica e revigora a economia, requerendo a mediação de instituições financeiras e/ou estatais com capacidade de gerar e oferecer crédito (HARVEY, 2004).

Para analisar a geografia histórica do capitalismo, Harvey (2005) propõe o método histórico-geográfico, pois permite investigar a diversidade da ação humana em paisagens geográficas variadas, “em que diferenças culturais e socioculturais se enraizaram profundamente” (HARVEY, 2005, p. 142). Para o autor, a diferença geográfica específica não pode ser subjugada completamente pelo peso homogeneizador da circulação do capital, assim, “a tarefa da teoria espacial, no contexto do capitalismo, consiste em elaborar

representações dinâmicas de como essa contradição se manifesta por meio das transformações histórico-geográficas” (HARVEY, 2005, p. 143).

Ao analisarem a teoria de Harvey (2005, 2012), Faé e Flores (2012, p. 426) descrevem que os processos de deslocamento espacial e temporal são “permanentes e transitórios, e vão redundar na formação e transformação de distintas dinâmicas socioeconômicas que são o resultado da produção e da apropriação do valor”. Assim, esses autores defendem que a ênfase da análise na perspectiva de Harvey recai na contradição e não na harmonia, conforme pressupõem as teorias predominantes do *desenvolvimento local*:

O método, então, não pretende prescrever os condicionantes para o desenvolvimento. Ao partir do princípio de que o funcionamento do sistema capitalista já é conhecido pela teoria – a explicação de K. Marx para suas contradições intrínsecas – a abordagem de D. Harvey permite descrever as configurações específicas dos diferentes *capitalismos* de cada lugar. A *análise é dinâmica*, pois entende que a configuração de uma região é o resultado de ordenações espaço-temporais sistêmicas e suas relações com aspectos geográficos, históricos e culturais de cada região. Por isso, tais configurações são transitórias: elas serão transformadas. A questão, no entanto, é que os rumos das transformações de cada região não podem ser dados *a priori*, pois eles serão dados pelos movimentos internos de cada região: a luta de classes, as decisões individuais dos capitalistas, os posicionamentos do Estado, a cultura, a religião etc. Esta é a relevância da concepção relacional da abordagem de D. Harvey. Se o espaço é também um espaço de representações, ele não é determinado pelas leis de acumulação. [...] A própria abordagem dialética [...] traz consigo uma *contradição* fundamental em relação ao capitalismo: os processos moleculares de acumulação em seu interior carregam os germes de sua própria transformação (FAÉ e FLORES, 2012, p. 431, grifo dos autores).

Na concepção de Harvey (2005), a geografia da produção assume configurações espaciais distintas em virtude das decisões locais específicas dos capitalistas individuais, que unem capital e trabalho em algum ponto específico do espaço. O resultado de tais processos é denominado pelo autor como *coerência estruturada* em relação à produção e ao consumo em um determinado espaço:

A coerência estruturada abrange as formas e as tecnologias de produção (padrões de utilização de recursos pelas conexões interindústrias, formas de organização, tamanho das empresas), as tecnologias, as quantidades e qualidades de consumo (o padrão e estilo de vida tanto dos trabalhadores como da burguesia), os padrões de demanda e oferta de mão-de-obra (hierarquias das habilidades de mão-de-obra e processos sociais de reprodução, para assegurar a oferta dos mesmos) e as infraestruturas físicas e sociais (HARVEY, 2005, p. 144).

A coerência estruturada se caracteriza pela livre rotação do capital com a diminuição das barreiras geográficas, na construção de infraestruturas físicas e sociais que supram essas necessidades (HARVEY, 2005). A coerência pode ser formalmente representada pelo Estado

ou disseminada informalmente, por meio da constância ou criação das culturas e das consciências nacional, regional e local. No primeiro caso, a coerência torna-se muito mais perceptível, uma vez que a regulamentação e a remuneração adequada ao capital se aplicam a todo o território, como é o caso de isenções fiscais concedidas para a instalação de empresas. A disseminação informal permite compreender que a coerência estruturada vai além das puras trocas econômicas, e também abrange “atitudes, valores culturais, crenças e afiliações religiosas e políticas entre os capitalistas e aqueles que por eles são empregados” (HARVEY, 2012, p. 89).

Esses processos em andamento definem os espaços regionais, onde “a produção e consumo, a oferta e a procura (por mercadorias e força de trabalho), a produção e a realização, a luta de classes e a acumulação, a cultura e o estilo de vida permanecem unidos por certo tipo de coerência estruturada” (HARVEY, 2005, p. 145), uma soma de forças produtivas e de relações sociais. Outros processos, porém, solapam a coerência estruturada de determinado espaço regional:

Em primeiro lugar, a acumulação e a expansão, além da necessidade de produzir e absorver excedentes de força de trabalho e capital, produzem pressões em uma região, que extravasam para o exterior (por exemplo, a exportação do capital), ou que atraem para o interior (por exemplo, a imigração). Em segundo lugar, as revoluções tecnológicas, que liberam tanto a produção como o consumo dos limites espaciais, além do aumento da capacidade de superar barreiras espaciais e anular o espaço pelo tempo, tornam os limites de uma região muito porosos e instáveis. A especialização territorial e as conexões inter-regionais se desenvolvem com crescente facilidade em relação à integração espacial. Em terceiro lugar a luta de classes em um território talvez force os capitalistas e os trabalhadores a buscarem outros lugares com condições mais favoráveis para suas respectivas sobrevivências. Em quarto lugar, as revoluções nas formas capitalistas de organização (a ascensão do capital financeiro, das empresas multinacionais, das filiais de manufatura, etc.) permitem maior controle sobre espaços cada vez maiores por capitalistas associados (HARVEY, 2005, p. 145).

Paradoxalmente, os mesmos elementos que permitem com que certa coerência estruturada persista em um espaço regional, também podem fazer com que ela seja abalada. Por meio da criação de infraestruturas físicas e sociais fixas e seguras (fatores fundamentais para a permanência de uma coerência estruturada alcançada) é possível melhorar a mobilidade rápida e a baixo custo tanto do capital como da força de trabalho. No entanto, melhorias desse tipo são consideradas ameaças importantes à coerência regional alcançada, uma vez que a mobilidade geográfica do capital e da força de trabalho coloca em risco as próprias estruturas que as proporcionou. Ademais, parte da totalidade do capital e da força de trabalho tem de ser mobilizada no espaço para a produção e manutenção das infraestruturas que proporcionam maior liberdade de movimento ao capital e à força de trabalho remanescentes. Em essência,

Harvey (2005, p. 147) argumenta que “a capacidade de dominar o espaço implica na produção de espaço” e sintetiza seu argumento da seguinte forma:

A coerência regional estruturada, em que a circulação do capital e a troca da força de trabalho apresentam a tendência, sob condições espaciais tecnologicamente determinadas, a se constranger, tende a ser solapada por poderosas forças de acumulação e superacumulação, de mudança tecnológica e de luta de classes. O poder de solapamento depende, no entanto, da mobilidade geográfica tanto do capital como da força de trabalho, e essa mobilidade depende da criação de infraestruturas fixas e imobilizadas, cuja permanência relativa na paisagem do capitalismo reforça a coerência regional estruturada em solapamento. No entanto, assim, a viabilidade das infraestruturas fica em perigo, devido à própria ação da mobilidade geográfica, facilitada por essas infraestruturas (HARVEY, 2005, p. 148).

A instabilidade que surge desses processos não pode ser sanada nem mesmo pelo intervencionismo estatal, cabendo ao desenvolvimento capitalista buscar uma solução de continuidade entre a preservação dos valores dos compromissos assumidos no passado ou a sua desvalorização, para abrir novo espaço para a acumulação (HARVEY, 2005). O capitalismo, assim, encontra-se em um constante processo para criar uma paisagem social e física que atenda “as suas próprias necessidades em um instante específico do tempo, para posteriormente solapar, despedaçar e inclusive destruir essa paisagem num instante posterior do tempo” (HARVEY, 2005, p. 148), uma vez que a formação e a reformação incessantes das paisagens geográficas são expressões das contradições internas do capitalismo. Assim, a necessidade constante de novas expansões geográficas e deslocamentos temporais como soluções para as crises de sobreacumulação implica na criação, pelo capitalismo, de uma paisagem física à sua própria imagem, que posteriormente será destruída a partir de novos processos de deslocamentos (HARVEY, 2004).

As contradições surgem, então, porque novos espaços dinâmicos de acumulação de capital geram, no final das contas, excedentes, e há necessidade de absorvê-los mediante expansões geográficas (HARVEY, 2004). Nesse sentido, Faé e Flores (2012) afirmam que o sistema capitalista, por ser intrinsecamente contraditório, sobrevive em processos incessantes de produção e destruição e daí a importância do conceito de *coerência estruturada*, uma vez que consegue compreender que as dinâmicas de qualquer região do globo estão imersas em processos contínuos e contraditórios de criação, destruição e recriação de espaços. Também explica como se formam distintas regiões e a relação de tal fenômeno com a sobrevivência do sistema capitalista.

A permanência de uma coerência estrutural alcançada depende das alianças regionais de classes estabelecidas num determinado espaço (HARVEY, 2005). Essas alianças podem



promover condições favoráveis à acumulação adicional no espaço e são formadas por agentes econômicos (indivíduos, organizações, instituições) que tomam decisões relativas à circulação de seu capital ou de sua força de trabalho, e se originam, assim, das diferentes facções do capital e do trabalho e de seus interesses dentro de um território. São organizadas habitualmente (ainda que não exclusiva ou unicamente) pelo Estado, que pode dar forma e coesão mais firmes a elas por meio das instituições legais, executivas, de participação e negociação política, de repressão e força militar. Tais alianças regionais são predominantemente instáveis, descreve Harvey (2005), uma vez que não são capazes de conter a criação das forças desencadeadoras das crises capitalistas e suas rupturas e transformações estão relacionadas aos processos de acumulação e superacumulação, a luta de classes e a mudança tecnológica.

Ao incorporar a categoria *espaço* à análise materialista, sendo este espaço o produto das interações sociais, a abordagem de Harvey (2005) contribui sobremaneira para a compreensão das transformações histórico-geográficas oriundas no seio do sistema capitalista e permite a elaboração de representações dinâmicas de como as contradições se manifestam em uma determinada região. Sobre a abordagem dialética proposta por David Harvey para compreender uma região, Faé e Flores (2012) descrevem:

A perspectiva histórica, geográfica e materialista do trabalho de David Harvey apresenta um instrumental analítico capaz de explicar de forma mais fiel os processos que ocorrem em uma determinada região. Em tal perspectiva, tais processos não se restringem à atividade da produção material. Tampouco ela restringe os demais aspectos como a cultura e o ambiente a uma variável a ser inserida em modelos teleológicos. Os diferentes aspectos da vida social não são hierarquizados, eles compõem um mosaico da realidade do lugar e, por essa razão, são valorizados enquanto fatos daquela realidade. Em outras palavras, nessa perspectiva, a riqueza da vida social encontra espaço de interpretação (FAÉ e FLORES, 2012, p. 431-432).

O desenvolvimento, assim, é fruto dos conflitos em um contexto definido e deve ser compreendido por meio “das dinâmicas organizativas e sua complexificação e, não, para a construção de indicadores qualificados *a priori* como benéficos ao crescimento econômico” (FAÉ e FLORES, 2012, p. 420). Nesse sentido, tanto a abordagem de Harvey quanto a TMD consideram que o desenvolvimento não é um processo evolutivo e linear e deve ser compreendido tendo em vista os mecanismos de acumulação do capital e as contradições geradas ou ampliadas por eles.

O capítulo seguinte dedica-se a discutir o Programa de Aceleração do Crescimento, que consolidou o modelo de desenvolvimento escolhido para pautar a atuação governamental

do Governo Lula e continua sendo utilizado como sustentáculo do governo administrado por Dilma Rousseff.

### 3 O PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

#### 3.1 OS ANTECEDENTES DO PAC

Contrariando as ingênuas expectativas de mudanças radicais, o primeiro mandato de Lula (2003-2006) não rompeu com a orientação neoliberal da economia, e continuou as linhas básicas da política econômica de seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso, aprofundada em alguns aspectos (MAGALHÃES, 2010; COUTO e COUTO, 2010). Não foi adotada uma política econômica expansionista tendo por objetivo o crescimento econômico. Nesse sentido, Filgueiras e Gonçalves (2007) caracterizam a política econômica dos quatro primeiros anos do governo Lula como uma fiel executora do “modelo liberal periférico”, seguindo os preceitos do segundo mandato de seu antecessor do qual herdou, manteve e aprofundou o ajuste fiscal permanente, as metas de inflação e o câmbio flutuante.

Logo no início do 1º mandato, em 2003, o governo disparou uma política agressiva de exportação – centrada no agronegócio e nos produtos industriais de baixa tecnologia – e implementou medidas cambiais e de crédito para dar eficácia a essa estratégia político-econômica. O estímulo à produção de bens primários para atender ao mercado externo, ao mesmo tempo em que ampliou a dependência da economia nacional em relação a esses setores, os reforçou politicamente ao fazer com que a estratégia para o comércio externo levasse em consideração substancialmente os interesses desses setores, além de atender aos interesses do capital financeiro internacional (MINEIRO, 2010). O padrão de especialização retrógrada foi aprofundado, caracterizado pela reprimarização das exportações por meio da crescente participação de produtos primários no valor das exportações, causando um aumento da dependência do crescimento do PIB em relação à demanda externa. Neste sentido, o país tornou-se estruturalmente mais vulnerável frente às oscilações da conjuntura internacional (FILGUEIRA e GONÇALVES, 2007).

O primeiro mandato de Lula também ficou marcado pela recuperação da indústria naval brasileira<sup>20</sup>, que desde então passou a ser considerado um setor estratégico do ponto de

---

<sup>20</sup> Carvalho (2011) destaca que em 1997, o então Presidente Fernando Henrique Cardoso definiu duas grandes linhas estratégicas voltadas especificamente ao setor de construção naval brasileira: recuperação e estímulo ao mercado interno de navios e implantação de um programa de exportação de navios. No entanto, Domingues, Carvalho e Menezes (2008) apontam que essas medidas não foram bem sucedidas em função do baixo nível

vista das políticas governamentais, tornando-se protagonista de uma trama que põe o petróleo (e toda rede de extração, produção e consumo) como um dos grandes salvadores da economia nacional e do futuro desenvolvimento do país (GERHARDT, LOPO e SANTOS, 2013). Importantes medidas de estímulo à indústria naval nacional foram tomadas ainda em 2003 com a reestruturação do Fundo da Marinha Mercante e a criação do Programa de Modernização e Expansão da Frota (PROMEF<sup>21</sup>) em duas etapas (PROMEF I e II). Em suas duas etapas de implantação, o PROMEF passou a representar encomendas globais de 46 navios petroleiros (23 no PROMEF I e 23 no PROMEF II), totalizando 4 milhões de toneladas de peso morto ou bruto (DOMINGUES e CARVALHO, 2009).

Por meio do PROMEF iniciou-se a nacionalização da produção naval ao ser fixado o percentual mínimo de 65% de conteúdo nacional na construção de embarcações. Além disso, a nacionalização do setor naval obteve grande impulso em 2006 com a descoberta de petróleo na hoje conhecida Camada Pré-Sal, que criou uma demanda por navios-sonda, plataformas de produção e embarcações de apoio marítimo com características e exigências técnicas diferenciadas (GERHARDT, LOPO e SANTOS, 2013).

Além das exigências de percentual mínimo de conteúdo nacional nas atividades de exploração e produção de petróleo, o Governo Federal também concedeu incentivos fiscais com a criação de um fundo garantidor à indústria e com a concessão de crédito aos agentes financeiros do Fundo da Marinha Mercante. Dores, Lage e Processi (2012) destacam a importância do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) como repassador de recursos ao referido Fundo, tendo contratado cerca de R\$ 30 bilhões e liberado aproximadamente R\$ 10 bilhões no período de 2000 a abril de 2012.

O incentivo à expansão da infraestrutura energética, com ênfase no aumento da capacidade de exploração de combustíveis fósseis, é marcante nas diretrizes do Programa de Aceleração do Crescimento, lançado no segundo mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (2007-2010) e que continua sendo norteador do governo de Dilma Rousseff. As prioridades do PAC e os valores investidos são analisados no item a seguir.

---

tecnológico dos estaleiros e da própria falta de repasses ao Fundo de Marinha Mercante, financiador da indústria naval nacional. Ainda segundo os autores, nenhum navio foi construído no Brasil como fruto dessa política e em 2002 duas plataformas *offshore* foram encomendadas pela Petrobras junto a estaleiros de Singapura.

<sup>21</sup> O Programa de Modernização e Expansão da Frota (PROMEF) integra o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2) do Governo Federal. Tem como premissa a construção de navios no Brasil com índice de nacionalização de 65% na primeira e 70% na segunda etapa (TRANSPETRO, 2013).

### 3.2 PAC: PRIORIDADES E VALORES INVESTIDOS

O PAC foi lançado em 22 de janeiro de 2007, com a pretensão de ser “o maior programa estratégico de investimentos do Brasil nas últimas quatro décadas” (BRASIL, 2007b, p. 03). Nas suas diretrizes também havia lugar para um grupo de medidas de incentivo e facilitação do investimento privado; além de propor melhorias no que diz respeito à qualidade do gasto público – contendo gastos desnecessários e aperfeiçoando a gestão, tanto no orçamento fiscal quanto em termos de previdência e seguridade social (BRASIL, 2007b). O Programa também tinha por objetivo remover obstáculos (burocráticos, administrativos, normativos, jurídicos e legislativos) ao crescimento (BRASIL, 2007a). No lançamento do PAC apregoava-se que:

É chegado o momento de ousar para crescer ainda mais. Crescer de forma sustentável e acelerada, uma vez que a economia brasileira tem grande potencial de expansão. Tal desenvolvimento econômico deve beneficiar a todos os brasileiros e brasileiras. Nesse sentido, o desafio da política econômica em 2007-2010 é aproveitar o momento histórico favorável e estimular o crescimento do PIB e do emprego, intensificando ainda mais a inclusão social e a melhora na distribuição de renda do País (BRASIL, 2007b, p. 02).

As medidas do PAC foram organizadas em cinco blocos: 1) investimento em infraestrutura; 2) estímulo ao crédito e ao financiamento; 3) melhoria do ambiente de investimento; 4) desoneração e aperfeiçoamento do sistema tributário; e 5) medidas fiscais de longo prazo (BRASIL, 2007a; 2007b). O diagnóstico subjacente ao anúncio do PAC era que as carências e deficiências de infraestrutura brasileira constituíam sério obstáculo ao crescimento e desenvolvimento econômico do país. Dessa forma, o investimento em infraestrutura era o carro-chefe do programa, e objetivava eliminar os principais gargalos que poderiam restringir o crescimento da economia; reduzir custos e aumentar a produtividade das empresas; estimular o investimento privado; e reduzir as desigualdades regionais. Nesse bloco, o PAC previa, no quadriênio de 2007 a 2010, um total de R\$ 503,9 bilhões em investimentos públicos e privados, distribuídos em três eixos: 1) Logística (construção e recuperação de rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias) - R\$ 58,3 bilhões; 2) Energética (investimentos na geração e transmissão de energia elétrica, petróleo e gás natural e combustíveis renováveis) – R\$ 274,8 bilhões; 3) Infraestrutura social e urbana (investimentos em saneamento, habitação, transporte urbano, Luz para Todos e recursos hídricos – R\$ 170,8 bilhões (BRASIL, 2007b).

No balanço de dois anos do PAC, realizado em 2009, constava uma ampliação no orçamento de aproximadamente 28% para o bloco infraestrutura com a justificativa de que novos empreendimentos foram incluídos, como a expansão das linhas de metrô de São Paulo e Rio de Janeiro, e também devido a novas obras de habitação e de saneamento. Assim, o orçamento foi revisto e passou de R\$ 503,9 bilhões para R\$ 646 bilhões. No eixo de Logística, os investimentos aumentaram R\$ 38 bilhões, no de Energia, R\$ 21 bilhões e no Social e Urbano, R\$ 84 bilhões. No setor energético, o incremento ocorreu em função da exploração de petróleo e gás na camada do pré-sal e da implantação de refinarias no Maranhão, no Rio Grande do Norte e no Ceará (BRASIL, 2010a). A Tabela 2, a seguir, mostra a previsão de investimentos em cada eixo do PAC em 2007, na ocasião de seu lançamento, e em janeiro de 2009, momento em que os valores foram atualizados.

**Tabela 2 - Previsão de investimentos do PAC em 2007 e 2009 (em R\$ bilhões)**

EIXOS	Janeiro 2007			Janeiro 2009			
	2007-2010	PÓS 2010	TOTAL	Acréscimo até 2010	2007-2010	PÓS 2010	TOTAL
<b>LOGÍSTICA</b>	58,3	-	58,3	37,7	96,0	36,2	132,2
<b>ENERGÉTICA</b>	274,8	189,2	464,0	20,2	295,0	464,0	759,0
<b>SOCIAL E URBANA</b>	170,8	-	170,8	84,2	255,0	2,0	257,0
<b>TOTAL</b>	<b>503,9</b>	<b>189,2</b>	<b>693,1</b>	<b>142,1</b>	<b>646,0</b>	<b>502,2</b>	<b>1.148,2</b>

Fonte: BRASIL (2010a, p. 38).

Na Tabela 2 é possível observar que o eixo com maior volume de recursos no período 2007-2010 foi o de infraestrutura Energética (R\$ 274,8 bilhões), ampliado posteriormente para R\$ 295 bilhões (incremento de aproximadamente 7%). Também é notável que na ocasião do lançamento do PAC, em 2007, era o único eixo em que havia previsão de investimentos no período posterior a 2010 e a ampliação de recursos para esse eixo saltou para R\$ 464 bilhões (incremento de mais de 145%). A previsão de investimentos nos programas em petróleo e gás natural no lançamento do PAC concentrava mais de 65% do total para os anos de 2007 a 2010 e 73% pós 2010.

Em 29 de março de 2010 o governo lançou a segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2), que incorporou ações nas áreas social e urbana, além de ampliar os recursos para a infraestrutura logística e energética. O PAC2 prevê investimentos de R\$ 955 bilhões no período de 2011 a 2014 e R\$ 631,4 bilhões para após o ano de 2014, totalizando mais de R\$ 1,58 trilhão em investimentos previstos, como pode ser visualizado na Tabela 3 (BRASIL, 2010b, p. 32). Os investimentos do PAC2 estão organizados em seis grandes eixos:

**1) Transportes:** ampliação da rede logística do País, aperfeiçoando ações para interligar as malhas rodoviária e ferroviária e integração com portos, rodovias e ferrovias;

- 2) **Energia:** garantir a segurança do suprimento elétrico, difundir uso de fontes renováveis e ampliar a produção de petróleo e gás na área do pré-sal;
- 3) **Cidade Melhor:** realizar ações de saneamento, prevenção em áreas de risco, mobilidade urbana e pavimentação;
- 4) **Comunidade Cidadã:** aumentar a cobertura dos serviços sociais e urbanos nos grandes municípios, sobretudo nas áreas de saúde, educação, cultura e segurança;
- 5) **Habitação:** urbanização de assentamentos, investimentos no Minha Casa, Minha Vida e maior abertura de financiamento habitacional;
- 6) **Água e Luz para Todos:** universalizar o acesso à energia elétrica, ampliar o abastecimento de água e garantir o melhor aproveitamento dos recursos hídricos.

Tabela 3 – Previsão de investimentos do PAC2 no Brasil 2011-2014 (em R\$ bilhões)

EIXOS	2011-2014	PÓS 2014	TOTAL
PAC CIDADE MELHOR	57,1	-	57,1
PAC COMUNIDADE CIDADÃ	23,0	-	23,0
PAC MINHA CASA, MINHA VIDA	278,2	-	278,2
PAC ÁGUA E LUZ PARA TODOS	30,2	-	30,2
PAC TRANSPORTES	104,5	4,5	109,0
PAC ENERGIA	461,6	626,9	1.088,5
<b>TOTAL</b>	<b>955,0</b>	<b>631,4</b>	<b>1.586,4</b>

Fonte: (BRASIL, 2010b, p. 32).

Essas obras são financiadas em sua maioria com recursos públicos, especialmente via BNDES. Segundo Amaral (2013), o referido Banco se envolveu diretamente na elaboração, coordenação e financiamento das principais políticas estratégicas do Governo a partir de 2003, destacando-se o PAC. De acordo com levantamentos realizados pelo autor junto ao BNDES até 2011, constavam na carteira do Banco 503 projetos no âmbito do PAC em suas duas fases que somavam investimentos no valor de R\$ 327 bilhões, dos quais o Banco participa com 55% deste valor (R\$ 179,4 bilhões), sendo que o Eixo Energia concentrava 77% dos recursos. Amaral (2013) ainda destaca que os valores efetivamente desembolsados pelo Banco desde o lançamento do PAC em 2007 até 2011 atingiram R\$ 104,8 bilhões, aproximadamente 20% do total de recursos desembolsados pelo BNDES no período.

A Tabela 3 demonstra que ações relacionadas à Energia receberam o maior aporte dos investimentos e dos R\$ 631,4 bilhões previstos para serem investidos após 2014, R\$ 626,9 bilhões estão destinados para esse eixo (mais de 99%). Dentro do eixo Energia e, mais especificamente, no que diz respeito à exploração de petróleo e gás natural, o PAC2 conta com uma volumosa provisão de investimentos em pesquisas exploratórias, perfuração de poços, construção de plataformas de petróleo e desenvolvimento da produção (incluindo a

exploração do potencial produtivo da camada pré-sal). Em refino e petroquímica, destacam-se as obras do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ), das refinarias Abreu e Lima em Pernambuco, Premium I no Maranhão e Premium II no Ceará (BRASIL, 2011).

No Eixo Energia do PAC 2 constam cinco áreas prioritárias que agrupam projetos voltados à geração e transmissão de energia elétrica, petróleo e gás natural, marinha mercante, combustíveis renováveis, eficiência energética e pesquisa mineral. Os objetivos dos projetos são descritos a seguir (BRASIL, 2011):

- Geologia e Mineração: Produzir informações geológicas do território brasileiro, incluindo a Plataforma Continental Jurídica e áreas oceânicas adjacentes, e ampliar o conhecimento sobre os recursos minerais para estimular investimentos na pesquisa e produção de bens minerais. Gerar informações geológicas como subsídios a estudos de ordenamento e gestão territorial, identificando áreas suscetíveis a deslizamentos de encostas e enchentes, de forma a auxiliar na prevenção de riscos naturais.
- Revitalização da indústria naval: Consolidar a retomada da indústria naval, com o financiamento de estaleiros e embarcações nacionais. Assegurar o atendimento da demanda da Petrobrás por embarcações de carga e de apoio a plataformas. No PAC 1 foram contratados financiamentos para 301 embarcações e 5 estaleiros. Para dar continuidade à retomada da indústria naval brasileira, o PAC 2 prevê investimentos de R\$ 31 bilhões de reais para financiamentos a estaleiros e embarcações de carga, passageiros, pesca, apoio à navegação e apoio à plataforma.
- Geração de energia elétrica: Construção de fontes de geração de energia competitivas, renováveis e de baixa emissão de carbono, como hidrelétricas, eólicas, biomassa, pequenas centrais hidrelétricas, usinas nucleares e de gás natural.
- Transmissão de energia elétrica: Corresponde ao investimento em grandes interligações pelo país (22.765 quilômetros de linhas de transmissão) e a implementação de reforços em pontos do Sistema de Interligação Nacional para possibilitar maior escoamento de energia e atendimento ao incremento natural do sistema, além de atender à expansão da demanda nas cinco regiões do país.
- Petróleo e gás natural: Ampliação da produção de petróleo e gás natural do país, promover pesquisas exploratórias, perfuração de poços, construção de plataformas e desenvolvimento da produção. A prioridade é consolidar as atividades existentes e desenvolver as descobertas no Pré-sal, explorando as reservas e ampliando a produção.



Pretende ainda estruturar a cadeia produtiva da indústria do petróleo: indústrias naval, mecânica, metalúrgica, siderúrgica, química e de engenharia de precisão, entre outras.

Os volumosos investimentos no Eixo Energia indicam que o Governo Federal atribui à produção de petróleo um papel chave na economia e tem por objetivo inserir o Brasil no cenário internacional como grande exportador do produto (EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA<sup>22</sup>, 2011). Viola e Franchini (2012) reforçam essas análises e apontam para o incentivo oficial à massiva exploração de petróleo, tendo como exemplo a redução a zero da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) para petróleo e derivados em junho de 2012. Assim, é inegável que todos esses incentivos provocam o crescimento da produção e exportação de petróleo a cada ano no Brasil. A Tabela 4, a seguir, mostra as exportações de petróleo entre os anos de 2000 a 2010.

**Tabela 4 – Brasil: exportação de petróleo entre os anos 2000 a 2010**

Ano	Exportação (barril equivalente de petróleo)
2000	7.190.692
2001	42.427.247
2002	89.817.091
2003	92.891.969
2004	88.686.960
2005	105.464.796
2006	141.408.071
2007	161.909.692
2008	166.433.920
2009	201.958.864
2010	242.625.890

Fonte: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (2014).

No Plano Decenal de Expansão de Energia, publicado em junho de 2011, consta que “em que pese o significativo aumento da produção nos próximos anos, verifica-se uma diminuição da sua fatia na composição da matriz, visto que a maior parte da oferta adicional será voltada para o mercado externo (exportação)” (EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA, 2011, p. 1). A previsão é que se reduza de 38,5% (em 2010) para 31,8% (em 2020) a participação de petróleo e derivados na matriz energética nacional, visto que a maior parte da oferta adicional será voltada para o mercado externo. No mercado interno, a gasolina continuará a ser crescentemente adicionada com álcool hidratado. Em 2020, cerca de 50% da produção brasileira será destinada ao mercado externo (EMPRESA DE PESQUISA

<sup>22</sup> A Empresa de Pesquisa Energética (EPE), criada em 2004, é vinculada ao Ministério de Minas e Energia e tem por finalidade “prestar serviços na área de estudos e pesquisas destinadas a subsidiar o planejamento do setor energético, tais como energia elétrica, petróleo e gás natural e seus derivados, carvão mineral, fontes energéticas renováveis e eficiência energética, dentre outras” (EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA, 2012).

ENERGÉTICA, 2011). A meta do Brasil para os próximos 10 anos é triplicar a produção anual de petróleo e gás, fazendo com que o setor seja responsável por 67% do investimento previsto de R\$ 1 trilhão para todo setor energético (BRASIL, 2011). De acordo com a Empresa de Pesquisa Energética (2011, p. 4),

O Brasil experimentará, nos próximos 10 anos, uma extraordinária expansão da produção de petróleo. Graças ao pré-sal, o país praticamente triplicará sua produção, que passará dos 2,1 milhões de barris diários em 2010 para 6,1 milhões de barris por dia em 2020. Este aumento se dará não apenas pelos investimentos da Petrobras, mas também pelas outras empresas<sup>23</sup> que hoje detêm participação nos blocos do pré-sal. Além de produtor relevante, o Brasil se tornará um grande ator no cenário internacional de petróleo.

Segundo dados da Petrobrás (2012a), em março de 2010 a empresa atingiu o recorde histórico de exportações, com 22,73 milhões de barris no mês. O maior destino das exportações foram os Estados Unidos, respondendo por 32%, seguido da Índia com 22%, a China com 20% e a Europa com 18% além de Japão e Canadá com 4%. Em abril de 2011 a Petrobras concretizou as negociações com a estatal chilena Empresa Nacional de Petróleo para a venda da primeira carga de petróleo produzida no pré-sal destinada à exportação (totalizando um volume de um milhão de barris) (PETROBRAS, 2012b). Segundo o presidente da EPE, Maurício Tolmasquim, “o país será cada vez mais cotejado pelas maiores economias mundiais como um parceiro estratégico para suprimento energético” (EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA, 2011, p. 1).

Segundo Barros (2007), o petróleo deverá permanecer como a principal fonte de energia mundial até que haja restrição de oferta, depois que o pico de produção mundial seja atingido. Segundo a Agência Internacional de Energia (*International Energy Agency – IEA*, 2010), os combustíveis fósseis são responsáveis por mais da metade do aumento da demanda de energia primária total. Nos próximos cinco anos, quase metade da demanda mundial desses combustíveis virá da China, e essa tendência deverá continuar até 2035, haja vista que a demanda de petróleo para o setor de transportes está crescendo fortemente tanto na China como na Índia. Barros (2007, p. 54) corrobora com essas análises afirmando que,

Em conjunto, a China e a Índia detêm um terço da população mundial e vêm crescendo, nas duas últimas décadas, a uma taxa média entre 6% e 10% ao ano. Por isso mesmo, ao fazer seu *Mapa do Futuro Global*, em 2005, o Conselho de

---

<sup>23</sup> Grandes empresas privadas, fundamentalmente estrangeiras, dentre elas Shell (anglo-holandesa), British Petroleum (inglesa), Santa Fé (norte-americana), Repsol-YPF Sotep (hispano-americana), Total (francesa), CNPC e CNOOC (chinesas).

Inteligência Nacional dos Estados Unidos previu que se forem mantidas as atuais taxas de crescimento das duas economias nacionais, a China deverá aumentar em 150% o seu consumo energético e a Índia em 100%, até 2020. Mas nenhum dos dois países tem condições de atender suas necessidades através do aumento da produção doméstica de petróleo ou de gás. A China já foi exportadora de petróleo, mas atualmente é o segundo maior importador de óleo do mundo. E essas importações atendem apenas um terço de suas necessidades internas. No caso da Índia, sua dependência do fornecimento externo de petróleo é ainda maior: nestes últimos quinze anos essa dependência aumentou de 70% para 85% do seu consumo interno. Para agravar ainda mais o quadro da competição econômica e geopolítica na Ásia, o Japão e a Coreia também dependem fortemente da importação de petróleo e de gás para sustentar suas economias domésticas. Esta situação de carência coletiva e competitiva é que explica a aproximação recente de todos estes países asiáticos do Irã, a despeito da forte oposição dos Estados Unidos.

Nesse contexto, Barros (2007) afirma que o petróleo é um elemento de influência nas relações geopolíticas contemporâneas. A importância do setor energético assume maior proporção para as nações cujas matrizes energéticas estejam mais vulneráveis ao decréscimo da participação do petróleo na matriz mundial. Nesses casos, o setor energético passa a ser, também, um vetor relevante na geopolítica nacional. Assim, “o petróleo e o gás natural trazem a possibilidade de geração de riqueza, trazem também toda uma série de disputas comerciais, financeiras e diplomáticas, bem como guerras e conflitos violentos entre Estados” (BARROS, 2007, p. 48). Ainda segundo o autor, a importância geopolítica do petróleo expressa-se de várias maneiras, como através da disputa pelo controle de suas reservas e locais de produção (envolvendo extração, refino e vias de transporte), que se relacionam, entre outros, com questões de segurança marítima. O autor ainda enfatiza:

Não há dúvida que a geopolítica e a economia andam juntas quando se trata da competição e da luta por recursos naturais escassos e estratégicos, tanto para os estados como para os capitais privados. E neste campo, a disputa mais violenta sempre se deu em torno do controle e monopolização das fontes energéticas indispensáveis ao funcionamento econômico do sistema mundial e de suas economias nacionais, em particular das Grandes Potências. A grande competição econômica e a grande disputa geopolítica estão se dando em torno dos territórios e das regiões que dispõem dos excedentes energéticos para mover a nova “locomotiva” do crescimento mundial, capitaneada pelos Estados Unidos e a China, com efeitos imediatos sobre a Índia. Ao se observar as duas pontas deste novo eixo – Ásia e EUA – e suas necessidades energéticas atuais e futuras, pode-se visualizar o mapa das disputas e das suas sinergias positivas, através do mundo (BARROS, 2007, p. 54).

Como pode ser constatado, mesmo com o crescimento da produção de energias renováveis, a produção e exportação de petróleo têm importância estratégica, uma vez que ainda é a matriz energética básica da sociedade industrial e o elemento fundamental para o funcionamento da economia atualmente. Segundo Barros (2007), os Estados Unidos disputam com a China e com a Índia todos os territórios com excedentes energéticos atuais ou potenciais. Para o autor, “esta competição está se transformando num novo triângulo

econômico, complementar e competitivo a um só tempo, que está cumprindo uma função organizadora e dinamizadora de várias regiões e economias nacionais, através de todo o mundo, incluindo a América do Sul e a África” (BARROS, 2007, p. 55).

Esse contexto explica os altos investimentos do PAC para o setor energético. Especificamente no Estado do Rio Grande do Sul estão sendo executados 2.551 empreendimentos pelo PAC2, com um investimento total de R\$ 26,31 bilhões no período compreendido entre 2011 e 2014 e R\$ 6,29 bilhões pós 2014 (BRASIL, 2011). A Tabela 5 mostra a distribuição dos investimentos no Estado e o Quadro 4 o número de projetos por eixo.

**Tabela 5 – Previsão de investimentos do PAC2 no Rio Grande do Sul (em R\$ bilhões)**

<b>EIXOS</b>	<b>2011-2014</b>	<b>PÓS 2014</b>	<b>TOTAL</b>
<b>PAC CIDADE MELHOR</b>	1.829,96	896,77	2.726,73
<b>PAC COMUNIDADE CIDADÃ</b>	226,71	-	226,71
<b>PAC MINHA CASA, MINHA VIDA</b>	5.074,52	227,43	5.301,95
<b>PAC ÁGUA E LUZ PARA TODOS</b>	831,31	255,49	1.086,80
<b>PAC TRANSPORTES</b>	6.432,43 <sup>24</sup>	512,94	6.945,37
<b>PAC ENERGIA</b>	11.912,04 <sup>25</sup>	4.398,29 <sup>26</sup>	16.310,33
<b>TOTAL</b>	<b>26.306,97</b>	<b>6.290,92</b>	<b>32.597,89</b>

Fonte: (BRASIL, 2012a, p. 3).

Os projetos no Estado do Rio Grande do Sul estão assim distribuídos:

**Quadro 4 – Projetos por eixo no Rio Grande do Sul**

<b>EIXOS</b>	<b>NÚMERO DE EMPREENDIMENTOS</b>	<b>PROJETOS POR EIXO</b>	<b>NÚMERO DE PROJETOS POR EIXO</b>
<b>PAC CIDADE MELHOR</b>	806	Mobilidade Urbana	19
		Saneamento	586
		Pavimentação	99
		Prevenção de áreas de risco	69
		PAC Cidades Históricas	29
		Infraestrutura turística	04
<b>PAC COMUNIDADE CIDADÃ</b>	1.210	Quadras esportivas nas escolas	324
		Unidades de Pronto Atendimento	34
		Unidades Básicas de	598

<sup>24</sup> Dos quais R\$ 334.000.000,00 correspondem a empreendimentos de caráter regional (que abrangem mais de um Estado da Federação).

<sup>25</sup> Dos quais R\$ 1.756.590,00 correspondem a empreendimentos de caráter regional.

<sup>26</sup> Dos quais R\$ 223.100.000,00 correspondem a empreendimentos de caráter regional.

		Saúde	
		Creches e Pré-escolas	230
		Centro de artes e esportes unificados	24
<b>PAC MINHA CASA, MINHA VIDA</b>	195	Financiamento Habitacional	01
		Minha Casa, Minha Vida	01
		Urbanização de Assentamentos Precários	193
<b>PAC ÁGUA E LUZ PARA TODOS</b>	185	Recursos Hídricos	12
		Luz para Todos	01
		Água em Áreas Urbanas	172
<b>PAC TRANSPORTES</b>	54	Aeroportos	09
		Portos	10
		Rodovias	24
		Equipamentos para estradas vicinais	06
		Ferrovias	01
		Hidrovias	04
<b>PAC ENERGIA</b>	101	Geologia e Mineração	09
		Revitalização a Indústria Naval	05
		Geração de Energia Elétrica	50
		Transmissão de Energia Elétrica	19
		Petróleo e Gás Natural	18
<b>TOTAL</b>	<b>2.551</b>		<b>2.551</b>

Fonte: Elaborado pela autora em 17 de fevereiro de 2014 a partir de dados em BRASIL (2014)

Como visto no Quadro 4, 101 projetos são desenvolvidos no Rio Grande do Sul no eixo Energia. O Quadro 5, a seguir, apresenta o detalhamento dos projetos nesse eixo no Estado.

**Quadro 5 – Detalhamento dos projetos do Eixo Energia no Rio Grande do Sul**

<b>PROJETOS</b>	<b>VALOR TOTAL (em R\$ milhões)</b>		<b>ÓRGÃO RESPONSÁVEL</b>
<u>Geologia e Mineração:</u> Gestão da informação geológica; levantamentos aerogeofísicos, geológicos, hidrogeológicos e da geodiversidade	2011 a 2014	Pós 2014	Ministério de Minas e Energia (MME)
	590,76	-	

<u>Revitalização da Indústria Naval</u> <sup>27</sup> : Construção do estaleiro Wilson Sons em Rio Grande Financiamento para a construção de estaleiro em Rio Grande	2011 a 2014  578,95	Pós 2014  -	Ministério dos Transportes (MT)
<u>Geração de Energia Elétrica</u> : 44 usinas eólicas <sup>28</sup> 03 aproveitamentos hidrelétricos <sup>29</sup> 03 usinas hidrelétricas <sup>30</sup> 01 usina termelétrica a gás natural <sup>31</sup>	2011 a 2014  5.712,21	Pós 2014  193,71	Ministério de Minas e Energia (MME)
<u>Transmissão de Energia Elétrica</u> : 09 linhas de transmissão <sup>32</sup> 07 subestações <sup>33</sup>	2011 a 2014  918,11	Pós 2014  41,82	Ministério de Minas e Energia (MME)
<u>Petróleo e gás natural</u> : 09 Campos e plataformas <sup>34</sup> 01 Pesquisa exploratória <sup>35</sup> 01 Refino – modernização e ampliação <sup>36</sup>	2011 a 2014  4.690,96	Pós 2014  4.162,76	Ministério de Minas e Energia (MME)
<b>TOTAL</b>	<b>11.912,04</b>	<b>4.398,29</b>	

Fonte: Elaborado pela autora em 13 de fevereiro de 2013 a partir de dados em BRASIL (2013a e 2013b)

<sup>27</sup> Os dois empreendimentos já estão concluídos.

<sup>28</sup> Oito projetos em Santana do Livramento, assim distribuídos: Cerro Chato I, II, III, obras concluídas; Cerro dos Trindade, Ibirapuitã I, Cerro Chato IV, V e VI, todos em fase de licitação; quatro projetos em Palmares do Sul (Atlântica I, II, IV e V, todos em fase de licitação); seis projetos em Chuí (Chuí I, II, IV, V e Minuano I e II, todos em fase de licitação); sete projetos em Rio Grande: Corredor do Senandes II, III e IV e REB Cassino I, II, III e Vento Aragano I (todos em fase de licitação); três projetos em Palmares do Sul (Fazenda Rosário - concluído, Fazenda Rosário 2 - em licitação e Fazenda Rosário 3 - concluído); cinco projetos em Osório: Sangradouro II e III (em obras), Parque Eólico dos Índios, Osório 2 e Osório 3 (em fase de licitação); um projeto em Viamão – Pontal 2B (em fase de licitação) e dez projetos em Santa Vitória do Palmar: Verace I, II, III, IV, V, IV, VIII, VIII, IX, X, todos em fase de licitação.

<sup>29</sup> Um projeto nos municípios de Garruchos e Porto Xavier (obra em ação preparatória); um projeto nos municípios de Itapiranga/SC, Mondaí/SC, São João do Oeste/SC, Caiçara/RS, Pinheirinho do Vale/RS, Vicente Dutra/RS, Vista Alegre/RS (obra em execução) e um projeto nos municípios de Porto Vera Cruz e Porto Mauá (obra em ação preparatória).

<sup>30</sup> Usina Pai Querê nos municípios de Bom Jesus/RS e Lages/SC, em fase de licitação; Usina Passo São João nos municípios de Dezesseis de Novembro e Roque Gonzales, em operação; Usina São José nos municípios de Dezesseis de Novembro e Salvador das Missões, obra concluída.

<sup>31</sup> Usina Termelétrica a gás natural Sepe Tiaraju situada em Canoas, projeto em obras.

<sup>32</sup> Linhas de transmissão: Nova Santa Rita - Porto Alegre 9 (em obras); Porto Alegre 9 - Porto Alegre 4 (concluída); Campo Bom – Taquara; Garibaldi - Monte Claro; Porto Alegre 9 - Porto Alegre 8, Restinga - Porto Alegre XIII, Viamão III – Restinga, Nova Santa Rita - Camaquã 3 – Quinta, Salto Santiago - Itá – Nova Santa Rita (todas em fase de licitação).

<sup>33</sup> Subestações: Candelária II e Porto Alegre XII (em fase de licitação), Caxias, Foz do Chapecó, Ijuí II, Lajeado Grande, Nova Petrópolis II (em obras).

<sup>34</sup> Plataforma P-55 – Estaleiro Rio Grande; Pré-Sal Replicante 1 – P-66; Pré-Sal Replicante 2 – P-67 (esses três projetos estão em obras); Pré-Sal Replicante 3 – P-68; Pré-Sal Replicante 4 – P-69; Pré-Sal Replicante 5 – P-70; Pré-Sal Replicante 6 – P-71; Pré-Sal Replicante 7 – P-72; Pré-Sal Replicante 8 – P-73 (em fase de licitação);

<sup>35</sup> Bacia Sedimentar do Paraná, projeto em obras.

<sup>36</sup> REFAP Qualidade. Em obras, no município de Canoas.

Visto como estratégico do ponto de vista do capital e do atual modelo de desenvolvimento em vigor no país, o município do Rio Grande, localizado no sul do Estado do Rio Grande do Sul, vem recebendo um grande aporte de recursos do PAC, especialmente destinados à construção de plataformas de exploração de petróleo para a Petrobras, o que ocasionou a implementação de um Polo Naval. O Quadro 6, a seguir, mostra que os recursos para a revitalização da indústria naval superam, em muito, todos os outros projetos desenvolvidos na cidade sob a alçada do PAC.

**Quadro 6 – Obras do PAC em Rio Grande/RS**

<b>PAC CIDADE MELHOR</b>		
<b>Ações</b>	<b>Projetos</b>	<b>Valor total (em R\$ milhões)</b>
Saneamento	07	107,9 <sup>37</sup>
Pavimentação	04	5,0 <sup>38</sup>
Prevenção de áreas de risco	02	21,1 <sup>39</sup>
<b>PAC COMUNIDADE CIDADÃ</b>		
<b>Ações</b>	<b>Projetos</b>	<b>Valor total (em R\$ milhões)</b>
Quadras esportivas nas escolas	05	Valores não divulgados
Unidades de Pronto Atendimento	01	1,4
Unidades Básicas de Saúde	06	1,4
Creches e Pré-escolas	09	10,5 <sup>40</sup>
Centro de artes e esportes unificados	01	1,9
<b>PAC MINHA CASA, MINHA VIDA</b>		
<b>Ações</b>	<b>Projetos</b>	<b>Valor total (em R\$ milhões)</b>
Urbanização de Assentamentos Precários	03	R\$ 33,3 <sup>41</sup>
<b>PAC ÁGUA E LUZ PARA TODOS</b>		
<b>Ações</b>	<b>Projetos</b>	<b>Valor total (em R\$ milhões)</b>
Água em áreas urbanas	03	9,8 <sup>42</sup>

<sup>37</sup> Duas obras com valores não divulgados em razão da possibilidade de uso do Regime Diferenciado de Contratação.

<sup>38</sup> Três obras com valores não divulgados em razão da possibilidade de uso do Regime Diferenciado de Contratação.

<sup>39</sup> Uma obra com valor não divulgado em razão da possibilidade de uso do Regime Diferenciado de Contratação.

<sup>40</sup> Uma obra com valor não divulgado em razão da possibilidade de uso do Regime Diferenciado de Contratação.

<sup>41</sup> Uma obra com valor não divulgado em razão da possibilidade de uso do Regime Diferenciado de Contratação.

<sup>42</sup> Uma obra com valor não divulgado em razão da possibilidade de uso do Regime Diferenciado de Contratação.

<b>PAC TRANSPORTES</b>		
<b>Ações</b>	<b>Projetos</b>	<b>Valor total (em R\$ milhões)</b>
Aeroportos <sup>43</sup>	01	Valor não divulgado
Portos <sup>44</sup>	06	207,0 <sup>45</sup>
Rodovias <sup>46</sup>	01	273,0
Hidroviás <sup>47</sup>	03	Valores não divulgados
<b>PAC ENERGIA</b>		
<b>Ações</b>	<b>Projetos</b>	<b>Valor total (em R\$ milhões)</b>
Revitalização da Indústria Naval <sup>48</sup>	04	1.404,8
Geração de Energia Elétrica <sup>49</sup>	07	276,0 <sup>50</sup>

Fonte: Elaborado pela autora em 17 de fevereiro de 2014 a partir de dados em BRASIL (2014).

As premissas da política econômica implementada no Brasil, que se refletem em grande medida nas prioridades e nos valores investidos do PAC receberam inúmeras críticas. Ao analisar a experiência de desenvolvimento econômico brasileiro durante o governo Lula, Gonçalves (2012a) defende a tese de que nesse período se expressou um “nacional-desenvolvimentismo às avessas”, marcado fundamentalmente pela ausência de transformações estruturais que caracterizam o projeto desenvolvimentista. O autor constatou aspectos que invertem as premissas desenvolvimentistas, entre elas: desindustrialização, dessubstituição de importações; reprimarização das exportações; maior dependência tecnológica; maior desnacionalização; perda de competitividade internacional, crescente vulnerabilidade externa estrutural em função do aumento do passivo externo financeiro; maior concentração de capital e crescente dominação financeira (GONÇALVES, 2012a, p. 23).

O bom desempenho das contas externas brasileiras no período ocorreu, sobretudo, devido ao crescimento das exportações, alavancadas pelo aquecimento geral do comércio

<sup>43</sup> Aeroporto Rio Grande - Construção da Seção Contraincêndio.

<sup>44</sup> Principais obras: ampliação e recuperação dos molhes da Barra e modernização do cais público do Porto Novo de Rio Grande.

<sup>45</sup> Quatro obras com valores não divulgados em razão da possibilidade de uso do Regime Diferenciado de Contratação.

<sup>46</sup> Duplicação Rodovia BR 392 (Pelotas – Rio Grande).

<sup>47</sup> Corredor do Mercosul (dragagem e sinalização).

<sup>48</sup> Construção e ampliação do Estaleiro Rio Grande 2, Construção do Estaleiro Wilson Sons e CQG Construções Offshore.

<sup>49</sup> Sete usinas eólicas (Corredor de Senandes II, III, IV; Cassino I, II e III e Vento Aragano I).

<sup>50</sup> Quatro obras com valores não divulgados em razão da possibilidade de uso do Regime Diferenciado de Contratação.



mundial, particularmente no setor de *commodities* (FILGUEIRA e GONÇALVES, 2007). A demanda persistente, principalmente em função da entrada agressiva da China e da Índia no comércio internacional elevou o preço das matérias-primas nos mercados internacionais. Este cenário determinou uma rápida ampliação do mercado desses produtos, estimulou o crescimento momentâneo do setor e impactou positivamente os indicadores econômicos do país, mas limitado a uma condição que não se sustenta no longo prazo (MAGALHÃES, 2010), uma vez que são recursos não-renováveis e, no caso dos produtos alimentares, apresentam baixa estabilidade-renda da sua demanda. Por estas razões Gudynas (2009) assinala que o novo extrativismo em vigência nos países sul-americanos é funcional à globalização comercial-financeira, uma vez que mantém a inserção internacional subordinada dos países sul-americanos na divisão internacional do trabalho.

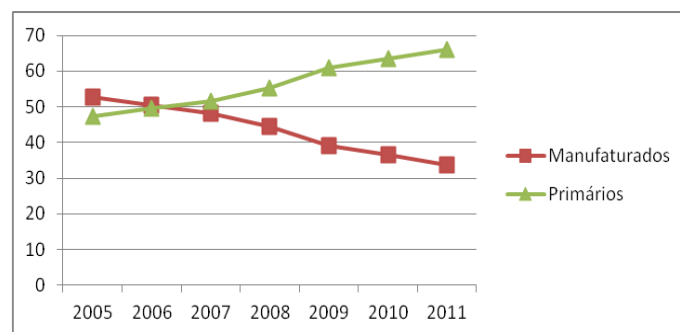
A exportação de produtos primários também traz outras consequências no que diz respeito à industrialização dos países que possuem recursos naturais abundantes e que logram certa especialização na produção de alimentos. Passarinho (2010) salienta algumas consequências desse modelo em curso, ao assinalar o acelerado processo de desnacionalização do nosso parque produtivo, a trajetória de reprimarização da nossa pauta de exportações, a permanência de medidas de liberalização financeira e, nenhuma autonomia na estratégica área de geração de conhecimentos científicos e tecnológicos que possa atenuar a nossa dependência externa. A partir dos dados do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial, Ouriques (2010, p. 1) reforça essa análise destacando que entre 1980 e 2007, “a participação do setor industrial no valor adicionado total da economia brasileira recuou 6,2 pontos percentuais”, tendência que foi acentuada no período posterior. A participação da indústria de transformação no PIB brasileiro foi de 18% entre os anos de 2008 a 2010, o que correspondeu a uma grande regressão se comparado ao ano de 1980, cuja participação foi de 33% (CANO, 2012).

No que se refere ao balanço de pagamentos, Ouriques (2010) aponta que a origem do “superávit comercial” se produz a partir da exportação de produtos agrícolas e minerais, amargando imenso déficit na área de eletro-eletrônico, fármacos, química e equipamentos mecânicos, por exemplo. Em 2009, este déficit chegou perto da marca dos 44 bilhões de dólares. A gravidade da evolução estrutural recente da economia brasileira é confirmada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2009), que constatou que entre 1980 e 1996 a participação da indústria brasileira no PIB reduziu-se em 50%. Segundo as análises do referido Instituto, um dos fatores principais dessa evolução desfavorável foi a forte apreciação

do câmbio, que não foi recuperada mesmo no período 1997-2008, quando a economia brasileira crescia a taxas mais altas. Sobressai também o fato de que a economia brasileira que sobreviveu à apreciação cambial é basicamente a de menor valor agregado, elevando significativamente o peso das *commodities* nas exportações brasileiras.

Assim, os produtos que responderam pela maior competitividade internacional das exportações brasileiras são oriundos da exploração intensiva de recursos naturais. O Gráfico 1 demonstra, comparativamente, o percentual de exportações de produtos manufaturados e primários segundo sua participação no total das exportações entre os anos 2005 a 2011.

**Gráfico 1 - Percentual de exportações de produtos manufaturados e primários segundo sua participação no total das exportações entre os anos 2005 a 2011**



Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados da CEPAL (2012).

Aliado a essa diminuição da exportação de produtos manufaturados, os números do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (BRASIL, 2008) revelam que dentre os produtos manufaturados exportados pelo Brasil, 47,6% referem-se a produtos de baixa e média-baixa tecnologia. Em contrapartida, as exportações de países como Estados Unidos, Japão e China são compostas por produtos industriais (94,4%, 99,8% e 97,7%, respectivamente), em especial produtos de alta e média-alta tecnologia. Os dados do Gráfico 1 mostram como a inserção do Brasil na economia internacional está, em grande medida, relacionada à sua grande disponibilidade de produtos oriundos de atividades extrativistas, o que permite que os países industriais continuem a aperfeiçoar a produção de bens industrializados – aprofundando, com isso, a divisão internacional do trabalho. Em acordo com o posicionamento sustentado pelo governo brasileiro, a produção e a exportação de petróleo crescem a cada ano, incentivadas por recursos financeiros oriundos, predominantemente, do PAC. Esse é mais um dos fatores que apontam para a inserção subordinada do País no sistema capitalista internacional e demonstra a validade dos argumentos de Marini (2005) para a compreensão dos mecanismos de reprodução do capitalismo contemporâneo nas economias dependentes.

Convém destacar que as obras de infraestrutura inseridas no PAC revelam forte convergência com a agenda de projetos estruturada pela IIRSA, um programa dos doze países sul-americanos, lançado em 2000, com o objetivo de estabelecer uma agenda comum de projetos de integração no continente. Tanto a IIRSA como o PAC concebem o investimento em infraestrutura um elemento catalisador do crescimento e desenvolvimento econômico (AMARAL, 2013). Ao lançar seus investimentos prioritariamente em infraestrutura, Verdum (2008) defende que o PAC integra uma estratégia dos setores dominantes da economia, que orientam o processo de expansão e modernização econômica brasileira, para as regiões do território nacional ainda não perfeitamente integradas ao sistema econômico capitalista, mas também na direção dos outros países do continente. Verdum (2008) lembra que entre essas projeções, estão as pretensões de buscar uma saída para o Pacífico e encurtar as saídas para o Atlântico de algumas atividades produtivas brasileiras, especialmente a exportação de *commodities* para os países da Ásia, sobretudo China e Índia.

Nessa mesma perspectiva, Leher (2007) defende que o PAC é a expressão nacional do IIRSA e tem como objetivo central ratificar a inclusão do Brasil na geografia econômica desenhada pelo imperialismo. Segundo o autor, o PAC, em seu lançamento, tinha a aparência de uma inflexão estrutural, com o Estado assumindo novamente o papel central de agente econômico e de planificação. No entanto, o Estado nunca abandonou seu papel de operador da economia (LEHER, 2007) e, para que o crescimento econômico pudesse ser atingido, o PAC requeria o aumento do superávit primário e um ajuste fiscal de longo prazo (de forma a viabilizar o pagamento dos juros das dívidas interna e externa), o aprofundamento da reprimarização e o agravamento da condição capitalista dependente do país.

Nessa mesma perspectiva, Ávila (2007) afirma que as premissas do PAC não questionaram o modelo econômico brasileiro então vigente, que continua a servir principalmente ao pagamento da dívida (segundo o autor, os gastos federais com juros e amortizações das dívidas interna e externa no ano de 2006 correspondeu ao equivalente a 37% do orçamento da União). Para Kucinski (2007), o PAC é uma tentativa de fazer o capitalismo crescer sem alterar o principal, que é o juro básico. Segundo o autor, uma condição primordial para que o crescimento econômico ocorresse era a diminuição da taxa de juros no Brasil, o que impactaria diretamente na diminuição dos juros da dívida pública. Sem alterar substancialmente a taxa de juros, Kucinski (2007) defende que o PAC não é um projeto nacional de desenvolvimento, mas um conjunto de medidas que tenta estimular o crescimento sem alterar o grande capital.

O grande paradoxo dessa política cujo fundamento principal concentra-se na competição internacional como fornecedor de *commodities*, da qual o PAC é um grande impulsionador, reside no fato de que se intensificam a perda de poder aquisitivo dos assalariados na dinâmica do mercado interno e a precarização em geral das condições de trabalho e de vida da maioria da população. Aliás, Osorio (2012b) argumenta que a deteriorização dos salários e das condições laborais em geral apontam para o centro da dinâmica e da reprodução do novo padrão de especialização produtiva. Em seu estudo, Osorio (2012b) demonstra que mais de 15% dos trabalhadores no Brasil sobrevivem com apenas um salário mínimo, ao mesmo tempo em que os 10% mais ricos do país tiveram seus rendimentos elevados em aproximadamente 10% no período de 12 anos (1996-2008). O novo padrão de especialização produtiva gera estruturas produtivas divorciadas das necessidades da maioria da população e volta-se prioritariamente para atender aos interesses do capital internacional. Como já apontado por Marini (2005) e reforçado por Osorio (2012b), essas características aliadas à dependência nas esferas tecnológica e financeira fazem com que se mantenha a subordinação do Brasil à divisão internacional do trabalho.

Enfim, o PAC, ao valorizar setores extrativistas enquanto pilares do desenvolvimento, mantém a subordinação brasileira no cenário econômico internacional. Assim, a não observância das prometidas mudanças estruturais propostas na ascensão de Lula à Presidência da República e consubstanciadas no PAC reforça a tese de Oliveira (2010), segundo a qual, trata-se de uma nova, sutil e sofisticada forma de dominação. Na “hegemonia às avessas”, há a aparência de que os dominados fornecem a *direção moral* da ação política na proporção em que os grupos dominantes, que se perpetuam no poder, consentem em compartilhar a administração dos aparelhos de Estado, mas com a salvaguarda de que não sejam questionados os mecanismos fundamentais da exploração capitalista.

O capítulo 4, a seguir, apresenta os procedimentos metodológicos da pesquisa.

## 4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O objetivo deste capítulo é apresentar os procedimentos metodológicos que foram utilizados para o alcance do objetivo geral e dos objetivos específicos do trabalho, já explicitados na introdução. Inicialmente são apresentados os fundamentos epistemológicos da pesquisa, onde são discutidos os pressupostos de uma abordagem dialético-materialista e a importância do processo de abstração. Logo em seguida é apresentado o processo de desenvolvimento de pesquisas desse cunho, onde são descritas as etapas de “contemplação viva”, análise e realidade concreta do fenômeno. No item dedicado à coleta dos dados são detalhadas as técnicas utilizadas, os sujeitos entrevistados, o critério de seleção desses sujeitos e relatado o processo de desenvolvimento da pesquisa, desde a entrada em campo. Por fim, o item dedicado à análise dos dados apresenta as categorias que foram utilizadas para compreender a configuração específica de Rio Grande, suas definições constitutivas e os elementos analisados em cada uma delas.

### 4.1 FUNDAMENTOS DA PESQUISA

O processo metodológico está inserido num quadro paradigmático não pode ser tratado como um conjunto de regras universalmente aplicáveis ou abstrações (GUBA e LINCOLN, 2005). Nesse sentido, para o alcance dos objetivos propostos neste trabalho, foi utilizada a metodologia própria de uma abordagem dialético-materialista, apresentada por Marx em *Para a Crítica da Economia Política* (1996) e que se assenta em três pressupostos fundamentais: a totalidade, a contradição e a historicidade dos fenômenos humanos. Osorio (2004) destaca que na obra *O capital: crítica da economia política*, Marx afirmava que conhecer é superar as manifestações superficiais dos processos estudados a fim de alcançar sua articulação interna, já que se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem diretamente, toda a ciência seria supérflua. Conhecer cientificamente é por em questão a ordem e a visão integrada de realidade que o senso comum nos oferece, para desconstruí-la e alcançar seus elementos simples e a lógica de sua organização, para depois voltar a integrá-la, porém a partir de uma explicação científica (OSORIO, 2004). Citando Marx, Osorio (2004, p. 20, tradução nossa) assinala que “para tal efeito, partir do ‘real para o concreto’ projetado em

nossa mente (o concreto representado), e ficarmos ‘amarrados’ a categorias agregadas, tais como economia, população ou outras, é um caminho que se revela falso”.

Marx defendia a ideia de que é necessário alcançar a “conexão interna”, distinta da “aparência” e que o fenômeno estudado tem um “segundo fundo” que é preciso alcançar para realmente conhecer. Alcançar esse “segundo fundo” e as “conexões internas” não são resultado de uma simples especulação teórica (ou esforço de reflexão) uma vez que caminha lado a lado com o desenvolvimento histórico e então deixa de ser pensado somente como uma forma particular. Assim, um dos elementos-chave na reflexão de Marx é seu esforço por desvelar as relações que organizam a vida em sociedade e que conformam uma densa rede que articula as atividades dos homens. Desta forma, as relações têm incidência nas questões substanciais da vida social (OSORIO, 2004).

No entanto, tão importante quanto assumir que a ciência social deve dar conta do relacional é a tarefa de construir conceitos capazes de contemplar este processo e daí advém a riqueza das categorias empregadas por Marx (OSORIO, 2004). Assim, conceitos como capital, mais-valia, salário e renda são considerados abertos, no sentido que conformam pontes para estabelecer as articulações que organizam a sociedade e essas pontes não somente permitem descobrir as articulações no campo econômico, mas também adentrar nos campos social e político (OSORIO, 2004).

Osorio (2004) afirma que a ideia de totalidade em Marx se apóia na tese de que a sociedade constitui uma unidade que excede a simples somatória dos seus componentes individuais. A sociedade, assim, é uma unidade complexa, articulada e hierarquizada nos elementos que a compõe, cuja compreensão não se alcança por um agregado de partes por mais exaustivo que isso seja. Ainda segundo o autor,

O conhecimento da totalidade não significa que podemos alcançar um conhecimento de tudo o que acontece na sociedade (que iria ser associado à ideia de completude), mas sim dos elementos que articulam, organizam e hierarquizam a vida social e que tornam possível a reprodução, material e socialmente, de uma determinada maneira. Isso supõe um questionamento às análises que creem que reconstruíram a visão global a partir da somatória de conhecimentos parcelados, como também aos estudos que abordam alguma parcela da realidade e que buscam conhecer – sem uma mínima hipótese do lugar em – e as relações dessa parcela com – o todo maior do qual formam parte. [...] A noção de totalidade em Marx está hierarquizada e busca estabelecer *quais relações e de que maneira* tem maior incidência na explicação das regularidades e como se produz e se reproduz uma sociedade. A totalidade marxista, por outra parte, se assume como uma unidade contraditória, o que significa que, de maneira simultânea, se concebe como unidade e luta de opostos, que se conforma com polos sociais que se atrem e que se repelem, sendo as classes e a luta de classes sua expressão mais importante (OSORIO, 2004, p. 15, tradução nossa, grifos no original).

Löwy (1992, p. 17) esclarece que a noção de totalidade é o entendimento da realidade social como um “todo orgânico, estruturado, no qual não se pode entender um elemento, um aspecto, uma dimensão, sem perder sua relação com o conjunto”. A concepção de totalidade permite entender a dimensão de cada elemento e a síntese desse conjunto; em suma, a estrutura significativa. A relação do todo com as partes, das partes entre si e das partes com o todo alerta que os diversos aspectos da realidade estão entrelaçados constituindo unidades contraditórias e por isso “uma análise dialética é sempre uma análise das contradições internas da realidade” (LÖWY, 1992, p. 17). Assim, porque a contradição permanece, nada é definitivo e tudo ocorre dentro de uma totalidade contraditória e sempre em movimento. Assmann (1992, p. 3) afirma que “é impossível dar conta da totalidade da realidade, conhecer tudo, pois a realidade é inesgotável. O que importa, então, é ter consciência de que qualquer estudo deve pressupor que todo acontecimento, todo saber, toda ideia, é fruto de muitas determinações”. Assim, segundo o autor, cada ação e pensamento ocorrem dentro de uma totalidade e não se pode entender um elemento, um aspecto, uma dimensão, sem levar em consideração a sua relação com o conjunto da vida social.

Para Osorio (2012a) é necessário retornar à totalidade para dar conta da atividade unificadora presente na vida em sociedade, aquela que confere sentido aos múltiplos processos. Segundo o autor, “em nosso tempo, tal atividade unificadora não é outra senão a lógica do capital, a qual como um tornado derruba, absorve, faz girar e eleva pelos ares todas as relações que encontra em seu caminho, reorganizando-as e deixando nelas sua marca” (OSORIO, 2012a, p. 37).

Outro pressuposto fundamental da abordagem dialético-materialista é a historicidade. Osorio (2004) afirma que o conhecimento dos fenômenos sociais não pode ser separado do postulado que reflete a realidade em que, por suas contradições, é recriado e está em um constante processo. Assim, o conhecimento está obrigado a dar conta do processo que analisa e de suas etapas e periodizações. O autor ainda destaca que as categorias formuladas por Marx são históricas e que formam parte do processo de conhecimento em seu sentido geral. Dessa maneira, a explicação da realidade tem validade para momentos históricos específicos e por isso toda relação social deve ser entendida em sua historicidade, considerando o desenvolvimento histórico e sua transformação (FERRAZ, 2010).

Analisando ainda as obras de Marx, Osorio (2004) afirma que para desvelar a articulação específica da realidade que se quer explicar, não há outro caminho além daquele

que objetiva chegar a conceitos cada vez mais simples, sendo este o processo de abstração. Isso significa “tomar distância da realidade, mas não no sentido de criar uma ficção, inexistente, mas sim de separar e analisar elementos simples e reduzidos da própria realidade” (OSORIO, 2004, p. 20, tradução nossa). Nesse sentido ainda coloca o autor:

O método de conhecimento em Marx implica partir das representações iniciais, o concreto representado, para passar a separação e análise de elementos simples, processo de abstração, que permita decifrar as articulações específicas, e a partir delas reconstruir “uma rica totalidade” com suas “múltiplas determinações e relações”, isto é, um novo concreto, porém diferente do inicial, enquanto “síntese” e “unidade do diverso”, que organiza e hierarquiza as relações e processos, o que nos revela e explica a realidade social (OSORIO, 2004, p. 22, tradução nossa).

Dussel (2012, p. 50) ao expor o método dialético de Marx, adverte que para este pensador era extremamente importante distinguir com nitidez o real do pensado, pois “o conhecido (o que está no cérebro) não pode confundir-se com o real que sempre mantém uma exterioridade em relação a todo o processo de conhecimento possível [...]”. Assim, conhecer através da representação “é um ato cognitivo inicial, ingênuo, primeiro, cheio de sentido, mas confuso, caótico”, mas necessário para que a abstração inicie o seu procedimento. Para Marx, adverte Dussel (2012), o estudo ou investigação das determinações, tanto as mais simples quanto as complexas, mediante a análise é o primeiro momento do método teórico, uma vez que “a mera representação seja um momento do conhecimento cotidiano, pré-científico, pré-dialético” (DUSSEL, 2012, p. 52).

O processo de abstração permite isolar certos aspectos do mundo real para fins de investigação intensiva. Esse isolamento se realiza com categorias que colocam em evidência as relações sociais que subjazem esses processos. Assim, “o processo de abstração é um momento de análise que busca, como objetivo final, dar conta de totalidades complexas” (OSORIO, 2004, p. 21, tradução nossa). O marxismo pode ser considerado um corpus unitário enquanto teoria e metodologia, mas alerta, “isso não significa, entretanto, que dentro de sua unidade não existam elementos teóricos e metodológicos diferenciadores, sendo os níveis de abstração um fator fundamental nesse sentido” (OSORIO, 2004, p. 28-9, tradução nossa). Sendo assim, o autor descreve o processo de abstração e seus níveis como:

O processo de abstração é um momento do processo de investigação, intermediário e necessário, que é possível passar do concreto representado ao concreto síntese, ou totalidade com múltiplas determinações. Quando falamos de níveis de abstração fazemos referência à totalidade que se reconstrói no conhecimento e na consideração de uma realidade simplificada (mais abstrata) ou uma mais complexa (menos abstrata). Em definitivo, existem totalidades com diversos graus de abstração (OSORIO, 2004, p. 28-29, tradução nossa).



Em outra obra, Osorio (2012a) expõem que o grau de abstração entre os níveis de análise se refere à capacidade de apreender as relações sociais e processos que fundamentam a realidade social. Um maior grau de abstração envolve obscurecer certos aspectos do movimento histórico para compreender a sua essência, uma vez que “a maior abstração é fortemente histórica, na medida em que aponta a essência daquelas relações e processos” (OSORIO, 2012a, p. 38). Ainda segundo o autor,

Em níveis de menor abstração, tais relações e processos vão se tornando mais complexos e passam a apresentar novas características históricas, porque sua essência se expressa sob novas e diversas formas e particularidades. [...] Quanto maior for a concretude, mais variada se torna a realidade e, devido à fetichização dominante, com uma elevada capacidade de ocultar as relações sociais que a constituem (OSORIO, 2012a, p. 38).

Nessa mesma perspectiva, Dussel (2012, p. 52) explica o processo de abstração da seguinte forma:

O ato da abstração é analítico no sentido de separar da “representação plena” um a um os seus múltiplos conteúdos noéticos (momentos da realidade da própria coisa); separa uma *parte* do todo e a considera como *todo*. Considerar uma “parte” como “todo”, pela capacidade conceitual da consciência, constitui a essência da abstração. Como *ato*, a abstração separa analiticamente; como objeto ou *conteúdo*, a abstração produz uma “determinação abstrata”. A “determinação” é um momento real da coisa mas, enquanto momento abstraído, é agora um conceito que “reproduz” o real; é agora um momento do pensamento, um momento conceptualizado. A abstração não separa diretamente a determinação do real concreto, mas da “representação” já conhecida. Por isso a representação é anterior à abstração e ela é o ponto de partida para a determinação abstrata. Deste modo, a representação é “volatilizada” na determinação abstrata; desaparece como representação plena, é negada metodologicamente – no momento, analiticamente (DUSSEL, 2012, p. 52, grifos no original).

Apesar de reconhecer a dificuldade em “instrumentalizar” a rota do indagador que está interessado em esclarecer algum problema dentro da abordagem dialético-materialista, Triviños (1987, p. 73-74) aponta uma espécie de processo no desenvolvimento de pesquisas desse cunho. O autor destaca três etapas dentro desse processo de investigação, a saber:

- a) A “*contemplação viva*” do fenômeno (sensações, percepções, representações). É a etapa inicial do estudo. Nela se estabelece a singularidade da “coisa”, de que esta existe, que é diferente de outros fenômenos. Realizam-se as primeiras reuniões de materiais, de informações, fundamentalmente através de observações e análises de documentos (dispositivos legais, diretrizes, dados estatísticos etc.). Identificam-se as principais características do objeto. Delimita-se o fenômeno. A “coisa” apresenta-se como ela é, como o que representa, com seu significado para a existência da

sociedade. O objeto é assim captado em sua qualidade geral. Neste primeiro instante do estudo, é muito importante verificar as informações recolhidas do mesmo modo que as observações realizadas. Esta fase é valiosa também porque nela se levantam as hipóteses que guiarão o estudo.

- b) *Análise do fenômeno*, isto é, a penetração na dimensão abstrata do mesmo. Observam-se os elementos ou partes que o integram. Estabelecem-se as relações sócio-históricas do fenômeno. Elaboram-se juízos, raciocínios, conceitos sobre o objeto. Aprecia-se sua situação no tempo e no espaço. Determina-se, estatisticamente, a amostragem que possa ser representativa das circunstâncias nas quais se apresenta a realidade do fenômeno. Fixam-se os tratamentos estatísticos dos dados. Elaboram-se e aplicam-se diferentes tipos de instrumentos para reunir informações (questionários, entrevistas, observações). Determinam-se os traços quantitativos do fenômeno.
- c) *A realidade concreta do fenômeno*. Isto significa estabelecer os aspectos essenciais do fenômeno, seu fundamento, sua realidade e possibilidades, seu conteúdo e sua forma, o que nele é singular e geral, o necessário e o contingente etc. Para atingir a realidade concreta do fenômeno, realiza-se um estudo das informações, observações, experimentos, etc. A descrição, a classificação, a análise, a síntese, a busca da regularidade estatística que determina com precisão o concreto do objeto, as inferências (indutivas e dedutivas), a experimentação, a verificação das hipóteses etc, são momentos da investigação que tendem a estabelecer a realidade concreta do fenômeno.

Essas três etapas foram desenvolvidas no presente estudo e são detalhadas nos itens a seguir. Convém destacar que apesar das etapas de coleta e análise dos dados serem apresentadas separadamente neste trabalho, essa divisão ocorre somente para fins didáticos, uma vez que como todo estudo qualitativo, “a coleta de dados e a análise dos dados, na realidade, é *uma etapa* no processo da pesquisa, já que as duas fases se retroalimentam constantemente” (TRIVIÑOS, 1987, p. 139, grifo no original).

## 4.2 COLETA DOS DADOS

A fase de “*contemplação viva*” do fenômeno teve início em junho de 2012, momento em que foi iniciada a reunião de materiais referentes ao PAC e uma pesquisa bibliográfica referente à cidade do Rio Grande, buscando compreender sua história e os períodos econômico-produtivos pelos quais passou. Nesta etapa também foram reunidos dados históricos que permitiram um primeiro contato sobre a organização produtiva do município a partir desses períodos e como o capital se reproduziu em diferentes momentos. Assim, foi utilizada a pesquisa documental baseada fundamentalmente, em dados secundários que são aqueles já disponíveis em relatórios, documentos institucionais, banco de dados, livros e teses, entre outros. Esse levantamento de materiais foi essencial principalmente para compreender períodos antigos da história rio-grandina.

De acordo com Pádua (2008, p. 68-69), a pesquisa documental permite “descrever/comparar fatos sociais, estabelecendo suas características ou tendências”, uma vez que se analisam registros formalizados de eventos históricos. Para Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009, p. 2), o uso de documentos em pesquisas deve ser apreciado e valorizado, pois “a riqueza de informações que deles podemos extrair e resgatar justifica o seu uso em várias áreas das Ciências Humanas e Sociais porque possibilita ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural”.

Também nessa fase foram obtidos os primeiros dados relativos a diversos aspectos da cidade do Rio Grande no Ministério das Cidades, na Prefeitura Municipal do Rio Grande, no banco de dados do IBGE, do IPEA, da FEE, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), entre outras instituições de pesquisa.

Foi utilizada também a técnica de entrevistas semiestruturadas nas fases “*contemplação viva*” do fenômeno e *análise do fenômeno*, com o objetivo de alcançar os objetivos específicos deste trabalho. Este instrumento de coleta de dados foi utilizado conjuntamente com as outras técnicas de coleta de dados para obter um tipo especial de informação, não constante nos dados secundários, e que foi importante (e até mesmo essencial) nos resultados da pesquisa. Segundo Moreira (2002), neste tipo de entrevista são formuladas pelo pesquisador algumas questões em uma ordem pré-determinada, mas dentro de cada questão é relativamente grande a liberdade do entrevistado. Além disso, outras questões podem ser levantadas dependendo das respostas dos entrevistados, ou seja, podem existir questões suplementares sempre que algo de interessante e não previsto na lista original de questões acontecer. Merriam (1998) afirma que esse formato de entrevista permite que o pesquisador trabalhe de acordo com alguma situação que por ventura ocorra no decorrer da

entrevista e com isso formule questões a partir da visão de mundo do seu entrevistado, e/ou com novas idéias que possam emergir.

Triviños (1987, p. 171) recomenda que as indagações propostas ao sujeito, além de serem claras, precisas e expressas numa linguagem natural, adequada ao ambiente no qual se realiza a pesquisa, devem apontar os assuntos medulares do problema. Ainda segundo o autor, as perguntas fundamentais que constituem a entrevista semiestruturada não nasceram *a priori*. Elas são resultados não só da teoria que alimenta a ação do pesquisador, mas também de toda a informação que ele já recolheu sobre o fenômeno social que interessa, além dos contatos realizados na escolha das pessoas entrevistadas.

Neste estudo foram realizadas 34 entrevistas semiestruturadas com sujeitos do Poder Público, de sindicatos, de associações e lideranças comunitárias, entre outros, a saber:

- a) Sete professores da Universidade Federal do Rio Grande (FURG);
- b) Um dirigente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Rio Grande;
- c) Um dirigente da Câmara de Comércio da Cidade de Rio Grande;
- d) Um dirigente do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e de Material Elétrico de Rio Grande e São José do Norte (STIMMERG);
- e) Dois dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias, Cooperativas, Agroindústrias da Alimentação do Rio Grande (SINDALIRG);
- f) Um representante vinculado ao CSP-Conlutas – Central Sindical e Popular;
- g) Cinco funcionários da Prefeitura Municipal do Rio Grande (dentre esses, três secretários municipais);
- h) Um vereador vinculado ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil de Rio Grande;
- i) Um gerente de Recursos Humanos de uma empresa terceirizada da Quip (responsável pela construção das plataformas de exploração de petróleo);
- j) Cinco comerciantes da cidade relacionados aos setores: imobiliário, hoteleiro, alimentício, telecomunicações e lavanderia;
- k) Três líderes comunitários de bairros atingidos pelas obras de expansão do Polo Naval;
- l) Seis trabalhadores de empresas atuantes no Polo Naval.

Os entrevistados foram selecionados de forma intencional, mas também por meio da técnica denominada “bola de neve”. Assim, foi estabelecido contato inicial com um pequeno grupo de pessoas relevantes para o objeto da pesquisa e, em seguida, estes foram utilizados como referência para a efetuação de contatos com outros sujeitos e isso ocorreu sucessivamente (BRYMAN, 2008). Além disso, ao final de cada entrevista era solicitado que o entrevistado indicasse outros sujeitos que a seu ver poderiam contribuir com a pesquisa. Esse procedimento se demonstrou profundamente útil, uma vez que facilitava o acesso aos sujeitos indicados, que na grande maioria possuíam valiosas informações e contribuíram sobremaneira para o alcance dos objetivos da pesquisa.

Além disso, como já mencionado, ao longo da pesquisa foram contatados intencionalmente pessoas que pudessem complementar, detalhar ou contrastar informações. Esses sujeitos foram entrevistados por desenvolver pesquisas vinculadas a diversos aspectos da cidade (professores da FURG); por estarem diretamente relacionados com a luta dos trabalhadores (dirigentes de sindicatos); pela posição ocupada na Prefeitura Municipal na gestão anterior (2009 a 2012) e atual (a partir de 2013); por sentirem os impactos no comércio e na prestação de serviços da cidade; por serem diretamente atingidos pelas obras de infraestrutura voltadas ao atendimento do Polo Naval ou por trabalharem em empresas vinculadas ao Polo.

Em todas as entrevistas foi solicitada autorização dos entrevistados para que suas falas fossem registradas em gravador de áudio, justificando que tal procedimento facilitaria o posterior trabalho de tratamento dos dados, uma vez que cada uma das entrevistas realizadas foi transcrita literalmente. Antes das entrevistas serem iniciadas, a pesquisadora informava que os nomes dos entrevistados não seriam identificados e foi garantido o uso restrito dos dados coletados para esta pesquisa e eventuais artigos científicos dela resultantes. Desta forma, convencionalmente, os entrevistados são designados nessa tese pela letra “E” seguida de uma numeração, com vistas a preservar o anonimato.

A primeira viagem da pesquisadora ao município do Rio Grande ocorreu no dia 28 de janeiro de 2013 e teve cinco dias de duração. Neste primeiro momento o objetivo foi realizar uma vivência na cidade, buscando compreender alterações na dinâmica local trazida pelo Polo Naval na cidade. Nessa primeira viagem foram realizadas observações e consequentes anotações de campo, tanto descritivas quanto reflexivas, que auxiliaram as etapas posteriores do estudo, além de entrevistas com moradores e comerciantes. Além desse primeiro contato, foram realizadas mais sete viagens à cidade com duração de três a cinco dias, e em cada uma

delas eram realizadas observações e entrevistas com pessoas indicadas pelos sujeitos anteriormente entrevistados. Muitas dessas entrevistas eram previamente agendadas pelo telefone ou e-mail dias antes da ida da pesquisadora à cidade. Em outras, o agendamento se dava durante a estada da pesquisadora, que na medida do possível já realizava a entrevista no decorrer dos dias que permaneceria na cidade. As entrevistas ocorreram entre os dias 28 de janeiro de 2013 a 14 de março de 2014, tendo a duração média de uma hora.

É válido mencionar que os entrevistados foram muito solícitos e responderam às perguntas de forma clara e detalhada e era nítido o interesse na pesquisa e em contribuir com ela. Muitos entrevistados solicitaram que a tese após finalizada lhes seja disponibilizada para que possam fazer a leitura, compromisso assumido pela pesquisadora.

Com relação ao número de sujeitos entrevistados, Deslandes (1996, p. 43), afirma que “a pesquisa qualitativa não se baseia no critério numérico para garantir sua representatividade”. Nessa mesma perspectiva, Minayo (1992) afirma que a boa amostragem é aquela que possibilita abranger a totalidade do problema investigado em suas múltiplas dimensões. Foi utilizado o conceito de “ponto de saturação”, ou seja, o processo de seleção foi interrompido quando se tornou claro que novas entrevistas não iriam trazer mais nenhuma variedade significativa que pudesse corroborar com a pesquisa (BAUER e AARTS, 2013). Assim, o número de entrevistados e suas contribuições foram considerados satisfatórios para o alcance dos objetivos propostos no trabalho.

Outra técnica de coleta de dados utilizada nas fases “*contemplanção viva*” do fenômeno e *análise do fenômeno* foi a observação livre. A respeito da observação, Triviños (1987, p. 153) destaca que observar um fenômeno social significa que “determinado evento social, simples ou complexo, tenha sido abstratamente separado de seu contexto para que, em sua dimensão singular, seja estudado em seus atos, atividades, significados, relações, etc.” Para que isso seja possível, o autor recomenda individualizar ou agrupar os fenômenos dentro de uma realidade que é indivisível com a finalidade de descobrir seus aspectos aparentiais e mais profundos ou até mesmo captar sua essência numa perspectiva específica e ampla, ao mesmo tempo, de contradições, dinamismos, de relações, etc.

Especificamente sobre a observação livre, técnica usada fundamentalmente na pesquisa qualitativa, Triviños (1987) destaca que devem ser considerados dois aspectos metodológicos essenciais: a amostragem do tempo e as anotações de campo. O primeiro aspecto diz respeito ao processo de escolha dos dias, horários e duração da observação, que

deve ser realizada levando em consideração o objetivo a ser alcançado. Já as anotações de campo são definidas em diferentes níveis e é um processo complexo devido à importância que o sujeito e o investigador adquirem neste tipo de investigação e também pelas dimensões explicativas que os dados podem exigir. Triviños (1987) aponta que de uma forma geral, as anotações de campo consistem fundamentalmente na descrição por escrito de todas as manifestações (verbais, ações, atitudes...) que o pesquisador observa no sujeito e nos fenômenos. Representam ou podem representar as primeiras buscas espontâneas de significados, as primeiras expressões de explicações, podendo ser reformuladas, suprimidas ou até mesmo permanecerem no produto final do estudo.

Num nível mais amplo as anotações de campo são entendidas como “todo o processo de coleta e análise de informações, isto é, ela compreenderia descrições de fenômenos sociais e físicos, explicações levantadas sobre as mesmas e a compreensão da totalidade da situação em estudo” (TRIVIÑOS, 1987, p. 154). Por outro lado, o mesmo autor conceitua as anotações de campo num sentido mais restrito como sendo:

Podemos entender as anotações de campo como todas as observações e reflexões que realizamos sobre expressões verbais e ações dos sujeitos, descrevendo-as, primeiro, e fazendo comentários críticos, em seguida, sobre as mesmas. Neste sentido, as anotações de campo podem referir-se, principalmente, às entrevistas individuais e coletivas e à observação livre. Por outro lado, as anotações de campo podem ter uma dimensão muito específica. E assim as entendemos quando estamos preocupados em delinear nosso comportamento como pesquisadores atuando como observadores livres de uma situação de investigação claramente delimitada (TRIVIÑOS, 1987, p. 154).

A definição acima permite diferenciar as anotações de campo em natureza descritiva e reflexiva, não mutuamente excludentes. A descrição exata dos fenômenos sociais é um requisito fundamental para a pesquisa qualitativa e que permite avançar na explicação e compreensão da totalidade do fenômeno em seu contexto, dinamismo e relações. Por isso as anotações de campo descritivas são importantes meios para o registro de comportamentos, ações, atitudes, as palavras que envolvem significados, valores e pressupostos do sujeito e que revela um substrato que não pode ser ignorado para a descrição mais verossímil do fenômeno. No entanto, Triviños (1987) ressalta que não há como se realizar uma descrição perfeita do fato, uma vez que essa sempre será permeada por condições referentes ao pesquisador, a teoria que embasa o estudo, aos sujeitos, ao momento histórico, às relações que se estabelecem entre os indivíduos, entre outros aspectos.

Por sua vez, as anotações de campo reflexivas realizam-se no mesmo texto no qual estão sendo registradas as observações e são úteis em todas as etapas do estudo, pois as

observações realizadas no campo podem contribuir para a reflexão sobre os aspectos metodológicos (lançando luz sobre as falhas e aspectos positivos, necessidade de corrigir técnicas, de proceder de outra maneira, possibilidade de usar determinados instrumentos); teóricos (necessidade de aprofundamento de alguns aspectos da teoria ou refutação da teoria utilizada) e relacionados aos próprios pressupostos do pesquisador, que deve se esforçar para livrar-se de preconceitos.

### 4.3 ANÁLISE DOS DADOS

Com relação à análise dos dados, Osorio (2004) recomenda que se deve saber claramente com que nível de abstração se está trabalhando, uma vez que mesmo que o nível de análise for menos abstrato, isso implicará em um manejo de referências da realidade em sua expressão mais próxima e de curto prazo, mas deve contar com todo o arsenal teórico e metodológico dos níveis mais abstratos, pois,

Quanto menos abstrata for a totalidade (ou concreto síntese) que se busca construir o nível de conhecimento, a análise deverá incorporar uma maior quantidade de categorias, conceitos e relações dos níveis mais abstratos, ao tempo que irá requerer categorias particulares e metodologias específicas para alcançar seus fins. E, maior será a quantidade de dados da realidade processados a luz dos elementos anteriores. Portanto, um menor nível de abstração passamos a maiores níveis de complexidade (OSORIO, 2004, p. 29, tradução nossa).

Osorio (2004) também alerta que um dos problemas nas análises de estudos que se utilizam da abordagem dialético-materialista reside na dificuldade de realizar as mediações, isto é, de estabelecer as pontes desde os níveis mais abstratos aos menos abstratos, e não ficar “apegado” aos conceitos dos níveis mais abstratos, quando se quer realizar uma análise mais concreta do todo.

Tendo como fundamentação a abordagem de David Harvey, especificamente sua teoria da ordenação espaço-temporal, foram utilizadas cinco categorias para compreender a configuração específica de Rio Grande, as características da atual coerência estruturada do município, a formação e transformação das dinâmicas socioeconômicas da região com a implementação do Polo Naval enquanto uma política pública. Essas categorias emergiram do próprio conceito de coerência estruturada cunhado por Harvey (2005) e estão relacionadas no



Quadro 7, onde constam suas definições constitutivas e os elementos analisados em cada uma delas.

**Quadro 7 - Categorias de análise, definições constitutivas e elementos analisados**

<b>Categorias</b>	<b>Definições constitutivas</b>	<b>Elementos analisados</b>
Formas e tecnologias de produção	Padrões de utilização de recursos pelas conexões interindústrias, formas de organização, tamanho das empresas	- Número de empresas instaladas em Rio Grande antes e após a implantação do Polo Naval e ações relativas ao fortalecimento do setor (criação do Arranjo Produtivo Polo Naval e <i>Offshore</i> de Rio Grande e Entorno).
Quantidades e qualidades de consumo	Padrão e estilo de vida tanto dos trabalhadores como da burguesia	- Superexploração do trabalho no Polo Naval (construção das plataformas); - Preconceito racial e social enfrentado por trabalhadores do Polo Naval; - Indicadores sociais do município do Rio Grande; - Crescimento representativo do PIB da cidade e no orçamento municipal, mas que não teve correspondência proporcional nas políticas públicas municipais; - Efeitos da implantação do Polo Naval aos habitantes de Rio Grande nas seguintes áreas: saúde, educação, habitação (déficit de moradias e aumento nos valores dos imóveis), segurança, mobilidade urbana.
Padrões de demanda e oferta de mão-de-obra	Hierarquias das habilidades de mão-de-obra e processos sociais de reprodução, para assegurar a oferta dos mesmos	- Migração de trabalhadores para Rio Grande para trabalhar no Polo Naval; - Migração de trabalhadores de outros setores para trabalhar no Polo Naval; - Alteração nas características da mão de obra do comércio local; - Oferta de cursos de qualificação da mão de obra visando suprir as necessidades das funções oferecidas pelo Polo Naval; - Aumento do número de cursos de graduação oferecidos pela FURG visando atender às necessidades do Polo Naval.
Infraestruturas físicas	Criação/ampliação/recuperação de infraestruturas físicas que facilitem a circulação do capital	- Ampliações na estrutura do Porto de Rio Grande; - Ampliação dos Molhes da Barra do Rio Grande; - Revitalização da Orla do Saco da Mangueira; - Empreendimentos imobiliários que estão sendo construídos na cidade.
Infraestruturas sociais	Criação/ampliação/condição das infraestruturas sociais	- Alianças regionais de classe.

Fonte: Elaborado pela autora.

A compreensão do fenômeno em estudo apoiou-se fundamentalmente na interpretação das falas dos sujeitos de pesquisa, a fim de descobrir o conteúdo subjacente ao que estava sendo manifestado. Ao analisar cada dado primário ou secundário objetivou-se decompô-lo em elementos simples de forma a auxiliar o alcance da articulação interna do processo estudado, seguindo os preceitos da abordagem dialético-materialista.

## **5 O ONTEM E O HOJE EM RIO GRANDE: PERCORRENDO A HISTÓRIA PARA COMPREENDER A ATUAL COERÊNCIA ESTRUTURADA**

No presente capítulo são apresentados e analisados os dados primários e secundários coletados visando responder ao problema de pesquisa proposto na introdução desta tese. Inicialmente são apresentadas as origens históricas e a localização geográfica do município do Rio Grande. Na sequência são descritos e analisados os períodos históricos pelos quais a cidade passou, intencionando demonstrar a configuração específica de Rio Grande como resultado de ordenações espaço-temporais sistêmicas e suas relações com aspectos geográficos, históricos e culturais e como esses processos criaram e destruíram as estruturas que permitiam a produção e reprodução do capital ao longo da história do município em questão. Logo após é analisada a atual coerência estruturada e os reflexos do Polo Naval em várias dimensões da cidade.

### **5.1 LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE**

O município do Rio Grande está localizado no extremo sul do Estado do Rio Grande do Sul, distando cerca de 320 quilômetros da capital Porto Alegre, conforme ilustra a Figura 3, a seguir. Faz parte da Microrregião Litoral Lagunar, apresentando uma extensão contínua de praia de 69 quilômetros, denominada Praia do Cassino, projetando-se da raiz do Molhe Oeste até o Farol Sarita, na divisa com o município de Santa Vitória do Palmar. Limita-se, ao Norte, com o município de Pelotas e Laguna dos Patos; ao Sul, pelo município de Santa Vitória do Palmar; a Leste pelo Oceano Atlântico e a Oeste com os municípios de Pelotas e Arroio Grande e a Lagoa Mirim.

Figura 3 - Localização geográfica da cidade do Rio Grande no Brasil



Fonte: IBGE (2012).

De acordo com o Censo 2010, Rio Grande possui 197.253 habitantes, dos quais 96,06% residem na área urbana (IBGE, 2010). Atualmente a cidade do Rio Grande tem sua territorialidade dividida em cinco distritos: 1º Distrito – Rio Grande, incluindo a sede municipal, o Balneário Cassino, o Distrito Industrial e a área do Superporto; 2º Distrito – Ilha dos Marinheiros, 3º Distrito – Povo Novo; 4º Distrito – Taim, e 5º Distrito – Quinta. O Anexo A ilustra o atual perímetro urbano de Rio Grande e oferece uma visão do peculiar ecossistema da região.

A cidade conta com o quarto porto em movimentação de cargas no Brasil, correspondendo a 6% do total de cargas movimentadas no País em 2013, ficando atrás do

Porto de Santos – São Paulo, Porto de Itaguaí – Rio de Janeiro, Porto de Paranaguá – Paraná, com 30%, 17% e 12% do percentual de movimentação de cargas, respectivamente (SECRETARIA DE PORTOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2014). Ainda segundo dados dessa Secretaria, o Porto do Rio Grande teve um crescimento de 20,3% no volume de cargas movimentadas em 2013 em comparação ao ano de 2012. Com relação ao número de contêineres movimentados, Rio Grande se coloca em terceiro lugar, representando 9% do total no País.

O município passou por diferentes fases em seu processo de desenvolvimento econômico<sup>51</sup>, sendo que o porto foi de fundamental importância na definição da economia local e regional. Pimenta (2006, p. 12) destaca que em Rio Grande, “cada período histórico concedeu uma animação particular às formas urbanas, dependendo das relações estruturais que se estabeleciam no cenário nacional, em consonância com as determinações do sistema produtivo internacional”. Esses períodos históricos, em que capital e trabalho se uniram e moldaram a geografia da produção em Rio Grande, resultantes de ordenações espaço-temporais sistêmicas, marcaram a criação e o solapamento de arranjos sociais, políticos e econômicos e são descritos e analisados a seguir.

## 5.2 OS PERÍODOS ECONÔMICO-PRODUTIVOS DE RIO GRANDE

### 5.2.1 A fundação: Rio Grande como um baluarte militar

As origens históricas da cidade do Rio Grande remontam ao período de expansão e conquista luso-espanhola no continente americano durante o século XVIII. Com o Forte Jesus-Maria-José, Rio Grande foi oficialmente fundada em 19 de fevereiro de 1737 pelo brigadeiro José da Silva Paes, sob o nome de Vila do Rio Grande de São Pedro. A fundação da fortificação enquadrava-se no contexto maior de colonização e proteção dos domínios da Coroa Portuguesa ao longo do extenso território que ia das terras do extremo sul do Brasil à

---

<sup>51</sup> Ao analisarem o crescimento horizontal da cidade do Rio Grande, Salvatori, Habiaga e Thormann (1989) identificaram sete fases distintas: Período da Conquista (1650-1750), Período da Posse Consolidada (1750-1822); Período do Comércio Atacadista de Importação e de Exportação (1850-1870), Período de Industrialização (1870-1920), Período da Modernização Industrial (1920-1950), Período de Estagnação (1950-1970) e Período do Superporto e Distrito Industrial (a partir de 1970). Esses períodos e a atual organização produtiva de Rio Grande estão detalhados no decorrer deste item.

Capitania de São Paulo (ALTMAYER, 2007). Os entrevistados E17 e E19, ambos pesquisadores da história da cidade, expuseram de forma clara os objetivos da constituição do povoado e as dificuldades enfrentadas pelos portugueses na fundação da Vila:

A perspectiva principal que eu vejo é assim: Rio Grande fundada como um fenômeno essencialmente geopolítico. O grande objetivo da fundação de Rio Grande era criar um ponto de apoio com relação à Colônia do Sacramento, ter um baluarte aqui no Rio Grande do Sul para proteger a Colônia do Sacramento que acabou efetivamente não dando certo e o outro viés era começar algum tipo de exploração econômica ligada à questão do gado. Então esses são os dois objetivos essenciais do famoso 1737, a expedição do Silva Paes e o início da colonização, que na verdade já era planejada há muito tempo. Muitos e muitos narradores escreviam para a Coroa dizendo: “olha, é a terra da promessa, vale a pena ocupar esse espaço aqui, antes que os espanhóis o façam”. E Rio Grande nasce exatamente disso, nasce como um baluarte militar para ser um ponto de apoio, uma região fronteira extremamente instável. E nasce também como a cabeça, a ponta administrativa da colônia portuguesa, aqui no extremo sul da América do Sul (E17).

A cidade começa com uma fortificação militar, uma natureza que não oferecia absolutamente nada, empobrecida e era só mesmo uma demarcação política e militar, aquela miséria, o vento, areia, isso tudo aqui é um ambiente em formação (E19).

Salvatori, Habiaga e Thormann (1989) também destacam a importância geopolítica do povoado, atribuindo-a a três fatores fundamentais: à proximidade com a Colônia do Sacramento, marco do domínio lusitano na Região Platina; às possibilidades de acesso e conquista do território sulino via Bacia do Prata e rede hidrográfica da Lagoa dos Patos e ao fato de constituir-se no único porto marítimo no extremo sul do Brasil. Pesavento (1985) destaca que as nações que não haviam se tornado fornecedoras de riquezas naturais exploradas pela coroa espanhola encontravam no contrabando via região do Prata um meio de burlar o monopólio comercial, típico da política mercantilista. Nesse contexto, “o Rio Grande do Sul tornou-se uma zona região de litígio e enfrentamento da coroa portuguesa com a monarquia espanhola” (PESAVENTO, 1985, p. 20).

Assim, para Pesavento (1985), não foi somente a posse territorial de Rio Grande que fez com que a região se tornasse o palco de lutas constantes, mas sim a perspectiva de que por meio de seu controle, as chances de acumulação de capital das duas potências envolvidas, Portugal e Espanha, fossem aumentadas. Em função dessa posição privilegiada, a manutenção do domínio do território nem sempre foi pacífica e entre os anos de 1763 a 1776 a Vila foi dominada pelos espanhóis, o que forçou a transferência da coroa portuguesa para Viamão e, posteriormente, Porto Alegre (MARTINS e PIMENTA, 2004; PREFEITURA MUNICIPAL

DO RIO GRANDE, 2007). O entrevistado E17 registra esse evento como um grande momento de inflexão na história de Rio Grande e que traz consequências até os dias atuais:

Por ser uma região de fronteira e aqueles eternos vai e vem entre Portugal e Espanha, que é a invasão espanhola, em 1763, que vai durar até 1776, o que vai acontecer? Rio Grande vai perder efetivamente a sua principal característica que era o núcleo administrativo metropolitano, a autoridade colonial se sediava no Rio Grande. No momento em que aconteceu a invasão espanhola, essa autoridade se desloca em direção a Porto Alegre e isso passa a ser uma decisão praticamente contumaz em termos dos destinos do Rio Grande do Sul. Nós temos aquela grande discrepância entre a metade norte e a metade sul e Rio Grande acabou ficando desse lado e perdeu muita coisa ao perder essa qualidade de núcleo administrativo. E o que foi necessário? Foi necessária uma reordenação de forças e essa reordenação de forças vai se dar exatamente a partir da reconquista, 1776, todo o processo de reconstrução que a cidade teve porque praticamente ela tem um momento de inflexão urbana, a cidade parou de crescer com a invasão e a partir dali ela começou a retomar paulatinamente aquele crescimento (E17).

Assim, no decorrer de todo o século XVIII a Vila do Rio Grande não teve um crescimento espacial e durante a ocupação dos espanhóis boa parte da população se dispersou e formou novos núcleos de povoação (SALVATORI, HABIAGA e THORMANN, 1989). Tornou-se cidade em 27 de junho de 1835 quando assumiu o posto de capital imperial do Estado na eclosão da Revolução Farroupilha.

### **5.2.2 Período da conquista: da pecuária ao charque**

No século XVIII destacou-se a chegada no povoado de colonizadores provenientes do lusitano arquipélago dos Açores, que, a partir de 1752, contribuiu consideravelmente para o aumento da população (BITTENCOURT, 2001). Nesse período, denominado por Salvatori, Habiaga e Thormann (1989) como *Período da Conquista* (1650-1750), a economia rio-grandina esteve ligada à pecuária (basicamente a criação de gados e mulas) que eram indispensáveis no intercâmbio e comércio e à agricultura de subsistência. O grande rebanho das primeiras estâncias atraiu tropeiros de Laguna (Santa Catarina) e São Paulo, dando início a um ativo comércio de carnes e couros, com a fixação de alguns tropeiros nos primeiros estabelecimentos pecuários, migração necessária para fixar a posse. Em função da pobreza do solo arenoso, a cidade era totalmente dependente do abastecimento externo (QUEIROZ, 1987; SALVATORI, HABIAGA e THORMANN, 1989; BITTENCOURT, 2001).

No entanto, durante o século XIX, essa configuração foi alterada devido ao enriquecimento dos criadores de gado da campanha, que encontraram uma forma mais



rentável de comercializar a carne e o couro com a introdução das charqueadas (MARTINS e PIMENTA, 2004). Iniciada em 1777 por José Pinto Martins, um retirante da seca do Ceará, a produção do charque em grande escala utilizava mão de obra escrava e estimulou a economia regional e urbana e fez com que Rio Grande registrasse um crescimento populacional acentuado<sup>52</sup>. Através do porto da cidade chegava o sal utilizado nas charqueadas, procedente de Aveiro, Setubal e Lisboa (RAMOS, 2002) e saía o charque que era comercializado para o centro/norte do país e para a alimentação de escravos na América Central (MARTINS, 2006). A partir do século XIX, o Rio Grande do Sul se tornou o principal fornecedor de charque para o mercado brasileiro e exportava para a Europa couros secos e salgados, que seriam processados no exterior (PESAVENTO, 1985).

Bittencourt (2001, p. 36) destaca que nas primeiras décadas do século XVIII, “Rio Grande havia se transformado no maior mercado do Brasil Meridional, local onde os principais negociantes residiam ou tinham seus agentes estabelecidos”. O Entrevistado E25 destaca a importância de Rio Grande nesse período:

Nós tivemos aqui em Rio Grande, além de ser a cidade mais antiga, nós tivemos as primeiras experiências sociais, políticas, administrativas e até militares em termos de Rio Grande do Sul como um todo. Tivemos a Câmara de Vereadores, a primeira criada no Rio Grande do Sul inteiro, uma das mais antigas do Brasil, surgiu aqui em Rio Grande. A comandância militar, a partir de Rio Grande comandava todo o Rio Grande do Sul na época, inclusive Porto Alegre subordinado a ele (E25).

O charque foi o produto mais importante das exportações do Rio Grande do Sul durante o Período Imperial. As cidades de Rio Grande e Pelotas, catalisadoras da economia pecuária-charqueadora da região, gozavam de grande prosperidade (BITTENCOURT, 2001).

### **5.2.3 Período da posse consolidada: o intercâmbio comercial**

A implantação da Alfândega em Rio Grande, em 1804, impulsionou as atividades portuárias e transformou a vila na única saída dos produtos derivados do gado produzidos na Campanha às demais regiões do país e do exterior. Salvatori, Habiaga e Thormann (1989)

---

<sup>52</sup> Por meio dos registros de viajantes que visitaram Rio Grande, Bittencourt (2001) aponta que em 1834 a cidade possuía 4.000 habitantes, enquanto que em 1865 esse número saltou para 14.000. Nos últimos anos do século XIX Rio Grande possuía 29.492 habitantes.

denominam este momento de *Período da Posse Consolidada* (1750-1822), que teve como principal característica a perda da posição da economia agropastoril para o intercâmbio comercial. Assim, no início do século XIX, a Vila do Rio Grande se tornou o principal centro de comércio do território, modificando sua histórica fundação militar. Sobre esse período os entrevistados E17 e E25 argumentam que Rio Grande passou a ter uma nova “função” transitando da função militar para a mercantil:

Um fenômeno decisivo se dá na virada do século XIX, quando vem então a abertura dos portos (1808), vem os tratados, aliança, comércio e navegação, 1810, e aí já se começa a sentir os efeitos aqui em Rio Grande. Nas narrativas começa a ser percebido, por exemplo, a presença de ingleses aqui, a presença de um cemitério protestante, a presença do famoso John Luccock que vem aqui para abrir um empreendimento comercial, toda a iconografia, as narrativas sobre Rio Grande começam a alocá-lo com uma outra função agora, que é a função mercantil e ele passa a ser a porta de entrada da província do Rio Grande do Sul. Claro, ainda é uma transição da colônia para a independência, mas exatamente esse processo da virada e o início do século XIX e todos esses efeitos que a política internacional traz para o Brasil que acabam redundando na Independência, traz os seus efeitos para Rio Grande e aí ele começa a avançar de uma forma extremamente densa em relação a esse avanço comercial. Por que? Porque ele acaba sendo o grande ponto de escoadouro da produção pecuária-charqueadora do Rio Grande do Sul (E17).

A partir de 1780, 1790 a questão militar está relativamente apaziguada, não há mais perigo eminente e começa a vida verdadeira econômica-comercial ligada especialmente a Pelotas e outros espaços de charqueadas. Então Rio Grande passa a ter sua vida econômica ligada à questão portuária por ser o ponto de escoamento da produção gaúcha charqueadora-pecuarista. Então derivados do gado e especialmente charqueadas vão ser os elementos que vão cadenciar a vida de Rio Grande a partir dali até um período bem relevante, até o início do século XX (E25).

Assim, o charque se tornou um importante produto de exportação do Rio Grande do Sul por praticamente dois séculos (final do século XVIII até o início do século XX). No entanto, Ramos (2002) aponta que várias dificuldades acompanharam o desenvolvimento da atividade charqueadora, sobretudo a concorrência platina, aliada aos altos impostos cobrados pelo governo central desde 1821 sobre todos os produtos que a província exportava. Martins (2006) destaca que o enriquecimento dos proprietários das estâncias e charqueadores levou ao descontentamento constante com os preços praticados no período imperial, estimulou a rebeldia sulina contra o governo instalado no Rio de Janeiro e eclodiu na guerra do Rio Grande do Sul em relação ao Brasil Imperial por dez anos (1835-1845), conhecida como Revolução Farroupilha (ou Guerra dos Farrapos).

Durante os séculos XVIII e XIX Rio Grande sofreu com a estrutura deficitária do porto, o que fazia com que navios de grande porte fossem obrigados a atracar na cidade vizinha São José do Norte. O entrevistado E17 destaca essa dificuldade:

Praticamente todo mundo que entrava no Rio Grande do Sul entrava por aqui. Era o único ponto de entrada e daí a sua caracterização de ser esse grande entreposto comercial. Claro que com dificuldades porque nós tínhamos um grande empecilho que era a questão do acesso marítimo. A Barra era um empecilho extraordinário. Navios que chegavam a ficar três meses tentando entrar, tentando sair, e isso vai ser uma forte reivindicação da cidade. Décadas e décadas e décadas, o século XIX praticamente inteiro reivindicando esse melhor acesso (E17).

As obras de dragagem do cais e a construção do Porto Velho foram concluídas somente em 1823 e permitiram a atracação de navios com mais de 200 toneladas, fato que dinamizou o comércio local (BITTENCOURT, 2001), haja vista que a viabilização de infraestruturas físicas é necessária para que a produção e o consumo se mantenham no espaço e no tempo (HARVEY, 2005). Porém, os problemas para a entrada e saída de navios na Barra do Rio Grande permaneceram e embarcações com calado maiores do que 10 pés (aproximadamente 3 metros) não conseguiam acessá-la, o que facilitava a concorrência dos portos platinos e limitava a circulação de mercadorias na Província do Rio Grande (RAMOS, 2002).

#### **5.2.4 Período do Comércio de Importação e Exportação**

Mesmo com todos esses problemas a cidade cresceu e se firmou como um grande entreposto comercial. Várias casas de comércio se instalaram no município, destinadas ao suprimento de Rio Grande, mas também para o restante da província. Martins (2006) destaca que isso atraiu e enriqueceu muitos imigrantes de diversas nacionalidades, uma vez que as charqueadas se expandiram e Rio Grande era o principal ponto de escoamento da produção. Salvatori, Habiaga e Thormann (1989) denominam os anos compreendidos entre 1850 e 1920 de *Período do Comércio de Importação e Exportação*, em função do movimento das mercadorias pelo porto e das inúmeras casas de comércio<sup>53</sup> que se implantaram na cidade. O entrevistado E25 elucida muito bem esse período:

A atividade comercial-portuária pouco a pouco vai atrair o olhar de europeus, especialmente alemães, italianos, especialmente ingleses e alemães, italianos um pouco depois, portugueses e franceses que começam a colocar casas de importação e exportação em Rio Grande, essa é a grande importância do século XIX em Rio Grande: importação e exportação, casas de todo mundo tendo convênio com Boston,

---

<sup>53</sup> A presença do capital comercial na cidade do Rio Grande era tão marcante que foi fundada em 1844 a Associação Comercial do Rio Grande, a primeira do Estado do Rio Grande do Sul e a quarta do Brasil. Essa associação participou ativamente no melhoramento da Barra do Rio Grande no século XIX (MARTINS, 2006).

Liverpool e especialmente o porto de Hamburgo, na Alemanha. Então começa uma atividade econômica muito importante que é importação e exportação. Chegam produtos manufaturados europeus e norte-americanos e vai sair daqui a matéria-prima, especialmente derivados do gado. E depois com a imigração, com alemães e italianos, ao longo do século XIX, aí os produtos ligados a produção dos imigrantes, produção colonial imigrante: banha de porco, derivados do porco, pescados, em alguns patamares que vão ter algum nível de representatividade a partir de 1880 para frente, ainda tímido. Então o comércio de importação e exportação atrai o empresariado que faz com que Rio Grande em alguns momentos do século XIX fosse um espaço comercial mais importante até que Porto Alegre, a própria capital (E25).

Em 1824 chegaram ao Rio Grande do Sul os primeiros imigrantes alemães, e os italianos, em 1875 (PESAVENTO, 1985; RAMOS, 2002). A vinda de imigrantes estrangeiros para o Brasil, segundo Pesavento (1985, p. 26), foi “um movimento que se inseriu no processo mais amplo de expansão do capitalismo a nível mundial”, uma vez que foram países de imigração para o Brasil justamente aqueles que tardiamente se industrializaram, como a Alemanha e a Itália. Afetado pelo desenvolvimento do capitalismo na Europa, um grande contingente populacional vivia sem terra e sem trabalho e se converteu num foco de tensão social. Assim, era de grande interesse para os governos europeus o envio do excedente de população para o exterior, além de que paralelamente “abriam-se perspectivas de retorno de capitais, uma vez que os núcleos de nacionais no exterior poderiam ligar-se, por laços comerciais, à sua pátria de origem” (PESAVENTO, 1985, p. 26). Para Harvey (2004, p. 37) tal processo pode ser compreendido dentro das dinâmicas de transformações espaço-temporais:

Se os excedentes de capital e força de trabalho existem dentro de determinado território (tal como um Estado-nação) e não podem ser absorvidos internamente (nem por ajustes geográficos nem por despesas sociais), eles têm de ser enviados para outro lugar onde achem um terreno fértil para a realização de seus lucros, caso contrário sofrerão desvalorização.

Excedentes de capital e, neste caso, de força de trabalho, foram enviados para outra área a fim de movimentar nova acumulação de capital no espaço novo. Nesse contexto, Pesavento (1985) destaca que a entrada de imigrantes estrangeiros no Brasil ocorreu no momento em que se realizava a transição de uma economia baseada na força de trabalho escrava para uma economia que se utilizaria de mão de obra livre e teria um destino primordial: as lavouras de café de São Paulo. Ainda segundo a autora, a “política de colonização” inserida na política global de imigração no Brasil postulava a formação de núcleos de produção agrícola que em regime de pequena propriedade, contribuíssem para a diversificação da estrutura produtiva brasileira e para o abastecimento do mercado interno.

Especificamente no Estado do Rio Grande do Sul, descreve Pesavento (1985), os colonos foram localizados em terras até então não aproveitadas pela pecuária extensiva e passaram a praticar a agricultura de subsistência em pequenos lotes de terra. Por volta de 1870 o excedente gerado pelas atividades dos imigrantes passou a ser vendido para o mercado regional e nacional.

Em Rio Grande, os imigrantes contribuíram para substituir a mão de obra escrava e também estiveram à frente das primeiras indústrias instaladas a partir da década de 1870. Em 1888 perfaziam 21,70% dos habitantes residentes na cidade, sendo que a grande maioria era formada por portugueses<sup>54</sup> (1.373 habitantes), seguidos de italianos (312 habitantes), alemães (276 habitantes), franceses e ingleses (191 habitantes) e 961 habitantes de outras nacionalidades (COPSTEIN, 1975).

A prosperidade decorrente das atividades comerciais modificou o desenho urbano da cidade, especialmente em função da ascensão social da burguesia comercial que construiu grandes e assobradadas construções espelhadas na arquitetura européia (SALVATORI, HABIAGA e THORMANN, 1989). As autoras também destacam que alguns imigrantes portugueses, italianos e alemães deram grande contribuição na economia local e realizaram investimentos para melhorar e ordenar o crescimento da cidade. Sobre o desenho urbano e as construções deste período, os entrevistados E17 e E25 destacam:

E a cidade efetivamente cresce, enriquece com isso, se transforma, o seu modelo urbano se transforma. Um dos grandes intentos dos administradores públicos de então, a expressão era o aformoseamento, ou seja, mostrar que Rio Grande era uma cidade progressista, uma cidade que era bafejada pelos ares da civilização. Tanto que houve até uma reordenação urbana, os primeiros viajantes cronistas, eles diziam que Rio Grande era virada de costas para as águas, e aí reverte esse quadro, se forma a chamada Rua da Bela Vista e os prédios começam a dar de frente e toda a perspectiva da construção da cidade se dá em relação a essa chegada dos visitantes. No século XIX tu vai ver que vai haver uma inversão, a cidade se voltará para as águas e sempre tentando mostrar aquela característica de cartão postal, ou seja, uma cidade que tinha que agradar aos visitantes (E17).

Rio Grande tem um centro urbano que teve origem no século XVIII, o espaço mais antigo da cidade. A grande parcela de comerciantes da cidade, os ricos, ficavam na Marechal Floriano e Riachuelo. Então havia casarões de 2, 3, 4 pisos muitas vezes, com azulejos ou sem azulejos, coisas já bem requintadas para o padrão do século XIX (E25).

---

<sup>54</sup> Bittencourt (2001) destaca que Rio Grande constituiu-se na maior colônia portuguesa do Estado durante todo o século XIX e boa parte do século XX. A presença lusitana revelava-se nos diversos segmentos produtivos da sociedade, principalmente no comércio de secos e molhados, na pesca artesanal, na industrialização do pescado, na agricultura de hortifrutigranjeiros e nas várias casas de alimentação.

No final do século XIX, enquanto a economia colonial imigrante encontrava-se em ascensão, as charqueadas representavam um setor econômico em crise. Um dos fatores que contribuíram para isso, segundo Pesavento (1985) está relacionado ao fato da atividade não ter encontrado condições de renovar-se tecnologicamente, no sentido de transformar-se numa empresa de beneficiamento de carne mais avançada. Nessa mesma perspectiva, Vianna (2012) expõe que os avanços tecnológicos iniciados na Inglaterra no século XVIII, no início da Revolução Industrial, contribuíram para o fim da indústria do charque na região sul rio-grandense:

Entre tais avanços, incluem-se as invenções da máquina a vapor (Thomas Newcomen, em 1698, e James Watt, que amplia a eficiência da máquina em 1765); os sistemas de refrigeração industrial e naval (a multinacional York que fabrica, em 1874, a primeira máquina de produção de gelo), e a evolução nos transportes com embarcações a vapor, desde o barco de Robert Fulton (1803) até a viagem de três meses do navio francês *Le Frogorifique*, em 1876, transportando, de Buenos Aires a Rouen (porto da França), a primeira carga de carne fresca resfriada (VIANNA, 2012, p. 41).

Harvey (2005) argumenta que as revoluções tecnológicas são processos em andamento que podem solapar a coerência estruturada de espaços regionais, uma vez que liberam tanto a produção como o consumo dos limites espaciais, além de aumentar a capacidade de superação das barreiras espaciais e anular o espaço pelo tempo, tornando os limites de uma região muito porosos e instáveis. A falta de avanços tecnológicos na criação do gado e na produção do charque rio-grandense também é destacada por Ramos (2002, p. 71), fato que favoreceu a concorrência doméstica e externa:

No contexto rio-grandense, os primeiros anos do século XX foram marcados pela falta de higiene e de tecnologia adequada, responsáveis pela incidência de doenças, o que fez com que houvesse um decréscimo do rebanho gaúcho. A charqueada operava como uma manufatura, produzindo um gênero de baixa qualidade, com precária tecnologia para um mercado altamente competitivo. Com as crises de grande produção do café, durante a República Velha, alguns estados voltaram-se para a economia de subsistência, como Minas, que possuía a vantagem na disputa do mercado central por estar mais próxima do Rio de Janeiro e São Paulo, concorrendo ao lado do charque platino, com o produto rio-grandense. O charque que antes era alimento somente dos escravos, passa a ser consumido pelas camadas populares urbanas, que restringiam o consumo, com a elevação dos preços. No período que antecedeu a Primeira Guerra Mundial, a competitividade pelos mercados, os lucros reduzidos e a inovação tecnológica oriunda do Prata fez com que os criadores adotassem modernos processos de conservação da carne pelo frio, permitindo o aproveitamento integral do rebanho.

Para Pesavento (1990), a crise das charqueadas revelou-se sobremaneira na década de 1860, como reflexo da extinção do tráfico negreiro por meio da Lei Eusébio de Queirós em

1850, o que levou a mão de obra excedente ser deslocada para a zona do café, eixo central da economia brasileira. O deslocamento da força de trabalho em busca de outras regiões mais favoráveis para a sua sobrevivência, trazendo como possível consequência a movimentação de uma nova acumulação de capital no novo espaço é apontado por Harvey (2005) como um dos fatores que solapam a coerência estruturada de um espaço regional.

Ademais, por meio da acumulação comercial derivada das atividades de importação e exportação, o município conseguiu criar um parque fabril importante em termos nacionais a partir do final do século XIX (ALTMAYER, 2007). Tem-se, assim, as condições para o surgimento de um novo padrão de reprodução do capital, o padrão industrial, a transformação de matérias-primas em produtos agregados voltados prioritariamente para a exportação. Martins e Pimenta (2004) destacam que o enriquecimento propiciado pelo capital comercial no final do século XIX por iniciativa de comerciantes predominantemente europeus aliados ao capital bancário resultou na gênese industrial da cidade do Rio Grande a partir da década de 1870. O entrevistado E19 destaca essa particularidade do capital da região, que ao contrário de outras partes do país, migrou do comércio para a indústria:

O capital que migra, ao contrário de outras regiões como São Paulo, por exemplo, o café, agrícola para a indústria, que migra, no Rio Grande do Sul o capital vem do comércio para a indústria. Nós temos poucas grandes iniciativas para aquele período principalmente no qual migra o capital da agricultura ou da pecuária para a indústria e por quê? Porque os latifundiários eles consideravam que essa questão de comércio e indústria é coisa para imigrante e eles eram senhores de terra. É uma coisa muito interessante como que reproduz aquela aristocracia européia, ibérica, aqui nessas terras (E19).

A fala do entrevistado E19 confirma o que Reichel (1978) demonstrou em seu estudo sobre a indústria têxtil no Rio Grande do Sul: o capital industrial foi gerado fundamentalmente no interior do setor mercantil, uma vez que os pecuaristas não mostravam interesse em investir em outros setores da economia. Segundo a autora, “os capitais mercantis acumulados e investidos na indústria tinham a sua origem num comércio que se desenvolveu a partir das trocas realizadas dentro do próprio Estado e vinculadas ao mercado interno brasileiro” (REICHEL, 1978, p. 18).

Nessa mesma perspectiva, Pesavento (1985) aponta que a onipresença do capital comercial é um dado básico para compreender a origem do processo de industrialização no Rio Grande do Sul, variando, no entanto, a forma pela qual o capital-dinheiro acumulado no comércio transformou-se em capital industrial. Segundo a autora, cinco situações merecem destaque: em alguns casos o comerciante aplicou o seu capital na montagem de uma empresa

que surgiu como indústria propriamente dita, associando máquinas e ferramentas, significativo capital inicial e utilização de força de trabalho assalariada. Em outros, a indústria apareceu como resultado de uma evolução da unidade artesanal para a empresa fabril-manufatureira, ou da pequena empresa com origem familiar para a grande fábrica. Pesavento (1985) ainda descreve que em alguns casos a realização paralela de atividades comerciais com o trabalho na unidade artesanal doméstica deu origem a um capital acumulado a um mesmo agente social que o aplicou na atividade produtiva e foi responsável pela sua transformação qualitativa. Em outras situações, o capital comercial foi acrescentado, por associação, a uma empresa já constituída como pequena manufatura que, a partir deste momento, encontrou condições para expandir-se em termos de capital, força-motriz, força-trabalho, linha de produção, etc. Por fim, a autora destaca, ainda, a vinda do “burguês imigrante”, que trouxe capital acumulado e experiência profissional na gestão de algum empreendimento de sua terra de origem e que se estabelecia como empresário pouco após a sua chegada ao Brasil.

A participação do capital bancário foi fundamental na formação de algumas indústrias no Rio Grande do Sul, atuando como incorporador, financiador, acionista ou co-fundador de empresas. Ademais, comerciantes e industriais encontraram nos bancos uma alternativa de aplicação e diversificação de seu capital, e formaram bancos particulares de capital nacional no Estado (PESAVENTO, 1985).

A transformação do capital comercial e bancário em capital industrial só foi possível, no entanto, com força de trabalho disponível, pois como destaca Harvey (2005, p. 144) “capital e trabalho devem se unir em algum ponto específico do espaço para ocorrer a produção”. Pesavento (1985, p. 34) aponta que essa condição foi suprida, em parte, por imigrantes que saíram de suas propriedades rurais com destino às cidades em busca de trabalho, uma vez que não conseguiam “introduzir melhorias técnicas que pudessem reorientar a agricultura extensiva praticada no lote”. Além disso, novos imigrantes que eram operários em suas terras de origem chegaram ao Brasil e não se alocaram na lavoura colonial, sendo absorvidos nas recém criadas indústrias.

### **5.2.5 Período da Industrialização**

Nesse contexto, deu-se início ao denominado por Salvatori, Habiaga e Thormann (1989) de *Período de Industrialização* (1870-1920). A fábrica que marcou essa primeira fase



industrial do município do Rio Grande foi a Companhia União Fabril Rheingantz, fundada no ano de 1873 pelo comerciante Carlos Guilherme Rheingantz. As atividades da empresa iniciaram-se no ano seguinte e centravam-se na produção de tecidos de lã, derivados de tecidos de algodão e tapetes, visando o mercado externo e também o centro do País, sendo por muito tempo a única indústria de lã no Brasil, fornecendo tecidos para o Exército Nacional (RAMOS, 2002). Os primeiros trabalhadores da fábrica, capatazes e contramestres, vieram da Alemanha juntamente com as máquinas. Em 1910 a empresa possuía mais de 1.200 funcionários (SALVATORI, HABIAGA e THORMANN, 1989; BITTENCOURT, 2001).

Além da Rheingantz, outros empresários instalaram plantas industriais na cidade. Martins e Pimenta (2004) descrevem a fundação de indústrias como a Leal, Santos & Companhia, filial de uma empresa portuguesa que beneficiava alimentos em conserva e posteriormente produziu biscoitos. Os bens de produção da fábrica foram importados de países da Europa. Em 1891, um imigrante chamado Gustavo Pooch fundou na cidade a Pooch & Cia. de Charutos, continuidade da fabricação deste gênero que já era realizada por sua família na Alemanha. A indústria trabalhou inicialmente com técnicos alemães e cubanos e com matéria-prima oriunda de Cuba. Seu principal mercado consumidor era a região central do País. Já em 1906 foi fundada na cidade a Companhia de Fiação e Tecelagem Rio Grande (posteriormente transformada em sociedade anônima e denominada Companhia de Tecelagem Ítalo-Brasileira), cuja atividade centrava-se na manufatura de algodão e matéria-prima importada da região nordeste do País e que chegou a empregar mais de seiscentos operários no início do século XX. Para Bittencourt (2001, p. 44), “ao fim do Dezenove, a cidade constituía-se no maior parque industrial do Rio Grande do Sul. Em algumas décadas transformou-se de centro comercial em significativo polo industrial”.

O entrevistado E25 destaca que o início da industrialização em Rio Grande ocasionou um crescimento demográfico, uma vez que trabalhadores de várias outras partes do Rio Grande do Sul e até mesmo de outras regiões do País vieram a Rio Grande em busca de trabalho, fato também destacado na fala de E17:

Uma parte desse capital de exportação e importação vai ser transformado em capital industrial a partir da década de 1870. Então a cidade que tinha um patamar de crescimento demográfico relativamente tímido, até o período das décadas de 1870 para 1880, a partir da década de 1890 quando vem a fábrica Rheingantz, a Ítalo-Brasileira, que se instala aqui em 1844, a Leal Santos a partir de 1890 e várias outras fábricas. Então esse espaço industrial vai fazer com que surja um mundo do trabalho ligado ao operariado a partir especialmente da década 1880 para 1890 e faz com que a cidade que tinha uma população em 1900 de 29.000 habitantes, pule para 45.000 em 1918. Esse processo industrial fez com que muita gente da metade sul em decadência ligado na pecuária viesse para Rio Grande em busca de emprego (E25).

A partir dessa virada do século XIX para o século XX, uma coisa antes, mas principalmente a partir daí vai haver um outro bolsão, um outro ponto de evolução que é a evolução a partir da industrialização. Tu vai encontrar em várias obras a expressão “Rio Grande cidade operária” e realmente os mais fortes movimentos operários que nós tivemos no Rio Grande do Sul esteve aqui (E17).

O primeiro período industrial ocorrido em Rio Grande representou a formação de uma elite econômica e social para a cidade e propiciou um importante fluxo migratório, com operariado industrial clássico, de baixa renda e pouca instrução, o que favoreceu o processo de marginalização social (SALVATORI, HABIAGA e THORMANN, 1989; BITTENCOURT, 2001). Ainda segundo o entrevistado E25, a vinda de muitas pessoas a Rio Grande em busca de emprego fez com que surgissem muitas demandas sociais:

Essa vinda de um número muito elevado de pessoas vai fazer com que Rio Grande talvez passe pela sua primeira grande crise, que é esse período da década de 1900 a 1920, pegando a I Guerra Mundial, quando essas indústrias atraem muita gente e nem sempre conseguiam empregar tantas pessoas que ficavam vagando pelas ruas, em busca de emprego, causando aumento de criminalidade e demandas sociais (E25).

Paralelamente à industrialização, a cidade se diversificou em diversos ramos comerciais e de serviços. A partir da década de 1890 foram executados melhoramentos substanciais no setor portuário, entre eles o aprofundamento do Canal do Norte, a construção dos molhes leste e oeste na Barra<sup>55</sup>, que facilitaram a entrada e saída de navios no complexo portuário, a construção do que hoje chamam Porto Novo (1911-1917), além de melhorias e a remodelação do Porto Velho (BITTENCOURT, 2001). A quase totalidade das obras ficou a cargo da Cie. Française de Porto do Rio Grande do Sul, que no decorrer das obras contratou “mais de 4.000 pessoas e abriu caminho para o estabelecimento de capital estrangeiro, que visavam à industrialização dos produtos de pecuária em grande escala depois da Primeira Guerra Mundial” (SALVATORI, HABIAGA e THORMANN, 1989, p. 48).

A viabilização de infraestruturas físicas e sociais é condição necessária para que tanto o capital como a força de trabalho possam se mover, rapidamente e a baixo custo, de lugar para lugar (HARVEY, 2005). A instalação e posterior operacionalização das fábricas em Rio Grande dependiam de canais para o abastecimento das matérias-primas e do escoamento da

---

<sup>55</sup> A construção dos molhes da barra foi a solução encontrada para o problema da saída de embarcações da Lagoa dos Patos para o Oceano Atlântico, dado o constante assoreamento do canal de acesso. Isso resultou na construção de um novo porto para a cidade do Rio Grande. Para isso, técnicos europeus e norte-americanos foram contatados a fim de buscar alternativas para executar tais melhorias portuárias (MARTINS e PIMENTA, 2004).

produção, e por isso as obras portuárias foram de fundamental importância entre o final do século XIX e início do século XX. Martins (2006, p. 139) destaca ainda que “a construção de um novo porto beneficiava a exportação de carvão oriundo do interior da região da campanha do Rio Grande do Sul para abastecer as indústrias de São Paulo”, haja vista que com a Primeira Guerra Mundial e a Grande Depressão de 1929 os fornecedores dessa fonte de energia encontraram dificuldades em atender a demanda de países como o Brasil, priorizando o seu próprio consumo em atividades produtivas e bélicas.

Neste contexto, o porto teve importância fundamental na decisão da implantação das indústrias na cidade. Para o entrevistado E25, a redução de custos de transporte num momento em que as estradas da região eram muito precárias ou inexistentes e o transporte marítimo dessas mercadorias para outras partes do mundo foi um fator que contribuiu muito na decisão:

O momento que veio a industrialização, e Rio Grande vai ter um espaço privilegiado, novamente porque é um espaço portuário para escoamento a produção. Então para reduzir os custos de deslocamento e até a falta de estrada se instalaram aqui as principais indústrias e inclusive multinacionais (E25).

Bittencourt (2001, p. 51) destaca que nesse período houve um crescimento dos negócios na cidade em função do grande montante de dinheiro investido e a larga mão de obra utilizada para essas construções. No entanto, “ao término das obras o refluxo dessas populações não foi significativo gerando um elevado número de agregados marginalizados”. A demanda por trabalhadores para essas obras, aliada ao grande número de pessoas que buscavam ser alocadas nas indústrias da cidade, fez crescer uma periferia, como relata o entrevistado E25:

Um outro fator muito importante, é criada em 1908 a Companhia Francesa do Porto de Rio Grande para construir os molhes da Barra, o Porto Novo. Se fala que ela contratou entre 3.000 a 5.000 trabalhadores, para a época esse é um número muito grande, é um polo naval para a época... Muitas dessas pessoas que vieram trabalhar com certeza não voltaram mais para as suas cidades e Rio Grande começa a inchar, inchar, e onde é que vai inchar? Na periferia. Só que já naquela época havia um grande fosso: comerciantes ricos e população pobre, sendo que dessa população pobre até vir a abolição no Brasil, 25 a 30% da população eram negros, 25% escravos e uns 5% de alforriados, que a gente sabe que são muito pobres. E a característica sempre foi: agregar padrão elevado nas mãos de alguns, de uma minoria e uma grande massa... Só que com a questão da Revolução Industrial aqui, vai crescer muito mais esse problema social. O salário a gente sabe, se ganhava por jornada, eram jornaleiros, se trabalhar uma semana tu ganha, se não trabalhar tu não ganha. Então o padrão de renda era de relativa miséria (E25).

A economia da região também foi dinamizada pelo início da industrialização da carne no Rio Grande do Sul, que, com a decadência das charqueadas, necessitava de novas formas

de manufaturas para sua comercialização. Deu-se nesse momento a emergência de um novo período econômico-produtivo na cidade, denominado por Salvatori, Habiaga e Thormann (1989) de *Período da Modernização Industrial*, que se estendeu de 1920 a 1950.

### 5.2.6 Período da Modernização Industrial

Esse período foi marcado pela permissão, por parte do governo estadual, da entrada de capital estrangeiro, o que resultou na instalação de três grandes frigoríficos no Rio Grande do Sul entre 1917-1918. Dois se instalaram em Santana do Livramento (Wilson e Armour) e um em Rio Grande (Cia. Swift S.A. do Brasil). Especificamente sobre esse último, Martins e Pimenta (2004, p. 92) descrevem,

A Swift era uma empresa norte-americana que tinha como principal atividade produtiva a frigorificação de carne, estando moldada no padrão taylorista de produção, ou seja, produção fragmentada em larga escala. Aproveitando que o mercado externo estava debilitado devido à Primeira Guerra Mundial, expandiu suas atividades e constituiu-se em um importante polo econômico para o município. O frigorífico abatia até mil reses por dia e chegava a ter em sua folha salarial mais de 1.500 funcionários. Seus produtos, em sua grande maioria, eram destinados ao mercado externo.

Martins (2006) destaca que a instalação do Frigorífico Swift foi favorecida pelas concessões dadas pelo governo estadual e municipal e traz a informação de que foi concedida pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul em 1916<sup>56</sup> a isenção do pagamento dos impostos sobre indústrias e profissões, gado abatido e exportação dos produtos e subprodutos por um período de 30 anos aos frigoríficos que ali se estabelecessem. A Lei também revogava a cobrança da taxa de exportação de matéria-prima, prevista numa Lei de 1912. Em nível municipal, a empresa tinha isenção total do imposto predial ou de qualquer outro que incidisse sobre construções ou benfeitorias que viessem a ser realizadas pela companhia, também por um período de 30 anos. Ao regulamentar essas isenções, permitindo, assim, uma rentabilidade maior do investimento privado, a coerência estruturada foi formalmente representada pelo Estado (HARVEY, 2005).

A instalação da Cia. Swift S.A. do Brasil em Rio Grande empregou um grande número de operários, criando mais uma vez um fluxo migratório para a cidade (RAMOS, 2002). Os trabalhadores, oriundos de outros municípios, transformaram um terreno recuperado pela Cie.

---

<sup>56</sup> Lei nº 206, de 25 de novembro de 1916.

Française para a implantação de um bairro (que foi responsável também pela construção das instalações do frigorífico) em uma gigantesca favela, na época Vila dos Cedros, hoje Bairro Getúlio Vargas (SALVATORI, HABIAGA, THORMANN, 1989). Este processo de ocupação contou com a mão de obra não absorvida pela Cia. Swift devido ao seu despreparo frente à tecnologia empregada por essa indústria, o que levou à marginalização de muitas pessoas e a conseqüente construção de casebres de forma clandestina (OLIVEIRA, 2000; CIPRIANO, 2012).

O entrevistado E25 relata as dificuldades enfrentadas pela população de baixa renda, em sua grande maioria operários das grandes fábricas instaladas na cidade:

Então o padrão de renda muito baixo, criminalidade muito alta. Aconteceu esse processo, o pessoal ressalta: molhes da barra, Porto Novo, industrialização maravilhosa, mas de fato e os problemas sociais que vieram disso... Por quê? É uma cidade construída na restinga e essa restinga é extremamente sensível à intervenção humana. Quando se deu essa grande explosão demográfica já no início do século XX, a cidade cresceu demais e cresceu demais em pobreza. No ano de 1918 em Rio Grande morriam mais pessoas do que nasciam na cidade, só que estavam morrendo muitas pessoas de problemas de saúde, especialmente tuberculose. A gripe [espanhola] de 1918 matou 500 pessoas aqui. Os patamares de mortalidade em Rio Grande eram muito elevados, especialmente pela falta de qualidade de vida. A cidade cresceu e a partir daquele momento ela tinha que ter recebido grandes investimentos por parte do governo federal, governo estadual e governo municipal, mas de fato não recebeu. Então ela vem acumulando carências históricas de infraestrutura, de pavimentação, de saneamento, de iluminação, de segurança pública, mobilidade urbana, saúde (E25).

O crescimento industrial rio-grandino encontra-se dentro de um contexto de crise que acometeu a economia capitalista internacional (no período compreendido entre a Primeira e Segunda Guerra Mundiais). Bittecourt (2001, p. 55) explica que com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, os países da Europa se envolveram diretamente no conflito e foi iniciado um surto de industrialização em diversas regiões do país e do Rio Grande do Sul e que a “industrialização rio-grandina foi afetada por este fenômeno, expandindo-se ainda mais e colaborando para o abastecimento das potências beligerantes e do mercado interno”. Harvey (2004, p. 37) argumenta que a exportação de capital excedente existente dentro de determinado território para outros lugares onde possa encontrar “um terreno fértil para a realização de seus lucros” faz parte dos processos de ordenações espaço-temporais. Neste caso, o problema da sobreacumulação desse excedente pode ser aliviado, caso contrário será desvalorizado.

Nesse contexto, Marini (2005) elucida que, a industrialização latino-americana não criou sua própria demanda, mas nasceu para atender uma demanda preexistente e se estruturou em função das exigências de mercado dos países centrais. Isso pode ser percebido

nas indústrias que se consolidaram em Rio Grande nessa época, em sua grande parte voltada para o atendimento do mercado externo, como foi o caso do Frigorífico Swift. Ainda sobre a implantação dessa empresa na cidade, Martins (2006, p. 144) descreve,

O processo de implantação da Swift foi um exemplo insofismável de intervenção estrangeira sobre a cidade do Rio Grande e a economia gaúcha. Afinal, trata-se de uma empresa norte-americana que arrendou uma área da Cie. Française, que detinha posse de toda a parte leste do centro histórico. A Swift monopolizava a exportação das carnes frigorificadas, adquirindo a matéria-prima a um preço aviltado. Nem as autoridades locais, nem mesmo os proprietários de rebanhos regionais, tinham escolha sobre o que fazer quanto à voracidade dos frigoríficos sobre os rebanhos rio-grandenses. Afinal, era o mercado externo que tinha que ser abastecido, principalmente aqueles países envolvidos na Primeira Grande Guerra.

Em 1920 a indústria sul-rio-grandense apresentava-se como a terceira maior do País<sup>57</sup>, destaca Bittencourt (2001), superada apenas pela de São Paulo e da Capital Federal (na época, Rio de Janeiro). O autor ainda aponta que nessa década, as indústrias alimentícia e têxtil de Rio Grande respondiam por 59,9% da produção industrial nacional (32,9% e 27%, respectivamente). A partir de 1920 a indústria local se diversificou com o crescimento da indústria de pescado, calçados, conservas, biscoitos, bebidas e outras.

O primeiro período industrial do município perdurou até 1930. Martins e Pimenta (2004) afirmam que a Grande Depressão de 1929 e, posteriormente, a Segunda Guerra Mundial, fizeram com que as fábricas rio-grandenses mantivessem um ritmo produtivo elevado e voltado para a exportação, uma vez que os países da Europa ficaram impedidos ou reduziram sua capacidade operante durante e após a guerra, ocasionando a redução na oferta internacional de produtos não-duráveis. Ainda nessa década, destacam os autores, “o País passou a buscar um desenvolvimento industrial próprio, com estímulo ao desenvolvimento industrial interno, embora ainda necessitasse da importação de grande parte de equipamentos para instalação de novos parques industriais” (MARTINS e PIMENTA, 2004, p. 95). Essas transformações na economia nacional ditaram mudanças locais na disputa de mercado com a economia fabril do centro do País, em especial São Paulo, o que levou este ciclo industrial ao declínio, fazendo com que houvesse uma estagnação de determinados setores da economia.

O entrevistado E19 destaca que grande parte da produção era voltada para exportação, fazendo com que as indústrias rio-grandinas sofressem influência direta do comércio

---

<sup>57</sup> Em seu estudo Reichel (1978) traz dados de 1907 levantados pelo Anuário Estatístico do Brasil de que nesse ano a indústria rio-grandense já se colocava na terceira posição do País com 314 estabelecimentos industriais, atrás do Distrito Federal (Rio de Janeiro) e São Paulo, com 622 e 326 estabelecimentos, respectivamente. No Estado do Rio Grande do Sul trabalhavam 15.426 operários industriais, enquanto que no Rio de Janeiro 34.850 e São Paulo 24.186 operários.

internacional e das grandes crises mundiais, ocorridas principalmente na primeira metade do século XX:

Não havia um mercado nacional integrado, era tudo desintegrado. Tanto é que boa parte do mercado consumidor nosso era voltado para a exportação. E se a gente pensar que houve a I Guerra, houve a Grande Depressão e houve a II Guerra Mundial, então esses três momentos internacionais que debilitam as economias da América do Norte e da Europa elas fortaleciam a economia aqui, fazendo casacos, fazendo cobertores... E por outro lado, os paulistas e a metade norte [do Rio Grande do Sul] iam desenvolvendo outro tipo de economia, não essas megas empresas que a gente tinha aqui, a própria industrialização de Porto Alegre foi diferente se comparado à daqui. Aqui não se tinha um mercado consumidor, basicamente era tudo voltado para exportação (E19).

Paralelamente aos períodos econômico-produtivos que a cidade passou, Bittencourt (2001) observa que sempre se desenvolveu no município a agricultura de hortifrutigranjeiros, sobretudo nas ilhas da Torotama, Leonídio e dos Marinheiros e a pesca artesanal, cujos produtos eram comercializados na Doca do Mercado (Banca do Peixe) ou no Mercado Público, na zona central da cidade. Essas atividades evidenciam que outros projetos socioeconômicos estavam sendo desenvolvidos na cidade, porém são pouco mencionadas na literatura, a despeito da relevância da atividade pesqueira no município desde a sua constituição. Essas atividades visavam atender a população local, ao contrário da produção das grandes indústrias implantadas na cidade cujos produtos eram voltados predominantemente para a exportação, como destacou o entrevistado E19.

Martins e Pimenta (2004) destacam a instalação na cidade da Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A., em 1937, que correspondeu a uma das poucas iniciativas no Rio Grande do Sul em que houve a transposição de capitais agrários para a indústria e uma exceção de uma indústria de base instalada fora do Sudeste. Sua principal atividade produtiva era o refino do petróleo, inicialmente importado. Martins (2006) evidencia que a Refinaria instalou-se em Rio Grande devido à estrutura portuária existente, além do que a escolha da localidade atenderia ao interesse de empresários de Uruguaiana e Santana do Livramento e interromperia a circulação do petróleo no território argentino, uma vez que o governo daquele país proibiu a reexportação de petróleo pelo seu território. Bittencourt (2001, p. 58) aponta que “a companhia teve crescimento acelerado, demandando grande número de empregados e rapidamente desdobrando-se em outras empresas”.

O início da segunda metade do século XX marcou o encerramento das atividades produtivas em várias grandes empresas, como as indústrias têxteis (a Cia. Ítalo-Brasileira encerrou as atividades em 1961), os frigoríficos (o Frigorífico Swift fechou suas portas em

1954), a fábrica de charutos (que parou sua produção em 1966) e outras (MARTINS, 2006). No contexto internacional, Marini (2005) explica que por volta de 1950, a crise que afetara o capitalismo internacional no período do pós-guerra havia sido superada e a economia reorganizada sob a égide dos Estados Unidos. Assim, a demanda dos diversos produtos produzidos pelas indústrias em Rio Grande diminuiu, uma vez que os países europeus retomaram a fabricação de muitos deles.

Além disso, Martins (2006) aponta outros fatores que contribuíram para o fechamento dessas indústrias, dentre elas a defasagem tecnológica, fazendo com que essas empresas já não dispusessem de um mercado consumidor do centro do país, ocupado agora pela economia industrial paulista e a concorrência enfrentada com diversos produtos das colônias italianas e alemães situadas na serra gaúcha, que escoavam a produção por Porto Alegre.

Como resultado do fechamento das principais indústrias instaladas no município, desencadeou-se uma crise local e uma diminuição significativa na oferta de trabalho, o que resultou em um grande número de desempregados. Citando Oliveira (1961), Martins (2006) destaca que o fechamento de grandes fábricas como o frigorífico e a fábrica têxtil refletiu na perda do emprego para 7.000 trabalhadores em Rio Grande, para uma população absoluta de 82.000 habitantes. Bittencourt (2001) relata algumas conseqüências sociais desses fechamentos:

Incontestavelmente, a industrialização promoveu um grande aumento da malha urbana e um progresso econômico e cultural; entretanto, este não se fez acompanhar de um projeto que criasse condições reais para o desenvolvimento social. Percebe-se a exploração de mão de obra não-especializada e de baixa remuneração, intensa desigualdade na distribuição de renda, inchaço populacional e proliferação de favelas e cortiços escondidos atrás de uma cidade dita moderna – um Rio Grande de cartão postal (BITTENCOURT, 2001, p. 59).

Nessa mesma perspectiva, o entrevistado E19 relata que os problemas e as demandas sociais se agravaram nessa época:

Até os anos 1940 Rio Grande tinha uma urbanidade interessante, serviço de bonde passando por toda a cidade, mas a partir dos anos 1950-1960 se expande uma periferia, uma cidade sem qualquer planejamento, vilas encostando em vilas, sem infraestrutura, água, sem calçamento até hoje, esgoto recém estão implantando. Fica muito marcada pelo perfil operário (E19).

Neste contexto, os anos de 1950 a 1970 foram denominados por Salvatori, Habiaga e Thormann (1989) como *Período de Estagnação*. No entanto, neste trabalho será adotada outra nomenclatura para este período fundamentado em Osorio (2012a, p. 41) que afirma que não existe um período de estagnação, mas sim um período de transição entre o declínio e crise de



um padrão de reprodução do capital e a emergência e ascensão de outro. No caso de Rio Grande, era a indústria pesqueira que iria se fortalecer e emergir como um novo período econômico-produtivo.

### **5.2.7 A indústria pesqueira em Rio Grande**

Embora a atividade pesqueira no Brasil tenha se instalado com o início do período colonial português, ela ganhou importância econômica somente no século XIX e passou a ocupar posição prioritária na pauta das preocupações governamentais a partir da década de 1960, com a criação da Superintendência para o Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), em 1962 (SILVA et al., 2005). Segundo Giulietti e Assumpção (1995), essa Superintendência era vinculada ao Ministério da Agricultura e possuía ampla competência e atribuições, dentre elas destacando-se a elaboração e execução do Plano Nacional de Desenvolvimento Pesqueiro; a aplicação do Código de Pesca e da legislação das atividades ligadas à pesca ou aos recursos pesqueiros; e assistência aos pescadores na solução de seus problemas econômico-sociais. Em junho de 1966, a pesca foi incluída como indústria de base, podendo, desta forma, ser financiável pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), precursor do atual BNDES.

No entanto, Giulietti e Assumpção (1995) apontam que foi a partir da promulgação do Decreto-lei nº 221, de 28/02/1967, que a industrialização da pesca ganhou um novo impulso no Brasil. Nesse momento, a atividade foi incluída dentre aquelas relacionadas com o desenvolvimento do País, admitindo para isso deduções tributárias para investimentos em projetos pesqueiros. Essas medidas ficaram conhecidas como “incentivos fiscais da pesca” e vigoraram, a saber:

- a) isenção para as pessoas jurídicas que exerçam atividades pesqueiras, do Imposto de Renda em relação aos resultados financeiros obtidos de empreendimentos econômicos, cujos planos tenham sido aprovados pela SUDEPE; b) isenção de impostos e taxas federais de qualquer natureza sobre produtos de pesca industrializados ou não; c) isenção do Imposto de Importação, do Imposto de Produtos Industrializados (IPI), de taxas aduaneiras e impostos de qualquer natureza sobre embarcações de pesca, equipamentos, máquinas, aparelhos, instrumentos e acessórios para captura, comercialização, industrialização e transporte de pescado, desde que importados de acordo com projetos aprovados pela SUDEPE; d) permissão a todas as pessoas jurídicas registradas no País de deduzirem do Imposto de Renda até o máximo de 25% do imposto devido para inversão em projetos de atividades pesqueiras liberados pela SUDEPE e; e) isenção do Imposto de Produtos Industrializados sobre redes e partes de redes destinadas exclusivamente à pesca comercial ou científica (GIULIETTI e ASSUMPÇÃO, 1995, p. 97).

Para esses autores, os recursos originários dos incentivos fiscais na indústria da pesca foram aplicados fundamentalmente nas Regiões Sul e Sudeste, dado que a maioria das empresas beneficiadas tinha suas sedes nessas Regiões. No entanto, Souza (2001) afirma que a pesca artesanal não foi historicamente beneficiada com recursos financeiros das políticas públicas, pelo contrário, o segmento pesqueiro artesanal foi descapitalizado, apesar do grande número de pescadores envolvidos na atividade pesqueira e por contar com o estoque natural do pescado como fonte básica de renda, ou seja, como meio de sobrevivência.

Especificamente em Rio Grande, as medidas tomadas e o expressivo financiamento concedido pelo Governo Federal<sup>58</sup> desenvolveram as indústrias da pesca existentes desde o final do século XIX e incentivaram a abertura de outras, fazendo com que dezessete firmas envolvidas com os setores de congelados, peixe seco/salgado, pescado enlatado e óleos derivados do pescado estivessem em atividade na cidade durante a década de 1960 (MARTINS, 2006).

Até o final da década de 1980 houve um grande desenvolvimento do setor no Estado do Rio Grande do Sul, que foi responsável por cerca de 25% do pescado industrializado do país; sendo que o município do Rio Grande concentrava aproximadamente 95% dos desembarques de pescado e 80% do resultado industrial da pesca do Estado (SILVA et al., 2005). No final dos anos 1970 a indústria pesqueira empregava no município 17.000 trabalhadores numa população de cerca de 147.000 habitantes. Desse número de trabalhadores empregados no setor, aproximadamente 12.000 eram temporários e mulheres (SILVA, 2011). O entrevistado E19 destaca que entre os anos 1960 até o final da década de 1980 a indústria pesqueira dinamizou a economia de Rio Grande, no entanto, aponta que o regime de trabalho dessa indústria penalizava muito os trabalhadores:

A indústria pesqueira se alastra, só que ela é uma indústria que não agrega uma classe média na cidade, muito emprego temporário, safristas, as pessoas trabalhavam em uma safra e depois poderiam não mais trabalhar e com isso passavam muita dificuldade (E19).

Apesar do impulso à industrialização na atividade pesqueira por meio das medidas da SUDEPE, Abdallah e Sumaila (2007) apontam a pouca atenção dada à questão do estoque de

---

<sup>58</sup> Citando César Augusto Ávila Martins (1997), Solismar Fraga Martins (2006) afirma que o setor pesqueiro gaúcho, majoritariamente de Rio Grande, recebeu cerca de 20% de todos os incentivos fiscais concedidos pela SUDEPE.

pescado nas medidas coordenadas pelo órgão, uma vez que de 1967 a 1972, do total dos recursos captados, 51% foram investidos na indústria, 20% na captura, 13% na administração e 7% na comercialização, não sendo identificado investimento algum na área de pesquisa e levantamento dos recursos naturais (estoques pesqueiros). Nessa mesma perspectiva, Giuliatti e Assumpção (1995, p. 98) apontam falhas importantes relativas à definição dos objetivos e à estrutura da SUDEPE que comprometeram toda a cadeia produtiva da indústria pesqueira:

A falta de diretrizes e de políticas adequadamente formuladas na área de pesquisa levou a SUDEPE a uma ação descoordenada, não dirigindo, não orientando e nem controlando as pesquisas pesqueiras que, por não terem sido desenvolvidas sistematicamente, limitavam-se a convênios de interesse de outras entidades. Essa indefinição e desestruturação da SUDEPE provocaram maiores reflexos na área dos Incentivos Fiscais fixados pelo Decreto-lei nº 221 que levou à aprovação de investimentos vultosos. Sem normas adequadas e a inexistência de uma política de investimentos, a análise, acompanhamento e controle dos mesmos não eram feitos através de normas técnicas e econômicas. [...] os objetivos alcançados foram distintos dos inicialmente previstos, como o superdimensionamento da frota especializada na captura de determinadas espécies, como o caso da pesca do camarão rosa, em que os estoques desse crustáceo foram quase que dizimados nas Regiões Sudeste e Sul, com aumento na produção com vistas ao mercado externo. Houve, também, superdimensionamento na infraestrutura de terra, com instalação de plantas industriais, cuja capacidade de produção ultrapassava em muito o abastecimento de matérias-primas, caso da indústria sardinheira (GIULIETTI e ASSUMPÇÃO, 1995, p. 98).

Em 1974, o Governo Federal fez modificações substanciais na política dos incentivos fiscais para a indústria pesqueira, buscando diminuir os custos da captação dos recursos e o atraso dos cronogramas de implantação dos projetos. Além disso, tomou medidas buscando o saneamento das empresas que se beneficiaram com recursos dos incentivos fiscais, as quais se viram obrigadas a fazer fusões ou incorporações com outras (GIULIETTI e ASSUMPÇÃO, 1995).

A partir de 1980, ocorreu a diminuição do número de indústrias pesqueiras no município do Rio Grande, causada principalmente pela insuficiência de matéria-prima para suprir as necessidades de todas as indústrias, uma vez que não houve a preocupação com a conservação do estoque natural do pescado. Silva et al. (2005) ainda apontam outros fatores que contribuíram para a diminuição das atividades dessas indústrias, tais como a defasagem tecnológica, a estrutura organizacional ultrapassada e os métodos de gestão desatualizados. O entrevistado E10 relata que chegou em Rio Grande no final da década de 1970, e identifica fatores que contribuíram para que esse período econômico entrasse em crise. Seu depoimento é corroborado pela análise do Entrevistado E13:

Peguei o final da década de 1970 e na época estava decadente a indústria de pescados, foi a época que começou a decair a indústria pesqueira de Rio Grande, isso representava o fechamento de fábricas... Tem duas relações diretas: a

diminuição da capacidade de pesca porque os barcos pesqueiros da época, que produziam arrastão na costa, eles cortaram os estoques de costa, então eles tinham que fazer pescaria em alto mar, e aí a frota não era compatível, e uma das questões que também ficou muito caro, em função da crise do petróleo naquele período, é que o custo do diesel disparou, então insuficiência de pescado na costa e frota incapaz de pescar em alto mar, custo do diesel para pesca em alto mar liquidou as alternativas de manutenção da frota pesqueira e por consequência o processamento nas então fábricas existentes. Naquela época em que eu cheguei aqui havia 27 fábricas de pescado, hoje tem 1 grande e 3 ou 4 mini fábricas que processam peixes específicos, por exemplo, safra do camarão, muito pontual (E10).

Rio Grande passou por uma grande crise depois do final da década de 1970, até início da década de 1980 que foi a falência da indústria do pescado, que era uma economia muito forte, a própria questão ambiental, a falta de peixe, a deprecação do meio ambiente acabou dando esse baque (E13).

O declínio deste padrão está estreitamente relacionado ao esgotamento dos modelos regulatórios e as crises do capital do final do século XX. As intervenções na economia por parte do Estado, bem como incentivos fiscais concedidos são fundamentais para que a reprodução do capital se firme como um padrão, ao mesmo tempo em que compromete a estabilidade de um padrão caso sejam revistos e reformulados ou até mesmo deixarem de ser concedidos (OSORIO, 2012a).

Para se ter uma ideia dos reflexos das modificações na política dos incentivos fiscais para a indústria pesqueira no Estado do Rio Grande do Sul, no ano de 1960, havia 31 indústrias pesqueiras, quantidade que se manteve em 1980, uma vez que a despeito do surgimento das indústrias de transformação do pescado, houve o desaparecimento de diversas indústrias de salga, o que fez com que o número não se alterasse (SOUZA, 2001). No entanto, em 1990 havia 17 indústrias pesqueiras no Estado, enquanto que no ano 2000 somente 9 delas estavam em atividade. Especificamente no município do Rio Grande, entre as décadas de 1980 e 1990, dois terços das indústrias de pescado foram fechadas e dos cerca de 17.000 trabalhadores do setor no começo da década de 1980, apenas 800 trabalhadores mantinham seus postos de trabalho, produzindo somente peixe salgado e congelado (MARTINS, 1997).

A Tabela 6, a seguir, demonstra a produção de pescado do Estado do Rio Grande do Sul entre os anos de 1972 a 1989 (em toneladas) e a representatividade percentual de produção em relação à produção nacional.

**Tabela 6 – Produção de pescado no Rio Grande do Sul e toneladas (t) e representatividade percentual de produção em relação à produção nacional (1972-1989)**

1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980
109.421 t	126.295 t	149.065 t	122.013 t	143.360 t	138.117 t	91.455 t	87.216 t	65,448 t
18,10%	18,07%	18,27%	16,06%	21,76%	18,35%	11,34%	10,16%	7,96%
1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
69.438	79.035 t	82.249 t	79.197 t	96.885 t	82.926 t	76.150 t	81.905 t	77.721
8,33%	9,48%	9,34%	8,26%	9,97%	8,81%	8,15%	9,87%	9,73%

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados de Giulietti e Assumpção (1995, p. 101-104).

A Tabela 6 demonstra um crescimento contínuo na produção pesqueira do Estado entre os anos 1972 a 1974, mantendo, no entanto, um equilíbrio dessa produção com relação à participação no cenário nacional. Em 1975 houve uma queda na produção, que foi retomada no ano seguinte e em 1977 a produção volta à média de participação nacional obtida nos primeiros anos da década. Foi a partir de 1978, no entanto, que o Rio Grande do Sul tem uma queda brusca na produção e conseqüentemente na sua representatividade em relação à produção nacional, não sendo mais retomada e mantendo uma média de 8 a 9% da produção do país entre os anos de 1981 a 1989.

Na década de 1970, paralelo às indústrias de beneficiamento de peixes, deu-se início ao *Período do Superporto e Distrito Industrial* (SALVATORI, HABIAGA e THORMANN, 1989), que introduziram novas mudanças na economia e nas indústrias da cidade do Rio Grande. A permanência concomitante desses dois períodos econômico-produtivos é explicada por Osorio (2012a) que afirma que um antigo padrão não desaparece ou constitui-se em padrão subordinado na emergência de um outro novo, ao mesmo tempo em que este último pode não estar completamente em vigor ou ser o padrão dominante na permanência de um antigo.

### 5.2.8 Período do Superporto e Distrito Industrial

A partir da década de 1970 o Porto do Rio Grande foi considerado como um ponto estratégico pelo Governo Federal e em virtude disso recebeu vultuosos investimentos planejados no I Plano Nacional de Desenvolvimento (DOMINGUES, 1995; OLIVEIRA et al., 2013), visando a implantação e o desenvolvimento de um grande corredor de exportações, associado a um significativo polo industrial no extremo sul do país, em função da

proximidade com os países do Prata. Em 1972 deu-se início à construção do Complexo Industrial-Portuário da cidade do Rio Grande, cuja estrutura é descrita por Domingues (1995, p. 8-9):

Tais investimentos destinaram-se, em grande medida, à melhoria dos acessos, capacidade de estocagem e armazenagem, ampliação e construção de novos terminais especializados nos principais portos do país, particularmente naqueles portos que operam como corredores de exportação no centro-sul do Brasil. Dentre esses portos, o complexo portuário da cidade do Rio Grande, no estado do Rio Grande do Sul, denominado de Superporto, foi certamente um dos que maiores investimentos recebeu do governo federal, tanto nos anos setenta como nos anos oitenta.

Foram instaladas em Rio Grande indústrias de fertilizantes e óleos vegetais, fruto de um projeto de modernização da agricultura e de alterações implantadas na economia agroindustrial do Rio Grande do Sul que fortaleceu a monocultura da soja como base produtiva agrícola e que trouxe como reflexo a produção de bens voltados a esse setor primário em algumas cidades industriais (MARTINS, 2006). Tem-se aqui um novo projeto político-econômico, embasado na chamada Revolução Verde<sup>59</sup>, em que o “‘modelo’ agrícola era voltado ao consumo de capital e tecnologia externa: grupos especializados passavam a fornecer insumos, desde máquinas, sementes, adubos, agrotóxicos e fertilizantes” (BALSAN, 2006, p. 126). Com a modernização ocorreu um processo de especialização da agricultura em escala nacional, cujo reflexo foi o aumento das monoculturas voltadas prioritariamente ao mercado externo, ampliando a dependência dos mercados globalizados e restringindo ainda mais o acesso à terra.

Nesse contexto, ocorreu a “substituição gradual no tipo de industrialização sob a ótica de uso que era preponderante na cidade – das indústrias de bens não-duráveis por indústrias de bens intermediários” (MARTINS, 2006, p. 192), e que se beneficiaram da proximidade do porto para diminuir os custos de produção, uma vez que os insumos dos adubos eram quase todos importados, enquanto que a produção dos derivados da soja era na sua maioria exportada.

Domingues (1995) observa que foram aplicados mais de quatro bilhões de dólares para a implementação do Superporto<sup>60</sup>, do Distrito Industrial<sup>61</sup> e dos Corredores de Exportação do

---

<sup>59</sup> Preconizada pelos países desenvolvidos nas décadas de 1950 e 1960 para a América Latina, a Revolução Verde estimulou a diversificação dos produtos agrícolas, o melhoramento genético para a obtenção de sementes mais produtivas e o uso de fertilizantes químicos e maquinaria agrícola.

<sup>60</sup> Segundo a Prefeitura de Rio Grande (2014), o Superporto dispõe atualmente de 1.552 metros de cais com profundidade variando entre 5 a 14,5 metros e nele estão instalados oito terminais de administração privada:

Estado. Esses recursos foram predominantemente públicos, aplicados na construção das estruturas dos terminais portuários e contava também com investimentos de capital privado nacional e internacional, aplicados nas indústrias de fertilizantes e de óleo de soja e nos terminais retroportuários (grandes armazéns). Ainda segundo dados de Domingues (1995), foram investidos aproximadamente US\$ 500 milhões na construção dos terminais portuários e US\$ 129 milhões nos terminais retroportuários, enquanto que as empresas de fertilizantes e óleo de soja consumiram US\$ 365 milhões. Domingues (1995) ainda destaca o montante de US\$ 3.041,80 milhões em rodovias, energia elétrica, ferrovias, telecomunicações, abastecimento de água e desapropriações. Sobre esses empreendimentos, Renner (2012, p. 27) destaca:

Rio Grande torna-se um ponto de uma rede mundial de fluxos onde são reestruturadas e/ou instaladas modernas fábricas que utilizam matéria-prima importada e também grandes terminais de grãos para receber a produção e realizar a exportação com condições de competitividade internacional.

A construção do Superporto e do Distrito Industrial gerou uma demanda de mão de obra de cerca de dez mil postos de trabalho e com isso mais um fluxo migratório para a cidade (DOMINGUES, 1995; MARTINS, 2006). Ao analisarem os períodos socioeconômicos que a cidade passou desde a década de 1930 até o ano 1980 e aos fluxos migratórios ocasionados por eles, Salvatori, Habiaga e Thormann (1989) identificaram a existência de “pulsões” no processo de crescimento horizontal do município do Rio Grande. Essas ficam evidentes quando é observado o crescimento da população urbana a partir de 1900 e o número de pessoas empregadas na cidade entre os anos de 1930 a 1980, conforme demonstram as Tabelas 7 e 8 respectivamente, a seguir.

---

Tecon, Termasa, Tergrasa, Bianchini, Ceval, Petrobras, Copesul e Trevo. Esses terminais operam contêineres, granéis agrícolas, petrolíferas, petroquímicas e fertilizantes.

<sup>61</sup> O Distrito Industrial dispõe de uma área de 2.500 hectares e fica atrás do Superporto e próximo à desembocadura da Laguna dos Patos. A área era ocupada por agricultores e criadores de gado leiteiro que foram desapropriados para a construção dos empreendimentos (MARTINS, 2006).

**Tabela 7 – Crescimento da população do município de Rio Grande (1900 – 1980)**

Ano	População total	População Urbana Absoluta	População Urbana Relativa (%)
1900*	29.492	17.290	58,62
1910*	45.000	35.000	77,77
1940	60.802	46.655*	76,73
1950	77.915	65.950	84,64
1960	100.378	87.528	87,20
1970	116.488	103.921	88,88
1980	146.214	137.195	93,83

Fonte: Adaptado de Salvatori, Habiaga e Thormann (1989, p. 50).

\* VIEIRA, 1982 apud Salvatori, Habiaga e Thormann (1989)

**Tabela 8 – Evolução da estrutura de emprego na cidade do Rio Grande (número de pessoas empregadas) (1930-1980)**

Sector	1931/1940	1941-1950	1951-1960	1961-1970	1971-1980
Agropecuária	5.322	9.298	7.898	7.428	7.850
Comércio	1.827	2.602	2.774	3.466	5.069
Indústria	7.052	6.188	5.161	5.093	8.501
Serviços	(1)	(2)	1.134	1.469	3.669

Fonte: Adaptado de Salvatori, Habiaga e Thormann (1989, p. 51).

(1) Dado não divulgado no município.

(2) Dado não localizado.

A Tabela 7 demonstra um crescimento de 25,5% da população entre as décadas de 1970 e 1980, fruto, em grande parte, de migrantes atraídos por trabalho na indústria pesqueira em ascensão e na construção das estruturas do Superporto e do Distrito Industrial. A dinâmica econômica de Rio Grande refletiu na composição da população, predominantemente urbana, percentual muito maior do que do Rio Grande do Sul e da média brasileira (na década de 1970, segundo dados do IBGE, o Brasil tinha 55,94% de sua população nessa categoria e o Rio Grande do Sul 53,33%). Já a Tabela 8 demonstra o crescimento do número de pessoas empregadas em todos os setores da economia (com destaque para o crescimento de 67% na indústria e de 150% de pessoas empregadas no setor de serviços nesse mesmo período).

Vieira e Rangel (1988, p. 216) apontam que em 1970 o total dos não naturais do município era de 30.406 habitantes (26,10% da população total) enquanto que no ano de 1980 esse número passa para 48.394 habitantes (33,12% da população total). Grande parte desse contingente populacional se instalou na periferia, aumentando a demanda por imóveis destinados a famílias de baixa renda. Martins (2006) destaca algumas conseqüências da construção da infraestrutura industrial na década de 1970 em Rio Grande:

Se por um lado criava-se uma grande estrutura com financiamento público e privado para implantação de uma grande plataforma portuária de importação e exportação, ao mesmo tempo criava-se as condições para a inauguração de empresas industriais na cidade que acompanhariam tal envergadura portuária, e por outro lado a cidade receberia um significativo contingente de migrantes atraídos pela mão de obra para a construção de tal infraestrutura e para trabalhar nas novas indústrias. Além do mais,



a indústria pesqueira estava em expansão desde a década anterior e seria nas duas décadas posteriores (1970 e 1980) que apresentaria seu maior crescimento quanto à criação de empregos e volume de matéria-prima transformada. No entanto, se os anos 70 seriam de alento ante a crise fabril e econômica cidadina dos decênios anteriores, nos anos 80 não se consolidaria todo o desenvolvimento fabril que anunciara, deixando a cidade com uma infraestrutura para o recebimento de novas fábricas muito maior do que aquilo que se concretizou até os dias de hoje. Apesar disso, a população atraída inicialmente pela farta demanda de mão de obra nos anos 70 acabou permanecendo na cidade e engrossando a periferia urbana na disputa por novos imóveis, principalmente nos loteamentos com construções destinadas à faixa de baixa renda, tipo Cohab, o que era comum na época (MARTINS, 2006, p. 193-193).

O estudo de Domingues (1995) aponta que entre os anos de 1970 e 1980, o município do Rio Grande foi o que mais apresentou crescimento industrial no Estado do Rio Grande do Sul, tendo a sua participação no valor da produção industrial gaúcha quase dobrada, passando de 3,42% para 6,63%. Porém, o autor destaca que esse crescimento industrial não se refletiu em qualidade de vida para a população local, pelo contrário, houve uma maior concentração de renda, o que demonstra o caráter excludente do ponto de vista sócio-econômico-espacial da grande parcela da população dos lugares onde grandes projetos de “desenvolvimento” são implantados.

No início da década de 1990, durante o governo do Presidente Fernando Collor de Mello<sup>62</sup> (1990-1992) o contexto político do Brasil começou a sofrer profundas mudanças. Influenciado pelas proposições do Consenso de Washington realizado em 1989 e as consequentes políticas econômicas de caráter neoliberal, começaram os processos de privatização e abertura do mercado nacional. Martins (2013) destaca que essas políticas de ajuste fiscal atingiram diretamente a estrutura industrial e estatal instalada em Rio Grande e causaram uma queda no número de trabalhadores formais (de cerca de 38.000, em 1994, para aproximadamente 33.000 em 1998). Um dos secretários municipais da cidade atualmente, o Entrevistado E22, relata esse momento de enfraquecimento econômico que Rio Grande passou:

Toda essa região sul era uma região bastante deprimida economicamente, de Porto Alegre para baixo, nas décadas de 1980 e 1990. Rio Grande mesmo era uma cidade pujante porque tinha um parque industrial muito importante, tinha uma refinaria de petróleo potente, tinha mais de 20 indústrias de pescado. Mas aí começou o declínio no final da década de 1970, se estendendo para as décadas de 1980 e 1990 (E22).

---

<sup>62</sup> Fernando Collor de Mello assumiu a Presidência da República em 1990 ao vencer a primeira eleição direta para o cargo após o Regime Militar. Permaneceu no cargo até 1992, quando foi deposto através de *impeachment*, envolvido em denúncias de corrupção. Na sequência assumiu seu vice, Itamar Franco, que permaneceu no cargo até o final do mandato (1994).

Silva et al. (2012) apontam que esses processos, associados a alguns outros fatores, figuram entre os antecedentes do Polo Naval em Rio Grande: a lei de modernização dos portos, em 1993, que proporcionou o surgimento de um novo modelo portuário brasileiro; a implantação do Plano Real, em 1994, trazendo a estabilidade econômica; o incentivo à recuperação e aperfeiçoamento do mercado interno de navios e o plano de incentivo a exportação de embarcações, em 1997; e o cenário político nas eleições de 2002, que colocou em discussão a necessidade de investimentos na construção de plataformas, sem dependência do mercado externo.

A modernização dos portos culminou com o solapamento da coerência estruturada produzida naquele momento, uma vez que causou uma mudança na matriz econômica de Rio Grande, sem, no entanto, absorver a mão de obra dos trabalhadores dispensados das atividades das indústrias pesqueiras. Segundo o Entrevistado E10, partir desse momento a demanda foi por pessoas com ensino superior:

A Lei de Modernização dos Portos, que fez uma modificação com a privatização de terminais portuários, concessão privada para terminais portuários, então nesse caso aqui, esses terminais novos que se estabeleceram para exportação são de grãos, do terminal de containers, então os containers e os grãos passam a representar uma mudança no perfil econômico no final da década de 1990 em Rio Grande. A lei de modernização dos portos altera a matriz, e dada a alta especialização e de profissionais de ponta, não se gerava empregos para aquela massa que vinha perdendo empregos, continuam fora de circuito e as demandas começam a ter uma inversão porque, nesse momento, a demanda é por gente da área de administração, contabilidade, de engenharia civil e mecânica, cresce esse movimento, claro que não uma expansão com volume grande (E10).

Em meados de 2005, Rio Grande começou a receber grande aporte de recursos financeiros por parte do Governo Federal nas atividades portuária e naval em função da retomada dos incentivos à indústria naval nacional após a vitória de Lula à Presidência da República. Carvalho (2011) aponta que a decisão do Governo Federal em estimular essa indústria foi resultado da pressão exercida por vários setores da construção naval, principalmente por parte do Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e *Offshore* (SINAVAL), empresários e do governo do Estado do Rio de Janeiro<sup>63</sup>, além de outros fatores contingenciais, a saber: os altos custos com o afretamento por parte da

---

<sup>63</sup> No Estado do Rio de Janeiro encontram-se quinze dos vinte e cinco principais estaleiros em operação associados ao Sindicato Nacional da Indústria Naval (SINAVAL), além de dois novos, em construção. O Estado também responde por aproximadamente 50% da força de trabalho do setor no país (GOVERNO DO RIO DE JANEIRO, 2013).

Petrobras, a renovação da frota da Transpetro<sup>64</sup>, a descoberta de campos em águas profundas (o que demandaria maior quantidade de embarcações de apoio e plataformas), e mudanças na política da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) ao rever licitações e contratos vigentes.

A grande demanda de navios e plataformas por parte da Petrobras e de sua subsidiária Transpetro levaram os estaleiros nacionais, bem como novos investidores no setor, a proporem a ampliação e modernização dos estaleiros existentes, bem como a construção de novos, visando a “desconcentração espacial” da indústria naval brasileira até então fortemente concentrada no Estado do Rio de Janeiro (DOMINGUES e CARVALHO, 2009, p. 47). Ainda segundo esses autores,

Considerando-se as dimensões físicas desses novos estaleiros, os sítios portuários de Rio Grande, no Rio Grande do Sul, e Suape, em Pernambuco, despontaram, no período de 2005 a 2007, por indução do Governo Federal, como opções locais para esses novos empreendimentos. Em seguida, em 2008, os sítios portuários de Itaguaí, no Estado do Rio de Janeiro, e uma área na Baía de Todos os Santos, no Estado da Bahia, também foram incorporados no esforço de reconstrução da indústria naval brasileira, além de investimentos de menor monta em Santa Catarina, Espírito Santo, Paraná e São Paulo. [...] A criação de novos polos navais mais modernos em termos tecnológicos no país e a revitalização da indústria naval fluminense passaram a se constituir não mais em uma prioridade de governo, mas uma política de Estado, dadas as dimensões dos empreendimentos e o objetivo de fazer do Brasil novamente um grande exportador nesse segmento (DOMINGUES e CARVALHO, 2009, p. 46-47).

A localização geográfica e estratégica e das condições naturais privilegiadas (o Porto de Rio Grande possui um calado de 40 pés, aproximadamente 12 metros de profundidade) contribuíram para que o município fosse uma opção para a implantação de um polo naval. Domingues e Carvalho (2009, p. 49) relatam os primeiros movimentos de instalação de estaleiros na cidade no ano de 2005, que, no entanto, não seguiram adiante:

No caso específico do Porto de Rio Grande, no ano de 2005, dois projetos de estaleiros foram propostos: o Estaleiro AKER-PROMAR, capitaneado pelo grupo PROMAR do Rio de Janeiro, consorciado com o parceiro tecnológico norueguês AKER, o maior construtor naval europeu, focado na construção de grandes navios [...], a ser localizado na área do Porto Novo; e o Estaleiro Rio Grande, capitaneado pelo grupo TRANSNAVE do Rio de Janeiro, consorciado com o parceiro tecnológico japonês ISHIKAWAJIMA HARIMA, um dos maiores construtores navais do Japão, focado inicialmente na reparação naval, mas, em seguida,

---

<sup>64</sup> Criada em 12 de junho de 1998, a Transpetro é uma empresa subsidiária da Petrobras e a maior processadora brasileira de gás natural e de transporte e logística de combustível do Brasil, atuando ainda nas operações de importação e exportação de petróleo e derivados, gás e etanol (TRANSPETRO, 2013). Em 2003 a empresa era responsável por 70% da frota mercante do país, sendo que grande parte operada por navios estrangeiros (DOMINGUES, 2009; CARVALHO, 2011).

interessado também na construção de grandes navios para a TRANSPETRO, a ser localizado na área do Superporto. Em 2006, após meses de contendas jurídicas na Justiça Federal do Estado do Rio de Janeiro, em que o sindicato dos trabalhadores da indústria naval juntamente com o SINAVAL desse estado alegaram a ilegalidade quanto à participação dos assim denominados “estaleiros virtuais<sup>65</sup>” nas licitações da TRANSPETRO, os parceiros tecnológicos AKER da Noruega e ISHIKAWAJIMA HARIMA do Japão abandonam os dois projetos.

No início de 2006, impulsionado pelas descobertas de campos petrolíferos na Bacia de Santos, a Petrobras decide construir no Brasil o primeiro dique seco para reparo e construção de plataformas *offshore* (para exploração de óleo e gás no mar) da América Latina. A licitação de construção do dique seco em Rio Grande foi vencida pelo grupo WTorre de São Paulo. O entrevistado E9 acompanhou os editais dos órgãos federais para a reestruturação da indústria naval e revela esses primeiros movimentos:

A COPPE<sup>66</sup>/MCT<sup>67</sup> e Petrobras lançaram em 2004 o edital FINEP<sup>68</sup> que eram oito projetos estruturantes para a indústria naval brasileira e uma das exigências do edital era de que a COPPE e o IPT<sup>69</sup> de São Paulo, que monopolizam esses estudos há décadas, inserissem Pernambuco e Rio Grande, que eram alvos da nova indústria naval. Diferentemente de Pernambuco, o nosso polo está focado em *offshore*, Pernambuco é naval. A vantagem é que o *offshore* é o mais caro de todos, é o que o maior conteúdo tecnológico, os investimentos anuais chegam a ser o dobro com relação ao naval (E9).

A partir desse momento, deu-se início em Rio Grande um novo período econômico-produtivo que alterou a coerência estruturada produzida na cidade, como será analisado nos itens que compõem a seção a seguir.

### 5.3 O POLO NAVAL E SEUS EFEITOS NA ATUAL COERÊNCIA ESTRUTURADA DO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE

Neste tópico são analisados os dados secundários e as entrevistas semiestruturadas realizadas visando responder ao terceiro objetivo específico da tese, ou seja, compreender o solapamento da coerência estruturada no município do Rio Grande/RS a partir dos

---

<sup>65</sup> São chamados estaleiros virtuais os canteiros que recebem as encomendas, porém ainda não existem fisicamente.

<sup>66</sup> Coppe – Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

<sup>67</sup> Sigla de Ministério de Ciência e Tecnologia, atualmente Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

<sup>68</sup> Financiadora de Estudos e Projetos é uma empresa pública vinculada ao MCTI.

<sup>69</sup> Instituto de Pesquisas Tecnológicas vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo.

investimentos no Polo Naval alavancados pelo PAC. Para Harvey (2005), a coerência estruturada de um determinado espaço é resultado das decisões locais específicas de capitalistas individuais que moldam a geografia da produção em configurações espaciais distintas. Por isso, a riqueza da abordagem de David Harvey reside na possibilidade de analisar as configurações específicas de cada lugar. Desta feita, a compreensão da coerência estruturada permite a elaboração de representações dinâmicas de como a contradição se manifesta por meio das transformações histórico-geográficas.

Em 2006 deu-se início à construção do Polo Naval em Rio Grande, oficialmente inaugurado em 21 de outubro de 2010. O Polo consiste em uma infraestrutura de 430 mil m<sup>2</sup> para a construção e reparos de unidades marítimas (*offshore*) para a indústria do petróleo, como plataformas flutuantes de perfuração. A principal construção do polo é o dique seco que, com 350 metros de comprimento, 130 metros de largura e 17,1 metros de altura, permite a construção simultânea de dois navios petroleiros ou duas plataformas e a realização de todas as fases de construção. O Polo Naval de Rio Grande é de uso exclusivo da Petrobras por dez anos, em razão de um contrato de locação (PETROBRAS, 2013).

A primeira plataforma construída foi a P-53 (concluída em setembro de 2008) pela empresa QUIP<sup>70</sup>. A P-53 teve seus módulos formados por estruturas metálicas e equipamentos operacionais, construídos em Rio Grande sobre um casco vindo de Cingapura. O investimento para a sua construção foi de aproximadamente US\$ 1,3 bilhões. Posteriormente foram construídas as Plataformas P-55 e P-58. A P-55 foi a maior plataforma do tipo semissubmersível construída no Brasil. A operação de unificação do casco com a parte superior, chamada de *mating*, foi realizada entre o final do mês de junho e o início de julho de 2012. Foi a primeira vez que o dique seco do estaleiro Rio Grande foi inundado, medida necessária para a entrada do casco produzido pelo estaleiro Atlântico Sul, de Pernambuco, conforme mostra a Foto 1. A P-55 deixou o Polo Naval de Rio Grande no início do mês de outubro de 2013, em direção ao campo de Roncador, na Bacia de Campos, litoral do Rio de Janeiro e teve um custo de aproximadamente US\$ 1,882 bilhão, enquanto que a P-58 deixou a

---

<sup>70</sup> Criada em 2005, a QUIP é um consórcio formado pelas empresas Construtora Queiroz Galvão, UTC Engenharia, Camargo Corrêa, IESA Óleo e Gás e PJMR Empreendimentos e foi o primeiro estaleiro a operar no Polo Naval de Rio Grande (QUIP, 2012). Em maio de 2014, em busca de maiores informações da empresa, a pesquisadora constatou que o site ([www.quip.com.br](http://www.quip.com.br)) foi removido da Internet e encontrou apenas uma página no Facebook (QUIP SA), atualizada pela última vez em dezembro de 2013.

cidade em 04 de dezembro de 2013 e foi direcionada para o Campo de Baleia Azul, a 78 quilômetros da costa do Espírito Santo (PETROBRAS, 2014).

**Foto 1 – Construção da Plataforma P-55 no Polo Naval de Rio Grande**



Fonte: Petrobrás (2013).

Em outubro de 2012 deu-se início a construção de oito cascos de FPSOs<sup>71</sup> replicantes no Estaleiro Rio Grande 1 (ERG 1) pela empresa Ecovix (empresa do Grupo Engevix dedicada às construções oceânicas). Para atender a demanda desses contratos e futuras encomendas previstas do mercado de construção naval no Brasil, a empresa adquiriu o ERG 1. Em busca de apoio tecnológico, no final de 2013 a Ecovix vendeu 30% das ações do estaleiro para empresas japonesas lideradas pela *Mitsubishi Heavy Industries*.

No final de janeiro de 2013 chegou a Rio Grande o casco da Plataforma P-63 vindo do Estaleiro Cosco (China). Em Rio Grande foram realizados os serviços de integração dos módulos e comissionamento da plataforma, sob responsabilidade da Quip e BW *Offshore* e o valor de sua fabricação foi de US\$ 1,3 bilhões. A P-63 que deixou a cidade em 18 de junho de 2013 e em 11 de novembro do mesmo ano começou a operar no campo de Papa Terra, na Bacia de Campos, com capacidade de produção de 140 mil barris de petróleo e 1 milhão de metros cúbicos de gás por dia (PETROBRAS, 2013).

---

<sup>71</sup> FPSO (*Floating Production Storage and Offloading* - unidade flutuante de armazenamento e transferência) é um tipo de navio utilizado pela indústria petrolífera para a produção, armazenamento de petróleo e/ou gás natural e o escoamento da produção por navios aliviadores. São utilizados em locais de produção distantes da costa com inviabilidade de ligação por oleodutos ou gasodutos (PETROBRAS, 2012b).

Ainda estão previstos na cidade do Rio Grande a construção do Estaleiro Rio Grande 2, do Estaleiro Wilson Sons e de navios-sonda. Por outro lado, é válido destacar o planejamento da construção do Estaleiro EBR no município de São José do Norte, próximo a Rio Grande, com investimentos previstos de R\$ 1,2 bilhões e promessa de geração de 3.000 empregos diretos e 10.000 indiretos. A construção e operação do Estaleiro EBR está a cargo da empresa originada através da associação entre a empresa japonesa TOYO *Engineering* e a empresa brasileira SOG Óleo e Gás (SETAL), onde ambas dividem a sua participação societária em 50%. O projeto do estaleiro conta com uma área de 1.500.000 m<sup>2</sup>, dique seco com dois pórticos de 850 toneladas de capacidade e cais para executar serviços de integração em dois FPSO's simultaneamente (ESTALEIROS DO BRASIL, 2014).

Nos itens seguintes são analisadas cinco categorias da coerência estruturada produzida em Rio Grande a partir dos investimentos no Polo Naval: formas e tecnologias de produção; infraestruturas físicas; padrões de demanda e oferta de mão de obra; quantidades e qualidades de consumo e infraestruturas sociais, já detalhadas no Capítulo 4.

### 5.3.1 Formas e tecnologias de produção

Ao desmembrar o conceito de coerência estruturada, Harvey (2005) aponta que as formas e as tecnologias de produção (os padrões de utilização de recursos pelas conexões interindústrias, as formas de organização e o tamanho das empresas) são informações importantes que auxiliam a compreensão da coerência estruturada de uma região. Neste item será apresentado o número de empresas instaladas em Rio Grande antes e após a implantação do Polo Naval (2006 a 2012) e ações relativas ao fortalecimento do setor (criação do Arranjo Produtivo Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande e Entorno).

Como já mencionado, o município do Rio Grande passou por um período de recessão na década de 1990 e início dos anos 2000, período em que apenas o Porto, a FURG e algumas empresas “sustentavam” a economia, conforme destacam os Entrevistados E22 e E13:

A cidade tinha como fontes principais de sustentação de seu desenvolvimento unidades como o Porto de Rio Grande, um dos maiores do país, a própria Universidade Federal do Rio Grande, que cresceu muito agora, mas também estava num período, podemos dizer, de estagnação e também algumas indústrias, indústrias de fertilizantes, indústrias de transformação de óleo de soja, e era isso que segurava um pouco o município. De repente, de um momento para o outro a gente se deparou com um *boom* de crescimento, um desafio enorme, nós tínhamos precariedade de hotéis, precariedade no atendimento de serviços básicos, como restaurantes,

mobilidade (táxis), então vários setores se desenvolveram para o atendimento do Polo Naval (E22).

Rio Grande ficou muitos anos com a atividade econômica assim: muito mais o porto, milhares de trabalhadores na área portuária, mas também veio a privatização dos portos no governo do Fernando Henrique Cardoso, milhares de trabalhadores foram demitidos, aí vem outro baque, primeiro o pescado e depois o porto, aí estagnou de vez, falta de investimentos, falta de empresas, muitas empresas fecharam em Rio Grande, empresas que eram da cidade mesmo (E13).

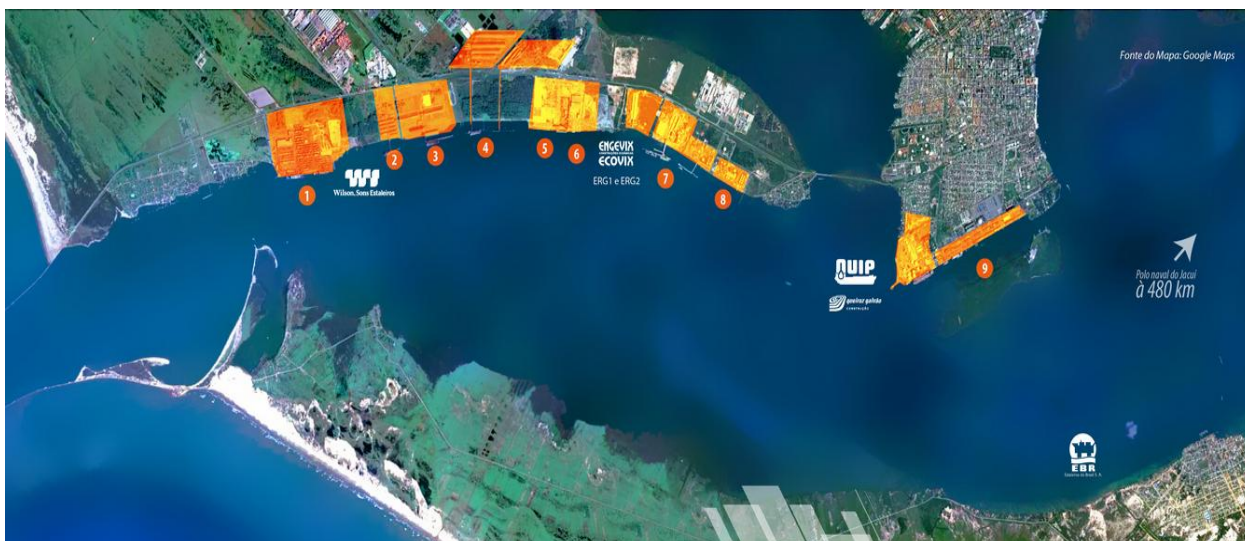
Atualmente Rio Grande conta com um Distrito Industrial composto por empresas que atuam no setor agrícola, alimentício, madeireiro, de energia, químico e metalúrgico e com a possibilidade de instalações na área de energia eólica e de gás natural liquefeito. Santos e Machado (2013, p. 193) destacam que, se por um lado o município de Rio Grande é composto por ambientes e ecossistemas costeiros (Lagoa dos Patos, Lagoa Mangueira, Lagoa Mirim, marismas, dunas, praia e outros), por outro se concentram atividades potencialmente poluidoras e impactantes a esses ambientes, entre eles:

Polo naval (construção de 15 plataformas ou similares para a exploração de petróleo), refinaria de petróleo, indústria da pesca, monocultura extensiva e intensiva (arroz, soja, *pinus*, eucalipto e acácia – estas últimas para a produção de celulose), grandes áreas de pastagens de gado, implantação de usinas de energia eólicas e termoeletricas, indústrias de fertilizantes (poluição do ar e corpos hídricos), indústria petroquímica e mais a falta da rede coletora e de tratamento de efluentes domésticos.

A implantação do Polo Naval na cidade ocasionou a abertura de novas empresas e/ou o fortalecimento de algumas já existentes para o atendimento diretamente relacionado ao setor naval. A Figura 4, a seguir, ilustra a localização do Polo Naval e dos empreendimentos públicos e privados a ele associados.



**Figura 4 - Localização e as estruturas portuárias públicas e privadas atualmente instaladas no município do Rio Grande**



Fonte: Feira do Polo Naval RS (2014).

Na Figura 4 é possível observar os seguintes empreendimentos, destacados pelos números: 1) Tecon Rio Grande (terminal de contêineres, cais com 900 metros); 2) Termasa – (granéis agrícolas, cais com 350 metros); entre as duas estruturas localiza-se o Estaleiro Wilson Sons; 3) Tergrasa (granéis agrícolas e cavacos de madeira, cais com 612 metros); 4) Bianchini (granéis sólidos, líquidos, farelo e óleo gomado, cais com 284 metros, juntamente com terminal, fábrica e 4 armazéns graneleiros); 5) Bunge Alimentos (grãos, farelos e óleos vegetais, cais com 412 metros); 6) Yara Norsk Hydro (fertilizantes, cais com 2 berços para navios marítimos e 3 berços para navios pluviais); 7) Transpetro (petróleo e derivados, álcool e gás, cais com 220 metros); entre os empreendimentos 6 e 7 situam-se os Estaleiros ERG 1 e ERG 2; 8) Braskem (petroquímicos e gás, cais com 80 metros); 9) Porto Novo (terminal público que movimenta granéis sólidos, granéis líquidos, contêineres, cargas gerais e veículos (FEIRA DO POLO NAVAL, 2014). O Estaleiro Honório Bicalho (utilizado pela QUIP) está instalado no cais do Porto Novo em um terreno de 320 mil m<sup>2</sup> (QUIP, 2012). Ainda é possível observar a localização do Estaleiro EBR na cidade vizinha São José do Norte, onde atualmente estão sendo realizados os serviços de terraplanagem, dragagem e construção do cais (ESTALEIROS DO BRASIL, 2014).

As atividades das empresas instaladas na cidade, bem como os investimentos públicos destinados à construção das plataformas causaram efeitos significativos sobre a economia do município. Devido, em grande parte, a esses investimentos, Rio Grande teve um aumento significativo em seu PIB, que no ano de 2011 foi de R\$ 8.194.552.000,00 e desde 2008 desponta como a quarta cidade mais rica do Estado do Rio Grande do Sul (FUNDAÇÃO DE

ECONOMIA E ESTATÍSTICA, 2014). A Tabela 9, a seguir, demonstra a evolução do PIB do município no período de 2000 a 2011.

**Tabela 9 – Evolução do PIB município de Rio Grande no período de 2000 a 2011**

<b>Ano</b>	<b>PIB (em R\$ 1.000)</b>
2000	1.850.177
2001	2.183.847
2002	2.552.033
2003	2.971.844
2004	3.288.533
2005	3.015.265
2006	3.477.888
2007	4.442.147
2008	6.302.581
2009	6.372.569
2010	7.778.546
2011	8.194.552

Fonte: Fundação de Economia e Estatística (2014).

Pelos dados da Tabela 9, observa-se um incremento significativo no PIB da cidade principalmente a partir de 2006, ano em que o Governo Federal efetivou a decisão de implantação do Polo Naval em Rio Grande. Além de requerer um número significativo de mão de obra especializada, esse setor atrai muitas empresas com interesse nesse nicho de mercado, visto que é grande a sua demanda por serviços nas áreas de metalurgia, química e eletrônica. O Polo Naval ocasionou um aumento na demanda do segmento chamado de “navipeças”, que pode ser entendido como uma rede de fornecedores de peças e equipamentos destinados à indústria naval.

No entanto, no momento da coleta de dados, houve dificuldade de mensuração do número de empresas que se instalaram em Rio Grande após a implantação do Polo Naval e qual o número de empresas já existentes voltadas para o atendimento desse setor. Os dados disponíveis revelam o total de empresas instaladas na cidade independente do segmento ou setor, conforme pode ser visto na Tabela 10, a seguir.

**Tabela 10 – Estatísticas do cadastro geral de empresas de Rio Grande (2006-2012)**

<b>Ano</b>	<b>Número de unidades locais</b>	<b>Pessoal ocupado assalariado</b>	<b>Pessoal ocupado total</b>	<b>Salário médio mensal</b>
2006	6.161	32.412	39.130	3,8 salários mínimos
2007	6.048	33.695	40.507	3,7 salários mínimos
2008	5.868	34.056	40.592	3,8 salários mínimos
2009	5.991	34.997	41.608	3,4 salários mínimos
2010	5.974	39.015	45.564	3,6 salários mínimos
2011	5.775	42.394	48.784	3,8 salários mínimos
2012	5.995	50.740	57.379	3,7 salários mínimos

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do IBGE (2014).

Os dados da Tabela 10 mostram que apesar do número de pessoas ocupadas na cidade ter aumentado (um incremento de aproximadamente 46% do número total de pessoas

ocupadas de 2006 a 2012), o número de empresas locais sofreu uma redução de aproximadamente 2,6% (na comparação desse mesmo período). Um dado significativo também foi a redução no salário médio mensal das pessoas ocupadas, que passou de 3,8 para 3,7 salários mínimos, com uma redução ainda maior em 2009 quando o rendimento dessas pessoas foi de 3,4 salários mínimos. Tem-se, de um lado, a divulgação do número de empregos diretos e indiretos gerados pelo Polo Naval, em sua maioria de mão de obra qualificada e, de outro, dados que revelam que o rendimento médio mensal dos trabalhadores decresceu.

Esse decréscimo pode ser explicado, em parte, devido ao fato de que a maior parte dos fornecedores das peças de alto valor agregado (que requer mão de obra qualificada e, portanto, melhor remunerada) ser externa. Alguns desses fornecedores são rio-grandenses (principalmente empresas instaladas na Serra Gaúcha), outros da Região Sudeste e alguns de fora do Brasil. Entrevistados relatam que não houve uma preparação das empresas locais inseridas nas cadeias produtivas da metalmecânica, química e eletroeletrônica para o fornecimento dos suprimentos necessários às empresas responsáveis por montar as plataformas. Conforme aponta o Entrevistado E12, as empresas locais já constituídas em Rio Grande antes da implantação do Polo Naval não conseguiram “se enquadrar” nas exigências da Petrobrás. Essa opinião é compartilhada pelo Entrevistado E22 quando colocou que Rio Grande atende o setor naval prioritariamente na área de serviços e importa grande parte das matérias-primas e insumos de alto valor agregado:

As pequenas empresas metalúrgicas da cidade não conseguiram se enquadrar no sistema Petrobras. Nós temos umas 40 empresas metalúrgicas rio-grandinas, cada uma com 15-20 trabalhadores, que poderiam fabricar aquela pecinha, por exemplo, aqueles corrimões das escadas, os degraus das escadas, isso não precisava vir de fora, mas vem (E12).

O fornecimento de peças ainda é muito grande vindo de fora do próprio Estado e até fora do País. A maioria das empresas não está sediada aqui. Mais na área de serviços, mas na área de tecnologia, no fornecimento de matérias-primas são empresas de fora, principalmente do centro do País e algumas da Serra Gaúcha (E22).

De fato, em 2009, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul encomendou à FURG um diagnóstico das cadeias produtivas da metalmecânica, química e eletroeletrônica existentes no Estado “objetivando a conjugação de esforços e recursos para o desenvolvimento e consolidação do Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande em fase de implantação” (DOMINGUES, 2009, p. 17). Esse estudo levantou os potenciais fornecedores gaúchos para a indústria naval, porém recomendou que:

As empresas do setor naval, de óleo e gás necessitam de bons prestadores de serviços de manutenção e de montagem industrial. No Brasil, para assegurar a qualidade destes serviços, a Engenharia da PETROBRAS criou o SEQUI (Setor de Certificação, Qualificação e Inspeção), que desde 1978 realiza qualificação de mão de obra e de procedimentos de controle da qualidade dos fornecedores da Companhia. Neste sentido, orienta-se o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, juntamente com a Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul, a entrarem em contato com o SEQUI – PETROBRAS, a fim de obterem informações sobre as exigências dessa empresa quanto a certificação de seus fornecedores de produtos e prestadores de serviços, de modo a instrumentalizar as empresas gaúchas identificadas neste estudo nas cadeias da metalmecânica, química e eletroeletrônica a se qualificarem com vistas à inserção nesse promissor mercado que ora se implanta na economia regional (DOMINGUES, 2009, p. 350-351, grifo nosso).

Somente em março de 2013 o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, mais especificamente a Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento (AGDI), lançou um edital apoiando a formação de Arranjos Produtivos Locais (APL) no Estado. Motivada pelo projeto PROMINP<sup>72</sup> “Ind P&G 75: Propostas de Política para Mobilização e Desenvolvimento de APLs<sup>73</sup> para o Setor de Petróleo, Gás e Naval”, que identificou o município de Rio Grande e Entorno como um dos cinco prioritários no Brasil para indução desses arranjos, a referida agência avaliou e selecionou propostas de APLs no Estado. O projeto elaborado sob a coordenação da FURG foi contemplado, o que deu origem ao APL Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande e Entorno, que tem como principal objetivo “aumentar a eficiência das empresas localizadas no arranjo, promover o adensamento produtivo na região e mitigar as externalidades negativas do desenvolvimento econômico” (APL POLO NAVAL E OFFSHORE DE RIO GRANDE E ENTORNO, 2014, p. 1).

Entre seus associados, constam as empresas licitadas para a construção das plataformas (QUIP S/A, Ecovix-Engevix Construções Oceânicas S/A, EBR Estaleiros do Brasil Ltda) e a própria Petrobras. Apenas uma entidade de classe dos trabalhadores está entre as entidades associadas, o STIMMERG. Não há representantes de movimentos sociais, cooperativas populares ou mesmo outros sindicatos de trabalhadores entre as entidades que compõem o APL.

---

<sup>72</sup> O PROMINP (Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural) foi criado em 2003, com o objetivo de maximizar a participação da indústria nacional fornecedora de bens e serviços, em bases competitivas e sustentáveis, na implantação de projetos de investimentos do setor de petróleo e gás natural no Brasil e no exterior (PROMINP, 2014).

<sup>73</sup> Arranjos Produtivos Locais.

Já os empresários são representados pela Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (FIERGS), pelo Sindicato Nacional da Indústria da Construção Civil (SINAVAL), pela Associação Brasileira das Empresas do Setor Naval e *Offshore* (ABENAV), pela Câmara do Comércio do Rio Grande, pela RS Óleo e Gás (associação com 42 empresas do setor industrial metal, mecânico e energético do Rio Grande do Sul) e Aliança Pelotas (que representa o Centro das Indústrias de Pelotas, Associação Comercial de Pelotas; Associação Rural de Pelotas; Câmara de Dirigentes Lojistas; Sindicato da Habitação; Sindicato da Indústria da Construção Civil e Moveleira de Pelotas e Região; Sindicato do Comércio Varejista e Sindicato dos Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares).

As pequenas empresas são representadas pelo Serviço Nacional de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Além das esferas públicas federais, estaduais e municipais (Prefeituras Municipal do Rio Grande, Pelotas e São José do Norte), o APL conta com a participação da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), a Universidade Católica de Pelotas (UCPel), o Instituto Federal do Rio Grande do Sul – Campus Rio Grande, o Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), além da FURG que atua como entidade gestora do projeto.

O diagnóstico realizado em 2009 (DOMINGUES, 2009) ainda apontava que a inserção do Polo Naval e *Offshore* no município poderia agravar “os passivos ambientais que comprometem a qualidade de vida da população” e que “instrumentos adequados de compensação ambiental que devem ser discutidos com a sociedade local” (ASMUS, TAGLIANI e ADÉLIO, 2009, p. 340). Essa inserção demandou a criação de infraestruturas físicas que sustentassem a circulação do capital (HARVEY, 2005), que, no entanto, geraram e ampliaram as contradições no município, conforme será explicitado no item a seguir.

### **5.3.2 A criação de infraestruturas físicas para o atendimento do Polo Naval**

O provimento de infraestrutura física é necessário para que a produção e o consumo se mantenham no espaço e no tempo, pois como argumenta Harvey (2005, p. 143) “a organização espacial é necessária para superar o espaço”. Isso é possível por meio da construção de portos e aeroportos, parques industriais, sistemas de transporte e comunicação, entre outros. A viabilização dessas infraestruturas absorve e/ou realoca maciços montantes de

capital e de trabalho particularmente sob condições de rápida expansão e intensificação geográfica e revigora a economia, requerendo a mediação de instituições financeiras e/ou estatais com capacidade de gerar e oferecer crédito (HARVEY, 2004).

Como já mencionado, a retomada dos incentivos à indústria naval nacional após a vitória de Lula à Presidência da República trouxe como consequência a criação de novos pólos navais no País. Especificamente no Rio Grande do Sul, Rio Grande e posteriormente São José do Norte, que formam o estuário da Lagoa dos Patos, mereceram a atenção das políticas governamentais e de empreendimentos privados associados em função da localização estratégica do ponto de vista logístico por se conectar com Porto Alegre pela própria Lagoa, pelo calado natural que permite navegação e manobras de grandes embarcações e por estarem próximos aos Portos de Montevideu (Uruguai) e Buenos Aires (Argentina), estes já saturados e com dificuldades de expansão física (GERHARDT; LOPO e SANTOS, 2013).

Especificamente em Rio Grande, Machado (2013) afirma que após longo período de recessão destacado pelo discurso hegemônico e dominante, o cenário econômico do município foi modificado pelo grande aporte de recursos financeiros advindos principalmente do Governo Federal nas atividades portuárias e naval (polo naval e *offshore*) por meio de obras de infraestrutura. Tais obras já foram concluídas ou estão em fase de construção ou preparação/planejamento e constam no Programa de Aceleração do Crescimento.

A Tabela 11, a seguir, demonstra as obras de infraestrutura físicas planejadas, executadas ou em andamento constantes no PAC nos eixos Transporte e Energia para a cidade do Rio Grande visando atender direta ou indiretamente ao Polo Naval. Demonstra também seus valores e os estágios das obras.

**Tabela 11 – Rio Grande: obras de infraestrutura constantes no PAC 2 (Eixos Transportes e Energia)**

<b>Eixo</b>	<b>Empreendimento</b>	<b>Investimento (em R\$ milhões)</b>	<b>Estágio</b>
Transportes	Aeroporto (construção da seção contraincêndio)	Não divulgado	Em ação preparatória
Transportes	Porto (ampliação dos molhes)	445,4	Concluído em 2010
Transportes	Porto (porto sem papel)	92,0	Em execução
Transportes	Porto (cadeira logística portuária inteligente)	115,0	Em execução
Transportes	Porto (projeto de dragagem de aprofundamento do canal de acesso)	193,1	Concluído em 2009
Transportes	Porto (modernização do cais público do Porto Novo)	84,0	Em licitação
Transportes	Porto (recuperação do Molhe Leste)	Não divulgado	Em ação preparatória
Transportes	Duplicação BR-392/RS - Pelotas - Rio Grande	873,05	Em obras

Transportes	Corredor do Mercosul (obras de dragagem e sinalização; dragagem da Lagoa Mirim e estudos e projetos de terminais de carga)	Não divulgado	Em ação preparatória
Energia	CQG Construções <i>Offshore</i>	280,62	Concluído
Energia	Estaleiro Rio Grande 2	243,18	Concluído
Energia	Expansão Estaleiro Rio Grande 2	517,95	Concluído
Energia	Construção do Estaleiro Wilson Sons	259,64	Concluído
Energia	Usina Eólica - Corredor do Senandes II	83,0	Em obras
Energia	Usina Eólica - Corredor do Senandes III	103,7	Em obras
Energia	Usina Eólica - Corredor do Senandes IV	103,7	Em obras
Energia	Usina Eólica – Cassino I	96,0	Em obras
Energia	Usina Eólica – Cassino II	84,0	Em obras
Energia	Usina Eólica – Cassino III	96,0	Em obras
Energia	Usina Eólica – Vento Aragano I	110,6	Em obras

Fonte: Elaborado pela autora em 14 de fevereiro de 2014 a partir de dados de BRASIL (2014).

Grandes obras de infraestrutura, como as relacionadas na Tabela 11, estão fortemente presentes no novo ciclo de políticas de desenvolvimento em vigor no Brasil e na América Latina desde o início do século XXI. São identificadas por Harvey (2012) como reflexos do capitalismo em sua fase atual, em que a incapacidade de acumulação por meio da reprodução expandida em bases sustentáveis tem sido paralela à ascensão de tentativas de acumulação mediante despossessão. Ademais, Machado (2013) destaca que a construção de grandes obras de infraestrutura facilita a circulação de mercadorias e fluxos financeiros na região e está diretamente relacionada à IIRSA, na qual Rio Grande tem um papel fundamental no eixo Mercosul-Chile (conforme pode ser visualizado no Anexo B desta tese):

O desenvolvimento da cidade do Rio Grande e região, e em particular a infraestrutura portuária, a duplicação das BRs, (de Rio Grande e Pelotas, e desta com Porto Alegre); bem como os estudos de duplicação da BR que ligaria São José do Norte a Osório, ainda, a hidrovía de Porto Alegre até o Uruguai pela Lagoa dos Patos e Lagoa Mirim fazem parte desta interligação dos mercados na região (MACHADO, 2013, p. 11, grifo do autor).

O início da execução de algumas dessas obras já ocasionou alterações na área portuária de Rio Grande, como ilustra o depoimento do entrevistado E9:

Em 2004/2005 era aquela coisa dos estaleiros virtuais. Em 2006 quando se bate o martelo que Rio Grande teria o dique seco para o atendimento da Petrobras por 10 anos (contrato) em seguida a QUIP ganha a licitação para finalizar a Plataforma P-53. Então é aí que de fato, começam a cavar o buraco de um lado e de outro começam a mexer na antiga fábrica da Fertisul para começar a montar os módulos da P-53. Tu tens um impacto na época, mas nada preocupante. Depois disso arrefece por volta de 2008-2009. A partir de 2010 a coisa começa a tomar mais forma porque daí a QUIP amplia suas instalações e o dique seco efetivamente se completa e ele é vendido para o consórcio ECOVIX/ENGEVIX e aí vem a definição... Daí também já é batido o martelo de que os oito cascos replicantes seriam feitos aqui. Aí em seguida vem a P-55, todos para a QUIP, o casco seria feito em Suape e os *deck side* aqui e os módulos aqui. Em seguida ganha a P-58 e a P-63. A partir de 2010 a coisa começa a se acelerar (E9).

A retomada das obras de ampliação dos Molhes da Barra, em janeiro de 2007, foi uma das primeiras iniciativas visando o aprofundamento do canal de acesso ao porto rio-grandino. Os molhes, construídos na segunda década do século XIX, apresentavam comprometimentos devido ao constante impacto das fortes ondas características do local, deslocamento de pedras e assoreamento do canal que, se não solucionado, impediria a entrada e saída de navios, impactando o escoamento da produção agrícola, industrial e pecuária da região e do Estado. As obras iniciaram em 2001, e foram paradas no final de 2002 em função de problemas de documentação com o Tribunal de Contas da União (TCU) e o questionamento do Ministério Público Federal a respeito da não existência do EIA/Rima<sup>74</sup> do aprofundamento do canal (MIGLIORINI, 2011). Foram finalizadas apenas no início de 2011.

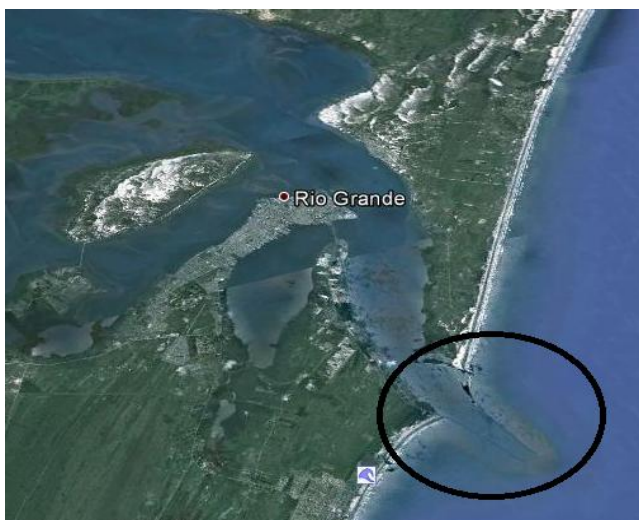
A obra consistiu na ampliação de 370 metros do Molhe Leste (do lado de São José do Norte), totalizando 4,6 quilômetros, e 700 metros do Molhe Oeste (do lado de Rio Grande), agora com 3,8 quilômetros. Foi realizada pelo consórcio composto pelas empresas CBPO Engenharia, Pedrasul Construtora, Carioca, Christiani Nielsen Engenharia e Ivaí Engenharia de Obras e custou R\$ 445 milhões. Durante a sua realização, os passeios de vagonetas (atração turística local em que os turistas podem percorrer os molhes sobre trilhos em um pequeno vagão) foram interrompidos, sendo retomados no final de 2010. Os vagoneteiros receberam indenização em função da paralisação de suas atividades, pagas em cinco parcelas equivalentes a 20 meses de faturamento (JORNAL AGORA, 2010). As Fotos 2 e 3, a seguir, apresentam a localização e uma visão geral dos Molhes da Barra, respectivamente.

---

<sup>74</sup> O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) são instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente e necessários para o licenciamento ambiental de atividades utilizadoras de recursos ambientais consideradas de significativo potencial de degradação ou poluição.



**Foto 2 – Localização dos Molhes da Barra do Rio Grande**



Fonte: Adaptado de Google Earth (2014).

**Foto 3 - Vista geral dos Molhes da Barra do Rio Grande**



Fonte: Porto do Rio Grande (2014).

Foto: Alan Bastos

Algumas dessas obras também alteraram a dinâmica de comunidades residentes em Rio Grande, uma vez que “casos de ‘remoções’ e ‘mudanças forçadas’ começam a acontecer pela ‘especulação’ do crescimento do Polo Naval” (SANTOS e MACHADO, 2013, p. 198). Essa afirmação vai ao encontro de Moraes (2007) que ao relatar a missão realizada no município pela Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (Plataforma DhESCA Brasil) após denúncia de associações e comunidades daquela localidade, afirma que obras projetadas pelo Governo Federal na cidade removeram e afetaram a vida de famílias dos Bairros Getúlio Vargas, Barra Nova, Barra Velha, Barraquinhas, Santa Tereza e Vila Mangueira. A localização dessas comunidades pode ser visualizada na Figura 5, a seguir.



Já havia um caos do ponto de vista de que vários aglomerados municipais se formaram em áreas de terrenos da União, como as cidades de nossa região são cercadas por águas, os limites em torno da linha d'água pertencem à União, são chamados terrenos de marinha, então, toda a cidade ela tem dessas áreas invasões em todas elas. Embora se tenha chegado com abastecimento de energia elétrica, raras são as áreas ocupadas que tem abastecimento de água; saneamento e esgoto inexistem nessas áreas (E10).

A construção do Dique Seco no Estaleiro Rio Grande 1 (ERG1) afetou a comunidade de pescadores artesanais da Vila das Barraquinhas, que foram removidos para dar lugar ao empreendimento (MORAES, 2007; MARTINS, 2010; GORSDF, 2012; SANTOS e MACHADO, 2013). A comunidade existia há mais de 200 anos e abrigava por volta de 48 famílias, sendo que 12 delas foram alocadas para outra área sem infraestrutura básica, conforme relata Moraes (2007, p. 6):

Estas doze famílias foram realocadas, durante um dia chuvoso, em pequenos casebres de madeira, sem isolamento térmico ou ambiental, e sem banheiro. Há somente um banheiro coletivo masculino e um banheiro coletivo feminino para as 12 casas e dois alojamentos de pescadores (para moradores de outros bairros que trabalham ali). Cada casa é formada por apenas dois cômodos (sala e cozinha) e sofrem com infiltrações, goteiras e areia continuamente devido às frestas existentes entre as madeiras das paredes das casas. O bairro não possui infraestrutura básica de serviços, como energia elétrica, água encanada, telefone, transporte urbano, saneamento, escola, posto de saúde. As 24 casas que permanecem possuem banheiro externo e as famílias são compostas por 6 a 10 membros, segundo os moradores da comunidade.

Em missão realizada no final de 2012 para a Plataforma DhESCA Brasil, Gorsdorf (2012, p. 12) constatou que “não existe mais a comunidade das Barraquinhas”, haja vista que as famílias que não foram assentadas aceitaram indenizações no valor de R\$ 150.000,00 cada para se retirarem do local. Gorsdorf (2012, p. 13) ainda destaca que “a área ocupada pelas Barraquinhas foi pedida pela empresa Bunge e pelo Estaleiro Rio Grande”.

Na comunidade de Barra Nova, que se situa exatamente ao lado do Tecon (Terminal de Contêineres) e existe há mais de 50 anos, vivem cerca de 200 famílias que contam com galpões e grandes embarcações para pesca em alto mar. A área é cobiçada para utilização pelo Terminal Florestal e por isso a comunidade está ameaçada de remoção. Atualmente a comunidade está em negociação com a Superintendência do Porto de Rio Grande e com a Prefeitura para o reassentamento em uma área próxima, no bairro Barra Velha. No entanto, Moraes (2007) aponta que na nova área proposta somente seria possível a construção de moradia para as famílias, não sendo possível a construção dos galpões para recebimento dos barcos e da pesca. Ademais, essa área “também é de propriedade da União, continuando a

vila, desta forma, refém de uma nova transferência e sem uma garantia efetiva do seu direito à moradia” (MORAES, 2007, p. 6).

Por sua vez, o Bairro Mangueira surgiu com auxílio do Porto de Rio Grande que financiou a construção das moradias para os trabalhadores portuários, ainda no início do século XX (MORAES, 2007). Atualmente residem em torno de 300 famílias que vivem em sua maioria da pesca ou da coleta de material reciclável, porém a comunidade também está sendo atingida pela expansão e modernização portuária. Gorsdorf (2012, p. 11) relata que o bairro “está num setor denominado de químico no Porto, com áreas destinadas à Petrobras e por onde passam inúmeros dutos de óleo e de gás”, sendo esse o argumento principal do executivo municipal e do próprio Porto para se evitar a regularização fundiária das famílias no local. Martins (2010) aponta fatores que contribuíram para a permanência das famílias ali residentes: a proximidade do centro da cidade e do acesso a BR-392 que corta o Distrito Industrial, a construção da escola em 1997, da instalação da energia elétrica em 1998 e da água em 2000, a linha de ônibus urbano em 2003 e a inexistência da formalização de projetos para ocupação da área pela SUPRG. Os moradores do bairro reivindicam a permanência na área e sua imediata regularização fundiária (MORAES, 2007).

Já o Bairro Getúlio Vargas localiza-se junto ao Porto Novo e possui 100 anos de existência, sendo formado por uma população que trabalha no Porto ou atua com coleta de material reciclável. As famílias moram, em sua totalidade, em casas, abrigando no mesmo lote até 3 famílias (MORAES, 2007). O bairro está sendo afetado pela expansão portuária em função do projeto que prevê a construção de uma avenida junto ao muro oeste do pátio automotivo do Porto Novo utilizado pela General Motors, ligando a rua Dom Pedro II até a BR-392 formando um anel viário com a rua Honório Bicalho, atendendo exigências internacionais de segurança e melhorarias do tráfego de veículos na área (SOUZA, 2011). Compreende uma faixa de 15 metros de largura paralela ao muro do parque automotivo envolvendo todas as residências a leste da faixa após o término do muro (o projeto previa a ampliação em 50 metros, mas que, em função dos movimentos comunitários contrários a ampliação foi reduzida). Gorsdorf (2012) aponta que a expansão portuária atingirá 379 famílias (cerca de 1.250 pessoas) que moram junto ao muro que cerca o Porto Novo, segundo dados contidos nos cadastros realizados pela Prefeitura do Rio Grande. Essa apresentou como proposta a realocação de 320 famílias em unidades verticais, projeto que não vai ao encontro das necessidades das famílias, segundo Moraes (2007, p. 9-10):

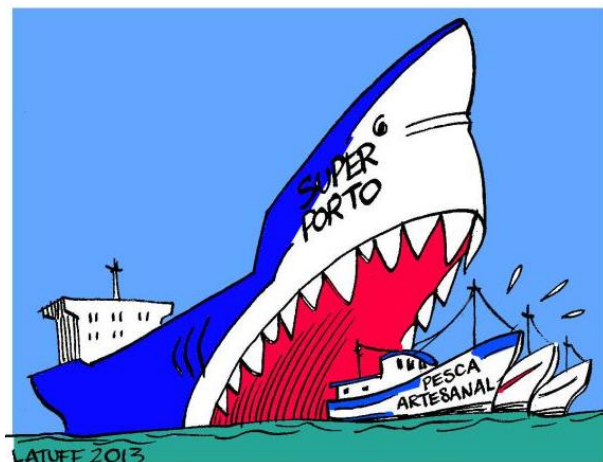
[...] certamente não contempla as famílias acostumadas em casas e que criam animais, guardam carroças e material reciclável como sua atividade econômica principal. Neste projeto, as famílias teriam que pagar um financiamento pela nova moradia, desconsiderando os gastos já realizados pelas famílias para a construção de sua casa sem qualquer menção a indenizações. A área destinada para este projeto comporta somente edifícios de apartamentos de cinco pavimentos, com apartamentos de dois dormitórios (38m<sup>2</sup>) e de um dormitório (30m<sup>2</sup>). Cada apartamento seria destinado para cada grupo de moradores de um mesmo terreno, o que implica, por exemplo, a moradia de 10 pessoas de três famílias distintas em 38m<sup>2</sup> apenas. O recurso para construção é do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento e, segundo a Prefeitura, o projeto não pode ser alterado por já se encontrar em fase de aprovação na Caixa Econômica Federal.

O Bairro Santa Tereza é uma comunidade composta por pescadores e trabalhadores portuários, situado na porção leste da cidade do Rio Grande e era constituído por áreas alagadiças. As origens do Bairro estão vinculadas às obras de construção dos molhes da barra, do Porto Novo e da consolidação do chamado terraplano oeste. As primeiras casas foram construídas pela própria Superintendência do Porto em benefício de seus funcionários (SOUZA, 2011), existente, portanto, há mais de 80 anos. Martins (2010) aponta que 712 famílias residem nas áreas de interesse da SUPRG que almeja ampliar a via de acesso junto ao muro do Porto. A área a ser removida também será utilizada para ampliação da empresa QUIP que já está instalada em área lideira à comunidade (GORS DORF, 2012). O autor ainda aponta que cerca de 186 famílias serão removidas da área, sendo que 50 delas já foram reassentadas para a Cidade de Águeda, um loteamento público municipal que se localiza na entrada da cidade do Rio Grande. Os reassentamentos, no entanto, não contemplam as necessidades das famílias, conforme o relato a seguir,

A Prefeitura Municipal também está encarregada de elaborar o projeto de reassentamento. Nesse sentido, conseguiu junto ao Porto a liberação de área junto ao próprio bairro e com recursos públicos federais a empresa contratada já está construindo casas geminadas na localidade. Essas casas contam com metragem de 36m<sup>2</sup>. Os moradores não concordam com a metragem de área para moradia, tendo em vista que atualmente muitas famílias moram em áreas em muitos casos 5 vezes maiores que essas. Nesse mesmo bairro existe uma grande comunidade pesqueira que dizem que não conseguem sair pelo canal para pescar em função das obras da empresa QUIP que assorearam o referido canal, prejudicando a pequena navegação. Importante referir que na área da empresa e que fica em frente à comunidade, a qual era ocupada pela comunidade, havia uma praça e um campo de futebol, os quais agora sediam área privada da empresa (GORS DORF, 2012, p. 11).

A situação dos pescadores artesanais de Rio Grande e São José do Norte frente às obras de infraestrutura referentes às ampliações do Porto do Rio Grande foi retratada pelo cartunista Carlos Latuff em 2013, como pode ser visualizado na Figura 6, a seguir.

**Figura 6 – Ilustração de Carlos Latuff referente aos impactos do Superporto nas populações costeiras de Rio Grande/São José do Norte**



Fonte: Latuff Cartoons (2013).

O propósito da criação do Conjunto Habitacional Cidade de Águeda, local onde grande parte das famílias estão sendo reassentadas, foi abrigar moradias populares e implementar a política de produção habitacional municipal para famílias inscritas em diversos programas habitacionais, como Morar Melhor (moradores de áreas de risco) e outros programas para moradia de população de baixa renda (MORAES, 2007). O projeto inicial previa 430 casas de 27m<sup>2</sup> cada e atualmente estão sendo construídas mais 300 unidades. O projeto apresenta diversas falhas e o loteamento conta com pouca infraestrutura básica, conforme apontado por Gorsdorf, (2012, p. 13),

As unidades habitacionais construídas com recursos da Caixa Econômica Federal apresentam inúmeras deficiências, tais como uma metragem quadrada absurdamente mínima de 27m<sup>2</sup>, inacabadas, sem infraestrutura alguma de arruamento, esgoto pluvial e cloacal e serviços em geral. Muitas casas já desabaram, e algumas apresentam, rachaduras. [...] Atualmente no local existe um CRAS<sup>76</sup>, uma escola e Posto de Saúde. As linhas dos ônibus não transitam no local.

Além de todos os bairros afetados anteriormente mencionados, é importante destacar que está em fase de estudos na Prefeitura do Município do Rio Grande o projeto de Revitalização da Orla do Saco da Mangueira<sup>77</sup>, que tem por finalidade o ordenamento dos

<sup>76</sup> Centro de Referência de Assistência Social.

<sup>77</sup> Na atualidade observa-se a revitalização ou renovação de regiões centrais, portuárias ou ocupadas por pessoas de baixa renda em muitos municípios, seja a nível nacional ou internacional. Esses projetos estão no bojo dos processos de gentrificação, palavra derivada do inglês *gentrification*, geralmente entendida como o processo de mudança no estoque imobiliário, nos perfis residenciais e padrões culturais (GAFFNEY, 2013). Mendes (2011) aponta que a gentrificação compreende: 1) reorganização da geografia urbana com a substituição de um grupo por outro; 2) reorganização espacial de indivíduos com determinados estilos de vida e características culturais; 3) transformação do ambiente construído com a criação de novos serviços e requalificação residencial que

espaços litorâneos sob domínio da União (a Figura 5 ilustra a localização do Saco da Mangueira). A Secretária de Município do Meio Ambiente de Rio Grande, Miriam Balestro, em audiência pública defendeu que “Rio Grande está praticamente de costas para todo esse patrimônio paisagístico, essa beleza natural, e esse projeto vem resgatar a relação da comunidade rio-grandina com seu ambiente e com suas águas” (PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE, 2013, p. 1). Para a concepção do projeto foi contratada a empresa Engeplus Engenharia e Consultoria Ltda. ao custo de R\$ 1,3 milhão. Esse montante equivale a 70% dos valores aprovados para a revitalização, que serão financiados pelo PAC2 Cidade Melhor.

A Enseada do Saco da Mangueira possui uma área de 32km<sup>2</sup> e mantém em seu entorno uma população de cerca de 26.000 pessoas que sobrevivem basicamente da atividade pesqueira. Na área de abrangência do projeto de revitalização existem cerca de 3.000 famílias em situação irregular, sendo que uma parcela deste conjunto está na orla (CONCEIÇÃO e ASMUS, 2013). No entanto, Gorsdorf (2012, p. 8) afirma que este projeto quando implementado “irá remover grande parte das famílias que residem nas comunidades afetadas”.

Muller e Moroso (2013, p. 7) evidenciam problemas no planejamento urbano de Rio Grande mesmo com a implementação do Plano Diretor do município em agosto de 2008<sup>78</sup>, uma vez que “o município não regulamentou instrumentos fundamentais da política urbana para o cumprimento da função social da propriedade, da gestão democrática da cidade e daqueles que promovem a justa distribuição dos ônus e benefícios do processo de urbanização”. Ainda segundo os autores, a cidade tem um Plano Diretor frágil, haja vista que a lei que o regulamentou está articulada a outras quatro leis complementares que tratam sobre a definição e delimitação do perímetro (Lei nº 6.584), limites das sedes e distritos (Lei nº 6.586), parcelamento do solo (Lei nº 6.587) e regime urbanístico (Lei nº 6.588). Nesta configuração, argumentam os autores, o Plano Diretor “traz o conteúdo da política urbana descolado das regras que visam materializar a dita política” e “leva a que as alterações no zoneamento da cidade sejam feitas sem audiência pública, por exemplo, como determina o

---

pressupõe melhoramentos; 4) alteração de leis de zoneamento que permita um aumento no valor dos imóveis, aumento da densidade populacional e uma mudança no perfil socioeconômico.

<sup>78</sup> O Plano Diretor de Rio Grande entrou em vigor apenas em 2008 (Lei nº 6.585), mesmo diante da obrigatoriedade posta em 2001 pelo Estatuto da Cidade aos municípios de elaborarem seus Planos Diretores até 2006 (MULLER e MOROSO, 2013).

Estatuto da Cidade”, já que “as Leis Complementares são passíveis de alteração mediante simples aprovação pela Câmara Municipal” (MULLER e MOROSO, 2013, p. 14).

Aliado a essas questões, Oliveira et al. (2013) observam que não há uma integração entre os instrumentos de gestão sob a alçada de diferentes instituições, ou seja, entre o Plano Diretor Municipal, o Plano Ambiental Municipal (PLAM), o Zoneamento Ecológico-Econômico do Município (ZEEM), o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto Organizado do Rio Grande (PDZ) e o Plano Diretor do Distrito Industrial. Os autores ainda observam que somente o Plano Diretor Municipal foi implantado formalmente, enquanto que os outros instrumentos ainda se encontram em fase de elaboração. O Entrevistado E22, um dos atuais secretários municipais, admite que o Plano Diretor necessita de reformulações:

O Plano Diretor da cidade é de 2008. Nós estamos trabalhando junto com o Governo do Estado porque nós estamos querendo fazer um Plano Estratégico do Município como um todo, município e região, pensando no futuro. Então a gente está trabalhando junto com o Governo do Estado, principalmente através da Secretaria de Desenvolvimento e Promoção do Investimento e também a Metroplan<sup>79</sup>, e também junto com a FURG a gente está querendo fazer esse plano estratégico e dentro desse processo nós estamos querendo fazer a revisão desse Plano Diretor, que ele é um Plano Diretor participativo, nós temos um conselho do Plano Diretor que vem se reunindo, vem promovendo os ajustes necessários, até em função do desafio, nós temos muitos assuntos e projetos de leis que estão aprovados que vem progressivamente alterando muitos temas desse Plano Diretor que nós temos (E22).

Diante desse quadro, os problemas relatados anteriormente, principalmente os casos de remoções ocorridas, não são completamente tratados no Plano Diretor do município, pois apesar de nele constar a conceituação das Áreas de Especial Interesse Social<sup>80</sup> (AEIS), não consta a identificação das áreas, sendo realizada posteriormente por uma Lei Complementar, o que “torna o instrumento frágil diante dos conflitos urbanos os quais este instrumento se propõe a enfrentar, segundo as diretrizes da política urbana nacional” (MULLER e MOROSO, 2013, p. 16). Nesse contexto, os autores argumentam que essa “reorganização” que está ocorrendo na cidade do Rio Grande é também observada em outros municípios, principalmente naqueles em que megaprojetos estão sendo implementados:

Os megaprojetos, mesmo quando visando à qualificação das cidades, promovem transformações e, em nome do desenvolvimento e da oportunidade, geram conflitos sociais, urbanos e ambientais por partirem de interesses unilaterais e em

---

<sup>79</sup> Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional.

<sup>80</sup> Segundo a Prefeitura do Município do Rio Grande (2008, p. 26), as Áreas de Especial Interesse Social (AEIS) são áreas públicas ou particulares ocupadas por população de baixa renda, onde há o interesse público em promover prioritariamente à regularização fundiária, a urbanização de núcleos habitacionais de baixa renda, a implantação de habitações de interesse social e atendimento a carência de equipamentos sociais e culturais, espaços públicos, serviço e comércio de caráter local.



desconformidade com os pactos sociais estabelecidos, causando graves violações aos Direitos Humanos. Via de regra, qualificam a cidade para o “capital” e expulsam aqueles menos favorecidos dos lugares mais valorizados da cidade. Esses projetos, financiados pelos recursos públicos ou por organismos internacionais, são desenvolvidos e implantados sob uma perspectiva desenvolvimentista e econômica e não de “direitos”, o que acaba por promover, direta e indiretamente, o deslocamento forçado de milhares de famílias de forma naturalizada. É da disputa entre as diferentes forças que atuam na cidade que os espaços se constituem. Observa-se, hoje, que, nessa disputa de caráter estratégico, a força do capital ainda impera sobre os direitos sociais. Exemplo disso é a resistência de muitos governos de reconhecer a “forma de estar na cidade” dos assentamentos informais. O fato de esses assentamentos estarem fora dos padrões de beleza urbana incompatíveis com cenários prósperos de desenvolvimento econômico, os tornam objeto de deslocamentos forçados. Nesta lógica, ao invés de terem suas posses reconhecidas e o direito à moradia atendido, são direcionados para locais afastados daqueles de interesse do capital (MULLER e MOROSO, 2013, p. 6-7).

Para se ter uma ideia do número de unidades habitacionais que necessitam ser construídas em Rio Grande, em agosto de 2013 foi apresentado à comunidade o Plano Local de Habitação de Interesse Social, diagnóstico que teve por objetivo caracterizar o déficit habitacional da cidade em números e tipos de habitação. Financiado pelo Ministério das Cidades, o estudo apontou que há um déficit de 11.673 imóveis, fundamentalmente direcionados para atender famílias de baixa renda. Compete à Prefeitura Municipal a elaboração de um plano de ação, construído com base no diagnóstico realizado, para que seja habilitada a aderir ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social. Segundo dados do Ministério das Cidades (2014), o município encontra-se em situação pendente, sendo que seu plano habitacional foi entregue em 15 de outubro de 2013. Sobre esse quadro, Muller e Moroso (2013, p. 18) ainda afirmam:

A atuação do poder público para o enfrentamento deste quadro traz marcas preocupantes. Os investimentos públicos em habitação, no período de 2005 a 2011, segundo a Secretaria do Tesouro Nacional, não chega a 1% do total dos investimentos municipais, somando R\$ 14,6 milhões, uma média de R\$ 2 milhões ao ano. Diante da arrecadação municipal, trata-se de um investimento extremamente baixo.

Assim, a falta de moradia já era um problema que atingia a população antes da implantação do Polo Naval na cidade, mas que foi ampliado na medida em que trabalhadores começaram a chegar à cidade, atraídos pelas vagas geradas no setor, conforme destacam os entrevistados E10, E25 e E12:

Não houve durante toda a década de 1990 e até a metade dos anos 2000 não houve investimento no setor habitacional. Não tendo isso, conseqüentemente, todo esse aporte de pessoas que aqui chegaram enfrentaram a limitada oferta de imóveis e o preço disparou. E se começam a perceber sublocações, improvisação de construções, pessoas que moram em cidades ao redor... Locação de casas, onde morava uma família hoje moram 10 pessoas, esse tipo de coisa, onde houver possibilidade de locação, principalmente em casas, tudo é transformado em moradia, até porque esse

pessoal trabalha em turno, então, em uma casa que suporta 10 pessoas, podem morar até mais pessoas (E10).

A questão da habitação aqui, a demanda é muito superior à oferta, então ocorreu uma inflação muito grande nos imóveis de Rio Grande, então causa um dano não só para quem é de fora, mas para quem é daqui, que precisa alugar ou precisa comprar (E25).

O pessoal já deve te ter relatado que é esse bolsão que se desenvolveu no mercado imobiliário. As coisas chegaram a um patamar inimaginável, as coisas chegaram assim, está completamente impossível comprar e vender qualquer coisa. As coisas foram colocadas num patamar astronômico e tu não sabes muito bem onde é isso vai dar (E12).

Segundo um secretário municipal, após a implementação do Polo Naval na cidade houve um aumento da população de rua, principalmente de pessoas que não residiam em Rio Grande e que vieram ao município em busca de emprego. No entanto, os altos valores para a locação de imóveis e a baixa oferta de moradia para população de baixa renda tem contribuído para o aumento da população de rua, mesmo as pessoas empregadas:

Isso é uma realidade que aumentou na cidade porque tem vindo muita gente de fora. Nós tínhamos uma população de rua que eram pessoas com sofrimento psíquico, com problemas de dependência química, assim... Hoje a gente vê que aumentou, mas são pessoas que a gente vai conversar e estão há uma ou duas semanas na rua, mas que vieram em busca dos empregos. Na verdade, a gente vai conversar e essas pessoas estão trabalhando. Tu vais no abrigo e tu vê que em outro lugar, com o salário que eles estão ganhando, R\$ 800,00, R\$ 1.000,00, eles poderiam estar em uma condição melhor que não em um albergue público (E20).

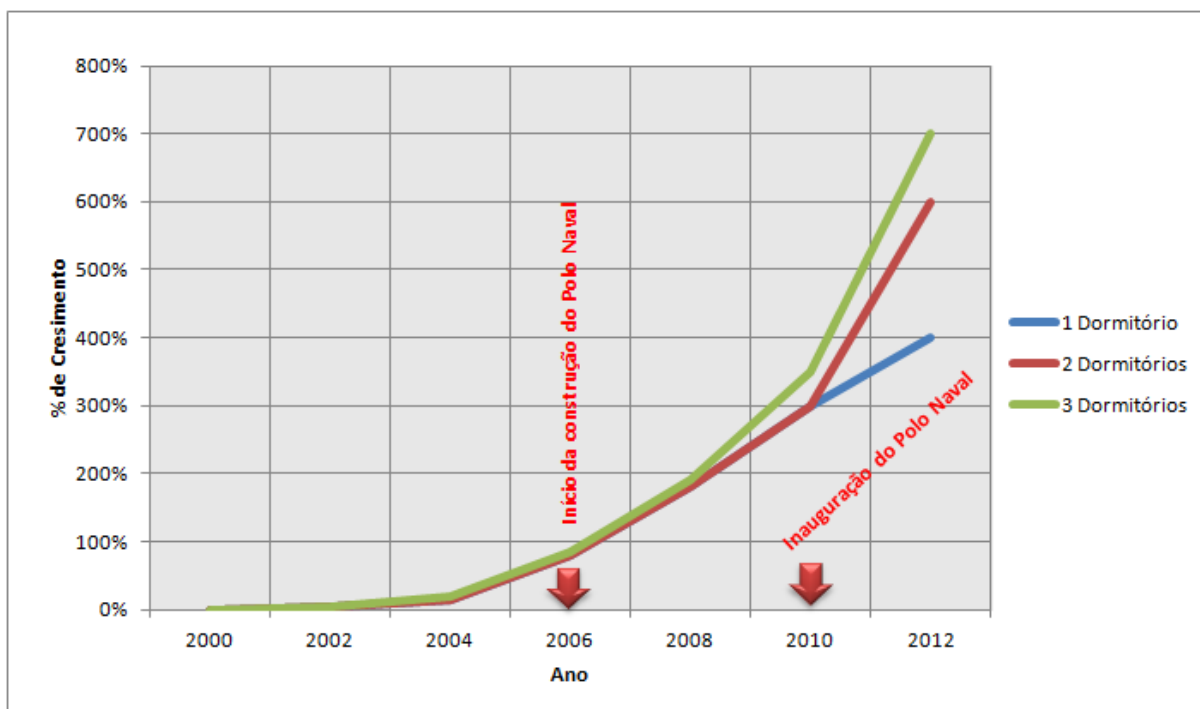
A “disparada” no valor dos imóveis existentes, conforme relatado pelos Entrevistados E10 e E25, foi comprovada no estudo de Silva et al. (2012) ao analisarem os impactos dos investimentos no Polo Naval nos preços dos imóveis à venda de um a três dormitórios em nove bairros<sup>81</sup> do município do Rio Grande. Os autores identificaram que no período compreendido entre os anos de 2000 e 2012, os valores aumentaram em mais de 500%. Ao analisar separadamente os períodos anteriores e posteriores à implantação do Polo Naval, tem-se uma melhor dimensão do impacto causado pelos investimentos no setor e dos demais setores atraídos por este no preço dos imóveis. Entre os anos 2000 a 2006 o preço dos imóveis

---

<sup>81</sup> Foram analisados os imóveis à venda dos seguintes bairros do município do Rio Grande: Centro, Cidade Nova, Getúlio Vargas e Santa Tereza, Junção, Lar Gaúcho, Parque, Parque Marinha, Parque São Pedro e Trevo. Segundo Silva et al. (2012), esses bairros foram selecionados com base na importância dentro do contexto habitacional da cidade do Rio Grande, e na disponibilidade de séries temporais. O bairro Cassino não foi inserido da pesquisa, pela indisponibilidade de dados e a dificuldade de se estabelecer um padrão similar entre os imóveis. Os dados foram coletados em jornais e revistas dos anos de 2000 a 2012.

aumentou, em média, 70%, enquanto que, a partir da implantação do Polo Naval (2006 a 2012), o incremento foi superior a 330%. O Gráfico 2, a seguir, ilustra a evolução dos preços dos imóveis à venda na cidade do Rio Grande no período de 2000 a 2012.

**Gráfico 2 - Evolução dos preços dos imóveis à venda na cidade do Rio Grande no período de 2000 a 2012**



Fonte: Adaptado de Silva et al. (2012, p. 12).

É possível observar no Gráfico 2 que o incremento no valor dos imóveis teve início em meados de 2003, antes mesmo do início da construção do dique seco na cidade, uma vez que nesse ano a FINEP lançou um edital de financiamento de projetos estruturantes para a indústria naval brasileira, sendo que uma das exigências do edital era a inserção de Rio Grande como um novo Polo Naval. A partir de 2006 os preços tiveram um crescimento exponencial, principalmente nos imóveis de três e dois dormitórios, superando os 600% (SILVA et al. 2012). O entrevistado E12 destaca essa valorização dos preços dos imóveis nesse período:

Quando chegou em Rio Grande a indústria naval, um apartamento de um quarto, sala e cozinha custava de R\$ 300,00 a R\$ 400,00 reais, no máximo. Hoje um conjugado com quarto, um banheiro e uma salinha está por volta de R\$ 700,00. Um apartamento para uma pessoa não sai por menos de R\$ 1.000,00. E mesmo assim não acha (E12).

A demanda por imóveis, a massiva importação de mão de obra qualificada para o trabalho na indústria naval e nos setores direta ou indiretamente ligados a ele, as perspectivas futuras de que o Polo Naval se consolide ainda mais no decorrer dos próximos anos, aliados à

flexibilidade do Plano Diretor em vigência no município atraíram a atenção de muitos especuladores na cidade, que viram uma oportunidade para aplicação do capital em empreendimentos imobiliários. O entrevistado E9 destaca essa particularidade e o interesse por parte desses especuladores em construir grandes edificações que não se integram às características da arquitetura local, uma cidade histórica com prédios antigos térreos ou com poucos andares,

Hoje nós temos de 40.000 a 50.000 economias a serem construídas e ofertadas. Estamos iniciando processos de verticalização na cidade com alterações no Plano Diretor para poder construir prédios de 18, 20, 22 andares. Como encareceu demais o metro quadrado e como a cidade é antiga, os empreendedores externos, para entrar no mercado, eles colocaram a seguinte condição: para eu gastar 2, 3 milhões de reais para comprar meia dúzia de casas antigas, sem valor histórico eu vou gastar muito para construir só 8, 10 pavimentos, então não vale a pena. Então a solução encontrada foi essa: para poder construir acima de 12 pavimentos tem que ter 5 metros de área verde dos lados do prédio. E são todos empreendedores de fora de Rio Grande. Não tem nenhum empreendedor de Rio Grande, até porque a nossa indústria da construção civil ficou 20 anos estagnada, foi fechando, então são todos empreendedores externos. Os grandes condomínios horizontais, dois de São Paulo cada um para 9.000 economias, a ECOVIX/ENGEVIX disse que vai construir até 8.000 economias, são todos empreendimentos de fora de Rio Grande, porque não tem capital local para enfrentar esse tipo de disputa. Então o que nós vamos ter, na realidade, são projetos que estão tramitando na FEPAM<sup>82</sup> por causa da liberação ambiental por causa do tamanho dos condomínios (E9).

Atualmente estão em fase de projeto ou construção diversos empreendimentos, entre eles *shoppings*, hotéis, condomínios fechados e edifícios. O Quadro 8, a seguir, relaciona esses investimentos, a situação e a localização de cada um deles.

**Quadro 8 – Empreendimentos imobiliários em Rio Grande**

Ramo/Empresa	Situação	Tipologia/Localização
Hotelaria / Vila Moura Executivo	Instalado	Edifício / Centro
Hotelaria / Swan Tower Express	Instalado	Edifício / Centro - Orla
Hotelaria / Pacífico Sul	Instalado	Edifício / Avenida Itália
Consumo / Mercado Guanabara	Instalado	8 lojas / Av. Itália, Junção e Centro
Consumo / Rede Walmart	Instalado	2 lojas / Centro
Consumo / Atacadão	Instalado	1 / Avenida Itália
Shopping / Praça Rio Grande	Projeto Aprovado	25.000 m <sup>2</sup> / Av. Jóquei Club
Multiuso / Complexo Praça Rio Grande	Anteprojeto	6 Torres / Av. Jóquei Club
Shopping / Rio Grande	Projeto em Aprovação	-
Complexo Urbanístico / Aquários Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Anteprojeto	4 torres e 1,5 mil unidades habitacionais
Habitação / Figueira Park Condomínio Residencial	Em construção	16.000m <sup>2</sup> - 84 unidades habitacionais em condomínio fechado / Junção

<sup>82</sup> Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler/RS.

Habitação / Complexo Urbanístico Polinésia	Em aprovação	Condomínio Fechado – 1.835 unidades habitacionais
Habitação/Residencial Engevix/Ecovix	Em aprovação	Condomínio Fechado – 300ha
Habitação / Loteamento Parque do Lago	Em aprovação	Loteamento - 311 lotes / Bolacha
Habitação/Residencial Santorini	Em aprovação	Condomínio – 162 unidades habitacionais / Junção
Habitação/Arcandia urbanismo	Em aprovação	Loteamento – 1.100 lotes / Trevo de acesso à cidade
Complexo Urbanístico / Cadiz	Em aprovação	Prédios comerciais, residenciais e casas / Parque Marinha
Habitação/Country Club e Arcobrás	Em aprovação	Condomínio Horizontal – 250 lotes / ERS 734
Habitação / Residencial Real Park Rio Grande	Em aprovação	Loteamento – 5089 lotes / RST 734
Habitação / Edifício Marques de Tamandaré	Em construção	Edifício - 60 apartamentos / Centro
Habitação / Edifício Dona Valéria	Em construção	Edifício - 128 apartamentos / Centro
Habitação / Edifício Neo Residencial	Em construção	Edifício – 72 apartamentos / Centro
Serviços / Edifício Comercial Porto de Gales	Em aprovação	Edifício / 220 salas / Centro

Fonte: Muller e Moroso (2013, p. 23).

No entanto, alguns entrevistados relatam que esse processo de expansão deve ser analisado com rigor, uma vez que esses projetos imobiliários vão começar a invadir a chamada área sensível, que é a área de banhados,

Rio Grande não é uma cidade que foi feita para ter 200.000 habitantes nem 400.000 como se projeta no futuro. É uma cidade que de fato faz parte de um ecossistema, Lagoa dos Patos, Saco da Mangueira, outras lagoas em direção ao Taim. É um sistema bastante complexo e extremamente recente, ele tem uma formação que tem apenas 6.000 anos para cá, formação geológica mais recente do Rio Grande do Sul. Então se tu mexes nessa restinga, seja do lado de São José do Norte ou aqui o efeito vai ser bastante grande. Inclusive como o lençol freático está a meio metro da superfície ou menos no momento que tu começa a mexer demais nisso vai fazer uma poluição das águas subterrâneas, contaminação com material químico e biológico, etc. Talvez Rio Grande já tenha chegado no seu limite, só que é óbvio que ninguém vai segurar esse processo (E25).

Essa área que fica aqui na área central, que fica limitada pela estrada, essa é a área de projeção de expansão, essa área aqui é geograficamente uma área de baixadas, uma área de formação geológica recente, é uma área de banhados. Todos os projetos de expansão imobiliária estão sendo projetados pra cima desse espaço aí, e isso significa um necessário cuidado muito grande. O ponto mais alto do centro da cidade está a 1 metro e 10 centímetros do nível do mar. Então, toda a cidade tem uma dificuldade de escoamento, um projeto que precisa ser estruturado primeiro. Mas a expansão vai acontecer. Tem 3 projetos, vamos dizer assim, um aqui na Vila da Quinta prevendo 49 mil pessoas, um condomínio horizontal. Aqui no novo shopping que vai pro Cassino, tem um horizontal e vertical, aqui deve aglomerar aproximadamente 14 mil pessoas. O outro shopping lá no centro que está em construção em fase final e prevê ainda as torres de habitações, e vai aglomerar cerca de 5 mil naquele conjunto, duas torres grandes, um hotel, vai ter em torno de 5 mil pessoas. Então, 14 mil aqui mais 49 mil lá, fora os empreendimentos pequenos, eu estou falando só dos grandes (E10).

Alguns entrevistados, no entanto, relatam que mesmo com a execução das obras de infraestrutura físicas vinculadas ao PAC, os problemas e demandas históricos em Rio Grande persistem e foram até mesmo agravados com a instalação do Polo Naval. Segundo o Entrevistado E25, houve uma falta de planejamento e até mesmo um erro na escolha de Rio Grande como uma das cidades que receberiam esses investimentos:

É uma cidade em que não poderia ter acontecido o Polo Naval, na minha opinião, ela não estava preparada para o Polo Naval, porque primeiro vem o problema e depois se tenta articular uma solução. Só que essa solução deu para perceber que não há qualquer tipo de agilidade. Eu diria não há forças vivas, usando um termo antigo, na cidade que politicamente têm sido pressionadas para que essas coisas aconteçam. Vamos pegar um exemplo: está sendo feita a duplicação Rio Grande-Pelotas, que vai chegar até Porto Alegre. Só que tinha que ter começado a duplicação pela estrada da Barra, que passa pelo Estaleiro Rio Grande. Tenta passar pelo Estaleiro Rio Grande em qualquer horário a partir das 16H00. Tu vai ficar no mínimo 2 horas e meia em um trecho que tu faria em 10 minutos. Então o que está acontecendo? Foi um grupo de vereadores até Brasília e descobriram que talvez em março de 2014 comecem a afinar o projeto para colocar o edital na rua. Então é sinal que se colocarem o edital daquela obra em março de 2014, o que não deve acontecer, a previsão dela seria mais 3 anos no mínimo. Então até o ano de 2017 ou 2018 não tem solução para aquilo. A impressão que dá é que a cidade é muito mal gerenciada no sentido de ter uma visão de futuro, de crescimento e até de resolver problemas (E25).

Em Rio Grande, entre os anos 1997 a 2012, o mesmo partido<sup>83</sup> e também a mesma família<sup>84</sup> estiveram à frente da Prefeitura, o que implicava numa continuidade administrativa e ideológica no comando do município (KUPSKI, 2012). Machado (2013, p. 13-14) observa que essa composição sob hegemonia do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) mantinha alianças com gestores e parlamentares da ditadura civil, o que pressupunha “certa durabilidade do projeto de desenvolvimento do município de pelo menos uns 50 anos”. No entanto, nas eleições de outubro de 2012 houve a mudança na direção da Prefeitura com a vitória do candidato Alexandre Lindenmeyer, do PT, e seu vice Eduardo Lawson, do Partido Socialista Brasileiro (PSB). Estes foram eleitos para o mandato de 2013 a 2016 com 59.543 votos (51,05% dos votos válidos de um total de 147.322 eleitores), tendo como concorrente principal o candidato Fabio Branco, do PMDB (que obteve 49.919 votos). Isso demonstra

---

<sup>83</sup> O Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que em Rio Grande não é coligado com o PT, como ocorre no nível federal.

<sup>84</sup> A família Branco, como era chamada pela população e pela imprensa governou o município por 16 anos, nos seguintes mandatos: Wilson Mattos Branco, eleito para o período 1997-2000, com 33.405 votos; Fábio de Oliveira Branco, eleito para o período 2001-2004, com 51.677 votos; Janir Souza Branco, eleito para o mandato 2005-2008, com 83.047 votos (maior votação na história de Rio Grande), e; novamente, Fábio de Oliveira Branco, cujo mandato contemplou o período de 2009-2012, com 60.471 votos.

uma tentativa de parte da população rio-grandina em alterar o projeto de cidade que vinha sendo construído nos últimos anos.

Outros entrevistados também ressaltaram que problemas e demandas históricas da cidade do Rio Grande foram agravados em função da implantação do Polo Naval. A criação de infraestruturas em Rio Grande beneficiam, prioritariamente, a circulação do capital em projetos como a ampliação dos molhes da barra e duplicação da BR-392, e a implementação dos grandes projetos como a revitalização da indústria naval (com a construção e expansão de estaleiros) e geração de energia (construção de usinas eólicas), que detêm a maior parte dos recursos financeiros destinados pelo PAC ao município (conforme Tabela 11). A criação e ampliação de infraestruturas são necessárias para reforçar a coerência estruturada de uma região, no entanto, essas mesmas infraestruturas contribuem para a mobilidade do capital e da força de trabalho, aumentando o poder do solapamento da coerência, diminuindo a viabilidade dessas obras (HARVEY, 2005). Assim, as obras que mais atenderiam a comunidade (tais como os projetos inseridos nos eixos PAC Água e Luz para Todos ou PAC Comunidade Cidadã) são submetidas em segundo plano e priorizadas aquelas que facilitam a circulação do capital (como é o caso da maioria dos projetos nos eixos PAC Energia).

### **5.3.3 Padrões de demanda e oferta de mão de obra**

Outro aspecto da coerência estruturada está ligado à mobilidade geográfica da força de trabalho. Embora num primeiro momento essa mobilidade e sua fácil adaptação à circulação inconstante do capital sejam necessárias ao processo de desenvolvimento capitalista como um todo, Harvey (2005, p. 147) afirma que os capitalistas individuais “preferem uma força de trabalho estável e confiável, além de oferta cativa de mão de obra”. Isso significa ter excedentes adequados de força de trabalho, para assegurar o controle capitalista em relação tanto ao processo laboral como aos índices salariais, uma vez que a reprodução e a expansão da força de trabalho não estão sob seu controle direto.

A vinda do Polo Naval para a cidade ocasionou uma intensa necessidade de mão de obra qualificada para atuar na indústria naval, petroleira, da construção civil e em outras atividades direta e indiretamente relacionadas a elas. Conforme relatos dos sujeitos entrevistados, a população local não tinha a qualificação exigida, uma vez que não foi preparada previamente por meio de cursos preparatórios para as funções específicas

demandadas pelos novos setores que começaram a operar ou se intensificaram na cidade. A transição de um padrão de reprodução para outro implica a emergência de novos setores, ramos e indústrias que demandam força de trabalho com características diferenciadas, com outras qualificações, tipos de contrato e distintos valores diários e totais (OSORIO, 2012a). No caso específico de Rio Grande, o problema da qualificação da mão de obra se mostrou um grande desafio para as empresas que ali se instalaram para atuar no Polo Naval, mesmo após sete anos de implantação. Esse problema ainda persiste, conforme relatam os entrevistados E9, professor da FURG, E13 e E12, vinculado ao Sindicato dos Metalúrgicos da cidade:

A mão de obra está muito cara, escassa, apesar de tudo o esforço de 2004 para cá, o PROMINP já formou mais de 100.000 pessoas no Brasil, principalmente pessoal de nível técnico (E9).

No início quase que 100% da mão de obra era de fora, porque as pessoas não tinham qualificação, não foram preparadas pra isso, não havia cursos que davam essa especialização que a própria Petrobras exige, que a indústria naval exige (E13).

Ainda está tendo o problema da qualificação. A cidade não se preparou antes. Parte disso porque sempre houve notícias de que empresas e estaleiros iriam se implantar na cidade. Criaram-se expectativas, especulações, mas chegava na hora não vinha nada. Então o povo ficou desacreditado disso. Então ninguém se preocupou com isso, ficavam pensando “deixa acontecer e depois eu gasto para me qualificar”. A própria Prefeitura também não tomou iniciativa nenhuma, porque era procurada pelas empresas e daqui a pouco as empresas iam embora, aí ficou todo mundo resguardado. E quando abriram os cursos aqui, abriram muitos cursos sucintos. O próprio SENAI não teve condições de formar profissionais qualificados para o Polo Naval porque é um profissional diferenciado, lá no Polo Naval usam soldas especiais. Inclusive o próprio PROMINP não conseguiu formar em função das especificidades exigidas nas funções, noites na fila para conseguir fazer o curso, na expectativa de fazer o curso e os profissionais saíram de lá com certificado de soldador, mas foram trabalhar de ajudantes, reaproveitados numa escolinha na empresa. O SENAI mesmo dava um curso de soldador de 180 horas, sendo 90 horas de aulas teóricas e 90 horas de aulas práticas e nessa era uma máquina para cada 4 pessoas. No Polo Naval tu não chegas com o certificado falando que tu és um profissional formado e tu és contratado, na verdade lá tem que fazer uma série de testes. Existe a prerrogativa que não adianta tu falar que tu sabes, tu tens que provar que tu sabes (E12).

A entrevista de E12 revela uma falta de planejamento por parte dos órgãos públicos quanto ao oferecimento de cursos de qualificação e capacitação profissional. Mesmo quando esses cursos eram oferecidos, seu conteúdo muitas vezes não atendia as exigências das funções, uma vez que na grande maioria das vezes a carga horária para o conteúdo teórico e prático era insuficiente. Isso deu margem ao aparecimento de diversos cursos oferecidos por empresas privadas que se instalaram em Rio Grande visando atender esse “nicho de



mercado”, conforme as palavras do entrevistado E7, um cronista da cidade. Ao transitar pela cidade é possível ver vários anúncios desses cursos, também publicados nos classificados dos jornais locais, conforme pode ser visto na Foto 4, abaixo:

**Foto 4 – Exemplo de anúncio de cursos de capacitação para cargos no Polo Naval**



Fonte: Folha Gaúcha (2013, p. 11).

No entanto, o entrevistado E12 ressalta a importância da cautela na escolha de cursos de qualificação, quando afirma:

Temos que tomar cuidado com os cursos de porta de garagem, porque vendem sonhos, e os cursos são caros. Um curso de solda sai por volta de R\$ 3.500,00 a R\$ 5.000,00. O negócio desses cursos é tomar o dinheiro e mandar o profissional embora logo. Muitas pessoas venderam o que tinham para fazer e não foram satisfatoriamente formadas (E12).

Além das distintas exigências das funções empregadas pelas empresas atuantes no Polo Naval nesses setores em emergência no novo padrão de capital reproduzido na cidade do Rio Grande, outro fator que fez com que parte da população buscasse qualificação profissional: os salários e benefícios pagos por essas empresas se comparado a outros setores e ramos. Segundo o entrevistado E8, gerente de recursos humanos de uma empresa terceirizada pela QUIP, o trabalhador contratado pela empresa em que ele trabalha ganha:

Para você ter uma ideia, além do salário base de R\$ 960,00 reais oferecido, ninguém pode ganhar menos que isso, claro variando de função para função, a empresa ainda oferece plano de saúde (estendido para a família), seguro de vida no valor de 38 vezes o valor do salário, transporte, hora extra, prêmio produtividade, uniforme, refeição (café, almoço, jantar) no refeitório da empresa (canteiro de obras), com ar-condicionado, cesta básica no valor de R\$ 160,00, alojamento e a cada 90 dias são 5 dias úteis para visitar a família. Além disso, são oferecidos treinamentos em cursos no SENAI e treinamento obrigatório de 2 dias sobre segurança e uso de equipamentos de proteção individual (E8).

O depoimento do Entrevistado E8 corrobora com a argumentação de Harvey (2005) de que processos básicos de reprodução social, tais como educação e saúde são apoiados pelos

capitalistas com vistas à preservação da força de trabalho de determinada quantidade e qualidade em certo território. O salário e os benefícios concedidos atraíram muitos trabalhadores de outros setores, que buscaram qualificação e uma oportunidade para atuar no Polo Naval. Um dos setores onde foi observada maior migração foi o comércio, que sofreu alterações inclusive nas características da mão de obra, conforme relatam os Entrevistados E9, E17 e E10. Este último ainda observa que para suprir a necessidade de mão de obra foi necessário buscá-la de municípios vizinhos:

Hoje tem uma disputa violentíssima de mão de obra com o que está colocado na região, as indústrias de fertilizantes, os terminais portuários, refinaria e com o comércio, que está perdendo mão de obra direto, porque não tem como competir. Inclusive tem um fenômeno de gênero aí, hoje já está em praticamente 80% das pessoas que são empregadas pelo comércio é feminino, porque os homens estão fazendo cursos de madrugada para se empregar no Polo Naval. Isso é típico de quando é introduzido um vetor industrial novo numa região, ainda mais dessa dimensão. Obrigatoriamente ele disputa a mão de obra local, porque interessa, para não importar muito, então eles já colocam o valor lá em cima para captar a mão de obra do entorno, então quem não eleva o valor de sua mão de obra perde ela. Tem um lado benéfico disso que obriga toda a massa salarial a acompanhar. O negativo disso é que quando tem muito dinheiro o comércio e os serviços entram no jogo da oferta e da procura (E9).

Mão de obra, uma coisa que tu jamais percebia nos supermercados era “precisa-se”. Hoje é só o que tu encontra nos supermercados. E um fenômeno que eu observei, é a juventude dos atendentes. Tu olhas e diz, nossa, essa pessoa não deve ter mais do que 16, 17 anos. Por quê? É o rescaldo do rescaldo, tu já não consegue mais contratar, todo mundo quer a galinha dos ovos de ouro que é o Polo Naval então todo mundo quer trabalhar lá e claro, nosso comércio pelo que eu sei não paga tão bem assim e daí acaba ficando sem funcionários. Sem funcionários, menos capacidade de atendimento (E17).

Para trabalhar em supermercado agora eles estão contratando pessoas com mais de 60 anos em turno de 4 horas, porque não consegue dar conta... Também em outros segmentos do setor produtivo eles trazem pessoas de outras cidades. Tem exemplos na construção civil que eles trazem mão de obra de fora. Tem duas empresas que fazem isso: recolhem trabalhadores na região de Bage e Piratini<sup>85</sup> trazem a mão de obra na segunda-feira e devolvem na sexta-feira, porque não tem como mantê-la e é mais fácil, com custo menor, fazer um trabalho transitório de vir e levar (E10).

Além disso, muitos trabalhadores vieram de outras unidades da federação, tais como São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Minas Gerais e Bahia para trabalhar no setor naval. Alguns ainda vieram de outros municípios do Estado do Rio Grande do Sul conforme o relato

---

<sup>85</sup> O município de Bagé fica a aproximadamente 220 quilômetros de Rio Grande, enquanto que Piratini, 130 quilômetros.

do entrevistado E9. Já o Entrevistado E25 aponta que os cargos mais altos são ocupados por pessoas de fora do Rio Grande do Sul:

E na realidade o que a gente está vivendo aqui é um processo em que a migração intra Rio Grande do Sul é que está muito intensa. Então provavelmente a gente esteja já com 60.000 pessoas a mais já no tecido urbano que tem 200.000 então estamos com 260.000 talvez, disso aí no mínimo 40.000 são gaúchos que estão migrando nos últimos 4 anos, estão ficando e eles é que estão inchando a cidade, não são os coitados dos baianos, dos mineiros, dos cariocas... uma cidade de porte médio não incha com 10.000 operários, não te dá uma sensação de inchaço. Os gaúchos que estão vindos trazem sua família... Nós aqui temos ciclos de industrialização, que mais ou menos duram 30 anos... Então quem migrou pra cá nos anos 1970, ficou e aqui tu tens muita gente da chamada campanha gaúcha, provavelmente esse pessoal está recebendo parentes da nova leva... Muitas pessoas estão recebendo parentes e os alojam nas suas casas e isso é que dá a sensação de inchaço (E9).

Uma grande parte dos trabalhadores, especialmente os mais remunerados, eles são de fora de Rio Grande, então eles vão enviar grande parte de seus recursos adquiridos para fora, para outros Estados (E25).

Sem dúvidas houve incremento na quantidade de pessoas contratadas nativas de Rio Grande, tanto no setor naval quanto em outras vagas que surgiram no comércio e na prestação de serviços. Mas ao mesmo tempo houve uma enorme importação de mão de obra. Devido a isso boa parte dos salários ganhos pelos operários não fica em Rio Grande, pois é remetido às suas cidades de origem. Alguns entrevistados apontaram que já ouviram comentários da população local sobre isso, principalmente de comerciantes, que não tiveram aumento significativo nas vendas, mesmo após o incremento da população.

Dados do Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010) mostram que havia em Rio Grande 13.178 pessoas (de 5 anos ou mais de idade) que não residiam no município em 31/07/2005, sendo 6.664 mulheres e 6.514 homens. Apesar dessa “sensação de inchaço” relatada pelo entrevistado E9 e em conversas informais realizadas com muitos moradores, os números do IBGE não comprovam que a população tenha sofrido um aumento significativo desde o início da década de 1990, conforme ilustra a Tabela 12, a seguir.

**Tabela 12 – Crescimento da população do município de Rio Grande (1991 – 2010)**

Ano	População total	População Urbana Absoluta	População Urbana Relativa (%)
1991	172.408	165.009	95,70
2000	186.544	179.208	96,06
2010	197.253	189.472	96,04

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do IBGE (1991; 2000 e 2010).

A população estimada pelo IBGE (2010) para o ano de 2013 na cidade foi de 206.161 habitantes. O número real de migrantes é de difícil mensuração, e mais difícil ainda é relacionar esses migrantes com o trabalho no Polo Naval. Entre a população residente na cidade, 6.262 pessoas declararam que não nasceu na Região Sul, conforme demonstra a Tabela 13, a seguir.

**Tabela 13 - Rio Grande: população residente por lugar de nascimento (Censo Demográfico 2010)**

Lugar de nascimento (Região)	População (número de habitantes)
País estrangeiro	552
Brasil sem especificação	402
Região Centro-Oeste	269
Região Nordeste	1.344
Região Norte	165
Região Sudeste	3.530

Fonte: IBGE (2010).

O número real de postos de trabalho gerados pelo Polo Naval também é amplamente controverso e não apresenta consenso nas várias fontes pesquisadas. Isso se deve, em parte, pelo grande número de empresas que atuam na construção das plataformas no sistema de terceirização, quarteirização e até “quinteirização”, sendo que cada uma delas é responsável por seus funcionários, dificultando a totalização do número de pessoas realmente contratadas. Outra razão da “ocultação” desses números diz respeito à grande quantidade de pessoas que são contratadas provenientes de outras localidades em detrimento da população local, como aponta um dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos de Rio Grande, em entrevista concedida em junho de 2013,

O último dado que nós temos foi passado na 40ª Conferência da Indústria Naval realizada em Porto Alegre em 11 de junho de 2013, saiu um número que nós não tínhamos aqui porque eles falavam que eram 12.000 trabalhadores contratados. Os empresários sempre tentam burlar o número real de trabalhadores que empregam. Eles falavam que eram 12.000-13.000 e saiu lá na conferência que são 18.500 trabalhadores na indústria do Polo Naval, número real. A parte da ECOVIX/ENGEVIX que está construindo oito cascos e duas sondas em série, eles tem cerca de 5.000 trabalhadores, 90% local. Temos uns 13.500 por lado da QUIP e daí deve der uns 60% a 70% dos trabalhadores são de fora de Rio Grande. As empresas manipulam os dados, e as grandes reportagens também. Por exemplo, a que saiu na Zero Hora mostrou que 80% dos trabalhadores do Polo Naval são rio-grandinos. Isso nunca existiu, em momento algum (E12).

Para as empresas atuantes no Polo Naval evitarem questionamentos quanto ao não aproveitamento da força de trabalho local, uma “estratégia” foi adotada, ainda conforme o relato do Entrevistado E12,

Nós fizemos um trabalho de investigação no Sindicato para descobrir por que as empresas afirmavam que estavam com 80% de trabalhadores da cidade. E aí nos

acabamos descobrindo a forma de manipulação, ou seja, quando eles ligam para o trabalhador lá na Bahia, por exemplo, eles dizem: “olha, nós temos uma vaga aqui de gerente para ti, mas só tem um detalhe, tu vens para Rio Grande, aluga uma casa, me traz um comprovante de endereço água e luz no teu nome, aí a vaga é tua”. Aí são todos cadastrados pelo comprovante de endereço. Os melhores salários acabam sempre ficando para fora do Estado. Mas a cada projeto [plataforma] tem melhorado (E12).

Alguns entrevistados destacam a participação da FURG na formação de profissionais visando atender o Polo Naval. Em poucos anos, a referida Universidade dobrou de tamanho em número de cursos, de vagas e espaço físico. Foram criados novos cursos para atender a demanda dos estaleiros. Em 2005 eram oferecidos 35 cursos, enquanto que em 2011 esse número foi elevado para 53. No ano de 2014 estão sendo oferecidas 680 vagas nas 13 Engenharias, um crescimento de 134% no número de vagas em comparação ao ano de 2008. Os cursos oferecidos nessa área são: Engenharia Bioquímica, Engenharia Civil, Engenharia Civil Costeira e Portuária, Engenharia Civil Empresarial, Engenharia de Alimentos, Engenharia de Automação, Engenharia de Computação, Engenharia Mecânica, Engenharia Mecânica Empresarial, Engenharia Mecânica Naval, Engenharia Química, Engenharia Agroindustrial Agroquímica e Engenharia Agroindustrial - Indústrias Alimentícias, esses dois últimos oferecidos no campus de Santo Antonio da Patrulha (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE, 2014a). O Entrevistado E22 retrata o crescimento da FURG nos últimos anos:

A FURG num período de oito anos dobrou de tamanho. Nós tínhamos 6.000 alunos de graduação, hoje nós devemos estar com quase 14.000 alunos, envolvendo alunos de graduação e pós-graduação *lato e stricto sensu*. Era uma universidade modesta, pequena. Hoje nós já estamos num outro estágio de desenvolvimento (E22).

O apoio ao setor naval se dá também em outras ações, tais como a coordenação do APL Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande e Entorno, já descrito anteriormente, e como entidade anfitriã da Feira do Polo Naval, evento que em 2014 foi realizado pelo terceiro ano consecutivo. Realizada no Centro Integrado de Desenvolvimento e Estudos Costeiros (Cidec-Sul) e mais dois pavilhões montados exclusivamente no campus da Universidade, numa área de 4.800 m<sup>2</sup>, a Feira contou com 250 estandes de expositores de empresas de produtos e serviços relacionados ao setor naval, *workshops*, rodadas de negócios coordenadas pelo SEBRAE, seminários de direito e o NAVTEC (III Conferência Internacional em Tecnologias Naval e *Offshore*: produtividade, competitividade e novas fronteiras). A expectativa era de que 25.000 visitantes passassem pelo evento.

Além disso, em 2013 o Conselho Universitário da FURG aprovou o projeto do OCEANTEC, Parque Tecnológico que se propõe a “integrar universidades, empresas e governos, favorecendo a criação de um ambiente propício à inovação e à difusão do conhecimento” (FURG, 2014b, p. 6), formando o que se denomina “hélice tríplice<sup>86</sup>” (interação Universidade-Empresa-Governo). O Parque tem apoio da Prefeitura Municipal do Rio Grande e do Governo do Estado do Rio Grande do Sul e contará com uma área de 5 hectares para as suas atividades no campus da FURG. A configuração do projeto conta com cinco eixos científico-tecnológicos de atuação, sendo eles: naval e *offshore*; energia e mineração; logística; biotecnologia e sistemas costeiros e oceânicos. A intenção é “consolidar um desenvolvimento mais duradouro, capaz de garantir a permanência territorial de investimentos, assim como a valorização de aspectos sociais e ambientais”, colaborando, assim, para que o Polo Naval seja um ciclo que possa “durar para sempre” (FURG, 2014b, p. 5). Na cerimônia de abertura da 3ª Feira do Polo Naval, em 12 de março de 2014, foi assinado o contrato de adesão da primeira empresa âncora do Parque, a ECOVIX/ENGEVIX.

#### 5.3.4 Quantidades e qualidades de consumo

As alterações dos arranjos sociais, políticos e econômicos com a vinda do Polo Naval à cidade de Rio Grande tiveram reflexos também no padrão e estilo de vida tanto dos trabalhadores como da burguesia. Neste ponto da tese são aprofundados aspectos concernentes aos trabalhadores do setor naval no que diz respeito à superexploração do trabalho, ao preconceito social e racial por eles sofridos e aos indicadores sociais do município antes e após a implantação do Polo Naval.

Como já mencionado, muitos trabalhadores vieram de outros municípios e Estados da federação para trabalharem em Rio Grande na expectativa de encontrarem melhores condições salariais. Alguns deles, no entanto, enfrentaram dificuldades já nos primeiros dias, uma vez que o clima da cidade difere muito de sua região de origem, conforme o entrevistado E29,

---

<sup>86</sup> A Hélice Tríplice parte da percepção de que mudanças na profundidade e no significado do papel do governo, das empresas e das universidades estão ocorrendo. Essas mudanças estão levando empresas, governos e universidades a interagirem e usarem a Ciência e a Tecnologia para produzirem riqueza e para manter ou ganhar competitividade em escala global (SANTOS e FRACASSO, 2000).

Na verdade tive vontade de entrar novamente no avião quando desci em Porto Alegre e voltar para a minha cidade. Estava muito frio, cheguei aqui em Rio Grande no inverno. Venta muito na cidade e faz muito frio, eu não estava preparado para isso, sou de Madre de Deus, na Bahia. No meu alojamento não tinha aquecimento e o chuveiro esquentava pouco, tinha apenas um cobertor. Mas fiquei. Vim em busca de novas oportunidades, de emprego (E29).

Em função da escassez e do alto valor dos imóveis, uma parte considerável dos trabalhadores oriundos de outras cidades moram em locais alugados pelas próprias empresas, os chamados alojamentos, onde dividem um quarto com outros trabalhadores. Imóveis antigos ou construídos para outras finalidades foram convertidos em alojamentos, como é o caso da antiga delegacia da Polícia Civil, situada em uma das principais ruas da cidade, a Colônia de Férias da Refinaria Ipiranga, localizada no Balneário Cassino e o prédio de uma rádio. Muitos desses alojamentos são clandestinos, pois não possuem condições mínimas de moradia, abrigando um grande número de trabalhadores, como relatam os entrevistados E12 e E25,

Como os imóveis estão muito caros e mesmo assim já esgotaram, então o que que se cria? Os alojamentos clandestinos. Vou te dar um exemplo, hoje as empresas pagam por volta de R\$ 30,00 por pessoa por dia aos donos dos lugares alugados. Nós fomos investigar esses alojamentos e daí o que encontramos: locais sem janelas, encanamentos velhos e sem esgoto, casas sem cozinha ou fogão, vasos sanitários sem tampa. Muitos não aguentam, porque quando fazem o contato para eles virem para cá a promessa é de um alojamento tranquilo, onde serão bem tratados e na verdade não é isso que encontram (E12).

Tem casas por aí, especialmente na Cidade Nova, que aparecem duas pessoas para alugar, para trabalharem no Estaleiro Rio Grande, alugam e na semana seguinte chega uma mudança e são 40 pessoas. Os coitados, o que que eles fazem? Como não tem lugar no chão para eles dormirem eles dormem em turnos, quando chega o ônibus que descarrega, aqueles outros são acordados, levantam, vão trabalhar e aqueles deitam no colchão no chão (E25).

Outros desafios, no entanto, se impuseram na adaptação e permanência dos trabalhadores “de fora” em Rio Grande. Muitas manifestações públicas ou veladas de preconceito racial e social aconteceram (e ainda acontecem) nas ruas da cidade. Como uma parte dos trabalhadores que migraram para Rio Grande é oriunda da Região Nordeste do País, sendo que alguns já haviam trabalhado em outros estaleiros (principalmente no Estaleiro Atlântico Sul, em Pernambuco), era comum serem chamados de forma generalizada e discriminatória de “bairianos”, como aponta o Entrevistado E9:

Essa sensação de inchaço que tu ouves o pessoal falar que a cidade está passando, e coitados dos bairianos que estão levando a fama, um preconceito absurdo até porque são eles que estão ensinando os gaúchos a fazer [referindo-se ao trabalho no Polo Naval] (E9).

Essa situação deu margem a elaboração de uma música, composta por dois rio-grandinos e interpretada por Vatapá e Acarajé, disponível no site YouTube, chamada “foge que é baiano”. A música retrata, de forma depreciativa, os costumes dos trabalhadores da Região Nordeste e exprime o preconceito vivido por eles em Rio Grande.

Deve-se ressaltar, no entanto, que a vinda desses trabalhadores foi providencial para que fosse possível a construção das plataformas no Polo Naval de Rio Grande. A primeira delas, a P-58, contava com a maioria de trabalhadores de outros Estados em função da baixa qualificação da mão de obra local para exercer as funções demandadas. Para o Entrevistado E15, o preconceito é exacerbado devido aos migrantes terem mais qualificação do que os próprios moradores locais e, com isso, ganharem melhores salários. O depoimento do Entrevistado E12, logo a seguir, demonstra um tratamento diferenciado para esses profissionais desconsiderando até mesmo as condições dos alojamentos onde eles vivem:

Com o emprego garantido, devido a sua qualificação e devido a ter trabalhado nessa indústria em outros locais, os trabalhadores de outras regiões foram fundamentais no início do Polo Naval. O rio-grandino, o nativo, que estava esperando a oportunidade, acabou criando uma birra, além, é claro, de toda diferença cultural que se tem (E15).

Nós não temos nada contra a vinda do pessoal de fora, só que é muito mais problemático, o custo de vida na região aumenta consideravelmente. Porque vou te dar um exemplo, um soldador, vamos falar o básico, o salário está por volta de R\$ 2.000,00-R\$ 2.500,00. O mesmo soldador de Rio Grande que ganha R\$ 2.500,00 se trouxer ele do Rio de Janeiro, o custo dele vai para R\$ 7.000,00, porque ele ganha o salário de R\$ 2.500,00, ele ganha moradia, ele ganha o transporte para levar e para trazer, ela ganha a alimentação, roupa de frio (E12).

No entanto, pelos relatos de trabalhadores, tanto rio-grandinos quanto oriundos de outras regiões, o trabalho no Polo Naval é árduo, perigoso, cansativo. Devido às plataformas estarem atrasadas influenciando o valor das ações da Petrobras (a “empresa-mãe”) no mercado, o ritmo de trabalho é intenso. Irregularidades trabalhistas foram apuradas pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) numa força-tarefa realizada nas construções das plataformas em maio de 2013 no que diz respeito ao descumprimento das normas de saúde, meio ambiente e segurança do trabalho. Também foram constatados “procedimentos irregulares em relação à jornada de trabalho, tais como jornada excessiva, inobservância do intervalo interjornada e trabalho aos domingos e feriados sem atendimento dos requisitos previstos em lei” (PORTELA, 2013, p. 1), já observados em relatório preliminar elaborado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O Entrevistado E12 relatou esses e outros problemas na construção das plataformas e as empresas, mesmo autuadas pelo MPT, continuam a prática:



Com as plataformas atrasadas, há uma pressão para que o trabalhador trabalhe mais. Assim, há muito pagamento de horas extras. A carga horária semanal dos trabalhadores do Polo Naval é alvo do Ministério do Trabalho toda semana. Na realidade a gente sabe que tem que ter 11 horas de descanso entre uma jornada e outra, mas não tem, isso não existe, eles pagam hora extra. E o pessoal quer, mesmo sabendo que a constância de uma carga horária elevada possui mais chances de causar acidentes de trabalho. [...] As empresas levam multa do Ministério do Trabalho, daí pagam a multa, porque às vezes a multa é ridícula, vou te falar assim, uma multa diária por excesso de hora extra custa R\$ 2.000,00. E a empresa às vezes vai ganhar R\$ 300.000,00-R\$ 400.000,00 com uma virada de noite de 600 homens. Além disso, muito poucos trabalhadores recebem adicional de insalubridade e periculosidade (E12).

A força tarefa realizada pelo MPT conduziu audiências com a Petrobras e com as empresas contratadas por ela (ECOVIX/ENGEVIX, QUIP e Construtora Queiroz Galvão), conforme relata Portela (2013, p. 2),

Foram realizadas três audiências. A primeira foi com a Petrobras, que prestou informações sobre sua participação nas operações e sua relação com as licitadas Ecovix, QUIP e CQG. A empresa esclareceu que o estaleiro ERG1 pertence à RG Estaleiros, do grupo Engevix. O ERG1 está cedido em comodato para a própria Petrobras por 10 anos, prorrogáveis por mais dois. A segunda audiência foi com a Ecovix, que forneceu informações sobre meio ambiente e jornada de trabalho. A empresa foi cobrada sobre situações como inexistência de copos plásticos em bebedouro, deficiência na sinalização horizontal e vertical da rota de fuga, altura dos suportes para cabeamento, ausência de fixação de andaime e sinalização das vias de tráfego. Foi proposto e firmado pela Ecovix termo de ajustamento de conduta (TAC) sobre meio ambiente do trabalho (rampas, reposição de copos, rotas de fuga e fiação). Também foi proposto TAC quanto ao excesso de jornada. Os procuradores verificaram excesso, por meio da análise dos controles de ponto. A empresa já foi, inclusive, autuada por tal irregularidade. No entanto, informou que tem adotado medidas no sentido de controle do excesso. A terceira audiência foi com a QUIP (P-55 e P-63). Os procuradores relataram os problemas identificados, quanto à jornada e intervalos, como prorrogações habituais de jornada, não concessão de intervalo interjornada, trabalho em domingos sem autorização da autoridade competente e ausência de descanso semanal remunerado. Quanto ao meio ambiente do trabalho, o MPT identificou rotas de fugas com obstáculos, ausência de rampas provisórias, rampa provisória com inclinação inadequada, armários de combate a incêndios lacrados, escadas de uso coletivo sem rodapé adequado, pisos com saliência, falta de material para enxugo de mãos em sanitários, escada provisória violando dispositivos contidos em Normas Regulamentadoras (NR) do MTE, irregularidades atinentes ao Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) e demais irregularidades constatadas pelo MTE na realização de ações fiscais.

Assim, a superexploração do trabalho, já apontada por Marini (2005) como sendo a essência da dependência latino-americana, é observada nas próprias empresas licitadas pelo Governo Federal. O prolongamento da jornada de trabalho constitui um mecanismo regular nas regiões dependentes, associado com a presença de salários muito inferiores ao valor da força de trabalho (OSORIO, 2012a). Para que o trabalhador possa alcançar uma elevação no seu rendimento mensal, é necessário que prolongue a jornada de trabalho. Desta feita, as horas extras fazem parte da composição do salário dos trabalhadores que atuam na construção das

plataformas, constituindo-se um mito de que seus salários sejam muito mais elevados do que a remuneração de outros setores, conforme aponta o Entrevistado E24:

Tu sabes que quem trabalhava no comércio ganhava em torno de R\$ 700,00-R\$ 800,00. Quem entra de ajudante no Polo Naval não ganha menos de R\$ 2.000,00 por mês, mesmo ganhando R\$ 960,00 porque tem a questão das horas extras. Trabalha sábado, domingo, feriado. E tem mais uns prêmios que os caras oferecem. É assim (E24).

Além disso, o entrevistado E12 ressalta uma “manobra” para que o salário de funcionários com a mesma função, porém com tempo de experiências distintos, sejam praticamente equivalentes. São os chamados níveis, que nas suas próprias palavras, servem para “pagar mais barato a mão de obra”. Segundo ele, “as empresas vão criando nível 1, nível 2, nível 3”, para não terem muitas funções distintas na hierarquia e com isso, “puxar o salário para baixo” (E12).

Outra questão relatada pelos trabalhadores entrevistados e que residem em outros Estados diz respeito à chamada “folga de campo”. No início das operações das construções das plataformas, os operários trabalhavam quatro meses para terem direito a três dias de folga. Considerando que Rio Grande não possui aeroporto em operação, parte desse tempo era utilizada para o transporte até Porto Alegre, de onde seguiam até suas cidades de origem. Recentemente, porém, os trabalhadores podem retornar às suas casas a cada três meses, pelo período de cinco dias úteis. Ainda assim, esse tempo é considerado insuficiente pelos trabalhadores.

Além disso, alguns entrevistados apontaram um aumento nas apreensões de drogas na cidade após a chegada do Polo Naval, conforme o depoimento de E11. Outros ainda destacam a utilização de entorpecentes por trabalhadores dessa indústria. Na opinião do Entrevistado E25, essa utilização deve-se, em grande parte, pelas condições de trabalho nas quais são submetidos esses trabalhadores, aliado ao isolamento social devido às horas excessivas de trabalho,

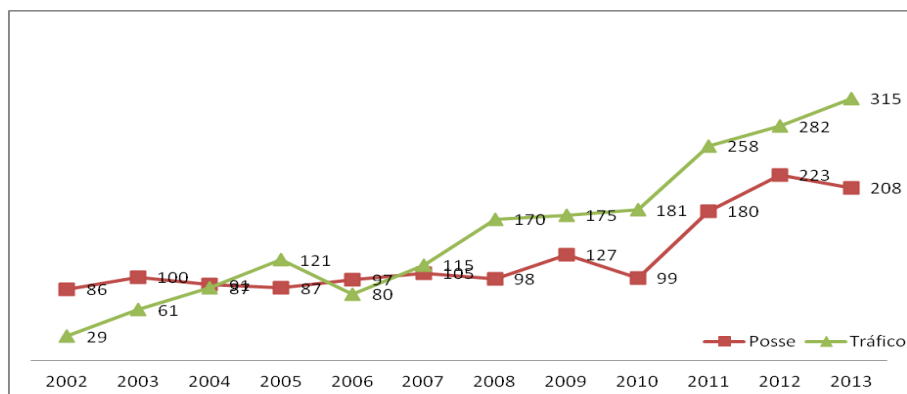
O tráfico de drogas aumentou bastante. Todos os dias que tu abrir o jornal tu vai ver que ocorreu uma apreensão (E11).

O pessoal é muito brutalizado. As condições de trabalho deles são terríveis. Ficar trancados numa plataforma horas a fio, espaço fechado, asfixiado, longe da família, isolamento, solidão, tudo está fazendo eles caírem na droga. Horas excessivas de trabalho muitas vezes fazem com que eles se droguem para ir trabalhar (E25).

A evidência do aumento do tráfico de drogas em Rio Grande é confirmada pelos dados da Secretaria da Segurança Pública do Rio Grande do Sul. No período compreendido entre os

anos de 2002 a 2013 houve um aumento de 141,9% na posse e 986,2% no tráfico de entorpecentes. Os indicadores criminais de posse e tráfico de entorpecentes em Rio Grande nesse período podem ser visualizados no Gráfico 3, a seguir.

**Gráfico 3 – Posse e tráfico de entorpecentes em Rio Grande entre 2002 a 2013 (em número de apreensões)**



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados da Secretaria da Segurança Pública do Rio Grande do Sul (2014).

Além de todas essas questões relativas às condições de trabalho, outro aspecto que merece destaque diz respeito à insegurança no emprego. Os trabalhadores são contratados por empresas licitadas pela Petrobras e por outras que prestam serviços a essas licitadas, mas a responsável por administrar a demanda pelas plataformas e demais embarcações petrolíferas é da empresa estatal. O que se constata é que não ocorre um planejamento completamente integrado das partes de forma que os trabalhadores sejam imediatamente alocados em outro projeto na ocasião da finalização. Com a conclusão da construção da P-58<sup>87</sup>, no final de 2013, aproximadamente 5.000 trabalhadores foram desmobilizados (sendo aproximadamente 2.000 trabalhadores de fora do Rio Grande do Sul) em função do hiato existente entre a assinatura do contrato e o início de outras duas plataformas planejadas para serem construídas em Rio Grande – a P-75 e a P-77 (BÄCHTOLD, 2013; ZERO HORA, 2013c). O Entrevistado E9, em entrevista em abril de 2013, antecipou essa situação,

Do ponto de vista socioeconômico nós estamos longe ainda de um processo que vai encontrar certo equilíbrio no curto prazo, não vai. Nós vamos ter aí problemas sociais desse tipo: nós temos 10.000 pessoas, daí a pouco tu desemprega 6.000/7.000. No entanto, empresas desse porte não podem abrir mão de uma mão de obra capacitada porque se ela perde essa mão de obra depois para ela recuperar ela tem que pagar muito bem (E9).

<sup>87</sup> A P-58 chegou a Rio Grande em 11 de outubro de 2011 e deixou a cidade em 04 de dezembro de 2013, com alguns meses de atraso na construção. Possui 330 metros de comprimento, 63 metros de altura e 56 metros e será instalada no Campo de Baleia Azul, a 78 quilômetros da costa do Espírito Santo, com capacidade de produção semelhante à P-55.

A insegurança também decorre devido à transferência de parte das construções das plataformas e demais embarcações a outros países como forma de reduzir prazos de entrega e custos de produção. A mobilidade obtida pelo capital na mundialização permite o deslocamento de plantas produtivas para outras regiões, principalmente àquelas onde os salários são mais baixos, devendo os trabalhadores da região de origem aceitar reduções salariais e prolongamento de jornadas de trabalho (OSORIO, 2012a). Em Rio Grande, em função do atraso na conclusão da P-58 e o conseqüente adiamento no início da operação da plataforma, a Petrobras transferiu para a Indonésia e para a China uma parcela da transformação (conversão) dos navios nas plataformas P-75 e P-77 com o objetivo de acelerar a construção e operação dessas embarcações. O processo de conversão é intensivo em mão de obra e por isso há grandes possibilidades de redução dos postos de trabalho nos estaleiros de Inhaúma (Rio de Janeiro) e em Rio Grande (ZERO HORA, 2013a).

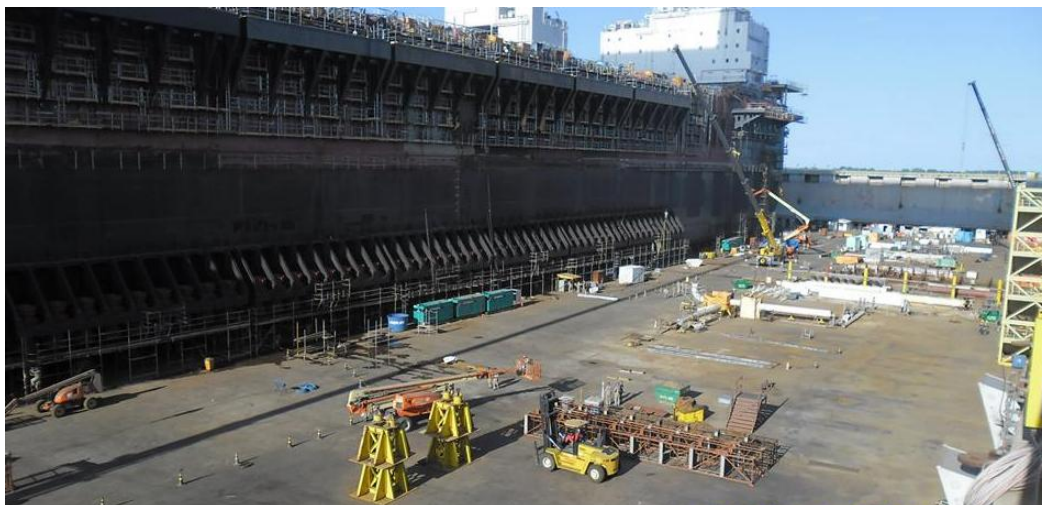
Essa mesma estratégia vem sendo utilizada pela Ecovix na construção dos cascos de FPSOs replicantes na cidade. Em visita dessa pesquisadora ao Estaleiro Rio Grande, em março de 2014, foi observada a construção do casco da plataforma P-66 (que se iniciou em outubro de 2012), porém, duas partes de outro casco já estavam atracadas no estaleiro, vindas do estaleiro Cosco (China), prontas para serem finalizadas no Brasil. O processo de finalização no País é fundamental para o cumprimento da meta da política de conteúdo nacional das embarcações. As Fotos 5 e 6, a seguir, mostram a construção da Plataforma P-66 no Estaleiro ERG1 pelo grupo ECOVIX/ENGEVIX.

**Foto 5 – Construção da Plataforma P-66 no Estaleiro Rio Grande (ERG1) – vista frontal**



Fonte: Foto tirada pela pesquisadora em 13 de março de 2014 no ERG1.

**Foto 6 – Construção da Plataforma P-66 no Estaleiro Rio Grande (ERG1) – vista lateral**



Fonte: Foto tirada pela pesquisadora em 13 de março de 2014 no ERG1.

No entanto, a transferência de parte das construções das plataformas e embarcações de apoio para estaleiros na Ásia tem sido frequente e é uma situação que vem sendo enfrentada também em outros estaleiros brasileiros. Segundo Ordoñez (2014, p. 1), recentemente a Presidente da Petrobras, Maria das Graças Foster, declarou:

Não é possível fazer tudo (no Brasil). Mais do que isso, a Petrobras não pode esperar. Não há nada, absolutamente nada, hoje sobre a mesa que justifique atrasar a nossa curva de óleo. Não é prioridade para nós nenhuma contratação que coloque em risco a nossa curva de produção. É exatamente esse óleo novo que nos dá segurança que a indústria naval, nossa fornecedora, veio para ficar e para ter conosco prestígio e a responsabilidade que é preciso ter.

O que se observa é uma disputa envolvendo o governo federal, os governos estaduais e municipais, muitos atores na cadeia de suprimentos da indústria naval, os trabalhadores direta e indiretamente contratados por essa indústria e os habitantes das cidades nas quais esses estaleiros estão instalados. A decisão, porém, não é simplesmente econômica, mas sim política, uma vez que em outubro de 2013, “a empresa perdeu US\$ 24 bilhões em valor de mercado em um só dia, após as ações caírem 10,3% na Bolsa, a maior queda em cinco anos, com a divulgação de reajuste de 4% no preço da gasolina e de 8% no do diesel” (ORDOÑEZ, 2014, p. 1).

O legado do Polo Naval à cidade de Rio Grande foi questionado por muitos entrevistados, quando se referiam à volatilidade dessa indústria e os prejuízos sociais causados por uma possível mudança política e a consequente transferência da produção das plataformas e embarcações de apoio para outros estaleiros nacionais ou internacionais. O Entrevistado E17 expôs muito bem esse receio,

E tu nunca sabes até onde vai esse tipo de investimento. E se daqui há pouco... Essa indústria naval é muito volátil pelo pouco que eu conheço. Daqui a pouco se tem um outro lugar aqui no Brasil ou até mesmo fora que ofereça condições amplamente melhores ela se desloca... E essa concorrência chega a ser feroz... e daí envolve a questão política também... E daí que dá esse receio também como cidadão... Vem tudo, fatores positivos e negativos, por enquanto mais negativos e daqui a pouco o fator motor vai embora. Será que as coisas negativas vão se amainar com o tempo? A tendência é que elas continuem agravadas (E17).

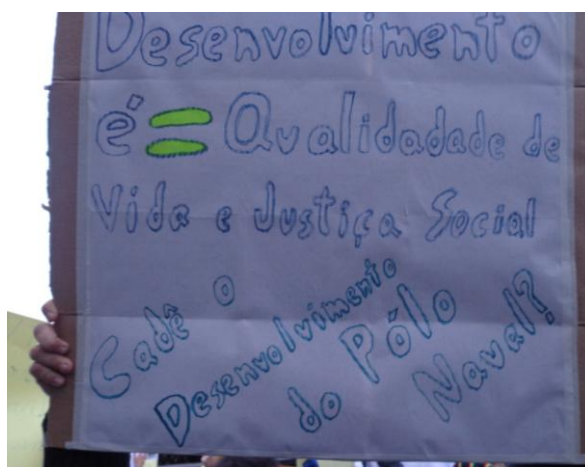
Esse questionamento também pôde ser sentido nas manifestações ocorridas em junho de 2013 nas ruas da cidade. Muitos cartazes e faixas questionavam o “desenvolvimento” oriundo da implantação do Polo Naval à cidade. As Fotos 7 e 8, a seguir, ilustram esses questionamentos.

**Foto 7 – Cartaz na manifestação de 20 de junho de 2013 em Rio Grande**



Fonte: Foto tirada pela pesquisadora.

**Foto 8 – Cartaz na manifestação de 20 de junho de 2013 em Rio Grande**



Fonte: Foto tirada pela pesquisadora.

Segundo os entrevistados, esses questionamentos são derivados principalmente pelo agravamento de problemas enfrentados pelos habitantes locais após a implantação do Polo Naval e comprovada por meio de índices que retratam aspectos sociais do município. O índice de desigualdade (Índice de Gini<sup>88</sup>), embora menor que o nacional, pode ser considerado alto: 0,51, enquanto que o brasileiro foi 0,56 (PNUD, 2010).

Na recente publicação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2013) Rio Grande encontra-se na 667ª posição entre os municípios com relação ao índice de Desenvolvimento Humano e 131º município no Estado do Rio Grande do Sul (em relação aos 496 outros municípios). Mesmo tendo melhorado seus índices em relação aos anos 1991 e 2000, a cidade perdeu muitas posições no ranking nacional. A Tabela 14 a seguir demonstra os Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Rio Grande comparados com os índices de Porto Alegre (que possui os melhores índices do Estado).

**Tabela 14 – Índices de Desenvolvimento Humano dos municípios de Rio Grande e Porto Alegre nos anos 1991, 2000 e 2010**

Município	Ranking IDMH 1991	IDMH 1991	IDMH Renda 1991	IDMH Longevidade 1991	IDMH Educação 1991
Porto Alegre	5º	0,660	0,779	0,748	0,494
Rio Grande	431º	0,527	0,651	0,717	0,314
Município	Ranking IDMH 2000	IDMH 2000	IDMH Renda 2000	IDMH Longevidade 2000	IDMH Educação 2000
Porto Alegre	14º	0,744	0,830	0,811	0,612
Rio Grande	612º	0,652	0,702	0,804	0,491
Município	Ranking IDMH 2010	IDMH 2010	IDMH Renda 2010	IDMH Longevidade 2010	IDMH Educação 2010
Porto Alegre	28º	0,805	0,867	0,857	0,702
Rio Grande	667º	0,744	0,752	0,861	0,637

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2013).

Os dados da Tabela 14 sintetizam aspectos importantes e que apontam questões que ainda precisam ser trabalhadas em Rio Grande. Estudos coordenados por Machado (2013) demonstram que apesar dos recursos relacionados ao orçamento municipal aumentarem na mesma proporção do PIB, “os recursos direcionados às políticas públicas voltadas a setores mais pobres não aumentou na mesma proporção, inclusive diminuiu” (MACHADO, 2013, p.

<sup>88</sup> Mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade (a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula) (PNUD, 2013).

53). A Tabela 15, a seguir, mostra a evolução do PIB e do orçamento do município do Rio Grande e os recursos destinados às políticas públicas relacionadas à educação, habitação, saúde, assistência social e saneamento entre os anos de 2007 a 2011. A título de comparação, o ano de 2007 foi tomado como referência.



**Tabela 15 – Evolução do orçamento público do município do Rio Grande (2007 – 2011)**

	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>
PIB (R\$ mil)	4.442.147	6.302.581	6.372.569	7.778.546	8.194.552 <sup>(1)</sup>
% crescimento PIB – com referencia ao ano 2007 = 100%	100%	41,9%	43,5%	75,1%	84,5%
Orçamento Municipal Total (R\$)	172.741.635,24	219.015.156,69	251.584.043,75	302.325.342,91	389.847.557,34
% no referente ao total do PIB em relação ao Orçamento/ano	3,8%	3,4%	3,9%	3,9%	4,7%
% crescimento do Orçamento - referencia ao ano 2007 = 100%	100%	26,7%	45,6%	75,0%	125,6%
Recursos educação (R\$)	51.962.839,94	59.220.339,20	61.257.558,74	67.377.834,63	74.851.104,19
% crescimento da rubrica em relação ao ano 2007	100%	13,9%	17,8%	29,6%	44%
Recursos Habitação (R\$)	1.430.861,56	945.746,09	1.640.560,76	5.397.457,54	3.473.099,02
% crescimento da rubrica em relação ao ano 2007	100%	-33,9%	14,6%	277,21%	142,7%
Recursos Saúde (R\$)	28.117.124,65	31.429.629,48	33.484.805,42	37.511.071,39	45.103.740,04
% crescimento da rubrica em relação ao ano 2007	100%	11,7%	19%	33,4%	60,4%
Recursos Assistência Social (R\$)	4.744.830,96	4.573.933,76	2.827.897,21	2.730.850,10	3.264.983,28
% crescimento da rubrica em relação ao ano 2007	100%	-3,6%	-40,4%	-42,4%	-31,1%
Saneamento Básico (R\$)	840.599,98	219.796,20	160.678,46	129.419,39	6.757.348,44
% crescimento da rubrica em relação ao ano 2007	100%	-73,8%	-80,8%	-84,6%	703,8%

Fonte: Machado (2013, p. 53).

(1) Dado obtido na FEE (2014).

Os dados da Tabela 15 demonstram que entre os anos de 2007 a 2010 o orçamento municipal manteve o mesmo percentual em relação ao PIB da cidade, em torno de 3,88% e 3,90%, sofrendo um aumento no ano de 2011 (4,7%). No entanto, algumas políticas públicas tiveram o orçamento retraído, em especial a área da assistência social. Machado (2013, p. 54) apresenta a hipótese de que uma vez que muitas famílias<sup>89</sup> recebem Bolsa Família (pelo Governo Federal), os gestores municipais não arcaram com a responsabilidade de manter ou ampliar os recursos nesta rubrica, a gestão municipal, neste caso, se voltou a atender os “ricos e poderosos da cidade e região”.

Em Rio Grande se observa uma imensa desigualdade social. O Anexo C apresenta a porcentagem da renda apropriada por faixas da população da cidade e as médias do Rio Grande do Sul e do Brasil nos anos de 1991, 2000 e 2010. Os dados mostram que a despeito dos percentuais da cidade ser melhores do que os do Estado e do País e a distribuição de renda ter melhorado sutilmente em relação ao ano 2000, os 20% mais pobres da cidade se apropriam de apenas 3,75% da renda, enquanto que 56,68% da renda é apropriada pelos 20% mais ricos da cidade.

Segundo dados fornecidos pela Prefeitura do município em setembro de 2013, 72.855 pessoas (22.429 famílias) possuem o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, destinado às famílias de baixa renda que ganham até meio salário mínimo mensal por pessoa ou que ganham até 3 salários mínimos de renda total por mês. Esse número corresponde a aproximadamente 37% da população total da cidade.

Com relação ao saneamento básico, os valores disponibilizados diminuíram entre 2007 a 2010 e teve um aumento significativo em 2011 (703%), uma vez que nos contratos assinados pela Prefeitura para obra de infraestrutura e da Minha Casa Minha Vida inclui-se a necessidade de saneamento básico na cidade (MACHADO, 2013, p. 53-54). Oliveira et al. (2013) relacionam a melhoria da infraestrutura urbana no município aos investimentos feitos pela esfera federal, uma vez que nos anos isentos destes investimentos, poucas obras são realizadas pelo poder público local.

---

<sup>89</sup> Segundo dados fornecidos pela Prefeitura Municipal do Rio Grande em setembro de 2013, 6.717 famílias recebem Bolsa Família na cidade.

O sistema de coleta de esgoto cobre apenas 20% da área urbana e está disponível quase que exclusivamente nas áreas centrais, sendo necessária a sua ampliação, principalmente, em áreas mais carentes, nos bairros localizados na periferia da cidade (FEIJÓ e MADONO, 2013). Em função do crescimento da cidade, atualmente encontra-se em elaboração o Plano Municipal de Saneamento Básico pela empresa Engeplus Engenharia e Consultoria Ltda. O Plano é participativo e o diagnóstico social realizado apontou que 95% dos bairros questionados não contam com serviço de coleta e tratamento de esgotos, 78% dos bairros indicaram a presença de esgoto a céu aberto e 64% apontaram o lançamento de esgoto em arroios, lagos ou mar (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE, 2013).

Com relação aos recursos disponibilizados para a área de saúde, apesar dos incrementos observados em 2008, 2009 e 2010 se comparados ao ano de referência, o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul apurou que Rio Grande foi o município do Estado que menos investiu em saúde de 2006 a 2010, repassando para a área apenas 15,10% do orçamento municipal (o mínimo exigido pela legislação é 15%) (TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2014).

Muitos entrevistados ressaltaram que já havia um déficit na capacidade de atendimento nas unidades públicas de saúde em Rio Grande antes da implantação do Polo Naval, porém, com o incremento populacional a situação se agravou. Apenas 45,7% do seu território estão cobertos pelo Programa Saúde da Família e há estimativas de que a cidade tem um déficit de 200 leitos. Até mesmo as consultas particulares são difíceis de serem agendadas, uma vez que grande parte dos trabalhadores que atuam no Polo Naval possui plano de saúde pago pela empresa, o que na visão de alguns entrevistados deixou de ser um benefício. Os Entrevistados E25, E13 e E17 apontam algumas dificuldades na área da saúde:

Normalmente tem 1 médico no plantão para atender uma demanda de 50 pessoas, é desumano com ele e com quem está esperando, é uma cidade de carências históricas. Para se ter uma ideia no século XIX a cidade tinha 4 hospitais. Estamos em 2013 e a cidade só tem 2. Houve uma involução em algumas áreas (E25).

A questão da saúde é caótica. Extremamente caótica porque tu não consegues marcar um médico. Até os convênios médicos que eram o grande ápice, que era maravilhoso ter convênio agora não adianta muito. O convênio hoje tem dia certo pra ti ligar e marcar consulta médica, está bem parecido com o SUS. É só no dia tal que tu liga e marca pra daqui 2 ou 3 meses... Tem médicos que nem estão marcando porque faltam médicos, as empresas que vem de fora fazem convênio com essas pessoas, e todo mundo tem um plano praticamente, e a rede não suporta. É uma rede de 10 anos atrás. Não acompanha o crescimento. A própria questão dos hospitais, nós tínhamos 3 hospitais, e hoje temos só 2, um fechou que era a Beneficência, então, há 100 anos atrás se tinham 2 hospitais que eram a Beneficência e a Santa

Casa, hoje nós temos 2 ainda, a Santa Casa e o Hospital Universitário, a Beneficência está fechada (E13).

Nesses últimos tempos, sem dúvidas, o que tu mais percebes é a questão infra-estrutural, aquelas básicas. Saúde. Que é um problema no país inteiro, tu poderias me dizer que é um problema do país inteiro, e é um problema no país inteiro, mas tu vêes que em Rio Grande tem apenas dois hospitais funcionando, já teve três e hoje tem dois. A população aumentou em larga escala e ao contrário de evoluir nós retrocedemos. Qualquer tipo de atendimento, e aqui é como cidadão que eu estou dizendo, usuário, qualquer tipo de atendimento que tu vai é insuportável, mesmo com plano de saúde aqui tu estás enfrentando dificuldades extraordinárias (E17).

Com relação à educação, a oferta de vagas também é deficiente, em especial na educação infantil. Em uma pesquisa realizada nos anos de 2005 e 2006, Machado e Medeiros (2012) identificaram que do total de crianças de 0 a 6 anos (22.451 crianças) apenas 18,1% (4.070) eram atendidas pelas redes pública e privada na cidade no ano 2000, sendo que a rede municipal atendia 2.088 crianças na pré-escola e nenhuma em creches (0 a 3 anos). Em 2005 o número de crianças de 4 a 6 anos atendidas na rede municipal foi de 2.765 crianças e 121 crianças na faixa de 0 a 3 anos eram atendidas em creches.

Já em 2012 o número de matrículas na pré-escola no município era de 3.338, sendo 685 na rede privada, 345 na rede estadual e 2.308 na rede municipal (IBGE, 2014). Considerando que a partir de 2016 a matrícula de crianças na pré-escola a partir dos 4 anos de idade será obrigatória, o número de vagas ofertadas deverá necessariamente ser ampliado. Os depoimentos dos entrevistados E10 e E13 retratam a situação da educação em Rio Grande:

Há uma demanda por escolas em todas as regiões da cidade, e as escolas não foram preparadas para esse *boom*, elas não cresceram em sala de aula, não cresceram em atendimento por turno, a quantidade de professores se mantém a mesma das décadas anteriores, basicamente só se repõem por aposentadoria ou licenças por doenças. Nós vamos entrando em um ciclo que roda, mas não avança (E10).

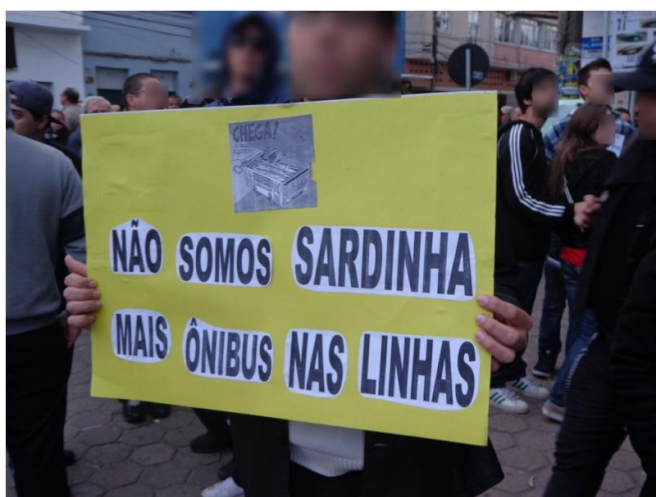
As escolas são problemáticas principalmente na educação infantil. No restante até tem escolas, mas que trabalham no seu limite, 35 a 40 alunos por sala de aula, qualidade totalmente abaixo do que se poderia exigir e querer, mínima. E o próprio deslocamento, o valor da passagem tudo isso influi na questão da educação (E13).

A fala do Entrevistado E13 aponta mais uma questão problemática em Rio Grande: a mobilidade urbana. Em termos de transporte público, uma única empresa presta o serviço há muitos anos, um consórcio formado pela Viação Noiva do Mar Ltda. e Sociedade de Transportes União dos Cotistas Ltda. Muller e Moroso (2013) relatam que a relação contratual desse consórcio com a Prefeitura já foi objeto de Comissão Parlamentar de Inquérito, na Câmara de Vereadores. O Ministério Público também questionou a relação,

fundamentado no fato de que as duas empresas detêm a concessão do transporte público de Rio Grande há mais de 30 anos e que a primeira licitação ocorreu em 2011, sendo vencida pelas mesmas empresas. Ambos os processos foram arquivados.

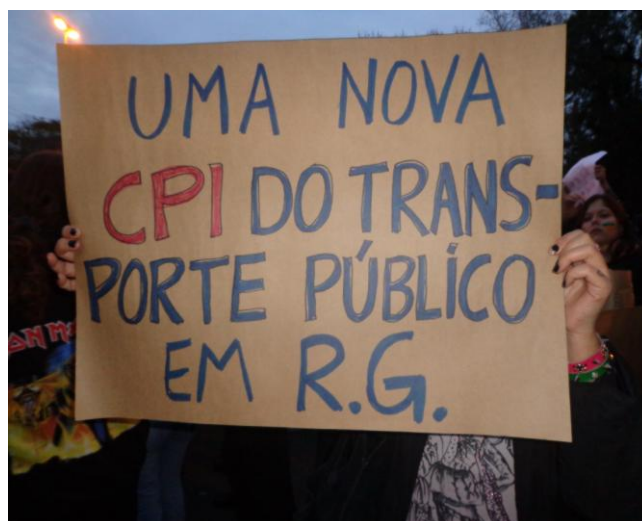
Atualmente, mesmo com os contratos suspensos, as empresas continuam a explorar o serviço público em razão da essencialidade do mesmo e são mal avaliadas pelos usuários, que apontam problemas como a passagem cara, a superlotação e o não cumprimento dos horários (MULLER e MOROSO, 2013). Várias pessoas expressaram esses descontentamentos na manifestação pública ocorrida no dia 20 de junho de 2013, conforme ilustram as Fotos 9 e 10, a seguir.

**Foto 9 – Manifestação sobre o transporte coletivo em Rio Grande em 20 de junho de 2013**



Fonte: Foto tirada pela pesquisadora.

**Foto 10 – Manifestação sobre o transporte coletivo em Rio Grande em 20 de junho de 2013**



Fonte: Foto tirada pela pesquisadora.

Nesse contexto, a frota de veículos cresce vertiginosamente na cidade. Segundo os dados do Departamento Estadual de Trânsito do Rio Grande do Sul (DETRAN/RS, 2014), em abril de 2014 a cidade contava com 103.511 veículos, um aumento de aproximadamente 64% com relação ao ano de 2007. Considerando que a população estimada do município em 2013 era de 206.161 habitantes (IBGE, 2014) tem-se uma média de aproximadamente 2 habitantes por veículo.

A situação do tráfego de veículos é agravada em função das ruas e avenidas centrais de Rio Grande ser estreitas e sem possibilidade de alargamentos. Aliado a isso, a cidade não possui ciclovias. Os depoimentos a seguir demonstram problemas na mobilidade urbana, problemas esses que são históricos, agravados com o aumento da população e do número de automóveis circulando no município,

Tem um plano diretor de 1971, é o primeiro plano diretor da cidade e as pessoas estavam muito preocupadas com a mobilidade urbana na cidade e diziam que a Avenida Itália tinha que ser duplicada. Em 1971 se imaginava que o centro da cidade estava estrangulado. Hoje nós temos 100.000 veículos. A estrutura que se tinha em 1971 é a mesma que se tem hoje, mas hoje se tem 10 vezes mais carros (E25).

O transporte coletivo é extremamente caótico. Rio Grande é uma cidade plana que não tem investimentos em ciclovias, por exemplo, o próprio governo federal investe na indústria automobilística, e aí só temos carro e moto, e às vezes andando de bicicleta, eu ando de bicicleta, se chega mais rápido que o pessoal que vem de carro. Nada de ciclovia, tem umas coisas que eles alegam que são ciclovias que são umas estradinhas que fizeram na Avenida 1º de maio, que une a zona oeste até um pedaço... que eles chamam de ciclovia, mas que na realidade não é, é improvisado (E7).

Hoje se demora mais para ir do Cassino ao centro de Rio Grande do que do centro de Pelotas até o Superporto (E9).

Segundo um Secretário Municipal, a Prefeitura de Rio Grande tem trabalhado no sentido de melhorar a mobilidade urbana e por isso está em fase de elaboração projetos que ampliem as opções de transporte e que com isso reduzam a circulação de veículos no interior do município:

Rio Grande é toda cercada de águas então o que nós queremos desenvolver é um modal de transporte hidroviário, um projeto que está sendo desenvolvido para ser apresentado. Outro projeto que está sendo desenvolvido é a ligação, ou através de túnel ou através de ponte, com o município de São José do Norte, que aí nós teríamos não uma única entrada em Rio Grande que é essa que depende da BR-116 e depois da BR-396, mas sim pela BR-101 que vai de São José do Norte até Porto Alegre (E22).

Todos esses problemas elencados e a falta de solução no curto prazo têm ocasionado mobilizações em Rio Grande. Pesquisas realizadas pelo Observatório dos Conflitos Urbanos e Socioambientais do Extremo Sul do Brasil, coordenadas pelo Professor Dr. Carlos Roberto da Silva Machado da FURG, demonstram que um grande número de conflitos ambientais e urbanos vem ocorrendo na cidade nos últimos anos (MACHADO, 2013; SANTOS e MACHADO, 2013). O mapeamento decorreu de manifestações públicas dos conflitos, publicizadas em periódicos (jornais) diários e semanais de circulação local, regional, estadual e nacional. O estudo utilizou sete categorias para o monitoramento e acompanhamento dos conflitos nos periódicos, a saber: luta dos trabalhadores, saúde, educação, moradia/habitação popular, mobilidade urbana, pesca e gestão urbana. A Tabela 16, a seguir, demonstra o número de conflitos dos anos 2011 e 2012 por categorias.

**Tabela 16 – Número de conflitos na cidade do Rio Grande em 2011 e 2012**

<b>Categoria</b>	<b>Publicização Conflitos/ano</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>Total</b>
Luta dos Trabalhadores	Publicização	32	73	<b>105</b>
	Conflitos	10	11	<b>21</b>
Educação	Publicização	05	01	<b>06</b>
	Conflitos	01	01	<b>02</b>
Gestão Urbana	Publicização	01	00	<b>01</b>
	Conflitos	01	00	<b>01</b>
Habitação/moradia popular	Publicização	06	19	<b>25</b>
	Conflitos	04	04	<b>08</b>
Mobilidade Urbana	Publicização	13	14	<b>27</b>
	Conflitos	04	03	<b>07</b>
Saúde	Publicização	06	01	<b>07</b>
	Conflitos	03	01	<b>04</b>
Pesca	Publicização	22	07	<b>29</b>
	Conflitos	04	02	<b>06</b>

Fonte: MACHADO (2013, p. 71) e SANTOS e MACHADO (2013, p. 195).

É importante mencionar que o número de publicizações não corresponde ao número real de conflitos, pois um evento pode ter sido veiculado na mídia mais de uma vez, seja pelo mesmo ou por periódicos diferentes. No entanto, evidenciam uma configuração desigual no município e a disputa existente entre diferentes projetos de cidade, onde de um lado se tem o capital e de outro a classe trabalhadora.

### 5.3.5 Infraestruturas sociais

Harvey (2005) demonstra que as alianças regionais de classes vinculadas num determinado território são necessárias e inevitáveis para a defesa dos valores materializados e da coerência regional estruturada alcançada numa determinada região. As alianças são formadas por agentes econômicos (indivíduos, organizações, instituições) que tomam decisões relativas à circulação de seu capital ou de sua força de trabalho, e se originam, assim, das diferentes facções do capital e do trabalho e de seus diversos interesses dentro de um território. Podem promover condições favoráveis à acumulação adicional e são organizadas habitualmente pelo Estado, ainda que de forma não exclusiva ou única. No entanto, este ator pode dar forma e coesão mais firmes às alianças regionais de classes por meio das instituições legais, executivas, de participação e negociação política, de repressão e força militar. Na concepção de Harvey (2005), o Estado não assume um papel de agente passivo com relação aos processos moleculares de acumulação de determinada região. Pelo contrário, atua de forma expressiva na supressão das barreiras espaciais e na aceleração das taxas de giro do capital, viabilizando novas oportunidades lucrativas para o capital.

Sendo assim, neste tópico são abordadas alianças regionais de classe tecidas em Rio Grande e observadas na coleta de dados. A formação e a permanência dessas alianças foram fundamentais para a implementação e sustentação do Polo Naval na cidade, tendo o Estado como principal agente. A atuação do Estado em todas as esferas (federal, estadual e municipal) já se fez presente nas ações para que Rio Grande passasse a receber os investimentos do Governo Federal na implementação do Polo Naval. Além das condições naturais privilegiadas, as isenções de impostos concedidas pela Prefeitura Municipal do Rio Grande aos prestadores de serviço dos empreendimentos foram fundamentais para a escolha da cidade, que tinha como principais concorrentes municípios baianos, fluminenses e pernambucanos.

O programa de incentivos oferecidos pela Prefeitura do Rio Grande começou a ser implementado em 2005, quando se iniciaram os primeiros movimentos e discussões para a construção de um estaleiro na cidade. O Prefeito Municipal do Rio Grande na época, Janir Branco, aprovou e sancionou a Lei N° 6.055, de 09 de fevereiro de 2005, que instituía o programa de incentivos para operacionalizar a instalação do Estaleiro Aker Rio Grande Ltda., cuja implementação não foi concretizada em função da desistência da empresa norueguesa após contentas judiciais na Justiça Federal do Estado do Rio de Janeiro envolvendo o



sindicato dos trabalhadores da indústria naval e o SINAVAL, que alegaram a ilegalidade dos estaleiros virtuais em participarem das licitações da Petrobras para construir plataformas de exploração de petróleo.

Na referida Lei, a Prefeitura do Município concedia ao Estaleiro: 1) alíquota de 2% do o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN); 2) 100% de isenção sobre o ISSQN na construção das instalações industriais, extensiva às empresas contratadas com fins específicos para a construção das instalações industriais da beneficiária; 3) 100% de isenção do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU); 4) 100% de isenção das taxas cobradas pelo município na aprovação dos projetos de implantação ou expansão do empreendimento; 5) 100% de isenção do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) incidente sobre a compra do imóvel pela empresa e destinado a sua instalação ou ampliação; 6) 100% de isenção da Contribuição de Melhoria; 7) 100% de isenção de taxas de licença para Locação e Verificação de Funcionamento Regular de Funcionamento.

As isenções foram oferecidas para um prazo máximo de 10 anos e eram condicionadas à geração de emprego e renda ao município. À empresa era exigido o estudo de viabilidade técnica com os seguintes itens: 1) viabilidade econômico-financeira do empreendimento; 2) o número de empregos gerados, considerando sua relação com o projeto apoiado; 3) previsão de arrecadação de tributos estaduais e municipais; 4) previsão de faturamento mensal; 5) valor adicionado fiscal; 6) utilização da matéria-prima existente no Município e/ou insumos industriais fornecidos por empresas locais; 7) resultados esperados e recursos humanos e financeiros envolvidos; 8) desenvolvimento sócio-econômico do Município e seu efeito multiplicador na economia regional; 9) padrão científico e tecnológico; 10) possibilidade de parceria com o Município para o desenvolvimento nas áreas social e educacional; 11) melhoria na qualidade do meio-ambiente. A empresa teria 24 meses para realizar a totalidade do investimento programado e vincular em todas as mídias impressas e em placas indicativas em frente de seus terrenos o apoio recebido pela Prefeitura.

Dois dias depois, em 11 de fevereiro de 2005, o Prefeito de Rio Grande aprovou e sancionou a Lei Nº 6.058, instituiu o programa de incentivos para operacionalizar a instalação do Estaleiro Rio Grande Ltda., com os mesmos incentivos e condições da Lei Nº 6.055. As isenções concedidas pela Prefeitura Municipal do Rio Grande aos prestadores de serviço dos empreendimentos foram fundamentais para a implementação do estaleiro e para que alguns módulos fossem montados na cidade e não apenas os cascos das plataformas (ZERO HORA, 2008).

A atuação do Estado se fez presente e exerceu um papel essencial na formalização da coerência estruturada que começava a ser produzida nesses primeiros movimentos de instalação de um estaleiro na cidade. Marini (2012) aponta que as subvenções diretas e indiretas concedidas pelo Estado contribuem para a acumulação do capital privado por meio de transferências de mais-valia e tornam os investimentos privados mais rentáveis, pela regulamentação de medidas que permite, do ponto de vista dos capitalistas, a remuneração adequada do capital.

No entanto, essas isenções e renúncias fiscais concedidas por um período de 10 anos causaram efeitos no orçamento do município, uma vez que apesar desse ter sido incrementado na mesma proporção do PIB, não se observou um aumento significativo nos investimentos atinentes às políticas públicas municipais, conforme já mencionado. Segundo o Entrevistado E20, um secretário municipal, não houve um aumento na disponibilidade da aplicação de recursos para as secretarias. O Entrevistado E10, também secretário municipal, aponta que até 2015 o município deixará de arrecadar impostos:

Se tu ver o orçamento municipal, nós não temos um aumento. Esse dinheiro não fica aqui. Até fica um pouco no comércio, mas em termos de impostos, de recursos públicos, nós não sentimos isso. Nós temos recursos vinculados que vem do governo federal, isso a gente até sente, mas em termos do recurso livre, que é aquele para ti pagar pessoal, para ti manter alguma despesa, esse não aumenta (E20).

Só em 2015 em função da isenção e renúncia, o município só vai começar ter retorno efetivo a partir de 2015, mas com um problema, que é a questão dos *royalties*, que hoje ele ganha, e os *royalties* representam um valor expressivo no orçamento. Se os *royalties* forem cortados, o município vai ter mais atraso pra cumprir alguns projetos estruturantes que precisa fazer (E10).

A observação do Entrevistado E10 diz respeito à nova divisão dos *royalties* do petróleo aos Estados e municípios brasileiros, que passou a vigorar em março de 2013 e alterou o sistema de distribuição dos tributos da exploração petrolífera de contratos em vigor. Ao contrário dos outros 493 municípios gaúchos que passariam a contar com um acréscimo na sua receita, os municípios do Rio Grande, Tramandaí, Cidreira e Imbé (que recebiam compensação por transporte de petróleo em seu território) deixariam de receber esses recursos em função da distribuição proporcional implementada. Especificamente em Rio Grande, ocorreria um decréscimo de R\$ 9.665.275,00 em seu orçamento no ano de 2013 (ZERO HORA, 2013b).

O Entrevistado E10 ainda destaca que todos os impactos causados com a vida do Polo Naval a Rio Grande (nas áreas da saúde, educação, segurança, entre outros) recaem no município. Em função das subvenções diretas e indiretas concedidas, é cada vez maior a dependência de recursos financeiros advindos do nível federal. Segundo E10, esses problemas devem necessariamente ser divididos com o governo federal, “que é quem mais se beneficia dessa relação”, pois,

Na verdade os contratos, e isso é outro problema, fazer com que essas empresas que operam aqui, que elas emitam as notas fiscais pelo trabalho executado em Rio Grande e isso não acontece ainda, tem um projeto específico pra isso, pra sensibilizar, no sentido de que eles façam que as empresas emitam notas fiscais por aqui para que impostos como o ISSQN aumente... caso contrário não adianta ter esse *boom* econômico (E10).

Alianças regionais também foram formadas para a consolidação do Polo Naval na cidade, com o objetivo de postergar a duração do atual período econômico-produtivo e a acumulação de capital. Com isso, as crises e as consequências sociais negativas advindas com a sua finalização são proteladas, como as ocorridas nos períodos passados vivenciados na cidade (já analisados no tópico 5.2 desta tese).

Essas alianças regionais podem ser percebidas nas notícias vinculadas nos meios de comunicação (imprensa falada, escrita e televisada), em que noticiários nacionais<sup>90</sup> e reportagens especiais de jornais regionais<sup>91</sup> exaltam a cidade como aquela que oferece pleno emprego e um “mar de oportunidades”. Essas reportagens defendem, em sua grande maioria, que os investimentos públicos e privados advindos com o Polo Naval propiciaram desenvolvimento à região e obscurecem os efeitos negativos, riscos e conflitos urbanos e socioambientais. Ao construir esse discurso, a mídia, em conjunto com as elites políticas e empresariais, contribuem para que se mantenha e se reproduza na atualidade e no futuro a apropriação desigual no acesso e uso dos recursos naturais dos ecossistemas costeiros, do território e das riquezas produzidas (MACHADO, 2013).

Alianças regionais organizadas pelo Estado para a consolidação do Polo Naval também se mostram nas ações para a constituição do APL Polo Naval e *Offshore* de Rio

---

<sup>90</sup> Como exemplo, o quadro JN no Ar do Jornal Nacional (Rede Globo) dedicou uma edição à cidade do Rio Grande no dia 30 de setembro de 2010. Menos de cinco meses depois (11 de fevereiro de 2011), a cidade voltou a ser destaque do Globo Repórter. Ambos os programas destacaram o crescimento econômico da cidade, a abundância na oferta de empregos e alterações na dinâmica local após os investimentos do polo naval na cidade.

<sup>91</sup> Dentre as reportagens que abordaram a cidade do Rio Grande após os investimentos do Polo Naval podem ser mencionadas: Mazui (2010); Bernardes (2012); Torma e Diverio (2013).

Grande e Entorno. O Governo Federal, Estadual e as Prefeituras Municipais de Rio Grande, Pelotas e São José do Norte compõem esse APL, que envolve também instituições públicas e privadas de ensino e pesquisa, empresas licitadas para a construção das plataformas, entidades de classes (por parte dos trabalhadores – apenas uma – e por parte dos empresários – representados em maior número), associações comerciais de Rio Grande e Pelotas e empresas do setor industrial metal mecânico e energético do Rio Grande do Sul.

Por parte da Prefeitura Municipal do Rio Grande, as falas dos secretários municipais entrevistados E20 e E22 refletem a preocupação em fortalecer o Polo Naval, mas ao mesmo tempo criar alternativas para diversificar a economia e não permitir que o município seja apenas uma “linha de montagem”, como disse o Prefeito Alexandre Lindenmeyer em discurso proferido na 3ª Feira do Polo Naval, em 12 de março de 2014.

Na verdade a Prefeitura tem pensado muito nas alternativas e a gente não apostar apenas na questão do Polo Naval, a gente poder ter outra alternativa porque isso é um ciclo e Rio Grande vive de ciclos. Essa é a história de Rio Grande, são grandes ciclos econômicos, vem indústria, vem isso, vem aquilo e depois vão embora e aumentam os bolsões de miséria (E20).

O Arranjo Produtivo Local da indústria naval e também em petróleo e gás está vinculado ao Parque Científico e Tecnológico que está sendo criado, o Oceantec e esse APL ele vai ser muito importante porque ele vai ser um catalisador das demandas, das iniciativas, da prospecção desses novos objetivos para adensar... O objetivo não é que a gente tenha aqui só uma planta de montagem de navios, de plataformas, de cascos, mas que a gente tenha também o desenvolvimento e a atração de empresas de base tecnológica, que trabalhem essa questão da inovação de novos produtos e fornecimento para a indústria naval (E22).

As ações da Prefeitura visando fortalecer o Polo Naval envolvem também apresentações de propostas para atrair outros investimentos à cidade. Em agosto de 2013, o Prefeito, acompanhado de secretários municipais e do vice-reitor da FURG, Danilo Giroldo, apresentou a proposta de construção de um estaleiro para fabricação e reparos de navios de guerra à Marinha do Brasil. Na ocasião destacou: “pela importância que a cidade tem no contexto de desenvolvimento do Estado, pelo dique que temos e por tudo que representa o 5º Distrito Naval para o município, acreditamos que seja uma pauta que irá alavancar ainda mais o desenvolvimento de Rio Grande e região” (COLLARES, 2013, p. 1). No entanto, o Entrevistado E22, um dos atuais secretários municipais, negou que a gestão municipal atual tenha oferecido novas isenções fiscais ou mesmo condições especiais para atrair novos investimentos:

Não, não. E mesmo os projetos eólicos que estão se instalando aqui não tem recebido isenções fiscais. O município, pelo menos agora no nosso período não está

trabalhando com esse tipo de política. Auxilia em tudo o que for possível, mas não tem praticado essa isenção (E22).

Assim, essas alianças regionais de classe são estabelecidas sobre o aparelho do poder estatal e fortalecidas nos discursos vinculados na mídia. A promoção e a defesa de uma amálgama de diversas classes e interesses de distintas facções em um território são obtidas pelo comprometimento assumido pelo Estado com o fomento comunitário (HARVEY, 2005). Nesse discurso, os benefícios do “desenvolvimento” proporcionado pelos investimentos do Polo Naval extravasam as fronteiras do município e causam reflexos positivos em toda uma região, conforme ilustra um trecho do Entrevistado E23, também secretário municipal,

É um desafio bastante grande para a cidade, para se adequar aos novos tempos. Mas ao mesmo tempo nós podemos dizer que são bons problemas, porque é um alento para uma cidade que estava muito parada, para uma região, porque Rio Grande está alavancando também uma região, o reflexo não é só em Rio Grande, o reflexo do desenvolvimento que está ocorrendo aqui está rebatendo também nas cidades vizinhas, seja pelo próprio deslocamento das pessoas, seja no aumento na demanda de serviços, no comércio, de uma forma geral isso tem ocorrido também nos municípios vizinhos (E23).

Não obstante, a classe trabalhadora também estabelece alianças regionais. Prova disso são as greves e paralisações que os trabalhadores do Polo Naval já realizaram com o objetivo de melhorar os seus salários reais e as suas condições de trabalho. Em fevereiro de 2014, cerca de 8.000 trabalhadores suspenderam as atividades na empresa ECOVIX (responsável pela construção dos casos FPSOs para a Petrobras) para pleitearem equiparação salarial para funções semelhantes, mas principalmente melhoria nas condições de higiene, limpeza e segurança (OGLIARI, 2014). Três meses depois, em maio, os metalúrgicos paralisaram as atividades por reajuste salarial e aumento no vale-alimentação, que foram obtidos após três dias de negociação (CORREIO DO POVO, 2014).

Paradoxalmente, ao mesmo tempo em que a organização e a luta coletiva dos trabalhadores são fundamentais para a obtenção de uma vida melhor, Harvey (2005) aponta que esse comportamento é a base para o processo de desenvolvimento capitalista, pois equilibra a oferta e a procura de trabalho no espaço, impedindo, de certa forma, a mobilidade geográfica da força de trabalho.

Porém, a duração das alianças regionais de classes é incerta, uma vez que todas elas tendem à instabilidade, observa Harvey (2005), especialmente devido aos processos de acumulação e superacumulação, à luta de classes e à mudança tecnológica. Esses processos, ao mesmo tempo em que afetam todas as configurações espaciais fixas, transformam e

provocam a ruptura das alianças regionais. Harvey (2005, p. 151) especifica que “mesmo os associados mais sólidos, mesmo nas melhores épocas, talvez fiquem tentados a deixá-la; nas piores épocas, o comportamento individual se torna muito imprevisível”. A competição força os agentes econômicos a estudarem a possibilidade de uma mudança geográfica que lhes dê vantagem sobre os rivais, contribuindo para o estabelecimento da instabilidade inerente às alianças regionais.

Os estabelecimentos e posteriormente as rupturas das alianças regionais de classe estão no bojo da dinâmica do sistema capitalista, uma vez que elas são essenciais para a emergência de um novo período econômico-produtivo após a ruptura daquelas que sustentavam o período anterior. Especificamente em Rio Grande, mesmo com a mudança do comando político municipal a partir de 2013, ações são realizadas para sustentar a coerência estruturada e os processos de acumulação de capital.

Enfim, as cinco categorias de análise da coerência estruturada demonstraram aspectos que foram alterados com a implementação do Polo Naval. Foi possível compreender as contradições geradas ou ampliadas com esse processo, mas ao mesmo tempo as disputas e lutas envolvendo concepções distintas de cidade. As relações entre capital e trabalho e os processos conflituosos e contraditórios que delas resultam conformaram a configuração específica de Rio Grande.

Na próxima seção são apresentadas as considerações finais da pesquisa.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi compreender como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a partir dos investimentos no Polo Naval, solapa a coerência estruturada no município do Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul. Para tanto, a seguinte tese orientou este estudo: o Programa de Aceleração do Crescimento, fundamentado em uma política neodesenvolvimentista, consolida o novo padrão de especialização produtiva no Brasil e altera a coerência estruturada das regiões que recebem investimentos por meio da criação de espaços dinâmicos de acumulação do capital e reafirma a dependência do país no sistema econômico mundial.

Ao concluir o estudo pode-se dizer que a tese foi confirmada. A análise das prioridades de investimentos do Programa revela alta concentração de recursos na ampliação da infraestrutura logística, produtiva e energética, com ênfase no aumento da capacidade de exploração de combustíveis fósseis, voltados sobretudo para o atendimento de mercados externos. Assim, o PAC ao incentivar a exportação de produtos primários e, por consequência, a geração de estruturas produtivas divorciadas das necessidades da maioria da população, amplia a dependência e a subordinação do Brasil aos interesses do mercado internacional.

Essas características foram percebidas no município do Rio Grande, que a partir da segunda metade dos anos 2000 começou a receber investimentos do referido Programa para a implementação de um Polo Naval. A construção de plataformas na cidade destinadas ao aumento da extração de petróleo na costa marítima brasileira ocasionou alterações significativas na dinâmica local, no conjunto das estruturas e alianças regionais que permitiam a produção e a reprodução do capital, a coerência estruturada do município. A partir de uma aproximação teórica entre a Teoria Marxista da Dependência, sobretudo nos escritos de Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos e mais recentemente de Jaime Osorio (2012a; 2012b), e as contribuições de David Harvey a respeito dos processos de ordenações espaço-temporais, foi possível apreender como foram solapadas as coerências estruturadas produzidas nos diversos períodos econômico-produtivos pelos quais passou o município do Rio Grande. Como defende Pesavento (1985), a região possui suas especificidades, mas que só encontra significado se compreendida juntamente com a forma histórica de realização do capitalismo em um contexto determinado.

A TMD parte da concepção do capitalismo como um sistema global e revela as formas pelas quais as sociedades e economias nacionais foram historicamente inseridas na divisão internacional do trabalho, forjada a partir da Revolução Industrial. Nessa divisão, coube às economias periféricas a produção e exportação de bens primários em troca de produtos manufaturados de maior valor agregado. Assim, ao analisar a inserção dos países latino-americanos, Marini (2005) apreendeu que o desenvolvimento capitalista dessas economias requeria uma interpretação própria, que deveria ser compreendida na perspectiva do sistema em seu conjunto, tanto em nível nacional, mas principalmente em nível internacional. As inserções históricas das economias nacionais cumpriam funções específicas e estáveis, onde a dependência emergia como categoria central e indissociável ao processo de desenvolvimento das nações periféricas. A condição da dependência está assentada nos processos da superexploração da força de trabalho, mecanismo pelo qual as nações desfavorecidas pela troca desigual buscam compensar as perdas no comércio internacional.

Ao analisar o desenvolvimento como um processo que não segue uma lógica evolutiva e linear, David Harvey (2004; 2005; 2012) contribui com essas discussões ao também possuir uma perspectiva macro de análise e argumentar que o desenvolvimento de uma região deve ser compreendido tendo em vista os mecanismos de acumulação e os processos de deslocamentos temporais e espaciais do capital e as contradições geradas ou ampliadas por eles. Esses deslocamentos, ao mesmo tempo em que geram oportunidades para que o capital produza espaços, solapam as estruturas que permitem a sua produção e reprodução, a coerência estruturada de uma determinada região (HARVEY, 2004).

Num primeiro momento, a então chamada Vila do Rio Grande de São Pedro foi fundada em 1737 como uma fortificação, marco da colonização portuguesa na região. Sua importância geopolítica e as condições naturais privilegiadas permitiam chances maiores de acumulação de quem a controlasse e isso fez com que a região se tornasse uma zona de litígio, disputada com a monarquia espanhola. Esta tomou posse do povoado por 13 anos, fato que alterou as estruturas políticas (transferência da coroa portuguesa para Viamão e, posteriormente, Porto Alegre); econômicas (estagnação) e sociais (dispersão da população), o primeiro solapamento da coerência estruturada da região.

Com a introdução das charqueadas, no século XIX, Rio Grande se tornou o maior mercado do Brasil Meridional (BITTENCOURT, 2001), tendo o porto uma importância fundamental para o escoamento da produção (mesmo com a sua estrutura deficitária para a entrada e saída de navios de grande porte). A vila teve um crescimento acentuado e gozava de



grande prosperidade, e se tornou referência para a implantação de inúmeras casas de comércio de importação e exportação. Com isso um grande número de imigrantes (principalmente europeus) vieram estabelecer seus negócios na região, ao perceberem novas e atrativas possibilidades de acumulação do capital.

A emergência desse novo período econômico-produtivo correspondeu ao declínio das charqueadas, que contou também com fatores que contribuíram para que isso ocorresse, como a falta da tecnologia adequada para a produção frente às inovações tecnológicas que estavam surgindo, à baixa qualidade dos produtos e à concorrência acirrada com produtores da região platina e de outras partes do Brasil. Além disso, a extinção do tráfico negreiro e o deslocamento da força de trabalho excedente para outras regiões do País que permitiam uma nova acumulação do capital contribuíram para o solapamento da coerência estruturada produzida.

Por meio da acumulação do capital derivada das atividades de importação e exportação, o município conseguiu criar um parque fabril importante em termos nacionais a partir do final do século XIX (ALTMAYER, 2007). Mais uma vez o porto teve importância fundamental na decisão da implantação das indústrias na cidade. Nesse mesmo período foram realizadas melhorias substanciais no setor portuário, entre eles o aprofundamento do Canal do Norte, a construção dos molhes leste e oeste na Barra, que facilitaram a entrada e saída de navios no complexo portuário, a construção do que hoje chamam Porto Novo (1911-1917), além de melhorias e a remodelação do Porto Velho (BITTENCOURT, 2001). A industrialização, aliada às obras portuárias fizeram com que Rio Grande registrasse um expressivo crescimento demográfico. Após o término dessas obras, porém, um enorme contingente de pessoas não foi alocado em outras atividades produtivas, o que gerou um aumento da marginalização.

O final da segunda década do século XX foi marcado pela instalação de três grandes frigoríficos no Rio Grande do Sul, fruto da permissão da entrada de capital estrangeiro por parte do Governo Estadual. Nessa época (período compreendido entre a Primeira e Segunda Guerra Mundiais), a economia capitalista internacional encontrava-se em crise e o capital proveniente da Europa encontrou em Rio Grande um terreno fértil para a realização dos seus lucros. A instalação da Cia. Swift S.A. do Brasil no município contou com subvenções concedidas pelos Governos Estadual e Municipal e empregou um grande número de operários, criando mais uma vez um fluxo migratório para a cidade (RAMOS, 2002).

Novamente a coerência estruturada foi solapada, tendo o Estado como agente ativo nesse processo ao oferecer condições favoráveis à acumulação capitalista na região.

A reestruturação das indústrias européias após a II Guerra Mundial marcou o encerramento das atividades produtivas em várias empresas instaladas em Rio Grande, especialmente àquelas cuja produção era voltada para a exportação. A defasagem tecnológica e a concorrência com indústrias instaladas em outras regiões do Brasil também contribuíram para o fechamento dessas indústrias. Como resultado, instalou-se uma crise local e uma diminuição significativa na oferta de trabalho, o que resultou em um grande número de desempregados e o agravamento de problemas sociais.

Poucos anos depois, no início da década de 1960, emergiu um outro período econômico-produtivo no município: a indústria pesqueira. Novamente os incentivos fiscais, dessa vez concedidos pelo Governo Federal, fizeram com que Rio Grande passasse a contar com um importante parque industrial voltado ao beneficiamento do pescado, que empregava aproximadamente 12% da população absoluta do município. Porém, modificações na política dos incentivos fiscais para essa indústria na década seguinte fizeram com que muitas indústrias encerrassem suas atividades, novamente ocasionando a demissão de um massivo número de funcionários, causando enormes consequências sociais.

Ainda na década de 1970, Rio Grande foi considerado um ponto estratégico pelo Governo Federal e com isso passou a receber investimentos para a implantação e o desenvolvimento de um grande corredor de exportações e de um polo industrial. Foram instaladas na cidade indústrias de fertilizantes e óleos vegetais, alterando profundamente o tipo de industrialização local (das indústrias de bens não-duráveis por indústrias de bens intermediários), ocasionando o solapamento da coerência estruturada do município. A construção do Superporto e do Distrito Federal mais uma vez gerou uma demanda de mão de obra e com isso mais um fluxo migratório para a cidade. Após a finalização dos empreendimentos, muitas pessoas permaneceram na cidade e não foram absorvidas em outras atividades produtivas. Novamente, aumentaram os bolsões de miséria e a marginalização.

A modernização dos portos, iniciada em 1993, causou o solapamento da coerência estruturada produzida naquele momento, uma vez que alterou a matriz econômica de Rio Grande, sem, no entanto, absorver a mão de obra dos trabalhadores dispensados das atividades das indústrias pesqueiras e dos trabalhadores contratados para a construção do Superporto e do Distrito Industrial.

Após um período de estagnação econômica, Rio Grande começou a receber em meados de 2005 um grande aporte de recursos financeiros por parte do Governo Federal nas atividades portuária e naval em função da retomada dos incentivos à indústria naval nacional após a vitória de Lula à Presidência da República. Essas medidas, formalizadas no Programa de Aceleração do Crescimento, culminaram com a construção do maior dique seco da América Latina na cidade, o que possibilitou posteriormente a montagem de plataformas e cascos para a exploração de petróleo pela Petrobras.

Assim, a intervenção estatal ocasionou, mais uma vez, o solapamento das estruturas que permitem a produção e a reprodução do capital. Foram criadas infraestruturas físicas para o atendimento do Polo Naval, gerando efeitos na comunidade local, onde muitas famílias foram removidas de suas casas. Os investimentos no Polo Naval ocasionaram um grande fluxo migratório para a cidade, uma vez que muitos trabalhadores foram atraídos pela possibilidade de atuarem na indústria naval, agravando demandas e problemas históricos da cidade. Enfim, ocorreu o solapamento das estruturas políticas, econômicas, sociais e ambientais do município com a implantação do Polo Naval.

De uma forma geral, a análise dos períodos econômico-produtivos pelos quais Rio Grande passou revela que a acumulação do capital na região é alicerçada na dependência externa e na segregação social. Em todos os períodos é evidente a presença do capital exógeno à cidade, fruto de ordenações espaço-temporais sistêmicas atraídas fundamentalmente pelo porto existente e de intervenções estatais na economia local. Esses processos geraram ciclos de imigração na cidade, uma vez que o capital necessita de força de trabalho para criar uma nova capacidade produtiva. Em todos os períodos também é notável a constatação de que os produtos produzidos ou prestados no município eram destinados fundamentalmente para a exportação, o que o deixa ainda mais vulnerável a crises internacionais e ocasionou enormes prejuízos sociais quando entraram em declínio.

Essas condições também são reproduzidas no último período econômico-produtivo: a implementação do Polo Naval. A análise das prioridades de investimentos do PAC em nível nacional e no Estado do Rio Grande do Sul revelam uma concentração de recursos em projetos de ampliação da infraestrutura logística, produtiva e energética, assim como investimentos em moradia popular e políticas sociais. O PAC atribui à exploração de produtos primários como o petróleo um papel chave na economia, devido à sua destacada importância estratégica internacional. Especificamente no Estado do Rio Grande do Sul, essas prioridades são replicadas e o município do Rio Grande representa aproximadamente 15% do total de

recursos destinados ao Estado no eixo Energia, voltados essencialmente para a revitalização da indústria naval e um montante menos expressivo na geração de energia elétrica.

No entanto, os recursos destinados aos outros eixos no município são muito inferiores ao percentual investido no eixo Energia. Os eixos PAC Cidade Melhor e PAC Comunidade Cidadã contemplam cada um 7% do volume investido no Rio Grande do Sul. Já o PAC Minha Casa, Minha Vida obtém apenas 0,65% dos recursos destinados ao Estado, valor irrisório para atender o déficit de 11.673 imóveis existente na cidade, sobretudo voltados ao atendimento de famílias de baixa renda.

Assim o PAC, enquanto norteador dos planos estratégicos de desenvolvimento conduzidos pelo Governo Federal e ao mesmo tempo provocador do novo padrão exportador de especialização produtiva no Brasil, revisita sob uma nova roupagem os sinais da lógica da dependência, ao dar forma a uma contraditória composição entre autonomia nacional para o enfrentamento das desigualdades, com adequações ao sistema econômico mundial. Essas contradições, originadas nas disputas pelo projeto de nação, desenham as ações e prioridades de investimentos inscritas no Programa e evidenciam o modo de inserção do Brasil no sistema econômico mundial. Por estas razões, a Teoria Marxista da Dependência mostra sua potência para interpretar uma política pública, configurada pelas leis de funcionamento do capital, e pelo papel subsidiário que nele é destinado aos países periféricos da América Latina, e que o novo desenvolvimentismo não altera.

Se de um lado o PAC representa a ilusão da retomada das definições de planejamento e do investimento público pelo Estado, privilegiando a modernização da infraestrutura logística, produtiva e energética do Brasil, de outro representa o real atendimento aos interesses de frações da burguesia internacionalizada, ligadas aos centros dinâmicos do capitalismo, gerando estruturas produtivas fragmentadas, baseadas no uso intensivo de energia e de força de trabalho hiper-explorada e sob direção do capital transnacional (LEHER, 2007). Tais fatores revalidam os principais conteúdos da TMD e mostram a sua pertinência para analisar as regiões e países periféricos de forma a compreender o desenvolvimento do capitalismo na América Latina.

A análise do PAC a partir da Teoria Marxista da Dependência contribui para a construção de um conhecimento organizacional desde a perspectiva da “alteridade”, como propunha Ibarra-Colado (2006), ao analisar as realidades organizacionais da América Latina a partir do ponto de vista da história específica de sua formação econômica, política e de seu

vasto patrimônio cultural. É neste sentido que a TMD, assim como o enfoque pós-colonial, representam um contraponto à abdicação dos Estudos Organizacionais perante os grandes problemas nacionais, e permitem, como neste caso, enfrentar uma interpretação do modelo de desenvolvimento e de seu instrumento gestor, o PAC, sem o adesismo aos interesses do Centro, mas a partir suas próprias referências históricas. Ao desvelar e produzir uma explicação sobre as leis próprias de funcionamento do capitalismo dependente latino-americano, enquanto modalidade *sui generis* da economia mundial, a TMD ilumina os aspectos mais relevantes da realidade da região e contribui de forma significativa nas discussões sobre o desenvolvimento e dos respectivos megaprojetos de modernização.

## REFERÊNCIAS

- ABDALLAH, Patrícia Raggi; SUMAILA, Ussif R. An historical account of Brazilian public policy on fisheries subsidies. **Marine Policy**, v. 31, n. 7, p. 444-450, July 2007.
- AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS. **Importações e Exportações (barris equivalentes de petróleo)**. Disponível em: <<http://dados.gov.br/dataset/petroleo-importacoes-exportacoes/resource/c1d2e21c-1113-4bbf-bc29-fa9da9a8797f>>. Acesso em: 24 mar. 2014.
- ALCADIPANI, Rafael; ROSA, Alexandre Reis. From global management to glocal management: Latin American perspectives as a counter-dominant management epistemology'. **Canadian Journal of Administrative Sciences**, v. 28, p. 453-466, 2011.
- ALCADIPANI, Rafael; KHAN, Farzad Rafi; GANTMAN, Ernesto; NKOMO, Stella. Southern voices in management and organization knowledge. **Organization**, London, v. 19, n. 2, p. 131-143, 2012.
- ALTMAYER, Flávia de Lima. Evolução histórica do Porto do Rio Grande. In: ALTMAYER, Flávia de Lima; CARNEIRO, Oscar Décio. **Caderno de história nº. 33**. Memorial do Rio Grande do Sul, 2007, p. 7-31.
- AMARAL, Adriano Saraiva do. **Os grandes projetos de infraestrutura, com participação do Brasil, no país e na América do Sul: uma análise a partir da teoria do subimperialismo**. 2013. 163 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- AMARAL, Marisa S. **A investida neoliberal na América Latina e as novas determinações da dependência**. 2006. 172 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.
- APL POLO NAVAL E OFFSHORE DE RIO GRANDE E ENTORNO. **Sobre o APL do Polo Naval**. Disponível em: <<http://www.aplnavalriogrande.org/>>. Acesso em: 02 abr. 2014.
- ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- ASMUS, Milton Lafoucarde; TAGLIANI, Paulo Roberto Armanini; ADÉLIO, Janaína Paraguaçu. Considerações sobre aspectos ambientais do Polo Naval e Offshore de Rio Grande. In: DOMINGUES, Marcelo Vinicius de la Rocha (Coord.). **Desenvolvimento e consolidação do Polo Naval e Offshore de Rio Grande**. Rio Grande: FURG, 2009. p. 330-340.
- ASSMANN, Selvino J. **Sobre o conceito de ideologia**. Universidade Federal de Santa Catarina – Departamento de Filosofia, 1992. (texto para debate mimeografado)
- ÁVILA, Rodrigo Vieira de. **PAC: Programa de Atendimento aos Credores**. 2007. Disponível em: <<http://www.divida-auditoriacidada.org.br/>>. Acesso em 15 mai. 2013.

BÄCHTOLD, Felipe. Dilma diz lamentar ‘hiato’ na construção de plataformas no RS. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 08 nov. 2013. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2013/11/1368550-dilma-diz-lamentar-hiato-na-construcao-de-plataformas-no-rs.shtml>>. Acesso em: 08 nov. 2013.

BALSAN, Rosane. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, Francisco Beltrão, v. 1, n. 2, p. 123-151, agosto 2006.

BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2013.

BARROS, Evandro Vieira de. A matriz energética mundial e a competitividade das nações: bases de uma nova geopolítica. **Engevista**, Niterói, v. 9, n. 1, p. 47-56, jun. 2007.

BAUER, Martin W.; AARTS, Bas. A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um guia prático**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 39-63.

BEIGEL, Fernanda. Dependency Analysis: The creation of new social theory in Latin America. In: PATEL, Sujata (Ed). **The international handbook on diverse sociological traditions**, London: SAGE, 2010. p. 189-200.

BERNARDES, Marcelo. Rio Grande terá o polo naval mais competitivo do Brasil. **Monitor Mercantil**, 13 jul. 2012.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BITTENCOURT, Ezio. **Da rua ao teatro: os prazeres de uma cidade**. Rio Grande: FURG, 2001.

BLOMSTROM, Magnus; HETTNE, Bjorn. **Development theory in transition: the dependency debate and beyond: Third World responses**. Londres: Zed Books, 1984.

BRASIL. **Apresentação de lançamento do PAC em 22/01/2007**. 2007. Disponível em: <[http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/noticias/pac/070122\\_PAC\\_meditas\\_institucionais.pdf](http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/noticias/pac/070122_PAC_meditas_institucionais.pdf)>. Acesso em: 08 nov. 2011. (2007a)

BRASIL. **Programa de Aceleração do Crescimento 2007-2010: material para a imprensa**. 2007. Disponível em: < <http://www.fazenda.gov.br/portugues/releases/2007/r220107-PAC-integra.pdf>>. Acesso em: 08 nov. 2011. (2007b)

BRASIL. **Plano Plurianual 2008-2011: orientações estratégicas do Ministério da Ciência e Tecnologia**. Brasília: MCT, 2008. 61 p.

BRASIL. **Investimentos em infraestrutura 2009 – 6º balanço**. 2010. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/pac/relatorios/nacionais/6o-balanco-2-anos/parte-2-infraestrutura-logistica>>. Acesso em: 08 nov. 2011. (2010a)

BRASIL. **Balanço de 3 anos do PAC (2007-2009)**. 2010. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/pac/relatorios/nacionais/9o-balanco-3-anos>>. Acesso em: 08 nov. 2011. (2010b)

BRASIL. **PAC energia**. 2011. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/pac/o-pac/pac-energia>>. Acesso em 08 nov. 2011.

BRASIL. **3º balanço 2011/2014 Rio Grande do Sul**. 2013. Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/pub/up/relatorio/16cc0405b12ea735874c12999ea27234.pdf>>. Acesso em: 13 fev. 2013. (2013a).

BRASIL. **PAC2 Rio Grande do Sul**. 2013. Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/estado/rs>>. Acesso em: 13 fev. 2013. (2013b)

BRASIL. **PAC2 Rio Grande**. 2013. Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/estado/rs>>. Acesso em: 30 out. 2013. (2013c)

BRASIL. **PAC2 Rio Grande do Sul**. 2014. Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/estado/rs>>. Acesso em: 17 fev. 2014.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento e crise no Brasil, história, economia e política de Getúlio Vargas a Lula**. 5. ed. São Paulo, Editora 34, 2003.

\_\_\_\_\_. Novo desenvolvimentismo e ortodoxia convencional. In: DINIZ, Eli (Org.). **Globalização, Estado e desenvolvimento, dilemas do Brasil no novo milênio**. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2007. p. 63-96.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; GALA, Paulo. Novo desenvolvimentismo e apontamentos para uma macroeconomia estruturalista do desenvolvimento. In: OREIRO, José Luís; PAULA, Luiz Fernando de; BASÍLIO, Flavio (Orgs.). **Macroeconomia do desenvolvimento: ensaios sobre restrição externa, financiamento e política macroeconômica**, Recife: Editora Universitária UFPE, 2013, p. 25-58.

BRYMAN, Alan. **Social research methods**. New York: Oxford University Press, 2008.

CANO, Wilson. **A desindustrialização no Brasil**. Texto para discussão. Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, n. 200, janeiro 2012.

CARCANHOLO, Marcelo. Neoconservadorismo com roupagem alternativa: a Nova CEPAL dentro do Consenso de Washington. In: CASTELO, Rodrigo (Org.). **Encruzilhadas da América Latina no século XXI**. Rio de Janeiro: Pães e Rosas, 2010, p. 119-141.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

\_\_\_\_\_. Dependência e Desenvolvimento na América Latina. In: BIELSCHOWSKY,



Ricardo (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**, Vol. 2. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000. p. 495-520.

CARDOSO, Fernando Henrique. Dependência, desenvolvimento e ideologia. **Revista de Administração de Empresas (RAE)**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, p. 43-71, out./dez. 1970.

CARLEIAL, Liana Maria da Frota. A divisão internacional do trabalho como categoria central da análise de Ruy Mauro Marini. In: NEVES, Lafaiete Santos. **Desenvolvimento e dependência**: atualidade do pensamento de Ruy Mauro Marini. Curitiba: CRV, 2012, p. 7-15.

CARVALHO, Andréa Bento. **Polo Naval do Rio Grande**: desafio a estruturação técnico-produtiva do território. 2011. 164 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2011.

CASTELO, Rodrigo. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano. In: CASTELO, Rodrigo (Org.). **Encruzilhadas da América Latina no século XXI**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010, p. 191-211.

CIPRIANO, Diego Mendes. **O Bairro Getúlio Vargas e a grande faxina dos anos 70**: conseqüências socioambientais e educação ambiental na remoção de moradias durante a expansão portuária (Rio Grande-RS). 2012. 119 f. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental) - Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2012.

\_\_\_\_\_. **Anuario estadístico de América Latina y el Caribe 2012**. Santiago de Chile: Naciones Unidas, 2012.

CONCEIÇÃO, Renan Alves; ASMUS, Milton L. Ciclo do gerenciamento costeiro, Cicin e Knech 1988, aplicado à revitalização da Orla do Saco da Mangueira, Rio Grande/RS, Brasil. In: IV Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental, 4., 2013. **Anais**: Salvador, BA, Brasil, 2013.

COLISTETE, Renato Perim. O desenvolvimentismo cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 41, abr. 2001.

COLLARES, Tiago. **Marinha do Brasil pode investir em estaleiro no município**. 23 ago. 2013. Disponível em: <<http://www.riogrande.rs.gov.br/pagina/index.php/noticias/detalhes+9070b3,,marinha-do-brasil-pode-investir-em-estaleiro-no-municipio.html#.U7HVcrF4D1A>>. Acesso em: 25 ago. 2013.

COPSTEIN, Raphael. O trabalho estrangeiro no município do Rio Grande. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, n. 4, p. 1-43, 1975.

CORREIO DO POVO. **Trabalhadores do Polo Naval encerram greve em Rio Grande**. 28 mai. 2014. Disponível em: <http://www.correiodopovo.com.br/Noticias/?Noticia=526596>. Acesso em: 30 mai. 2014.

COUTO, Joaquim Miguel; COUTO, Ana Cristina Lima. **O medo do crescimento**: política econômica e dinâmica macroeconômica no primeiro governo Lula (2003-2006). Maringá: Eduem, 2010.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO RIO GRANDE DO SUL. **Estatística**: frota do RS. Disponível em: <<http://www.detran.rs.gov.br/index.php?action=estatistica&cod=65>>. Acesso em 01 mai. 2014.

DESLANDES, Suely Ferreira. A construção do projeto de pesquisa. In: MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996. p. 31-50.

DINIZ, Eli. O contexto internacional e a retomada do debate sobre desenvolvimento no Brasil contemporâneo (2000/2010). **Dados**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 4, p. 493-531, 2011.

DOMINGUES, Edson Paulo; MAGALHÃES, Aline Souza; FARIA, Weslem Rodrigues. Infraestrutura, crescimento e desigualdade regional: uma projeção dos impactos dos investimentos do programa de aceleração do crescimento (PAC) em Minas Gerais. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 1, p. 121-158, abr. 2009.

DOMINGUES, Marcelo Vinicius de la Rocha. **Superporto de Rio Grande**: plano e realidade: elementos para uma discussão. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.

DOMINGUES, Marcelo Vinicius de la Rocha; CARVALHO, Diogo Sá; MENEZES, Gabrielito Rauter. R. Polo Naval do Rio Grande: primeiros insights sobre a estruturação de um cluster portuário-marítimo no extremo sul do Brasil. In: IV Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional, 4., 2008. **Anais**: Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, UNISC, 2008. (CD-ROM).

DOMINGUES, Marcelo Vinicius de la Rocha (Coord.). **Desenvolvimento e consolidação do polo naval e offshore de Rio Grande**. Rio Grande: FURG, 2009.

DOMINGUES, Marcelo Vinicius de la Rocha; CARVALHO, Diogo Sá. A evolução do comércio marítimo internacional e seus reflexos na indústria naval mundial. In: DOMINGUES, Marcelo Vinicius de la Rocha (Coord.). **Desenvolvimento e consolidação do polo naval e offshore de Rio Grande**. Rio Grande: FURG, 2009. p. 21-58.

DORES, Priscila Branquinho das; LAGE, Elisa Salomão; PROCESSI, Lucas Duarte. A retomada da indústria naval brasileira. In: SOUSA, Filipe Lage (Org.). **BNDES 60 anos**: perspectivas setoriais. 1. ed. Rio de Janeiro: BNDES, 2012. p. 274-299.

DOS SANTOS, Theotônio. The Structure of Dependence. **American Economic Review**, Nova Iorque, p. 231-236, May, 1970.

DOS SANTOS, Theotônio. **Imperialismo y dependencia**. Cidade do México: Era, 1978.

\_\_\_\_\_. **Economia mundial, integração regional & desenvolvimento sustentável:** as novas tendências da economia mundial e a integração latino-americana. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

\_\_\_\_\_. **Teoria da dependência:** balanço e perspectivas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

\_\_\_\_\_. **Sistema econômico mundial:** gênese e alcance teórico de um conceito. 2002. Disponível em:

<<http://www.reggen.org.br/midia/documentos/sistemaeconomicomundialgeneseecalcanete.pdf>

>. Acesso em: 27 mai. 2012.

\_\_\_\_\_. **A teoria da dependência:** um balanço histórico e teórico. 2008. Disponível em: <<http://www.reggen.org.br/midia/documentos/ateoriadadependencia.pdf>>. Acesso em: 25 mai. 2012.

\_\_\_\_\_. **A atualidade da teoria da dependência.** 2009. Disponível em: <<http://theotoni dossantos.blogspot.com.br/2009/06/atualidade-da-teoria-da-dependencia.html>>. Acesso em: 01 jul. 2012.

DUSSEL, Enrique. **A produção teórica de Marx:** um comentário aos Grundrisse. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. **Plano Decenal de Expansão de Energia – PDE 2020:** informe à imprensa. 2011. Disponível em: <[http://www.epe.gov.br/imprensa/PressReleases/20110606\\_1.pdf](http://www.epe.gov.br/imprensa/PressReleases/20110606_1.pdf)>. Acesso em: 02 abr. 2012.

\_\_\_\_\_. **Quem somos.** Disponível em: <<http://www.epe.gov.br/quemsomos/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 02 abr. 2012.

ESCOBAR, Arturo. Power and visibility: development and intervention and management of the Third World. **Cultural Antropology**, n. 3, v. 4, p. 428–443, 1988.

ESTALEIROS DO BRASIL LTDA. **O empreendimento em números.** Disponível em: <<http://www.ebrbrasil.com/>>. Acesso em: 15 fev. 2014.

FAÉ, Rogério. **Os discursos sobre desenvolvimento como recursos político-estratégicos:** o banco mundial como organização central no campo discursivo do desenvolvimento. 2009. 264 f. Tese (Doutorado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

FAÉ, Rogério; FLORES, Rafael Kruter. Os limites do ‘desenvolvimento local’ e as possibilidades abertas pela abordagem dialética proposta por David Harvey para compreender uma região. **Gestão e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 6, n. 15, p. 407-435, set/dez 2012.

FEIJÓ, Flavio Tosi; MADONO, Danielle Trindade. **Polo naval do Rio Grande:** potencialidades, fragilidades e a questão da migração. Texto para Discussão. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, 2013.

FEIRA DO POLO NAVAL RS. **O Polo Naval – um super porto, um super polo! A estrutura de hoje.** Disponível em: <[http://www.polonavalrs.com.br/index.php?n\\_sistema=3034&idiomas=pt](http://www.polonavalrs.com.br/index.php?n_sistema=3034&idiomas=pt)>. Acesso em: 18 fev. 2014.

FERRAZ, Deise Luiza da Silva. **Desemprego, exército de reserva, mercado formal-informal: discutindo categorias.** 2010. 274 f. Tese (Doutorado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

FERREIRA, Carla; LUCE, Mathias. Introdução. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (Orgs.). **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência.** São Paulo: Boitempo, 2012. p. 9-20.

FILGUEIRAS, Luiz; GONÇALVES, Reinaldo. **A economia política do governo Lula.** São Paulo: Contraponto, 2007.

FOLHA GAÚCHA. **Anúncio de cursos de capacitação para cargos no Polo Naval.** Rio Grande, 5 a 11 de janeiro de 2013, p. 11.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **PIB Municipal - Série Histórica 1999-2011.** 2014. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/indicadores/pib-rs/municipal/serie-historica/pib/?ano=2011&serie=1999-2011&letra=R>>. Acesso em: 08 mai. 2014.

FURTADO, Celso. **Um projeto para o Brasil.** Rio de Janeiro: Saga, 1968.

\_\_\_\_\_. **Economia do desenvolvimento:** curso ministrado na PUC-SP em 1975. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

GAFFNEY, Christopher. Forjando os anéis: a paisagem imobiliária pré-olímpica no Rio de Janeiro. **E-metropolis**, Rio de Janeiro, n. 15, ano 4, p. 6-20, dez. 2013.

GERHARDT, Cleyton; LOPO, Rafael Martins; SANTOS, Caio Floriano dos. Polo Naval de Rio Grande: ideologia neodesenvolvimentista, “alternativas infernais” e “autoritarismos tolerantes”. In: ZHOURI, Andrea; VALENCIO, N. (Orgs.). **Formas de matar, de morrer e de resistir.** 2013. No prelo.

GIULIETTI, Nelson; ASSUMPCÃO, Roberto de. Indústria pesqueira no Brasil. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 42, n. 2, p. 95-127, 1995.

GONÇALVES, Reinaldo. Governo Lula e o nacional-desenvolvimentismo às avessas. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política.** Rio de Janeiro, n. 31, p. 5-30, fev. 2012a.

\_\_\_\_\_. Novo desenvolvimentismo e liberalismo enraizado. **Serviço Social e Sociedade**, n. 112, p. 637-671, out./dez. 2012b.

GOOGLE EARTH. **Imagem dos molhes da barra de Rio Grande.** Disponível em: <<http://www.google.com.br/intl/pt-BR/earth/>>. Acesso em 10 abr. 2014.

GORSORF, Leandro Franklin. **Relatório da missão sobre megaprojetos de desenvolvimento na cidade do Rio Grande – RS**. Curitiba: Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (Plataforma DhESCA Brasil), 2012. 28 p.

GOVERNO DO RIO DE JANEIRO. **Desenvolvimento econômico**: indústria naval. Disponível em: < <http://www.rj.gov.br/web/sedeis/exibeConteudo?article-id=312383>>. Acesso em 09 out. 2013.

GUBA, Egon G.; LINCOLN, Yvonna S. Paradigmatic controversies, contradictions, and emerging confluences. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (Eds.) **The Sage Handbook of Qualitative Research**: Third Edition. London: Sage, 2005. p.191-215.

GUDYNAS, Eduardo. **Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo**: contextos y demandas bajo el progresismo sudamericano atual. 2009. Disponível em: <<http://www.extractivismo.com/documentos/capitulos/GudynasExtractivismoSociedadDesarrollo09.pdf>>. Acesso em: 02 jan. 2012.

HARVEY, David. O novo imperialismo: sobre rearranjos espaciotemporais e acumulação mediante despossessão. In: HARVEY, David *et al.* **Margem esquerda**: ensaios marxistas. São Paulo: Boitempo, 2004, n. 5, p. 31-40.

\_\_\_\_\_. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

\_\_\_\_\_. **O novo imperialismo**. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

IBARRA-COLADO, Eduardo. Organization studies and epistemic coloniality in Latin America: thinking otherness from the margins. **Organization**, London, v. 13, p. 463-488, 2006.

IMAS, J. Miguel; WESTOM, Alia. From Harare to Rio de Janeiro: *Kukiya-Favela* organization of the excluded. **Organization**, London, v. 19, n. 2, p. 205-227, 2012.

INICIATIVA PARA A INTEGRAÇÃO DA INFRAESTRUTURA REGIONAL SUL-AMERICANA (IIRSA). **Eixos de integração na América do Sul**. Disponível em: <<http://www.iirsa.org/Page/PageDetail?id=124&menuItem=58>>. Acesso em: 05 mai. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sinopse preliminar do Censo demográfico 1991**. Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/CD1991/CD\\_1991\\_sinopse\\_preliminar\\_RS.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/CD1991/CD_1991_sinopse_preliminar_RS.pdf)>. Acesso em: 26 jan. 2013.

\_\_\_\_\_. **Primeiros dados do censo 2010**. Disponível em: <[http://www.censo2010.ibge.gov.br/primeiros\\_dados\\_divulgados/index.php?uf=43](http://www.censo2010.ibge.gov.br/primeiros_dados_divulgados/index.php?uf=43)>. Acesso em: 08 set. 2012.

\_\_\_\_\_. **Mapas do Brasil**. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/atlascolar/mapas\\_pdf/brasil\\_politico.pdf](http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/atlascolar/mapas_pdf/brasil_politico.pdf)>. Acesso em: 07 set. 2012.

\_\_\_\_\_. **População residente, por sexo e situação de domicílio, população residente de 10 anos ou mais de idade, total, alfabetizada e taxa de alfabetização, segundo os municípios.** Disponível em:

<[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/universo.php?tipo=31o/tabela13\\_1.shtm&paginaatual=1&uf=43&letra=R](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/universo.php?tipo=31o/tabela13_1.shtm&paginaatual=1&uf=43&letra=R)>. Acesso em: 26 jan. 2013.

\_\_\_\_\_. **Rio Grande do Sul: Rio Grande.** Disponível em:

<<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=431560&search=rio-grande-do-sul|rio-grande|infograficos:-informacoes-completas>>. Acesso em: 01 mai. 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Brasil em desenvolvimento:** Estado, planejamento e políticas públicas. Brasília: IPEA, 2009.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY. **World Energy Outlook 2010.** Disponível em: [http://www.iea.org/publications/freepublications/publication/weo2010\\_es\\_portuguese.pdf](http://www.iea.org/publications/freepublications/publication/weo2010_es_portuguese.pdf). Acesso em 20 ago. 2012.

ISLAM, Gazi. Can the subaltern eat? Anthropophagic culture as a Brazilian lens on post-colonial theory. **Organization**, London, v. 19, n. 2, p. 159-180, 2012.

JACKSON, Terence. Postcolonialism and organizational knowledge in the wake of China's presence in Africa: interrogating south-south relations, **Organization**, London, v. 19, n. 2, p. 181-204, 2012.

JORNAL AGORA. **Verão no Cassino será sem passeio de vagoneta.** 2010. Disponível em: <[http://edicoesanteriores.jornalagora.com.br/site/?caderno=19&noticia=59288&pagina=178\\_61](http://edicoesanteriores.jornalagora.com.br/site/?caderno=19&noticia=59288&pagina=178_61)>. Acesso em: 01 mar. 2014.

KAY, Cristóbal. **Latin American theories of development and underdevelopment.** London: Routledge, 1989.

KUCINSKI, Bernardo. **Especulações em torno da lógica do PAC.** 2007. Disponível em: <[http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna\\_id=3498](http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=3498)>. Acesso em: 15 mai. 2013.

KUPSKI, Larisse. **A dinâmica do campo das políticas culturais no município do Rio Grande.** 2012. 210 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

LATUFF CARTOONS. **#Charge – Um dos impactos do Superporto nas populações costeiras de Rio Grande/São José do Norte (RS).** 2013. Disponível em: <<http://latuffcartoons.wordpress.com/2013/02/04/charge-um-dos-impactos-do-superporto-nas-populacoes-costeiras-de-rio-grandesao-jose-do-norte-rs/>>. Acesso em: 20 abr. 2014.

LEHER, Roberto. Programa de Aceleração do Crescimento, Educação e Heteronomia Cultural. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX E ENGELS, 5., 2007. **Anais.** São Paulo: Cemarx, 2007.



\_\_\_\_\_. Ideologia do desenvolvimento, pobreza e hegemonia. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2012. p. 7-19.

LÖWY, Michael. **Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

MACHADO, Carlos R. S. (Coord.) **Sustentabilidade e (in) sustentabilidade da e na cidade: política, natureza/meio ambiente e conflitos no extremo sul do Brasil (Rio Grande)**. Relatório de pesquisa - Projeto financiado pelo Edital Universal CNPq 2010-2012. Rio Grande, 2013, 119 p.

MACHADO, Carlos R. S.; MEDEIROS, Gabriela Nogueira. A qualidade da educação infantil na cidade do Rio Grande: o conceito na realidade em processo. In: BARBOSA; Maria Carmem Silveira; DELGADO, Ana Cristina Coll (Orgs.). **A infância no ensino fundamental de 9 anos**. 1. ed. Porto Alegre: Penso, 2012, p. 46-56.

MAGALHÃES, João Paulo de Almeida. Estratégias e modelos de desenvolvimento. In: **Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010, p. 19-34.

MARINI, Ruy Mauro. **En torno a dialéctica de la dependencia**. 1991. Disponível em: <[http://www.marini-escritos.unam.mx/005\\_torno\\_dialectica\\_es.htm](http://www.marini-escritos.unam.mx/005_torno_dialectica_es.htm)>. Acesso em: 01 jun. 2012.

\_\_\_\_\_. **La crisis del desarrollismo**. 1994. Disponível em: <[http://www.marini-escritos.unam.mx/026\\_crisis\\_desarrollismo\\_es.htm](http://www.marini-escritos.unam.mx/026_crisis_desarrollismo_es.htm)>. Acesso em: 01 jun. 2012.

\_\_\_\_\_. Dialéctica da dependência. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 137-180.

\_\_\_\_\_. O ciclo do capital na economia dependente. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (Orgs.). **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 21-35.

MARTINS, Carlos Eduardo. Apresentação. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (Orgs.). **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARTINS, César Augusto Ávila. **Nas águas da lagoa há reprodução da vida: pesca artesanal no estuário da Lagoa dos Patos**. 1997. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

\_\_\_\_\_. Morar e habitar em áreas portuárias na cidade do Rio Grande-RS, Brasil. *Scripta Nova - Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Universidad de Barcelona. v. XIV, n. 331 (30), 1 de agosto de 2010. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-331/sn-331-30.htm>>. Acesso em: 18 fev. 2014.

\_\_\_\_\_. Pesquisar moradias em áreas portuárias: alguns caminhos e muitos percalços. In: MARTINS, César Augusto Ávila; MARTINS, Solismar Fraga; VELEDA DA SILVA, Suzana Maria. **Quintas urbanas: cidades e possibilidades**. Rio Grande: NAU/FURG, 2011.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento e direito à cidade. In: MULLER, Cristiano; MOROSO, Karla. (Orgs.). **Violações ao direito à cidade e à moradia decorrentes de megaprojetos de desenvolvimento no Rio Grande do Sul: diagnóstico e perspectivas: o caso de Rio Grande**. 1.ed. Porto Alegre: Centro de Direitos Econômicos e Sociais, 2013. p. 37-39.

MARTINS, Solismar Fraga; PIMENTA, Margareth Afeche. A constituição espacial de uma cidade portuária através dos ciclos produtivos industriais – O caso do município de Rio Grande. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 85-100, maio 2004.

MARTINS, Solismar Fraga. **Cidade do Rio Grande: industrialização e urbanidade (1873-1990)**. Rio Grande: Editora da FURG, 2006.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

\_\_\_\_\_. **O capital: crítica da economia política**. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MAZUI, Guilherme. Rio Grande desencana. **ZERO HORA**, 4 abr. 2010, Caderno Dinheiro. Disponível em: < <http://wp.clicrbs.com.br/rumosdosul/2010/04/04/rio-grande-desencana/?topo=13,1,1,,13>>. Acesso em: 18 fev. 2014.

MENDES, Luís. Cidade pós-moderna, gentrificação e a produção social do espaço fragmentado. **Cadernos Metrôpoles**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 473–495, jul./dez. 2011.

MERRIAM, Sharan B. **Qualitative research and case study applications in education**. San Francisco: Jossey-Bass Publishers, 1998.

MIGLIORINI, Alessandra Vieira. **Estudo de fibras de aço em blocos de concreto para a possível utilização em carapaça de molhes**. 2011. 200 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Oceânica) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia Oceânica, Universidade Federal do Rio Grande, 2011.

MIGNOLO, Walter. **Historias locales/diseños globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo**. Madrid: Akal Ed., 2003a.

\_\_\_\_\_. Os esplendores e as misérias da “ciência”: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistêmica. In: SANTOS, B. de S. (Org). **Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado**. Porto: Edições Afrontamento, 2003b, p. 667-709.

MILANI, Carlos R.S.; LOUREIRO, Julio Cesar de S. Cooperação internacional e desenvolvimento: análise da atuação de agências internacionais em Duque de Caxias (Rio de Janeiro). **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 234-255, 2013.



MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

MINEIRO, Adhemar. Desenvolvimento e inserção externa: algumas considerações sobre o período 2003-2009 no Brasil. In: **Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 133-159.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Situação dos entes federados frente às exigências do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social**. Disponível em: <[https://www.cidades.gov.br/situacao\\_snhis/src/pdf/situacao\\_municipios\\_fnhis.pdf?1393621434](https://www.cidades.gov.br/situacao_snhis/src/pdf/situacao_municipios_fnhis.pdf?1393621434)>. Acesso em: 28 fev. 2014.

MISOCZKY, Maria Ceci. World visions in dispute in contemporary Latin America: development x harmonic life. **Organization**, London, v.18, n. 3, p. 345-363, May 2011.

MORAES, Lucia Maria. **Missão de investigação do direito à moradia Rio Grande – RS**. Curitiba: Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (Plataforma DhESCA Brasil), 2007. 15 p.

MORAES, Reginaldo Carmello Corrêa de. **Celso Furtado o subdesenvolvimento e as ideias da Cepal**. São Paulo: Ática, 1995.

\_\_\_\_\_. **Nota sobre a economia do desenvolvimento nos “vinte e cinco gloriosos” do pós-guerra**. São Paulo: CEDEC, 2005. Disponível em: <[http://www.cedec.org.br/files\\_pdf/CAD76.pdf](http://www.cedec.org.br/files_pdf/CAD76.pdf)>. Acesso em: 01 abr. 2014.

MORAIS, Lecio; SAAD-FILHO, Alfredo. Da economia política à política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 31, n. 4 (124), p. 507-527, out./dez. 2011.

MOREIRA, Daniel Augusto. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thompson, 2002.

MOTA, Ana Elizabete. Redução da pobreza e aumento da desigualdade: um desafio teórico-político ao Serviço Social brasileiro. In: MOTA, Ana Elizabete. (Org.) **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade**. São Paulo: Cortez Editora, 2012, p. 29-45.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela Santana do; PERUZZO, Juliane Feix. O novo desenvolvimentismo e as políticas sociais na América Latina. In: MOTA, Ana Elizabete. (Org.) **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade**. São Paulo: Cortez Editora, 2012, p. 153-178.

MOTTA, Luiz Eduardo. A política do Guerreiro: nacionalismo, revolução e socialismo no debate brasileiro dos anos 1960. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 17, n. 52, p. 85-101, jan./mar. 2010.

MULLER, Cristiano; MOROSO, Karla. (Orgs.). **Violações ao direito à cidade e à moradia decorrentes de megaprojetos de desenvolvimento no Rio Grande do Sul: diagnóstico e**

perspectivas: o caso de Rio Grande. 1. ed. Porto Alegre: Centro de Direitos Econômicos e Sociais, 2013.

MUNTEAL, Oswaldo; VENTAPANE, Jacqueline; FREIXO, Adriano de. João Goulart: um Brasil a ser construído. In: MUNTEAL, Oswaldo; VENTAPANE, Jacqueline; FREIXO, Adriano de. (Orgs.) **O Brasil de João Goulart: um projeto de nação**. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC Rio, 2006. p. 7-36.

NERY, Tiago. **A economia do desenvolvimento na América Latina: o pensamento da CEPAL nos anos 1950 e 1990**. 1. ed. São Paulo: Caros Amigos, 2011.

OGLIARI, Elder. Calor leva 8 mil metalúrgicos a greve em Rio Grande. **Estadão**, 11 fev. 2014. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,calor-leva-8-mil-metalurgicos-a-greve-em-rio-grande,177605e>>. Acesso em 01 mar. 2014.

OLIVEIRA, Carlos Alberto de. **Quem é do mar não enjoa: memória e experiências de estivadores do Rio Grande/RS (1945-1993)**. 2000. 289 f. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2000.

OLIVEIRA, Daniela Schuster de; DOMINGUES, Marcelo Vinicius de la Rocha; ASMUS, Milton L.; ABDALLAH, Patrícia R. Expansão portuária, desenvolvimento municipal e alterações ambientais no Brasil: desafios para a gestão costeira. **Revista da Gestão Costeira Integrada**, n. 13, v. 1, p. 79-87, 2013.

OLIVEIRA, Francisco de. A vanguarda do atraso e o atraso da vanguarda: globalização e neoliberalismo na América Latina. In: OLIVEIRA, Francisco de. **Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998, p. 205-221.

\_\_\_\_\_. Hegemonia às avessas. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (Orgs.). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 21-27.

OURIQUES, Nildo. **O lugar do Brasil no mundo**. Análise & Opinião, 18/08/2010. Disponível em:

<[http://www.cartamaior.com.br/templates/analiseMostrar.cfm?coluna\\_id=4750](http://www.cartamaior.com.br/templates/analiseMostrar.cfm?coluna_id=4750)>. Acesso em: 15 mar. 2012.

ORDOÑEZ, Ramona. **Petrobras diz que conteúdo local não é prioridade, diante da falta de fôlego da indústria**. 2014. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/petrobras-diz-que-conteudo-local-nao-prioridade-diante-da-falta-de-folego-da-industria-11898831#ixzz30siH2jd2>>. Acesso em: 05 mai. 2014.

OSORIO, Jaime. Sobre epistemología y método en Marx. In: OSORIO, Jaime. **Crítica de la economía vulgar: reproducción del capital y dependencia**. México D. F., UAZ, 2004.

\_\_\_\_\_. Dependência e superexploração. In: SADER, Emir; SANTOS, Theotônio dos (Coords.); MARTINS, Carlos Eduardo; VALENCIA, Adrián Sotelo (Orgs.). **A América Latina e os desafios da globalização: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Boitempo, 2009. p. 167-187.

\_\_\_\_\_. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (Orgs.). **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. São Paulo: Boitempo, 2012a. p. 37-86.

\_\_\_\_\_. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (Orgs.). **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. São Paulo: Boitempo, 2012b. p. 103-133.

PÁDUA, Elisabete M. M. de. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática**. 14. ed. Campinas: Papirus Editora, 2008.

PASSARINHO, Paulo. Apresentação. In: **Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 7-17.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História da indústria sul-rio-grandense**. Guaíba: Riocell, 1985. 123 p.

\_\_\_\_\_. **História do Rio Grande do Sul**. 5. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1990.

PETROBRAS. **Recorde de exportação de petróleo em março**. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/pt/noticias/recorde-de-exportacao-de-petroleo-em-marco/>>. Acesso em: 12 jan. 2012. (2012a)

\_\_\_\_\_. **Primeira exportação de petróleo do pré-sal**. Disponível em: <<http://fatosedados.blogspot.com.br/2011/04/19/petrobras-realiza-primeira-exportacao-de-petroleo-do-pre-sal/>>. Acesso em: 14 jan. 2012. (2012b)

\_\_\_\_\_. **Petrobras realiza operação inédita em plataforma no Polo Naval de Rio Grande (RS)**. Disponível em: <<http://fatosedados.blogspot.com.br/2012/07/08/petrobras-realiza-operacao-inedita-em-plataforma-no-polo-naval-de-rio-grande-rs/>>. Acesso em: 05 jan. 2013.

\_\_\_\_\_. **Plataforma P-55 entra em operação no campo de Roncador**. 1 jan. 2014. Disponível em: <<http://fatosedados.blogspot.com.br/2014/01/01/plataforma-p-55-entra-em-operacao-no-campo-de-roncador/>>. Acesso em: 10 mar. 2014.

PIMENTA, Margareth de Castro Afeche. Prefácio. In: MARTINS, Solismar Fraga. **Cidade do Rio Grande: industrialização e urbanidade (1873-1990)**. Rio Grande: Editora da FURG, 2006. p. 7-14.

PORTELA, Flávio Wornicov. **Força-tarefa do MPT identifica ilegalidades em estaleiros a serviço da Petrobras no Polo Naval em Rio Grande**. 2013. Disponível em: <[http://www.prt4.mpt.gov.br/pastas/noticias/mes\\_mai13/2405\\_forcatarefa.html](http://www.prt4.mpt.gov.br/pastas/noticias/mes_mai13/2405_forcatarefa.html)>. Acesso em: 01 mai. 2014

PORTO DO RIO GRANDE. **Município de Rio Grande: galeria de imagens**. Disponível em: <[http://www.portoriogrande.com.br/site/sobre\\_porto\\_municipio\\_rg.php](http://www.portoriogrande.com.br/site/sobre_porto_municipio_rg.php)>. Acesso em: 28 abr. 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE. Cidade do Rio Grande, 270 anos: a mais antiga do Estado. In: ALTMAYER, Flávia de Lima; CARNEIRO, Oscar Décio. **Caderno de História n.º 33**. Memorial do Rio Grande do Sul, 2007, p. 4-6.

\_\_\_\_\_. **Plano Diretor do Município do Rio Grande**. Rio Grande, 2008.

\_\_\_\_\_. **Plano municipal de saneamento básico**. 2013. Disponível em: <<http://www.riogrande.rs.gov.br/planosaneamento/index.php/pagina-inicial>>. Acesso em: 01 mai. 2014

\_\_\_\_\_. **Audiência debate a Orla do Saco da Mangueira**. 1 ago. 2013. Disponível em: <<http://www.riogrande.rs.gov.br/pagina/index.php/noticias/detalhes+8ae923,,audiencia-debate-a-orla-do-saco-da-mangueira.html#.UwVQcrQjbwo>>. Acesso em: 19 fev. 2014.

\_\_\_\_\_. **Mapa do perímetro urbano de Rio Grande**. Disponível em: <<http://www.riogrande.rs.gov.br/pagina/arquivos/arquivo/50185055cc04fMAPA-02%20PERIMETRO%20URBANO%20CIDADE.pdf>>. Acesso em: 05 mar. 2014a.

\_\_\_\_\_. **Superporto**. Disponível em: <<http://www.riogrande.rs.gov.br/pagina/index.php/atrativos-turisticos/detalhes+85c9,,superporto.html>>. Acesso em: 10 mar. 2014.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil 2013**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDHM-Municipios-2010.aspx>>. Acesso em 30 out. 2013.

PROMINP. **Sobre o PROMINP**. Disponível em: <[http://www.prominp.com.br/prominp/pt\\_br/pagina-inicial.htm](http://www.prominp.com.br/prominp/pt_br/pagina-inicial.htm)>. Acesso em: 30 abr. 2014.

QUEIROZ, Maria Luiza. **A vila do Rio Grande de São Pedro 1737-1822**. Rio Grande: FURG, 1987.

QUIJANO, Anibal. Colonialidad del poder, cultura e conocimiento en América Latina. **Anuário Mariateguiano**, v. 9 n. 9, p. 113–121, 1991.

\_\_\_\_\_. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LEHER, Roberto; SETÚBAL, Mariana (Orgs.). **Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis**. São Paulo: Cortez/Outro Brasil, 2005.

QUIP. **Apresentação**. Disponível em: <[http://www.quip.com.br/site\\_2011/apresentacao.asp](http://www.quip.com.br/site_2011/apresentacao.asp)>. Acesso em: 07 set. 2012.

RAMOS, Simone da Mata. A importância dos Molhes da Barra do Rio Grande no contexto da economia do Rio Grande do Sul. In: ALVES, Francisco das Neves (Org). **Cidade do Rio Grande: ensaios históricos**. Rio Grande: Editora da FURG, 2002. p. 47-80.

REICHEL, Heloísa Jochims. **A indústria têxtil do Rio Grande do Sul: 1910 a 1930**. Porto Alegre: IEL/Mercado Aberto, 1978.

RENNER, Marco Antônio da Gama. **As transformações na organização da industrialização de pescado em Rio Grande-RS**. 2012. 119 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2012.

ROSTOW, Walt Whitman. **El proceso del crecimiento económico**. Madrid: Alianza, 1952.

\_\_\_\_\_. **La economía del despegue hacia el crecimiento autosostenido**. Madrid: Alianza, 1956.

\_\_\_\_\_. **Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não comunista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, São Leopoldo, ano I, número 1, p. 1-15, jul. 2009.

SALVATORI, Elena; HABIAGA, Lydia Angelica Gómez de Perez; THORMANN, Maria do Carmo. Crescimento horizontal da cidade do Rio Grande. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 1, p. 27-71, jan./maio, 1989.

SAMPAIO JUNIOR, Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Serviço Social e Sociedade**, n. 112, p. 672-688, out./dez. 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 31-83.

SANTOS, Caio Floriano dos; MACHADO Carlos R. S. Extremo sul do Brasil: uma grande “zona de sacrifício” ou “paraíso de poluição”. In: MACHADO Carlos R. S.; SANTOS, Caio Floriano dos; ARAÚJO, Claudionor Ferreira; PASSOS, Wagner Valente dos (Orgs.). **Conflitos ambientais e urbanos: debates, lutas e desafios**. Porto Alegre: Evangraf, 2013. p. 181-204.

SANTOS, Marli E. Ritter dos; FRACASSO, Edi M. Sabato's Triangle and Triple Helix: expressions of the same concept? In: **Third Triple Helix International Conference**. Rio de Janeiro, 26-29 April 2000. Rio de Janeiro: Fundação COPPETEC, 2000. CD-ROM

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA DO RIO GRANDE DO SUL. **Indicadores criminais de SSP 2002-2013**. Disponível em: <<http://www.ssp.rs.gov.br/?model=conteudo&menu=191>>. Acesso em: 01 mai. 2014.

SECRETARIA DE PORTOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Desempenho do Complexo Portuário Brasileiro em 2013**. Disponível em: <<http://www.portosdobrasil.gov.br/home-1/estatisticas/desempenho-do-complexo-portuario-brasileiro-em-2013>>. Acesso em: 18 jun. 2014.

SCHMIDT, Carlos. Exploração, superexploração, dependência e luta de classes: uma análise com base na visão de distribuição de Marx. **REBELA**, v. 3, n. 1, p. 1-17. out. 2013.

SICSÚ, João; PAULA, Luiz Fernando de; MICHEL, Renaut. Introdução - Por que novo desenvolvimentismo? In: \_\_\_\_\_. **Novo desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social**. São Paulo: Manole, 2005. p. XXXIII-LI.

\_\_\_\_\_. Por que novo-desenvolvimentismo?. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 27, n. 4, p. 507-524, Dec. 2007.

SILVA, Rosimeri Carvalho; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; SIMÕES, Janaína Machado; ABDALAH, Patrícia Raggi. A indústria pesqueira no Rio Grande do Sul: ascensão e queda. **READ – Revista Eletrônica de Administração**, Porto Alegre, v. 11, n. 6, nov./dez. 2005.

SILVA, Rafael de Almeida. Desenvolvimento capitalista: o evolucionismo de Rostow e a teoria da dependência de Theotônio dos Santos. **Revista Sociais e Humanas**, Santa Maria, v. 24, n. 1, p. 75-86, jan./jun. 2011.

SILVA, Susana Maria Veleda da. Gênero e trabalho: as trabalhadoras da indústria da pesca em Rio Grande (RS). In: Jornada do Trabalho, 12., 2011. **Anais**. Curitiba, 2011.

SILVA, Rogério Piva da; GONÇALVES, Rodrigo da Rocha; CARVALHO, Ana Beatriz Kaffka; OLIVEIRA, Camilla de. O impacto do Polo Naval no setor imobiliário da cidade do Rio Grande – RS. In: Encontro de Economia Gaúcha, 6., 2012. **Anais**. Porto Alegre, 2012.

SOUZA, Marco Aurélio Alves de. **Política e evolução da atividade pesqueira no Rio Grande do Sul: 1960 a 1997**. 2001. 109 f. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – Programa de Pós-Graduação em Economia Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

SOUZA, Paulo Ricardo Salati de. **Áreas urbanas desfavorecidas do município do Rio Grande/RS**. 2011. 118 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2011.

SRINIVAS, Nidhi. Epistemic and performative quests for authentic management in India. **Organization**, London, v. 19, n. 2, p. 145-158, 2012.

TORMA, Caroline; DIVERIO, Rafael. Rio Grande: a república dos macacões coloridos. **ZERO HORA**, Porto Alegre, 27 de janeiro de 2013. p. 4-5.

TRANSPETRO. **A companhia**. Disponível em:

<[http://www.transpetro.com.br/TranspetroSite/appmanager/transpPortal/transpInternet?nfpb=true&windowLabel=barraMenu\\_3&nffvid=%2FTranspetroSite%2Fportlets%2FbarraMenu%2FbarraMenu.faces&pageLabel=pagina\\_base&formConteudo:codigo=125](http://www.transpetro.com.br/TranspetroSite/appmanager/transpPortal/transpInternet?nfpb=true&windowLabel=barraMenu_3&nffvid=%2FTranspetroSite%2Fportlets%2FbarraMenu%2FbarraMenu.faces&pageLabel=pagina_base&formConteudo:codigo=125)>. Acesso em: 09 out. 2013.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Consulta a indicadores saúde**. Disponível em:

<<http://www2.tce.rs.gov.br/portal/page/portal/tcers/consultas/indicadores/saude>>. Acesso em: 12 mai. 2014.



TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

UI-HAQ, Shoaib; WESTWOOD, Robert. The politics of knowledge, epistemological occlusion and Islamic management and organization knowledge. **Organization**, London, v. 19, n. 2, p. 229-257, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE. **Cursos de graduação**. Disponível em: <[http://www.furg.br/bin/link\\_servicos/index.php](http://www.furg.br/bin/link_servicos/index.php)>. Acesso em: 05 mai. 2014. 2014a.

\_\_\_\_\_. **Em um horizonte de oportunidades a inovação se faz presente**. Encarte distribuído na 3ª Feira do Polo Naval, 2014b.

VALENCIA, Adrian Sotelo. **Dependencia y sistema mundial: ¿convergencia o divergencia?**. 2005. Disponível em: <<http://rebellion.org/noticia.php?id=19642>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

VERDUM, Ricardo. Introdução. In: VERDUM, Ricardo (Org.). **Financiamento e megaprojetos: uma interpretação da dinâmica regional sul-americana**. Brasília: INESC, 2008. p. 7-19.

VIANNA, Manoel Luiz. **Extremo sul do Brasil: um lugar esquecido**. Pelotas: Editora Textos, 2012.

VIEIRA, Eurípedes Falcão; RANGEL, Susana Regina Salum. **Planície costeira do Rio Grande do Sul**. 1. ed. Porto Alegre: Sagra, 1988.

VIOLA, Eduardo; FRANCHINI, Matias. Os limiares planetários, a Rio+20 e o papel do Brasil. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 10, n. 3, p. 470-491, 2012.

WALLERSTEIN, Immanuel. The Inter-State Structure of the Modern World-System. In: LINKLATER, Andrew (Ed.). **Internacional Relations: critical concepts in political science**. London, New York: Routledge, 2000. 4 v.

\_\_\_\_\_. **World-System Analysis: an introduction**. Durham and London: Duke University Press, 2004.

WANDERLEY; Sergio Eduardo de Pinho Velho; FARIA, Alexandre A. Dependency theory, strategic management and development. In: ENCONTRO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 36., 2012, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2012. 1 CD-ROM.

ZERO HORA. **Atraso em Rio Grande faz Petrobras encomendar plataformas à China**. 24 fev. 2013a. Disponível em: <<http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/economia/noticia/2013/02/atraso-em-rio-grande-faz-petrobras-encomendar-plataformas-a-china-4054761.html>>. Acesso em: 13 fev. 2014.

\_\_\_\_\_. **Novos royalties vão beneficiar 493 municípios gaúchos**. 07 mar. 2013b. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/economia/noticia/2013/03/novos-royalties-voao-beneficiar-493-municipios-gauchos-4067730.html>>. Acesso em 30 mar. 2014.

\_\_\_\_\_. **Governo, sindicatos e empresas montam plano para agilizar desmobilização no polo naval de Rio Grande.** 28 out. 2013c. Disponível em:

<<http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/economia/noticia/2013/10/governo-sindicatos-e-empresas-montam-plano-para-agilizar-desmobilizacao-no-polo-naval-de-rio-grande-4315693.html>>.

Acesso em: 28 out. 2013.



## **ANEXOS**

## ANEXO A – Perímetro urbano do Rio Grande



Fonte: Prefeitura Municipal do Rio Grande (2014).

### ANEXO B – Eixos de integração na América do Sul



Fonte: Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (2014)

**ANEXO C – Porcentagem da Renda apropriada por Faixas da População - Brasil, Rio Grande do Sul e Rio Grande (anos 1991, 2000 e 2010)**

Referência/Ano	% da renda apropriada pelos 20% mais pobres			% da renda apropriada pelos 40% mais pobres			% da renda apropriada pelos 60% mais pobres			% da renda apropriada pelos 80% mais pobres			% da renda apropriada pelos 10% mais ricos			% da renda apropriada pelos 20% mais ricos		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Brasil	1,92	1,84	2,41	6,72	6,85	8,59	15,7	15,9	19,23	32,79	32,44	36,6	51,14	51,94	48,93	67,21	67,56	63,4
Rio Grande do Sul	2,63	2,78	3,57	8,65	9,19	11,22	18,95	19,6	22,96	37,16	37,47	41,28	46,5	46,63	43,9	62,84	62,53	58,72
Rio Grande	3,35	2,98	3,75	10,66	9,79	11,56	22,3	21,03	23,83	41,63	39,7	43,32	41,83	44,11	40,66	58,37	60,3	56,68

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2013).